

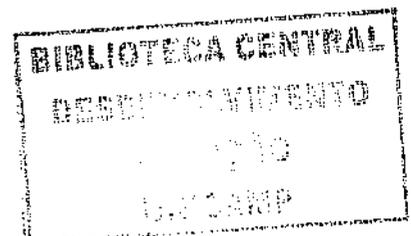
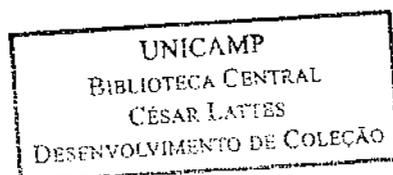
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

STELA CRISTINA DE GODOI

**A ROÇA E O AÇO: AS EXPERIÊNCIAS E AS RESISTÊNCIAS  
OPERÁRIAS NO BRASIL MODERNO (1954-64)**

(1954 a 1964)

Dissertação de mestrado defendida no Programa  
de pós-graduação em Sociologia do Instituto de  
Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp



STELA CRISTINA DE GODOI

**A ROÇA E O AÇO: AS EXPERIÊNCIAS E AS RESISTÊNCIAS  
OPERÁRIAS NO BRASIL MODERNO (1954 A 1964)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao  
Departamento de Sociologia do Instituto de  
Filosofia e Ciências Humanas da Universidade  
Estadual de Campinas sob a orientação do Prof.  
Dr. Ricardo C. Antunes

Este exemplar corresponde à  
redação final da dissertação  
defendida e aprovada pela  
Comissão Julgadora em  
13/03/2007

**BANCA**

Prof. Dr. Ricardo Luiz Coltro Antunes

Prof. Dr. Fernando Antonio Lourenço

Profª Drª Maria Aparecida de Moraes Silva

Prof. Dr. Fernando Teixeira da Silva (suplente interno)

Prof. Dr. Maria Orianda Pinassi (suplente externo)

MARÇO/ 2007

UNICAMP  
BIBLIOTECA CENTRAL  
CÉSAR LATTES  
DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÃO

UNIDADE	BC
Nº CHAMADA:	T/UNICAMP
	G547r
V. _____	Ed. _____
TOMBO BC/	71959
PROC.	16.145-01
C <input type="checkbox"/>	D <input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	11,00
DATA	3-4-07
BIB-ID	406351

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA  
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

G547r

Godoi, Stela Cristina de

A roça e o aço: as experiências e as resistências operárias no Brasil moderno (1954 a 1964)/ Stela Cristina de Godoi.  
- - Campinas, SP : [s. n.], 2007.

Orientador: Ricardo Antunes.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Experiência. 2. Resistência. 3. Metalúrgicos - Brasil.  
4. Modernidade. 5. Memória. I. Antunes, Ricardo, 1953-  
II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e  
Ciências Humanas. III. Título.

(cc/ifch)

Título em inglês: The countryside and the steel: the working class experiences and  
resistance in modern Brazil (1954 to 1964)

Palavras – chave em inglês (Keywords): Experience  
Resistance  
Metal – workers - Brazil  
Modernity  
Memory

Área de concentração : Sociologia do Trabalho

Titulação : Mestre em Sociologia

Banca examinadora : Ricardo Antunes, Fernando Antonio Lourenço, Maria  
Aparecida Moraes Silva

Data da defesa : 13-03-2007

Programa de Pós-Graduação :- Sociologia

## AGRADECIMENTOS

Segundo Walter Benjamin, o passado se revela como uma imagem que relampeja, no momento em que é reconhecido. Assim, conhecer as histórias de vidas das pessoas que entrevistei e que se transformaram, desde então, em suportes materiais de minha memória, possibilitou também um re-encontro com minha própria trajetória pessoal e familiar, enquanto um grupo que se constituiu como classe trabalhadora brasileira, pelas esteiras da imigração e da migração. Assim, devo sinceros agradecimentos não só a todos aqueles que diretamente me ajudaram a conceber e executar essa pesquisa, mas também a todos que estiveram ao meu lado nesse processo de re-enraizamento na cidade de Campinas-SP, permitindo enxergar o solo no qual minhas raízes foram fincadas, pelas gerações que me antecederam.

Deste modo, quero começar agradecendo minha família, sem a qual este desejo, de tornar-me professora e pesquisadora da área de ciências humanas, não teria se consolidado. Os meus pais e irmãos foram sem dúvida os verdadeiros "alicerces" desta pesquisa. Ao companheiro Ocada, e aos meus dois encantadores cachorros, devo grande parte dessa conquista, pois ao lado deles vive momentos inesquecíveis, numa atmosfera de amor e criatividade. Além destes, inúmeros outros amigos colaboraram nesta empreitada: Carol, Renatinha, "Motoca", Maria Fernanda, Francine, Adriano, Zé Carlos, o prof. Jorge Miglioli... Essas pessoas transferiram para a Unicamp, um pedacinho da Unesp de Araraquara, cidade que guarda importantes rastros de minha história.

Também gostaria de dedicar sinceros agradecimentos a todos os educadores com os quais tive o privilégio de construir uma relação de respeito, admiração e inspiração: prof. Olga Von Simson, prof. Maria Orlanda, prof. Maria Moraes, prof. Fernando Lourenço, prof. Fernando Teixeira, prof. Ricardo Antunes (orientador desta pesquisa), os quais, de forma construtiva, dedicaram críticas e elogios à construção deste estudo. Além dos professores, não poderia deixar de mencionar inúmeros colegas e funcionários da Unicamp que tiveram paciência e dedicação em meu

019410008

acolhimento nesta instituição, em especial, o Filipinho, o Glauber, a Elaine, o Bruno, o Geraldo, a Larissa, a Chris (secretária da pós-graduação do IFCH), os funcionários do Centro de Computação, da Biblioteca e das equipes de limpeza e conservação de nosso local de trabalho.

Aos depoentes deste estudo, sinto que qualquer palavra seria insuficiente para expressar meu profundo respeito e gratidão pelo tratamento generoso que recebi, os quais dedicaram, não somente a razão e a emoção que permeou as recordações sobre suas histórias de vida, mas também uma relação de apadrinhamento, oferecendo-me toda sorte de colaboração, como estadia em suas próprias casas. Com Orlando, Philadelpho, Jaime, José Duda, José Brás, Antônio Flores, João Chile, José Santiago, José Fernandez, Miguel, Luiz e Adicel, vivenciei momentos que marcaram a minha vida, de tal forma, que muitas vezes despedir-me dessas pessoas foi tarefa difícil.

Agradeço também, a todos aqueles que me ajudaram nas transcrições das entrevistas, nas correções do texto, no encontro dos depoentes e dos locais de pesquisa, bem como no suporte técnico: o sr. Macedo, o "Motoca", a Pati e o "Ninha", a Carmem e o Miguel, a Rosa, a Vivian, a Roberta, o Álvaro e o Fábio Ocada. Devo lembrar-me, ademais, de outros tantos colegas que permitiram meu aperfeiçoamento, através do diálogo intelectual: prof. Sérgio Gertel, Carlos (o "Obelix"), Carmen, Andréa, Adriana, Bia, Jadir, Juliana, Rodrigo. Por fim, dedico meus agradecimentos ao Museu de Santo André, ao Museu da Pessoa, à Associação dos Metalúrgicos Aposentados de São Bernardo do Campo (AMA) e à CNPq, instituição que financiou esse estudo.

## RESUMO

No Brasil do século XX, ao longo do período de 1954 a 1964, o cenário nacional foi palco de pelo menos três crises – política, social e econômica – marcadas pelo suicídio de Getúlio Vargas em 1954, pela renúncia de Jânio Quadros em 1961 e pelo golpe militar de 1964. No decorrer destes anos, num processo que se inaugurou em contextos anteriores, é possível observar a formação de uma classe operária no Brasil, em virtude da ampliação do parque industrial nacional. No sudeste brasileiro, sobretudo, na região metropolitana de São Paulo, inúmeras indústrias multinacionais da cadeia produtiva do automóvel se instalaram nas cidades do ABC paulista, atraídas por um mercado consumidor com demanda reprimida, por amplos incentivos alfandegários e creditícios dados pelo governo brasileiro, bem como, por uma volumosa oferta de mão-de-obra nas cidades abastecida pelo êxodo rural.

Esse contexto histórico foi terreno fértil à gênese do discurso ideológico nacional-desenvolvimentista, segundo o qual, numa perspectiva evolucionista, o Brasil superaria a condição de subdesenvolvimento através da participação do Estado, dos capitais privados nacionais e dos capitais estrangeiros. Ideologicamente, o tripé – ordem, progresso e soberania – daria sustentação ao pacto social que se pretendia construir entre as classes sociais. No processo de urbanização e industrialização, nos moldes fordistas/tayloristas, inseridos no contexto de modernização da nação, os sindicatos operários e os Partidos disputaram os rumos da classe trabalhadora no Brasil, a qual se formou como um novo mosaico étnico/regional, composto, sobretudo, por migrantes nacionais vindos das zonas rurais do país.

Por meio da história oral e da memória, este estudo buscou analisar as experiências e as estratégias de resistência de quatorze ex-metalúrgicos, ao longo do processo de re-enraizamento vivenciado com a migração para as cidades de São Paulo e ABC paulista, no interior do mundo do trabalho de 1954 a 1964. A análise das memórias dos sujeitos desta história permitiu perceber que esse processo de ressocialização vivido pelo migrante rural, esteve marcado tanto pela sujeição aos valores dominantes da sociedade de destino, bem como pelas pequenas recusas à modernidade brasileira.

Fincando raízes em terra nova, esses migrantes-operários depararam-se com as engrenagens da fábrica fordista/taylorista instalada no Brasil, na vivência de um medo difícil de definir e de um tempo que se tornou produto raro. No interior dessas relações sociais marcadas pelo trabalho estranhado/alienado, os depoentes deste estudo, concebidos como sujeitos ativos sob as condições objetivas dadas, criaram práticas sociais de resistência às formas de opressão vivenciadas no chão de fábrica, e fora dele. Levando-se em consideração não só o cenário macro-estrutural, mas, principalmente, a dinâmica subjetiva e simbólica do trabalho, a análise das memórias de ex-operários, que se empregaram em diferentes indústrias metalúrgicas da cadeia produtiva de automóveis, lançaram luzes sobre as relações conflitivas da vida cotidiana no mundo moderno, evidenciando uma contínua tentativa destes sujeitos de transpor a condição de máquinas de trabalho.

## ABSTRACT

In Brazil, during the twentieth century, from 1954 to 1964, the country went through at least three crisis: political, social, and economical. These were marked by Getúlio Vargas' suicide in 1954, by Jânio Quadros' resignation in 1961, and by the military coup in 1964. In the course of these years, in a process that started in previous contexts, it is possible to observe the formation of a working class in Brazil, due to the enlargement of the national industrial park. In the southeast of Brazil, above all, in the metropolitan region of São Paulo, a countless number of multinacional industries from the automobile productive chain have settled in the ABC Paulista cities, attracted by a consumer market with a repressed demand, by broad custom incentives and credit given by the Brazilian government, as well as, by a sizeable labour offer in the cities supplied by the rural exodus .

This historical context was a fertile terrain for the genesis of the national-developmental ideological discourse, according to which, in an evolutionary perspective, Brazil would overcome the underdeveloped condition through the participation of the state, of the national private capital, and of the foreign capital. Ideologically, the tripod-order, progress, and sovereignty-would give support to the social pact that was intended to be built among the social classes. In the process of urbanization and industrialization, in the Ford/Taylor pattern, inserted in the modernization context of the nation, the unions and the political parties disputed the course of the working class in Brazil, which was formed as a new ethnical-regional mosaic, made up of, above all, national migrants coming from the rural areas of the country.

Through the oral history and the memory, this study tried to analyse the experiences and the strategies of resistance of fourteen ex-metalworkers, through the adaption process experienced with the migration to the cities of São Paulo and ABC Paulista, inside the labour world from 1954 to 1964. The analysis of the memories from the subjects of this history allowed me to notice that this resocialization process experienced by the rural migrant, was marked as much by the subjection to the dominant values from the society as by the insignificant refusals to the Brazilian modernity.

Establishing roots in the new land, these migrant workers came across the mechanisms of the Ford/Taylor factory installed in Brazil, living with a fear difficult to define, and time which became a rare product. In the core of these social relations marked by the strange/alienated work, the witnesses from this study, conceived as active subjects under the objective conditions given, created social practices of resistance to the forms of oppression experienced in and out of the factories. Taking into consideration, not only the macro-structural scenery, but, mainly, the subjective and symbolic dynamics of work, the analysis of the memories from ex-workers, who worked for different metallurgical industries from the automobile productive chain, throwed lights on the conflicting relations of the everyday life in the modern world, showing a continuous attempt from these subjects to overcome the condition of working machines.

## EPÍGRAFE

*"Um carro está pronto? O seguinte não está e apresenta-se logo para ser soldado, exatamente no lugar onde se acabou de soldar, rugoso exatamente onde se acabou de polir. A solda está feita? Não, precisa ser feita. Feita definitivamente, desta vez? Não, deve ser feita de novo, nunca está acabada – como se não houvesse movimento, nem os gestos contassem, nem existissem mudanças, mas apenas um simulacro absurdo de trabalho que se desfaz logo após terminado, sob o efeito de uma maldição qualquer. E se nos dissermos que nada disso tem importância, que basta habituar-se a fazer os mesmos gestos de uma maneira sempre idêntica, num tempo sempre idêntico, aspirando unicamente a plácida perfeição da máquina? Tentação da morte. Mas a vida revolta-se e resiste. O organismo resiste. Os músculos resistem. Os nervos resistem. Alguma coisa, no corpo e na cabeça, defende-se contra a repetição e o nada."*

Robert Linhart

## SUMÁRIO

<b>Introdução</b>	9
<b>Capítulo I: As pessoas, os lugares e a metodologia da pesquisa</b>	20
I.1. As biografias dos sujeitos entrevistados	20
I.2. A história oral e a memória nos caminhos da pesquisa	57
I.3. A trajetória migratória dos depoentes no tempo, no espaço e no imaginário	67
I.4. A descoberta da problemática da pesquisa: cotidiano e experiência	78
<b>Capítulo II: A história do Brasil moderno e algumas memórias operárias (1954 a 1964)</b>	93
II. 1. Sindicatos, Partidos e outras redes sociais na experiência operária do pós-guerra	93
II. 2. A gestação de uma sociedade de consumo no governo Kubitschek	104
II. 3. Do consenso negociado à dominação brutalizada da ditadura militar	115
<b>Capítulo III: Das estruturas às experiências: a reprodução e a resistência ao estranhamento no mundo do trabalho</b>	124
III.1. O re-enraizamento e as pequenas recusas dos migrantes à modernidade brasileira	124
III.2. As engrenagens da fábrica: o tempo rarefeito e o medo na experiência operária	135
III.3. A invenção da resistência no tempo da fábrica: os “ <i>sentidos do trabalho</i> ” e os biscates	144
III.4. A re-invenção operária depois da fábrica: as poesias e as oficinas domésticas como “ <i>lugares de memória</i> ”	159
<b>Algumas considerações finais</b>	173
<b>Bibliografia</b>	178
<b>Índice de figuras</b>	186
<b>Caderno de Anexos</b>	187
Anexo 1	188
Anexo 2	189
Anexo 3	190
Anexo 4	191
Anexo 5	192
Anexo 6	193
Anexo 7	194
Anexo 8	195
Anexo 9	196
Anexo 10	197

## INTRODUÇÃO

O título dessa pesquisa, *“A roça e o aço: as experiências e as resistências operárias no Brasil moderno (1954-64)”*, realizada no diálogo travado com interlocutores das ciências, sociológica, histórica e econômica, buscou fornecer as questões centrais que se constituíram em alicerces das análises que serão apresentadas. O encadeamento das palavras que compõem o título, representa a trajetória de vida do migrante brasileiro que parte da roça rumo à cidade, enquanto sujeitos históricos capazes de agirem sob as condições objetivas dadas. Na terra de destino tornam-se operários do aço e vivenciam o tempo da vida moderna, na fábrica e fora dela. O fragmento *“A roça e o aço”* guarda uma idéia de somatória e pretende informar, desde o início, que as trajetórias dos sujeitos desta análise não se constituíram em percursos de mão única, mas, ao contrário, em processos de re-enraizamento nos quais o passado foi recriado, e não negado.

Essa dissertação de mestrado nasceu das histórias de vida de quatorze ex-metalúrgicos, bem como de uma breve pesquisa em fontes primárias da historiografia. Com o auxílio de alguns “detonadores” da memória, como fotos e diálogos acerca de episódios consagrados pela história, foram coletados, a partir da história oral, fragmentos de memórias sobre as experiências masculinas no interior do mundo do trabalho de meados do século XX no Brasil. Assim, buscou-se reconstruir a memória coletiva destes depoentes, a respeito de três tempos vividos: o tempo da roça, antes da migração; o tempo da fábrica e o tempo presente, vivenciado após as aposentadorias desses operários.

Mediante esse processo mnemônico conduzido pela pesquisa foi possível estabelecer fios interpretativos entre essas narrativas individuais coletadas e a fundamentação teórica adotada para interpretá-las, visando um entendimento das experiências e das resistências de migrantes rurais, que deixaram a localidade de origem durante as décadas de 1940 e 1950 para embarcar no modo de vida urbano das cidades de São Paulo e ABC paulista, na segunda metade do século XX. A

análise das memórias de ex-operários, que se empregaram em diferentes indústrias metalúrgicas da cadeia produtiva de automóveis, lançaram luzes sobre as relações conflitivas da vida cotidiana no mundo moderno.

Conforme mostrou o estudo recente de Jaime Pacheco<sup>1</sup> a memória é um fenômeno biológico, cultural e fundamentalmente social, construído historicamente. Deste modo, a reconstrução das memórias dos entrevistados deste estudo sobre a experiência metalúrgica, no contexto fordista/taylorista, permite um retorno dialético ao passado. Neste caso empírico estudado foi possível observar a dinâmica da memória, uma reconstrução do passado a partir das preocupações e condicionamentos do tempo presente, como mostram, por exemplo, os relatos dos sujeitos dessa história, acerca do mercado de trabalho. Nos depoimentos colhidos, os entrevistados vincularam suas recordações sobre a facilidade de encontrar emprego na década de 1950 com a condição social atual de desemprego e precarização, vivenciada por seus filhos e netos.

Dentro do contexto de gênese do projeto nacional de desenvolvimento industrial, as resistências e as experiências dos trabalhadores entrevistados constitui o eixo desta pesquisa. Buscou-se apreender não apenas as condições objetivas e reprodutivas vivenciadas por esses migrantes-operários, mas, sobretudo, as formas de resistências cotidianas empregadas por esses sujeitos, contra a vivência estranhada<sup>2</sup> imposta pelo mundo do trabalho fordista/taylorista, de 1954 a

---

<sup>1</sup> A pesquisa desenvolvida por Pacheco (2005) analisou algumas entrevistas de trabalhadores assalariados, aposentados, que vivenciam sintomas depressivos, em decorrência da formatação promovida pela família e pela escola como uma antecipação da fábrica fordista.

<sup>2</sup> Sob a égide do modo de produção capitalista há uma sobrepujança do trabalho estranhado como a forma concreta de atividade de trabalho para a produção de mercadorias: "*O trabalho abstrato é o trabalho unilateral, maquinal*" (Mészáros, 2006: 134). Na tradução dos "Manuscritos econômicos e filosóficos", desenvolvida por Jesus Ranieri, há, entretanto, uma distinção sugerida entre alienação (Entäußerung) e estranhamento (Entfremdung) devido ao lugar distinto que ocupam no sistema de Karl Marx.

Como alienação compreende-se o ato de exteriorizar algo em alguma coisa, uma ação de transferência que sintetiza o momento de objetivação humana no trabalho, por meio de um produto resultante de sua criação. Assim, a referência à alienação em alguns momentos da obra de Marx aparece na sua positividade, como ato de exteriorizar-se através do trabalho, ato esse que ocorre em todo o percurso trans-histórico do trabalho humano. Perceber a positividade que esse termo pode ter para o entendimento da vida humana, permite vislumbrar não a negação a toda forma de trabalho, mas a fuga de um tipo específico de relação social, fundada sobre a exploração do trabalho alheio. Essa

1964, já que o estranhamento enquanto processo, como expressão contraditória do sistema capitalista, é a incessante rebelião da atividade contra a passividade, do ser contra o sofrimento.<sup>3</sup>

Assim, interessou a esta investigação sociológica proposta, a análise acerca das práticas de resistências cotidianas dos ex-operários entrevistados, que ocorreram ao longo do período histórico marcado por três crises no cenário nacional, do Brasil do século XX. Esse estudo buscou analisar as experiências no mundo do trabalho desenroladas entre 1954 – ano da crise política e social marcada pelo suicídio de Getúlio Vargas –, até 1964 – ano em que o golpe militar inaugura um desfecho para a crise de 1961, marcada pela renúncia de Jânio Quadros.

Com base nos acontecimentos vivenciados e lembrados pelos sujeitos dessa história, acontecimentos dispersos no tempo e no espaço se integraram permitindo apreender o processo de formação da classe trabalhadora. Assim, por exemplo, foi justamente no ano de 1949, que a Maria Fumaça trouxe José Fernandez, um dos entrevistados, de Minas Gerais à cidade de São Paulo. No mesmo ano, Orlando Aleixo Dias desembarcou na Estação do Brás. Este também foi o ano em que o comunismo maoísta chegou em Xangai, na China, implicando na vinda de Miguel Digmanesi e sua família para o Brasil.<sup>4</sup>

O conceito de experiência desenvolvido por E. P. Thompson, no diálogo crítico com o estruturalismo althusseriano, foi considerado pertinente para dar visibilidade à participação ativa desses sujeitos históricos no interior deste modo de produção, já que, segundo este autor, as

---

distinção será importante para a reflexão sobre a resistência através da recriação do "sentido trabalho", que está sendo sugerida por meio deste estudo. O estranhamento, por sua vez, seria a "objeção sócio-econômica à realização humana", na medida em que determina historicamente o conteúdo das exteriorizações através da apropriação do trabalho, tomado-se uma propriedade privada (cf. Antunes, 1999; cf. Ranieri, 2004). Deste modo, ao longo deste estudo será adotada essa tradução, de forma que será utilizado o termo estranhamento nas ocasiões em que o sentido atribuído à alienação for negativo, embora dialético.

<sup>3</sup> A interpretação tomada de empréstimo nesta pesquisa para o estranhamento/alienação, categoria desenvolvida inicialmente por Karl Marx, pode ser encontrada em dois estudos consultados: Ricardo Antunes (1999), – o qual analisa alguns trechos de John Holloway (1997). "A Note on Alienation" In: Historical Materialism, nº1 – e Jesus Ranieri (2004).

<sup>4</sup> "Terminou a guerra em 45 e a gente não esperava [a chegada dos] comunistas. Ai eles começaram a invadir, invadir, invadir, chegando em 49 em Xangai. Foi a última cidade que tomaram" (sr. Miguel, 2006).

condições estruturais que se impõem sobre os sujeitos de uma mesma classe são tratadas pela cultura. Assim, no prefácio de 1963 da obra *"A formação da classe operária inglesa"*,<sup>5</sup> Thompson ressalta o movimento de *"auto-fazer-se"* das classes ao longo da história: *"um processo ativo que se deve tanto à ação humana como aos condicionamentos"*. Para este autor, a classe é um fenômeno histórico, *"(...) que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência"* (Thompson, 1987:09).

A partir da inovação, no campo do marxismo, proposta por E. P. Thompson, é possível afirmar que a experiência de classe ocorre sob a determinação das relações de produção e a consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais, encarnados em tradições e sistema de valores. Se a experiência de classe nasce determinada, a consciência nunca surge da mesma forma, porque são vivenciadas a partir de culturas, tempos e espaços diferentes. Portanto, entre os entrevistados deste estudo, a elaboração da experiência de classe efetivou-se no plano da consciência de variadas formas. As condições estruturais semelhantes propiciaram, desde a reunião em torno da classe social, nas greves e manifestações de solidariedade narradas pelos entrevistados, até a erosão da estabilidade do grupo, quando a clivagem étnica/regional e a competição por produtividade, fomentada pela fábrica, não permitiram a identificação e o reconhecimento mútuo entre os operários.

Deste modo, a reconstrução das histórias de vida dos quatorze entrevistados, treze migrantes, permitiu o agrupamento das trajetórias migratórias em dois mapas dispostos no item 1.3 do texto, os quais representam o cruzamento dessas histórias no espaço e no tempo. O primeiro mapa permite visualizar a chegada de seis dos depoentes, no período de 1935 a 1949. O outro mapa, por sua vez, traça o percurso migratório de outros sete homens, no período de 1954 a 1960,

---

<sup>5</sup> Thompson (1987).

mostrando, numa pequena escala, que o processo de formação da classe operária brasileira contou com influências culturais distintas, contudo integradas no amálgama do rural com o urbano.

Acerca do operariado paulista deste período histórico, muitos estudiosos já se debruçaram. Entretanto, a revisão bibliográfica realizada nessa pesquisa, permitiu constatar um privilegiamento do universo público dessa experiência operária, enfatizando, sobretudo, o sindicalismo liderado pela categoria metalúrgica. Por sua vez, as análises sobre a vida cotidiana e a dimensão subjetiva da experiência laboral desses sujeitos mostraram-se ainda insuficientes, especialmente nos estudos das décadas de 1960 e 1970, nos quais o trabalho de Leôncio Martins Rodrigues (1966) constitui um expoente.

Entretanto, a despeito da larga literatura já produzida, a concepção de cotidiano de Henri Lefebvre<sup>6</sup> lança luzes sobre a necessidade de uma nova reconstrução histórica, considerando o cotidiano relacionado com a modernidade e, portanto, o cotidiano enquanto espaço de resistência e reprodução dos valores dominantes. Segundo esse autor, a vida cotidiana não se compõe apenas de “repetições” e efemeridades, mas também de “*drama*”, de vida e de morte.

O olhar sociológico proposto sob algumas experiências operárias, não pretende estabelecer uma hierarquia entre as resistências de caráter coletivo sindical e as de caráter individual, sobretudo porque não se considerou o indivíduo uma entidade descolada da dinâmica societal coletiva. Sob o desafio de construir uma análise dialética, parece pertinente destacar a importância da mobilização coletiva sindical para os rumos da classe trabalhadora na sociedade capitalista, sem com isso atribuir menor importância, para com esses mesmos objetivos, às alternativas cotidianas de vida e trabalho criadas por diferentes sujeitos, as quais, em determinadas circunstâncias, foram alvos de críticas e sectarismos por parte das lideranças sindicais, conforme evidenciou a pesquisa de campo deste estudo.

---

<sup>6</sup> Lefebvre (1991).

A crítica de Walter Benjamin<sup>7</sup> à idéia de progresso, que se hegemoniza no contexto do capitalismo moderno, permitiu uma releitura da concepção ideológica dominante neste contexto da industrialização e urbanização das décadas de 1950 e 1960 no Brasil: a ideologia nacional-desenvolvimentista. Observando, no interior das teorias do desenvolvimento, a influência de um pensamento estruturalista conectado a concepção de progresso criticada por Walter Benjamin, faz-se necessário a crítica à elaboração teórica isebiana da ideologia nacional-desenvolvimentista.

A criação, em 1955, do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) surgiu da necessidade de racionalizar o surto de desenvolvimento do país. Juscelino Kubitschek, discursando por ocasião da criação dessa instituição, ressalta a “*vocação teorizante*” da mesma, afirmando que os estudos realizados pelo ISEB eram baseados em “*métodos científicos e racionais, sem preconceito ou sectarismos*”. Entretanto, a afirmação de neutralidade confrontava-se, segundo Caio Navarro de Toledo, com a proposição de produzir uma ideologia do desenvolvimento. Segundo esse autor:

Produção científica e pesquisa teórica, sim – desde que estivessem subordinadas ao projeto de desenvolvimento nacional; contudo, não se permitirá em momento algum que se nomeie, nas formulações oficiais, o vocábulo ideologia. (...) Não se poderia admitir que o Estado – “representante da nação” (...) – promova ideologias (Toledo, 1997: 43).

Contudo, Toledo (1997) afirma que a “*permissiva ideológica*” dada ao ISEB devia-se ao fato de que a ideologia patrocinada por essa instituição, representava “*os interesses gerais da nação*” (1997: 43). Segundo essa concepção ideológica, era necessário forjar novas ideologias que fossem condizentes com as condições materiais daquele momento histórico. Acreditava-se, deste modo, que superada a condição colonial, o Brasil teria condições de formular um projeto próprio, não precisando mais “*se conformar com seu estado de subserviência e de dependência*” (Toledo, 1997: 46). Entretanto, essa pesquisa permitiu observar que esse lema autonomista se deu, quiçá, no plano

---

<sup>7</sup> Benjamin (1994a), (1994c).

político, pois do ponto de vista econômico, social e simbólico, observou-se uma crescente relação de dependência com as outras nações do mundo, especialmente os EUA, líder mundial do contexto histórico do pós-Segunda Guerra Mundial.

Conforme será mostrado ao longo das análises apresentadas no Capítulo II, o desenvolvimento urbano-industrial, durante o período de 1954 a 1964, foi financiado economicamente, principalmente, pelo FMI, pelos bancos privados norte-americanos e pelas multinacionais que se instalaram no Brasil, durante o pós-guerra. Simbolicamente, por sua vez, o desenvolvimento nacional era influenciado pelo imaginário construído a respeito das nações capitalistas avançadas, detentoras dos valores sociais modernos. Nesse contexto, o automóvel era visto como um “*agente civilizatório*”.<sup>8</sup> Contudo, essa relação de dependência com o chamado “primeiro mundo” era maquiada pela retórica político-ideológica, na medida em que, segundo o presidente Juscelino Kubitschek, o Brasil encontrava-se em condições de relacionar-se com as outras nações do mundo, abandonando uma postura “*xenófoba ao capital estrangeiro*”.

Toledo (1997), com base em sua pesquisa sobre os “históricos” do ISEB, afirmou que no trabalho de construção da ideologia nacional-desenvolvimentista, a noção de autenticidade desempenhou um papel fundamental. Portanto, os esforços intelectuais e políticos do ISEB, a despeito da heterogeneidade propositiva e analítica dos seus membros, convergiam para a definitiva consolidação do capitalismo nacional. O nacionalismo – na versão desenvolvimentista – era a ideologia hegemônica daquele período da modernidade brasileira. A partir do governo Kubitschek, o projeto de desenvolvimento pretendido para o país pode ser sintetizado, segundo Cardoso (1978), através de uma tríade: progresso, ordem e soberania.

Pela análise de alguns discursos de Juscelino foi possível constatar uma força simbólica presente em cada um desses ícones. Ao progresso, se associava a idéia de que a etapa da

---

<sup>8</sup> Esse termo foi extraído de um dos discursos de Juscelino Kubitschek, analisados neste estudo.

industrialização, com bens de consumo primordiais sendo produzidos internamente, seria a etapa evolutiva de superação do subdesenvolvimento e da miséria brasileira. A miséria era vista como uma ameaça à “liberdade da nação”, pois deixaria terreno social fértil à contaminação do povo pela ameaça do comunismo internacional. Nas palavras do então presidente:

Não é possível que, diante da ameaça que representa para o Ocidente o comunismo internacional, as nações democráticas se mostrem incapazes de superar os erros do passado e de formular uma política de grandeza, que demonstre a capacidade da democracia de atender às necessidades maiores da maioria esmagadora da humanidade, constituída por povos que ainda vegetam no limiar da civilização moderna (Juscelino Kubitschek apud Cardoso, 1978: 99).

Deste modo, só com a manutenção da ordem social é que seria possível alcançar à soberania nacional, ou seja, a igualdade com os grandes Estados. Então, segundo Marilena Chauí,<sup>9</sup> a ideologia nacionalista faz da Nação o sujeito da história, ocultando que a nação se compõe de classes sociais em luta. Assim, a complexidade presente na formação social brasileira é reduzida aos termos da civilização contra a barbárie, do livre comércio e da liberdade contra a incultura e as velhas tradições, que obstaculizam o progresso.

Assim, depois da reconstrução histórica, realizada no Capítulo II, a partir das análises das memórias dos ex-operários entrevistados, foram privilegiadas, na abordagem feita no Capítulo III, as experiências narradas sobre o universo cotidiano dos migrantes-operários, ao longo dos anos de 1954 a 1964, buscando demonstrar a existência de práticas sociais de resistência contra a vivência estranhada/alienada no mundo do trabalho fordista/taylorista. O último capítulo dessa dissertação buscou transitar de uma análise macro-estrutural para uma abordagem mais qualitativa da experiência dos sujeitos dessa história, levando-se em consideração a dinâmica subjetiva e simbólica do trabalho.

---

<sup>9</sup> Chauí (1994b)

A pesquisa de campo realizada junto aos depoentes deste estudo permitiu identificar as engrenagens da fábrica no processo de sujeição do trabalhador à exploração de sua força de trabalho, bem como as pequenas recusas criadas por esses operários. Segundo Linhart (1986), acerca de sua experiência numa fábrica francesa de automóveis, os operários, ainda que mergulhados na cadência da máquina, resistem a sujeição total, resistem à ausência de sentido no trabalho, defendem-se *“contra a repetição e o nada”*.<sup>10</sup>

Assim, desde o processo de ressocialização vivenciado pelos migrantes que chegaram em São Paulo nas décadas de 1940 e 1950, até a experiência operária depois da aposentadoria conseguida com o trabalho metalúrgico, as análises das memórias dos entrevistados permitiram perceber uma tentativa de transpor a condição operária de estranhamento no contexto do pós-guerra. Deste modo, as pequenas recusas dos migrantes à modernidade brasileira, a busca de práticas e pequenos acontecimentos que dêem sentido para o trabalho e a criação de *“lugares de memória”*,<sup>11</sup> se inserem no contexto da resistência desses homens a condição de *“máquinas de trabalho”*. As evidências empíricas que serão apresentadas adiante, caracterizam-se como uma tentativa de satisfazer necessidades humanas subjetivas, descritas por Simone Weil como *“necessidades da alma”*, as quais foram, segundo Christophe Dejours, algumas vezes negligenciadas pelos movimentos sindicais.

O trabalho e as culturas étnicas/regionais dos sujeitos entrevistados constituíram-se marcas de um fenômeno social, não correspondendo apenas às histórias privadas dos indivíduos, mas também à história do coletivo da classe trabalhadora. Por fim, a pesquisa desenvolvida permitiu perceber que a experiência de trabalho e a herança cultural (rural no caso de onze dentre doze dos depoentes), refletiram-se sobre as vidas desses sujeitos, na infância e na velhice, num processo

---

<sup>10</sup> Linhart (1986).

<sup>11</sup> Nora (1993).

contínuo de constituição de suas subjetividades. Deste modo, buscou-se fazer deste estudo algo mais do que um meio para contar uma experiência já passada. O desenvolvimento e a exposição dessa pesquisa buscaram efetivar-se, também, enquanto meio de reflexão sobre os impasses e as possibilidades que aquele período da história social do trabalho projeta, hoje, sobre toda a sociedade.

Conforme narrou alguns dos entrevistados, um conjunto de conquistas sociais foram obtidas desde as primeiras décadas do século XX no Brasil, graças às lutas travadas entre trabalhadores, patrões e o Estado: tais como o décimo terceiro salário, a redução da jornada de trabalho, o pagamento de horas extras, dentre outras leis de proteção aos direitos dos trabalhadores no interior da sociedade desigual capitalista. Entretanto, essas reivindicações à interferência do Estado, através da criação de leis do trabalho, foram negociadas porque, naquele momento histórico de demanda reprimida e expansão do parque industrial, não se constituíam em empecilhos à acumulação de capitais e ao crescimento econômico.

Por sua vez, a observação da realidade contemporânea permite perceber que algumas conquistas da classe trabalhadora estão sendo “flexibilizadas” nos dias atuais, ainda sob o rótulo de modernização. Entretanto, admitir a gravidade da retirada destes direitos conquistados, não significa afirmar que a sociedade tenha vivido no “paraíso” durante o contexto histórico nacional-desenvolvimentista; embora o tempo presente possa ser entendido hoje, pela maioria social, como o “limiar do inferno”.<sup>12</sup>

Desse modo, buscando retirar, nos termos benjaminianos, a “tradição do conformismo”, a reconstrução dessa história possibilita que o retorno ao passado se faça em um movimento dialético, de interrupção, conservação e superação. Assim, buscou-se construir um conhecimento que

---

<sup>12</sup> “Do paraíso Volks ao trabalho no limiar do inferno”, esse é título da matéria escrita por José de Souza Martins no jornal Folha de São Paulo em agosto de 2006, na ocasião da crise gerada pela reestruturação produtiva da multinacional Volkswagen, levando à demissão de milhares de operários em várias partes do mundo.

fundamente práticas sociais que não idealizem o passado, de modo que o presente e o futuro não se movam em direção ao retorno estático à totalidade social da década de 1950. Neste sentido, para evitar idealizações, parece necessário compreender que as condições sociais nacional-desenvolvimentistas projetaram-se sobre o tempo presente no movimento de crise econômica e reestruturação produtiva do modo de acumulação capitalista, na cadência da descartabilidade crescente das mercadorias.

As experiências e as práticas de resistências vivenciadas pelos trabalhadores entrevistados, contra o trabalho repetitivo e não gratificante no contexto de consolidação capitalista no Brasil, suscitam a necessidade histórica de superação deste modo de produção, fundado na exploração do trabalho e na produção de “*apetites imaginários*”.<sup>13</sup> No interior desse sistema, a luta cotidiana dos operários entrevistados por uma relação de trabalho marcada pelo direito à apropriação e à humanização, contra o estranhamento, inspira a reflexão sobre a necessidade de recriação, e articulação coletiva, daquelas práticas de resistência empreendidas no contexto fordista, para os dias de hoje, nos quais os mecanismos de controle e de introjeção dos valores dominantes se aperfeiçoaram. Assim, as experiências narradas mostram a necessidade de que no terreno das lutas sociais travadas pelos grupos dominados da sociedade, compatibilize-se também a utopia de um outro tipo de trabalho, cuja riqueza não se encontre apenas na esfera da circulação e consumo, mas, sobretudo, na esfera da produção e reprodução da vida humana.

---

<sup>13</sup> Segundo Mészáros (2006), nesse modo de produção, o “*trabalho abstrato*” e os “*apetites imaginários*”, são aspectos de suma importância.

## AS PESSOAS, OS LUGARES E A METODOLOGIA DA PESQUISA

### I. 1. As biografias dos sujeitos entrevistados.

A partir da memória e da história oral, as entrevistas gravadas com doze ex-metalúrgicos das cidades de São Paulo e ABC paulista, acerca de suas experiências no contexto de formação do nacional-desenvolvimentismo, permitiram a reconstrução de biografias de alguns sujeitos da classe trabalhadora.<sup>14</sup> A dinâmica utilizada na realização das entrevistas foi pautada pelas diretrizes dadas pela história oral à técnica de coleta de depoimentos orais, nos quais o entrevistador tem um relativo controle do processo através de um roteiro<sup>15</sup> construído previamente, deslocando o relato em torno de um tema norteador. No caso deste estudo, as experiências desse grupo de trabalhadores e as suas práticas cotidianas de resistência constituíram o centro da narrativa.<sup>16</sup>

Entretanto, a despeito de todo o planejamento feito previamente ao trabalho de campo, os caminhos da pesquisa, bem como as questões abordadas nas entrevistas, foram se delineando na própria experiência, na medida em que os depoentes foram incluindo temas novos, ainda não

---

<sup>14</sup> É válido esclarecer que o número de depoentes entrevistados, embora pequeno, foi conseguido às custas de empenho, já que diversos fatores trabalharam contra a sua expansão. Primeiro, o campo escolhido não tinha uma proximidade geográfica e social que facilitasse esse encontro sem outras mediações institucionais; segundo, houve apenas um caso em que o entrevistado indicou outro depoente, o que parece indicar uma desagregação dos mesmos em torno da classe depois da aposentadoria; terceiro, os sindicatos não puderam ajudar na obtenção de novos contatos, já que os registros dos operários dessa velha guarda, conforme argumentaram, foram destruídos pelo golpe; e, quarto e último motivo, em função de se tratar da primeira experiência de pesquisa com história oral, a agilidade em lidar com os problemas, dúvidas e descaminhos, vividos ao longo desses dois anos de mestrado, esteve prejudicada, inviabilizando a garimpagem por outros terrenos, talvez ainda mais obstruídos, como as fábricas.

<sup>15</sup> O roteiro utilizado nesta pesquisa, para a aplicação da história oral, sofreu algumas alterações ao longo do trabalho de campo, de modo que as questões que estão dispostas no anexo 1 são o formato final desenvolvido para as entrevistas. Contudo, as imprevisibilidades e particularidades do processo mnemônico de cada um dos sujeitos entrevistados não foram negadas, de modo que não ocorreu uma rigidez na aplicação dessas questões desenhadas no roteiro.

<sup>16</sup> As bases empíricas da pesquisa foram ampliadas, fazendo uso de depoimentos orais coletados e editados por outras instituições. Deste modo, além das doze entrevistas gravadas em 2005 e 2006, foram utilizadas entrevistas gravadas pelo Museu da Pessoa em 1996, com quatro depoentes também entrevistados neste estudo: Orlando A. D., Jayme B., Philadelpho B. e José D. C. Além dessas, também constitui material de análise, o depoimento de Joaquim dos Santos Andrade, gravado pelo Centro de Memória Sindical em 1991. Por fim, consultou-se o livro "De Todos os Lugares, Histórias de Migrantes", produzido por uma parceria entre a Prefeitura Municipal de Santo André e o Museu de Santo André, em 2000. Nesse livro constam mais três entrevistadas analisadas, realizadas, novamente com Philadelpho B. e José D. C., e outra inédita com Manoel Araújo Filho.

mencionados em outros estudos acadêmicos da área. Como será mostrado mais adiante, esse trabalho de reconstrução a partir da memória pôde constituir-se em um canal para a transmissão do “indizível”, nos termos em que coloca Pollak:

A fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa, (...), uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor (Pollak, 1989/n3: 08).

As quatorze histórias de vida dos ex- metalúrgicos consideradas nas análises deste estudo, possibilitaram a construção das biografias apresentadas abaixo, as quais permitem perceber que a “elite operária”, representada pela figura do metalúrgico do ABC, não diz respeito a um grupo homogêneo, já que essa categoria é composta por uma ampla variedade de ocupações no processo produtivo, implicando também em culturas fabris de resistência diversificadas.<sup>17</sup> Deste modo, o que de início pareceu significar um empecilho à formulação de um conhecimento sociológico válido, revelou-se pertinente para a análise proposta, pois, compreendendo a comparação feita pelos próprios depoentes a respeito de um “outro”, foi possível tecer alguns fios interpretativos entre a herança cultural-rural e a experiência e a resistência operária, no interior do processo de trabalho fordista/taylorista.<sup>18</sup>

---

<sup>17</sup> No entanto, no momento de definição dos informantes dessa pesquisa, não havia ainda clareza a respeito dessa diversidade, de modo que apenas com o decorrer das entrevistas e a partir da apreensão do objeto, empiricamente, foi possível visualizá-la.

<sup>18</sup> Antes de iniciar a apresentação das histórias de vida analisadas, vale mencionar que a tabela abaixo, bem como a apresentação das biografias ilustradas com os mapas das trajetórias migratórias individuais, estão organizadas na ordem crescente da data da migração para a região metropolitana de São Paulo. Cada uma das histórias de vida analisadas estão identificadas, nos mapas, com as cores utilizadas na quinta coluna da tabela. Por fim, cabe adiantar que as imagens cartográficas utilizadas neste estudo constituíram-se enquanto figuras que representam mapas geográficos. Deste modo, a construção destes “mapas” não esteve pautada pelos critérios da geografia, visando apenas uma visualização histórico-sociológica do movimento migratório no tempo e no espaço.

TABELA 1: ALGUNS DADOS SOBRE OS SUJEITOS DA PESQUISA

Nome	Ano do nascimento	Nacionalidade/ Naturalidade	Trajetória Migratória	Ano da migração p/ a região metropoli- tana de SP	Fonte e data do depoimento Oral
1- Luís Walter de Abreu	1928	Brasil / Araraquara-SP	Não migrou	—	Gravado por ocasião deste estudo, 7/11/2005.
2- Joaquim dos Santos Andrade	1926	Brasil / São Paulo-SP	São Paulo-SP → Guaratinguetá-SP → São Paulo-SP	1949	Centro de memória Sindical, 6/5/1991.
3- Philadelpho Brás	1926	Brasil / Sales de Oliveira-SP	Sales de Oliveira-SP → Santo André-SP		Gravado por ocasião deste estudo, 18/4/2006.
4- José Duda Costa	1934	Brasil / Garanhuns-PE	Garanhuns-PE → Santo André-SP		Gravado por ocasião deste estudo, 18/4/2006.
5- Manoel Araújo Filho	1935	Brasil / Anadias-AL	Anadia-AL → (Mocambo -AL) → Santo André-SP		Museu de Santo André, 2000.
6- José Fernandez	1933	Brasil / Minas Gerais	Minas Gerais → São Bernardo do Campo-SP		Gravado por ocasião deste estudo, 24/5/2006
7- Orlando Aleixo Dias	1929	Brasil / Óleo-SP	Óleo-SP → São Paulo-SP		Gravado por ocasião deste estudo, 16/9/2005 e 17/4/2006.
8- Miguel Digmanesi	1942	China / Xangai	Xangai (CH) → Diadema-SP		Gravado por ocasião deste estudo, 18/4/2006.
9- Antônio Aparecido Flores de Oliveira	1939	Brasil / Boa Esperança do Sul-SP	Boa Esperança do Sul-SP → São Paulo-SP		Gravado por ocasião deste estudo, 26/9/2006.
10- João Chile	1931	Brasil / Nova Granada-SP	Nova Granada-SP → Ourinduva-SP → São Paulo-SP		Gravado por ocasião deste estudo, 28/9/2006.
11- José Guilherme Santiago	1925	Brasil / Solonópoles-CE	Solonópole-CE → Junqueirópolis-SP → Joselina-SP → Diadema		Gravado por ocasião deste estudo, 24/5/2006
12- Adicel Pinto	1946	Brasil / Penápolis-SP	Penápolis-SP → Alta Paulista-SP → São Bernardo do Campo-SP	Gravado por ocasião deste estudo, 28/9/2006.	
13- Jayme Bento	1939	Brasil / Catanduva-SP	Catanduva-SP → Monte Alto-SP → Santa Ernestina-SP → Araraquara-SP → Santo André-SP	1960	Gravado por ocasião deste estudo, 13/12/2005.
14- José Brás Sobrinho	1940	Brasil / Agrestina-PE	Agrestina-PE → Santo André-SP		Gravado por ocasião deste estudo, 26/9/2006

### 1- Luiz Walter de Abreu (entrevistado)

O senhor Luiz é brasileiro, nascido na cidade de Araraquara, Estado de São Paulo, em nove de janeiro de 1928, tendo 77 anos quando da realização da entrevista gravada em sua residência em 2005. Seus avós paternos eram portugueses da Ilha da Madeira. Seus avós maternos eram imigrantes italianos, trabalhadores rurais sem terra própria. Seu pai veio para o Brasil aos 3 anos de idade, e *“lutou com dificuldade para aprender a profissão de carpinteiro, marceneiro (...) ele fazia carroceria de caminhão,[pois] naquele tempo, os carros eram de madeira, por dentro não era totalmente metálica a carroceria(...)E era então revestido com madeira por dentro. (...) o papai fazia aquele trabalho”*.

Casados no Brasil, seus pais tiveram oito filhos, os quais, segundo Luiz, já *“(...)partiram para o além, para o lado do mistério”*. Então, por volta dos doze anos de idade, como seu pai não queria vê-lo à toa na rua, arrumou-lhe a ocupação de aprendiz de sapateiro, numa oficina que havia na esquina de sua casa: *“Vinha da escola, de manhã(...) [e] a tarde já ficava com o sapateiro. Aí, depois do sapateiro eu fui trabalhar de ajudante de tapeceiro de carro na agência Chevrolet. Aí, depois eu entrei na escola profissional ferroviária, e, então eu me formei torneiro mecânico.”*

A estrada de ferro tinha o interesse de manter os alunos formados para seus quadros de funcionários, mas, como mostra a história de vida do entrevistado, havia liberdade para o desgarrar desses rapazes. *“(...) se você quisesse ir para São Paulo [ou] montar uma oficina, podia”*, já que a função principal dessas Escolas Ferroviárias era formar, técnica e moralmente, operários para a indústria em desenvolvimento. Assim, Luiz ficou apenas um ano na estrada de ferro e, por volta de 1956, montou sua própria oficina, instalada inicialmente na casa de sua mãe, conforme relembra: *“trabalhei por conta, tinha poucos tornos na cidade, oficinas assim. Eu trabalhava de noite até! Dava assistência para a White Martins, Cia. de laticínio, padaria,(...) E depois, ultimamente, começou*

*diminuir o serviço(...)*”. Diante das dificuldades de manter-se apenas com os trabalhos realizados na oficina própria, ingressou como torneiro mecânico na manutenção da “Volkswagen” de Araraquara.

Em 1954 conheceu sua esposa, Maria do Carmo e, desde então, lhe prometeu uma casa própria antes mesmo de se casarem. A promessa foi cumprida. Vivem até hoje nessa mesma residência, cujo conforto foi sacrificado pela necessidade de usar uma parte do terreno para a instalação de sua oficina, o que tornou a estrutura da casa, por ele projetada, muito estreita.

Com Maria do Carmo teve dois filhos homens, Francisco e Luizinho. O primeiro, segundo o entrevistado, é herdeiro da habilidade extraordinária do avô e o segundo vive uma situação de maior dependência dos pais, em virtude da deficiência de que é portador. O senhor Luiz é avô de apenas um garoto, filho de Francisco.

Senhor Luiz trabalha até hoje em sua própria oficina, oferecendo aos moradores de sua cidade, os serviços de um habilidoso consertador de toda sorte de objetos. Nesta mesma oficina, para aumentar seu rendimento mensal, conserta automóveis antigos, sendo conhecido entre os mecânicos da região por sua habilidade em reparar motores considerados irrecuperáveis.

Recentemente, sua casa foi atingida pela ampliação do galpão industrial de uma fábrica de barbantes vizinha. As obras provocaram rachaduras pelas paredes do imóvel. O proprietário da fábrica ofereceu-lhe uma outra casa, mas Luiz nega-se a aceitar a proposta, pois vive naquele quarteirão da cidade de Araraquara há cerca de cinquenta e dois anos, muito tempo antes da chegada da empresa.

## 2- Joaquim dos Santos Andrade (depoimento editado)

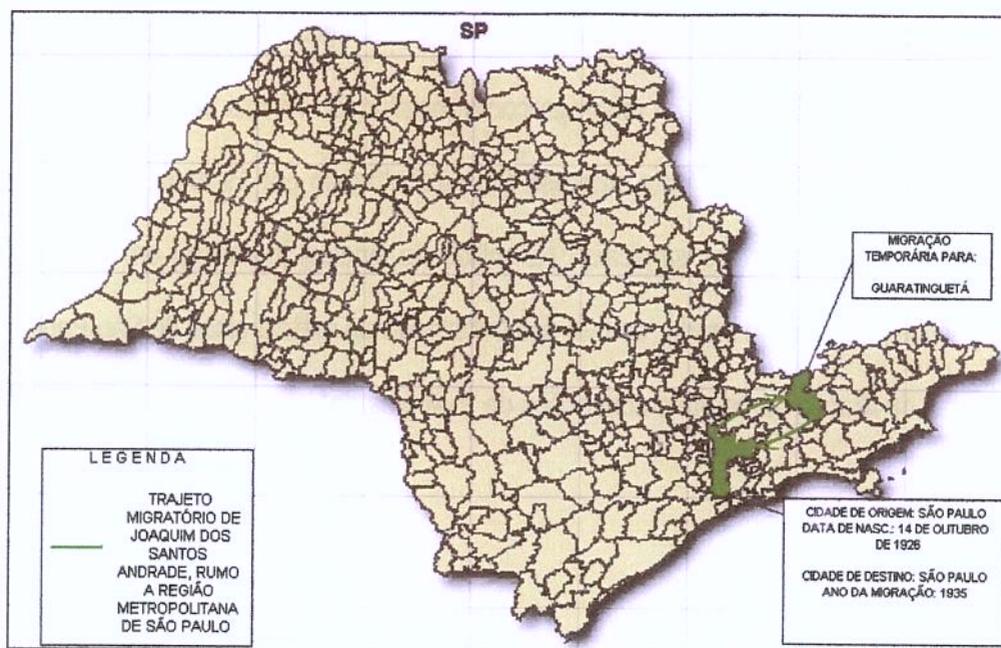


Figura 1: Imagem representando o mapa do Estado de São Paulo [Fonte: Ibge-Cidades]

Joaquim é brasileiro nascido na cidade de São Paulo em 14 de outubro de 1926, tendo 65 anos em 1991, ano em que seu depoimento foi gravado pelo Centro de Memória Sindical. Seus pais eram portugueses e exerciam a profissão de lavrador e professora em Portugal. Por “*questões políticas*” seu pai teve de abandonar o país, migrando para o Brasil, onde constituiria uma família de onze filhos homens, dos quais apenas cinco sobreviveram aos primeiros anos de vida.

Em 1927, com poucos meses de idade, seu pai mudou-se, com toda a família, para Guaratinguetá, cidade do interior paulista. No Brasil, seu pai garantia a sobrevivência da família com a criação de gado leiteiro. Em 1935, quando Joaquim tinha por volta de nove anos de idade, a família migrou novamente para a cidade de São Paulo, para viverem no bairro de Guaiaúna. Apesar de outras pequenas mudanças nos arredores da cidade de São Paulo, como para Guarulhos, Joaquim diz ter sido “*lá na zona leste que nós vivemos e até eu crescer, me emancipar, casar (...)*”.

A mãe do depoente, sendo professora, desejava a formação escolar dos filhos, de forma que Joaquim estudou até os 16 anos, ingressando no ramo metalúrgico depois de profissionalizar-se na escola Getúlio Vargas. Seu primeiro emprego como metalúrgico foi nas indústrias “Matarazzo” em 1943, como torneiro mecânico. Nesta empresa ficou trabalhando por 19 anos, “sendo dispensado, no início de 1962, por questões sindicais”. Na militância sindical ingressou em 1957 e teve uma trajetória política polêmica no interior da luta dos trabalhadores metalúrgicos de São Paulo, marcada por mudanças de filiação partidária e acusações de “peleguismo”.

### 3- Philadelpho Brás (entrevistado)

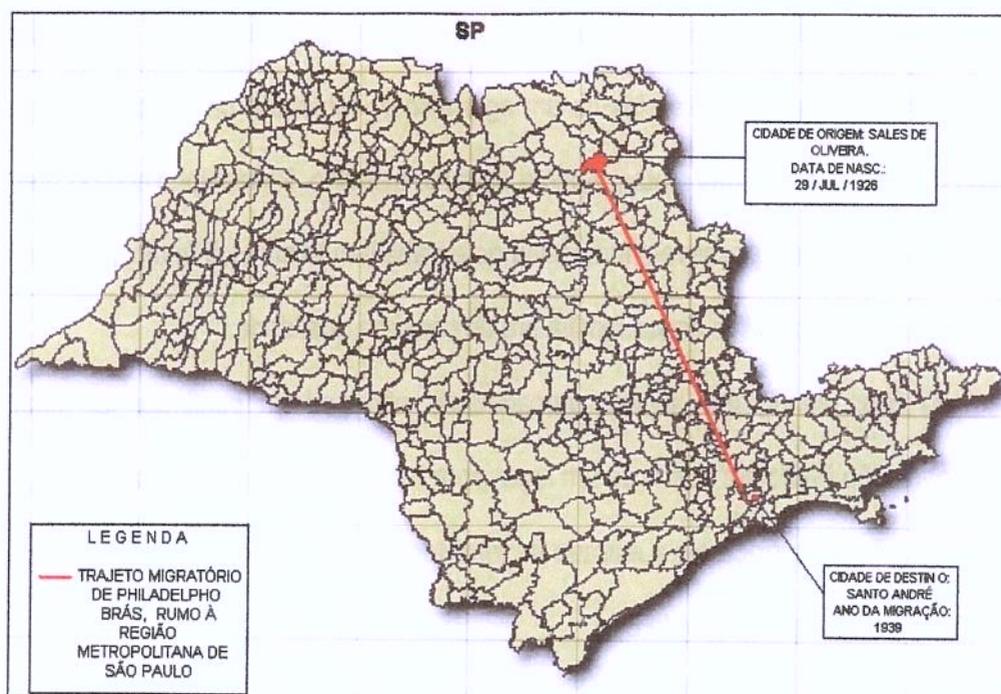


Figura 2: Imagem representando o mapa do Estado de São Paulo [Fonte: Ibg-Cidades]

O senhor Philadelpho é brasileiro, nascido na cidade Sales de Oliveira, no Estado de São Paulo, em 29 de julho de 1926, tendo 79 anos quando da realização da entrevista gravada em 2006, nas dependências do Museu de Santo André, em companhia de seu amigo, José Duda Costa. Segundo o entrevistado, seu pai era um baiano de Rio de Contas de trajetória errante. Sua mãe, por sua vez, era filha de italianos. O avô materno do entrevistado era sapateiro, segundo se recorda, toda a família materna trabalhava na arte do couro.

Aos seis anos de idade, Philadelpho ficou órfão de mãe e aproximou-se muito dos avós maternos. Na ocasião da morte de sua mãe, a família já estava bastante numerosa, com sete filhos (cinco homens e duas mulheres). Assim, não tendo condições de criar todas as crianças, Arlindo Brás, pai do entrevistado, entrega os filhos aos cuidados de avós e padrinhos, e cria ele próprio, apenas o mais velho, que já estava em idade de ir à roça. Depois de três anos, os avós devolvem a Arlindo os meninos para que possam lhe ajudar na lida diária.

Trabalhavam na fazenda, num latifúndio da família Pereira Lima. Além de cultivarem para subsistência, o pai do entrevistado era uma mão-de-obra diferenciada para o fazendeiro, pois, apesar de analfabeto, executava tarefas de um agrimensor: cercava e dividia pastos, cuidava das ferramentas e buscava lenha nas matas. Apesar de tanto trabalho, Philadelpho contou que levavam uma vida muito sofrida, pois passavam fome vivendo e trabalhando num latifúndio, já que a terra que o fazendeiro destinava ao cultivo dessa família era de péssima qualidade.

Arlindo Brás vendo que aquela precariedade não poderia continuar fez uma viagem exploratória para São Paulo em busca de um lugar para a família viver e prosperar. Então, em 1939, Arlindo e família vão de carroça até a estrada de ferro Mogiana e pegam a Maria Fumaça para São Paulo, desembarcando na Estação da Luz.

Por intermédio do tio, o pai do entrevistado arrumou um emprego, para trabalhar à noite, na “*Laminação Nacional de Metais*”. O irmão mais velho, logo tirou carteira profissional e foi trabalhar na “*Tecelagem Ipiranguinha*”. Philadelpho e o irmão mais novo cuidavam dos afazeres domésticos, além de fazerem pequenos bicos nas casas da burguesia, como carregar lenha e varrer o quintal.

Philadelpho levou essa vida de trabalho “*a troco de um prato de comida*” até 1943, quando, com os documentos nas mãos, começou a trabalhar como metalúrgico na “*Fichet*”, indústria especializada em fabricação de “*tancarias*”, reservatórios e estruturas metálicas. Nessa empresa, Philadelpho esmerou-se na manipulação do aço, desenvolvendo seu trabalho com destreza e encontrando realização e “*prazer*” nessa atividade.

Ainda na década de 40 aproximou-se do sindicato e começou sua longa trajetória nos movimentos políticos. Dentro da fábrica tinha um relativo *status* frente aos trabalhadores, tornando-se um consultor jurídico da classe. Em 1952 e em 1954, Philadelpho participou da direção do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André e assumiu o cargo de dirigente sindical por oito anos. Em 1961, segundo ele, foi preso pela primeira vez em função de sua atividade política e, em 1964 foi

deposto do cargo. Empregou-se por pouco tempo em outra metalúrgica, com o objetivo de completar o tempo de aposentadoria. Aposentado, fez parte da Associação dos Metalúrgicos Aposentados de Santo André, desenvolvendo sua preocupação com a história e a transmissão da memória.

Philadelpho casou-se em 1951 com uma ex-operária da “*Valisérie*”, com a qual teve quatro filhos, os quais diz ter criado modestamente. Atualmente, aos oitenta anos de idade transmite muita vitalidade e declara que sua integridade é mantida graças ao cumprimento diário de dois hábitos: ler e ouvir música. Mantém na oficina doméstica seu espaço para trabalhos manuais. Os filhos, embora intitulem tal espaço de “*bagunça*”, recorrem ao ex-metalúrgico para resolver os problemas mais corriqueiros da vida doméstica.

#### 4- José Duda Costa (entrevistado)

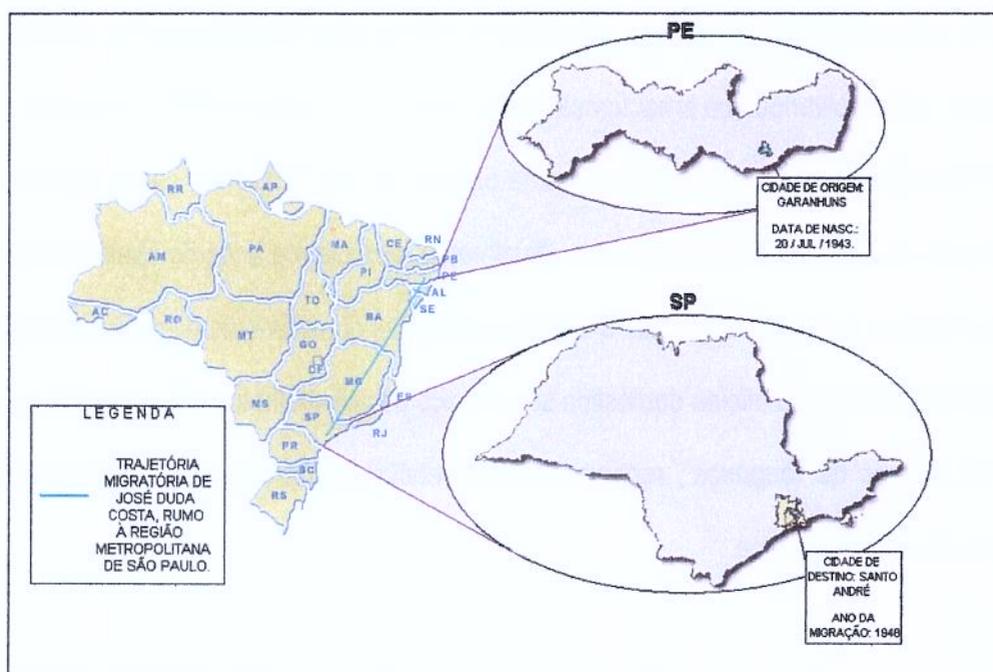


Figura 3: Imagem representando o mapa do Brasil, com zoom em dois estados: Pernambuco (PE) e São Paulo (SP) [Fonte: Ibge-Cidades]

O senhor José é brasileiro, nascido numa localidade rural próxima à cidade de Garanhuns, estado do Pernambuco, em 20 de julho de 1934, tendo 72 anos quando da gravação desse depoimento, realizado em entrevista conjunta com outro depoente – o amigo Philadelpho Brás – nas dependências do Museu de Santo André em 2006.

Seus avós paternos moravam também em Pernambuco e seus avós maternos, o entrevistado não chegou a conhecer. Entretanto, segundo conta a história familiar, a avó era: “(...) caboclona, ela era índia”. Os pais de José eram sitiantes, de cultivo farto privilegiado pela abundância de água naquela cidade, e tinham um armazém de secos e molhados, onde vendiam: milho, feijão, algodão, além da carne dos gados que negociava. A mãe administrava o lar e costurava, tanto para a família, quanto para os conhecidos da região. Seus pais tiveram sete filhos, dois homens, sendo ele o caçula, e cinco mulheres. Todos trabalhavam nas lavouras.

Aos dez anos de idade, José fica órfão de mãe, fato que inaugura momentos extremamente difíceis para toda a família e, sobretudo, para o caçula. Com a desagregação familiar que ocorreu após a morte da mãe, os irmãos tomaram seus rumos e José se viu sozinho com o pai, que a essa altura havia se tornado um homem agressivo. Então, ainda jovem, teve de assumir a responsabilidade sobre sua própria vida, vendendo frutas na feira. Com aproximadamente 11 anos, uma irmã, que já havia casado, o convidou para morar com sua família e trabalhar em uma oficina mecânica, a "*Oficina Gerusa*".

Com 13 anos de idade, o entrevistado recebeu outro convite, por parte de um irmão que já havia migrado para São Paulo, para que fosse à Santo André, trabalhar em uma empresa de ônibus. Assim, José embarcou sozinho, em caminhão de pau-de-arara, rumo à cidade das chaminés em fevereiro de 1948. Na empresa de ônibus, trabalhou na oficina como ajudante em geral até tirar a carteira profissional, aos 14 anos, continuando nessa oficina por mais um tempo. Foi viver em Cubatão, por um curto período, trabalhando em uma fábrica de doce de banana. Retornando para Santo André, empregou-se novamente na empresa de ônibus e logo se viu desempregado por conta da mudança de proprietário daquela empresa.

Depois de passar por tantas outras ocupações, como vendedor em loja de chuveiro, limpeza de prédio e restaurante, José começou a trabalhar na "*International Harvester*", fábrica de máquinas para a indústria automobilística, fixando-se nessa ocupação por seis anos, desde de 1956, como conferente de produção. Por volta de 1962, mudou-se para a "*General Electric*", permanecendo até o golpe militar, quando o setor que trabalhava no controle de qualidade foi fechado. Nesse intervalo ficou desempregado por seis meses, experiência que o marcou profundamente. Depois empregou-se na "*Volkswagen*," até a aposentadoria.

José se casou em São Paulo e teve seis filhos, os quais se orgulha de ter criado com liberdade. José é um poeta, intelectual orgânico da classe trabalhadora e grande apreciador da

música popular brasileira. Suas criações encontram, na infância vivida no sítio da família, em meio às *"farturas da natureza"*, uma fonte de inspiração. Vive com sua esposa em uma pequena casa, lugar onde afirmou não mais comportar sua coleção de discos.

## 5- Manoel Araujo Filho (depoimento editado)

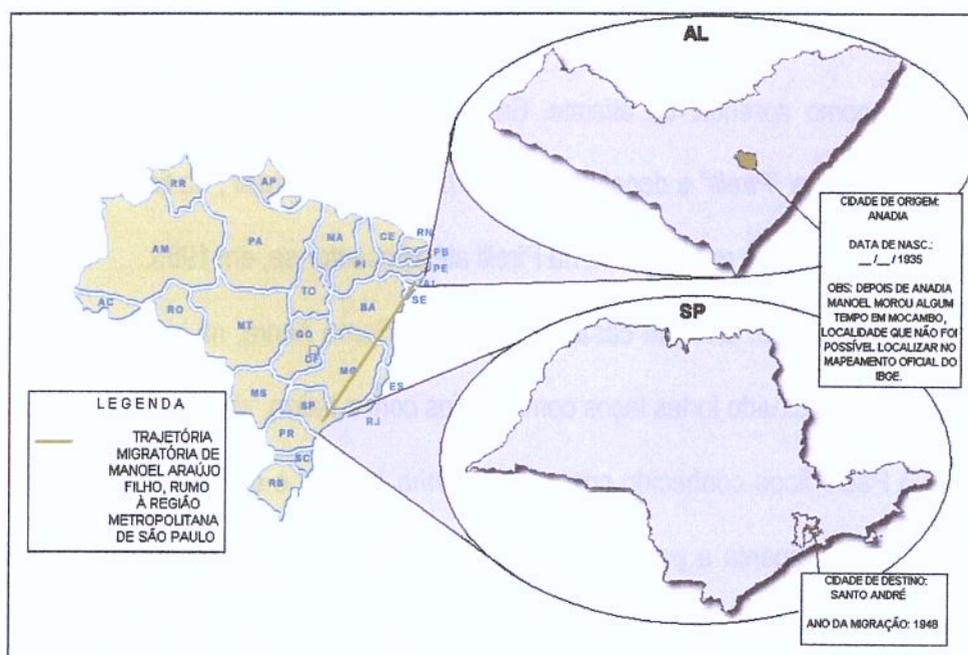


Figura 4: Imagem representando o mapa do Brasil, com zoom em dois estados: Alagoas (AL) e São Paulo (SP) [Fonte: Ibge-Cidades]

O senhor Manoel é brasileiro, nascido em Anadia, estado do Alagoas, por volta de 1935, tendo aproximadamente 65 anos em 2000, ano em que seu relato foi publicado pelo Museu de Santo André (no livro: *“De todos os lugares, histórias de migrantes”*).

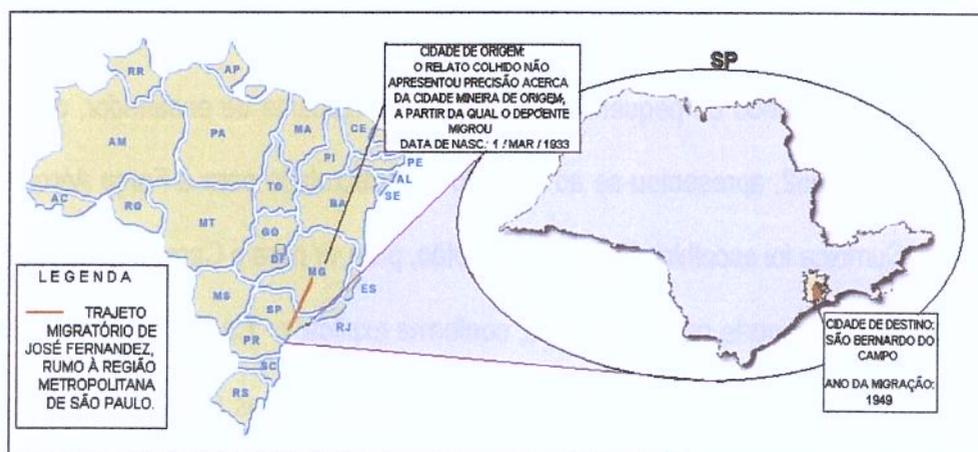
Em Anadia, Manoel morava com seus pais em um sítio, com os quais mudou-se, ainda criança, para Mocambo, onde seu pai tornou-se comerciante. Era *“comerciante razoável na cidade”*, recorda-se o depoente. Em 1948, aos 13 anos de idade, Manoel migrou para São Paulo com toda a família, numa viagem de caminhão que demorou 28 dias. O motivo da migração não apareceu claro na memória do mesmo; em suas palavras: *“Não sei bem porque meu pai quis vir para cá. Acho que é porque eu já tinha um irmão morando aqui, há três anos mais ou menos”*.

Depois de desembarcar na Estação do Brás e passar alguns dias na cidade de São Paulo, a família Araújo migrou para o interior do estado de São Paulo, numa cidade chamada Maripá. Neste município ficaram apenas *“o tempo de colher uma safra”*, no sítio que seu pai havia comprado.

Menos de um ano depois de chegarem na terra paulista, o pai de Manoel, preocupado com a educação dos filhos, mudou-se novamente, agora para a cidade de Santo André. Nesta, empregou-se, inicialmente, como aprendiz de alfaiate. Em 1956, Manoel passou a exercer a profissão de metalúrgico; primeiro na “Pirelli” e depois na “Willys Overland do Brasil”, na linha de montagem. Em 1966 foi demitido da Willys e re-ingressou na Pirelli até aposentar-se, em 1985.

Em 1969 casou-se, teve um casal de filhos. Em Santo André, na Vila Humaitá, Manoel re-enraizou-se, tendo construído fortes laços comunitários com o bairro, através do futebol amador e da igreja. Em São Paulo ficou conhecido como “Manezinho baiano” e diz não sentir falta de Alagoas, mas que, entretanto, lamenta a perda da naturalidade que o migrante, sobretudo o nortista, sofre desde quando chega em São Paulo.

## 6- José Fernandez (entrevistado)



**Figura 5:** Imagem representando o mapa do Brasil, com zoom apenas no Estado de São Paulo, já que não há precisão da cidade de origem no Estado de Minas Gerais [Fonte: Ibge-Cidades]

O senhor José é brasileiro, nascido em Minas Gerais, em 1º de março de 1933, tendo 73 anos quando da realização dessa entrevista, gravada dentro das dependências da Associação dos Metalúrgicos Aposentados (AMA), em 2006, na cidade de São Bernardo do Campo-SP. Suas origens foram pouco mencionadas ao longo da entrevista, demonstrando uma memória perdida acerca da trajetória familiar. Declarou, somente, que os pais também eram mineiros, mas que do lado paterno parecia haver um imigrante espanhol. A vida antes da migração para São Paulo era em fazenda. Seu avô era “carreiro”, fabricante de carro de boi. Na sua juventude, junto aos pais, levava a vida de “meeiro”, ou seja, conforme o entrevistado: “A gente não tinha nada, tudo que a gente fazia ficava mais para fazenda (...)”.

Assim, ao atingir 16 anos, a partir da indicação de um amigo que já morava em São Paulo, José chegou sozinho, em 1949, na cidade de São Bernardo do Campo. Sua primeira ocupação foi abrir valetas de encanamento para as ruas, por aproximadamente um ano, guardando cada centavo que conseguia, para viabilizar a vinda de seus pais. Sua condição de moradia nesse período inicial era extremamente precária, passando as noites dentro das tubulações que cavava durante o dia.

Ao final de um ano, conseguiu um “barraco” e um emprego para seu pai, como servente de pedreiro em uma construção, trazendo sua família para São Paulo. Até completar a idade para servir o exército continuou vivendo de pequenos serviços, como ajudante de encanador, de eletricitista e pintor. No início de 1952, apresentou-se ao exército e foi recrutado para a Força Aérea Brasileira. Chegando em Cumbica foi escolhido, num outro pelotão, para vir para o Campo de Marte, a partir de onde garantiu seu passaporte para a indústria, conforme explica: o *“Campo de Marte é justamente onde se montam os aviões, os motores, fuselagem, todas essas coisas (...) E, chegando em Campo de Marte (...), começou a aparecer os cursos: curso de mecânica, de eletricitista, telegrafista, rádio comunicador, instrumento, enfermaria”*.

Na Força Aérea trabalhou na montagem dos aviões. Depois de licenciado nos cursos, recebeu o convite para trabalhar na “Vasp” e assim o fez durante um ano. Em seguida mudou-se para Porto Alegre para trabalhar na “Varig”, como mão-de-obra qualificada. Depois de um ano em Porto Alegre, voltou para São Paulo ingressando na “Real Companhia Aérea”. Vivendo ainda em condições de moradia adversas, mas já possuindo um lote comprado no bairro onde hoje reside, construiu um barraco de tábuas, abrigando seus pais por mais um tempo.

Em 1959 recebeu o convite para trabalhar em São Bernardo do Campo, na fábrica da “Willys Overland do Brasil”, recém instalada, com salário dobrado. Ingressou, então, como testador de motor, construiu sua casa de alvenaria, até que, por volta de 1962, participou ativamente de uma paralisação grevista feita pelos trabalhadores da linha de montagem daquela fábrica. Destacando-se na liderança e no enfrentamento junto aos outros trabalhadores, José foi convidado pelo sindicato para fazer parte da nova diretoria. Depois de vitorioso nas eleições, o sindicato providenciou seu desligamento da firma e o encarregou do cargo de primeiro secretário geral do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo.

Em 4 de março de 1964, já casado e pai de três filhos, o entrevistado embarcou para Moscou, pois havia sido escolhido para fazer um curso de 90 dias na União Soviética, permanecendo nesse país por mais dois anos, em função da cassação de seus direitos políticos pela ditadura militar no Brasil. Apenas no final de 1966, José conseguiu uma entrada de retorno à São Paulo. No Brasil, ficou vivendo na clandestinidade, segundo ele *“até o limite do insuportável”*, pois, constantemente, ele e sua família tinham a casa invadida. Assim, refugiou-se na cidade de Marília, centro-oeste do estado de São Paulo.

Novamente sentindo que estava próximo de ser pego, mudou-se para o sítio de seu pai, na região de Ourinhos, com a esposa e filhos e, a partir daí, prometera não mais fugir. Fechou sua casa em São Bernardo e construiu um ranchinho de pau-a-pique no sítio do pai, onde criou seus filhos até 1979, vivendo da produção de uma grande variedade de culturas de subsistência e fumo de corda. Nesse mesmo ano retornou à sua casa, tirou uma nova carteira de trabalho e reingressou na indústria como ajudante na *“Ingepal”* (Indústria Geral de Parafusos).

Reengajou-se na militância sindical e passou a atuar, depois de aposentar-se, na Associação dos Metalúrgicos Aposentados (AMA) de São Bernardo, como vice-presidente da mesma, desenvolvendo, dentre outras atividades mais convencionais, uma proposta de re-inserção social do metalúrgico aposentado, através da música. Assim, coordenou a transformação de uma sala, dentro da AMA, em espaço cultural, na qual realizam cursos de música, bem como os ensaios e apresentações do Grupo Musical da AMA. José Fernandez, bem como seu neto, são também músicos desse Grupo, efetivando uma proposta inter-geracional por meio desta atividade.

A esposa do entrevistado reside com ele e sofre de perturbações psíquicas, as quais, segundo José, são decorrentes das perseguições sofridas pela família no tempo da ditadura. Tiveram três filhos, dois homens e uma mulher, os quais conquistaram uma condição material mais confortável que a dos pais, haja visto, a menção à fartura no sítio (recreativo) que os filhos possuem.

## 7- Orlando Aleixo Dias (entrevistado)

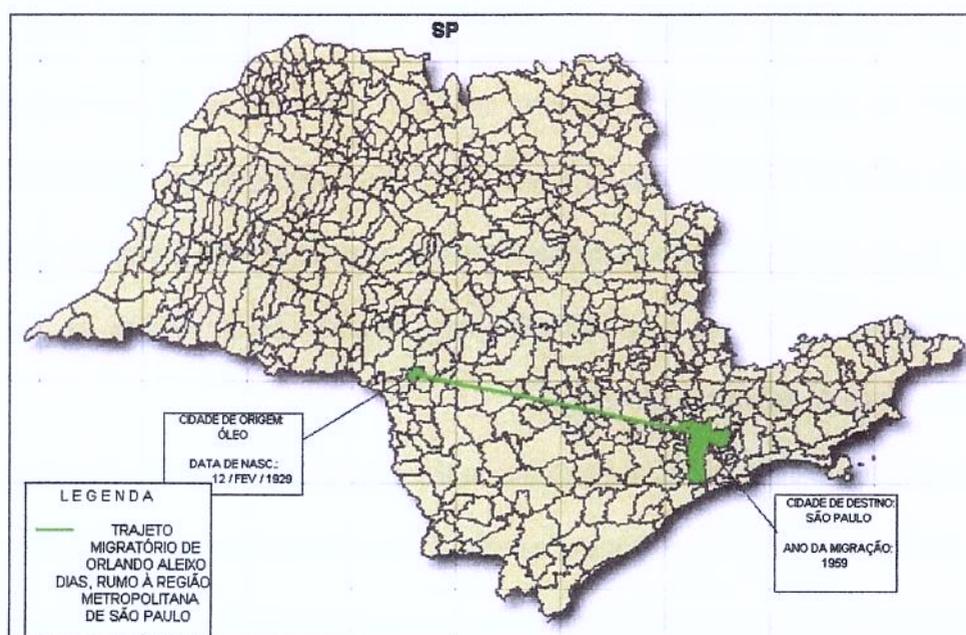


Figura 6: Imagem representando o mapa do Estado de São Paulo [Fonte: Ibge-Cidades]

O senhor Orlando é brasileiro, nascido na cidade de Óleo, estado de São Paulo, em 12 de fevereiro de 1929, tendo 76 e 77 anos quando da realização das duas entrevistas gravadas em sua residência em 2005 e 2006. Seus avós maternos eram imigrantes estrangeiros que chegaram no Brasil para trabalhar em lavoura de café. Passados alguns anos, compraram um sítio em Óleo e tocavam 20 mil pés de café em terras próprias e outras lavouras, como arroz e milho.

A avó materna era espanhola e o avô português, os quais tiveram sete filhos, três homens e quatro mulheres. Uma das moças dessa família, mãe do entrevistado, casou-se com Evaristo Aleixo Dias, pai de Orlando, com o qual teve cinco filhos (quatro homens e uma mulher). Seu pai nasceu em Santa Cruz do Rio Pardo e, conforme conta a memória herdada, a família paterna era de *“(...) brasileiros legítimos, a avó dele dizem que era até índia, legítima (...)”*. A terra da família, pertencente ao ramo do senhor Orlando, um sítio de seis alqueires, foi vendido pelo pai. Nas palavras de Orlando: *“Vendeu e não me avisou; eu teria ocupado o sítio, tinha lá plantação de frutas, um montão de coisas [que] fui tudo eu que plantei!”*.

Em 1949, aos vinte anos de idade, Orlando segue o caminho iniciado por uma tia materna que já havia migrado para São Paulo. Chegou sozinho de Maria Fumaça na estação do Brás, onde o tio Joaquim o aguardava. Por três meses e meio ficou residindo no porão da casa desses parentes, até que, tão logo se viu empregado, foi viver em uma pensão na avenida Tiradentes, em São Paulo.

Começou trabalhando no comércio, numa loja de armarinhos, ganhando muito pouco. Depois arrumou emprego numa fábrica de papel, na qual também ficou pouco tempo, apenas o suficiente para conseguir uma vaga numa mecânica, como auxiliar, de onde saiu ajustador e torneiro mecânico. Nessa fase morava com mais três amigos em um modesto *“apartamento”*.

Trabalhou por dois anos numa firma organizada por dois alemães. Nesse emprego trabalhou diretamente como metalúrgico. Fazia peças de aço para a indústria automobilística, além da manutenção de máquinas. Mudou-se para a refinaria de milho, a *“Milho Brasil ou Maisena”*. Depois para a *“Norton”* e Empresa Brasileira de Engenharia, que eram especializadas em montagem de plantas industriais.

Mudou-se para Mogi-Guaçu, com a esposa e seus três filhos (duas mulheres e um homem), para trabalhar como ajustador mecânico, com salário quase dobrado, na fábrica de papel, *“Champion”*. Residiam na colônia construída para abrigar os trabalhadores, mas ficou por pouco tempo, pois os filhos começaram a ter problemas de saúde em função dos agentes poluentes da fábrica, os quais eram escoados para o rio que passava naquela região. Por fim, trabalhou na metalúrgica *“Baldoni”*, até aposentar-se.

A esposa, ainda no início do casamento, trabalhava numa tecelagem de seda e após o aborto de um filho, incidente que senhor Orlando atribui à lotação do transporte coletivo que a mesma pegava todos os dias, passou a *“apenas”* cuidar dos afazeres do lar e da criação dos filhos. Tão logo Orlando sentiu-se estabelecido numa profissão, comprou um lote em Ermelino Matarazzo, onde construiu a casa em que vive até os dias de hoje.

Viúvo, senhor Orlando reside sozinho nessa casa buscando cuidar, autonomamente, da conservação do humilde lar e de sua alimentação. Na ocasião da primeira entrevista, na casa do fundo, residia a família de seu filho, policial militar, com um filho e esposa. Em 2006, quando Orlando deu novo depoimento à pesquisa, a casa do fundo tinha sido desocupada pelos mesmos, em virtude do assassinato do neto do entrevistado que ocorreu em frente à sua casa, por motivo de vingança contra o pai policial. As outras duas filhas vivem também em São Paulo e exercem a profissão de enfermeira e técnica de computador.

Orlando, um homem profundamente apegado às lembranças de família, estudou piano por sete anos quando trabalhava na indústria e contou sobre seu engajamento nas atividades musicais da Igreja Presbiteriana que freqüentava. Diz-se um admirador de música caipira, mas também se distrai anotando, em um caderno, todas as informações que a Rádio Cultura passa sobre música clássica. Os problemas em sua visão e audição, decorrentes do trabalho e do envelhecimento, inviabilizam as outras atividades que o satisfazia, como suas pescarias no interior de São Paulo e a visita à casa dos parentes que não migraram.

## 8- Miguel Digmanese (entrevistado)

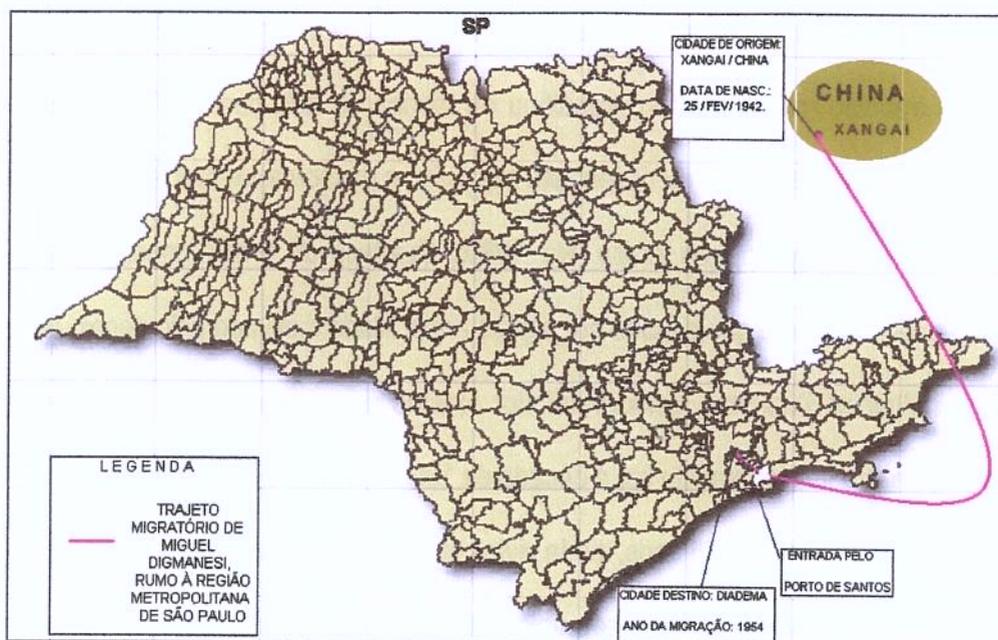


Figura 7: Imagem representando o Estado de São Paulo [Fonte: Ibge-Cidades]

Miguel é chinês, nascido no lado de dominação inglesa da cidade de Xangai, em 25 de fevereiro de 1942, tendo 64 anos quando da realização dessa entrevista gravada em sua residência, em 2006 na cidade de Diadema.

Seu avô materno trabalhava como comandante de embarcações. A família paterna era de origem filipina, seus avós tiveram quatro filhos, três mulheres e o pai de Miguel. Sua mãe era enfermeira e o pai era funcionário da área administrativa de uma empresa de combustível na China. Miguel teve cinco irmãos, uma mulher e quatro homens, os quais imigraram juntos para o Brasil, em maio de 1954. O trajeto levou 56 dias e após várias paradas em outros países, desembarcaram no porto de Santos.

No Brasil, seu pai arrumou emprego na “Ford do Ipiranga”, bem como uma vaga de aprendiz para o filho. Assim, em 1957 Miguel fez curso de mecânica e aprendeu uma profissão. Depois de dois anos sua mãe também começou a trabalhar no Brasil, e o entrevistado, por tratar-se do filho mais velho do casal, assumiu as tarefas do lar na ausência materna.

Depois de trabalhar como aprendiz de mecânico na parte de oficina de autos da Ford, o entrevistado empregou-se numa agência autorizada da mesma empresa, a “Sonevig”. Depois, em busca de um trabalho menos pesado, trabalhou na fábrica de auto-peças, “Parafusos Mapri”, no controle de qualidade. Fez curso de desenhista mecânico e passou a exercer essa função em outra firma de Santo Amaro, por pouco tempo. Na “Willys Overland do Brasil” conseguiu emprego no controle de qualidade, cargo que ocupou por alguns anos. Ainda motivado pelo desejo de ascensão social, foi trabalhar no comércio, como vendedor externo de uma empresa. Depois abriu oficina mecânica própria, em funcionamento até a década de 1990.

Com aproximadamente 26 anos, ainda vivia com os pais em sua casa. Depois casou-se com uma mulher brasileira, com a qual teve seu único filho. O filho fez faculdade e vive em uma cidade do litoral paulista com sua esposa. Miguel, após divorciar-se de sua primeira esposa, casou-se com Carmem, atual companheira do entrevistado. Vivem em sua casa própria, pequena e confortável, na cidade de Diadema, mas planejam ainda migrar para o interior paulista para viver uma velhice mais tranqüila e segura. Nessa cidade onde planejam estar no futuro, adquiriram um terreno que já abriga todas as máquinas da oficina mecânica que Miguel tivera, as quais não admite desfazer-se.

### 9- Antônio Aparecido Flores de Oliveira (entrevistado)

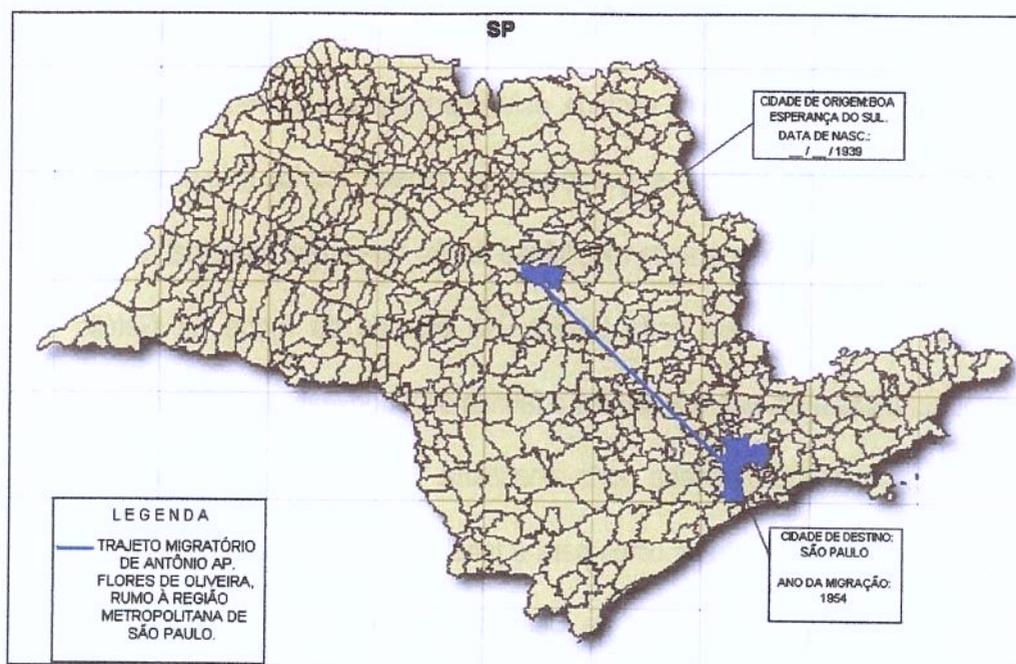


Figura 8: Imagem representando o Estado de São Paulo [Fonte: Ibge-Cidades]

O senhor Flores, como gosta de ser chamado, é brasileiro, nascido no município de Boa Esperança, no estado de São Paulo, em 1939, tendo, na ocasião da entrevista realizada em 2006, 67 anos. A entrevista foi gravada nas dependências da Secretaria da Justiça de São Paulo, no Parque do Colégio, por ocasião da reunião dos ex-presos políticos que acontece semanalmente naquele local.

Seus pais eram paulistas e segundo o entrevistado: *“eles eram camponeses, trabalhavam na lavoura. Meu pai trabalhava na máquina de café, de triturar café (...) [por isso] o fazendeiro dava um pedaço de terra para plantar arroz, feijão, milho, para o [nosso] consumo (...). E, então minha mãe(...) cuidava desse pedaço de terra”*.

Aos sete anos, Flores trabalhou como *“tangueiro”*: *“Tangueiro é aquele moleque que vai na frente dos bois, chamando os bois”*. No dia 25 de Janeiro de 1954, dia do Centenário de São Paulo, com quatorze anos de idade, migrou para São Paulo acompanhado de toda família (pai, mãe e os

nove irmãos). A chegada na Estação da Luz foi relembrada, com nostalgia, do tempo em que São Paulo comemorava seu centenário. Após vinte dias na terra nova, estão – seus irmãos e a mãe – prontos para voltar à terra de origem, vontade, esta, interrompida pela persistência do pai.

Logo ingressou no Senai e empregou-se na “*Fipam*”, fábrica italo-brasileira de parafusos. Flores teve uma trajetória com grande mobilidade dentro do parque industrial, empregando-se por curtos intervalos de tempo em cada fábrica. Na ocasião da morte de Getúlio Vargas, ele acompanhou uma passeata que o levou até a fábrica da Goodyear, onde foi preso pelo Juizado de Menores, por queimar uma bandeira norte-americana. Tal episódio inaugurou a vida política de Flores. Voltando insistentemente os olhos para a janela da saleta da Secretaria da Justiça, Flores, durante a entrevista, avistava o Pátio do Colégio, ao lado da Praça da Sé, rememorando os episódios vivenciados no passado, neste mesmo local.

Durante a ditadura foi preso em frente à fábrica em que trabalhava, apesar da resistência imposta pelos companheiros de trabalho. Depois da anistia política concedida pelo governo, Flores foi vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Desde que chegou em São Paulo é morador da Vila Formosa, tendo deixado o bairro apenas durante a ditadura. Casado, Flores afirma orgulhoso que sua esposa sempre trabalhou fora do lar. Entre outros comentários esparsos sobre sua vida particular e demonstrou, ao longo da conversa, satisfação em transmitir sua experiência de atuação política para as gerações mais novas.

## 10- João Chile (entrevistado)

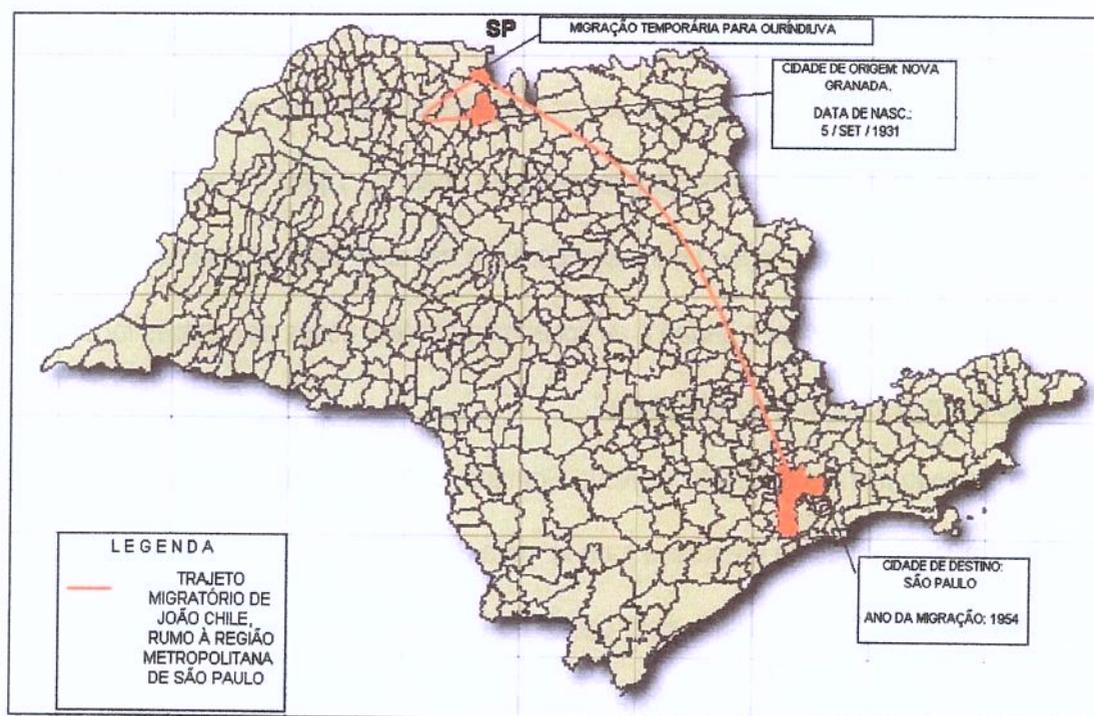


Figura 9: Imagem representando o Estado de São Paulo [fonte: Ibge-Cidades]

O senhor João é brasileiro, nascido numa localidade rural chamada Nova Granada, próxima a cidade de São José do Rio Preto, estado de São Paulo, em 5 de setembro de 1931, tendo 75 anos na ocasião da gravação desse depoimento, realizado em sua residência, em um bairro da zona leste de São Paulo, em 2006.

Seus pais eram espanhóis e tiveram treze filhos, tendo conseguido criar apenas três, já que os demais faleceram ainda crianças. A família não tinha terra própria, de modo que as lembranças sobre esse tempo de vida na roça estão marcadas pela privação material. Entretanto, esse período de sua vida é revivido também com nostalgia e boas recordações. Um personagem crucial na história de vida de João foi um ancião negro, chamado Rogato, com o qual viveu a magia da experiência transmitida por meio da narrativa. Rogato, intitulado pelo depoente como sendo um

“historiador oral”, residia em Ouríndiuva, localidade onde João morou depois de sair de Nova Granada.

Aos sete anos de idade João ficou órfão de mãe e, dois anos depois perdeu também o pai. Nessa circunstância, o depoente ficou sob os cuidados da irmã mais velha, já casada. Seu cunhado é lembrado com muito carinho já que, segundo João: “(...) [ele] se preocupava muito comigo, gostava muito de mim e pagou uma moça para me dar aula. Mas eu estudei com ela três meses. Depois ela foi embora para o sertão e eu fiquei na mão. Mas esses dois meses foi o suficiente para eu enxergar o mundo, hoje eu sou poeta!”.

Quando morava na região de Nova Granada, João ficou sabendo dos planos de um tio, que residia em Tupã, e que se preparava para vir para São Paulo. Então, dado sua imensa vontade de conhecer a cidade de São Paulo para cantar no Rádio, sentindo-se só, desligado de suas raízes desde a morte de seus pais, João foi à Tupã no trote de seu querido cavalo, chamado “Chumbo”, para combinar sua partida rumo à cidade de São Paulo.

A viagem e o contexto de chegada foram apagados de sua memória, não tendo conseguido narrar nada sobre esse episódio ocorrido em 1954. Com o dinheiro da venda do cavalo, ele viabiliza sua mudança para São Paulo, onde demorou a arrumar o primeiro emprego. Quando suas economias acabaram, iniciou sua primeira atividade na cidade, no ramo da construção civil, como “bate-estaca”. Depois, empregou-se em uma fábrica de zíper, até que ingressou no ramo metalúrgico, primeiro como “prensista” e depois como “soldador”. Em 1958, João tornou-se funcionário da “Mercedes-Benz”, onde ficou por oito anos.

Depois de passar por tantas outras ocupações, ainda na Mercedes-Benz, filiou-se à AP (Ação Popular), desenvolvendo atividade política. Nessa fase, ficou conhecido na indústria como “Gazetinha”, já que era ele quem transmitia os informes sobre os atos políticos. Em 1964 foi preso

pela polícia política na fábrica em que trabalhava e sofreu terríveis torturas, no interior do prédio do DOPS.

Casado desde 1958 com Alzira, é pai de quatro filhos, três mulheres e um homem, e avô de duas crianças. As filhas são: arquiteta, psicóloga e funcionária qualificada de uma grande empresa. O rapaz é técnico em elétrica. João guarda um enorme orgulho de sua família e encontra em seus filhos, o reconhecimento e o apoio para a confecção de suas poesias. Na casa própria no bairro chamado Cangaíba, onde reside desde 1962, atualmente divide o espaço, pequeno e confortável, apenas com sua esposa. João encontra o significado para a sua velhice, nas atividades de ação social no bairro e na luta contra os danos morais causados pela ditadura, os quais, para ele, jamais poderão ser restituídos. Sobretudo, o operário aposentado recria suas agruras e prazeres vividos, em versos e prosas, compondo-os a partir dos ingredientes fornecidos por sua memória e por sua experiência.

## 11- José Guilherme Santiago (entrevistado)

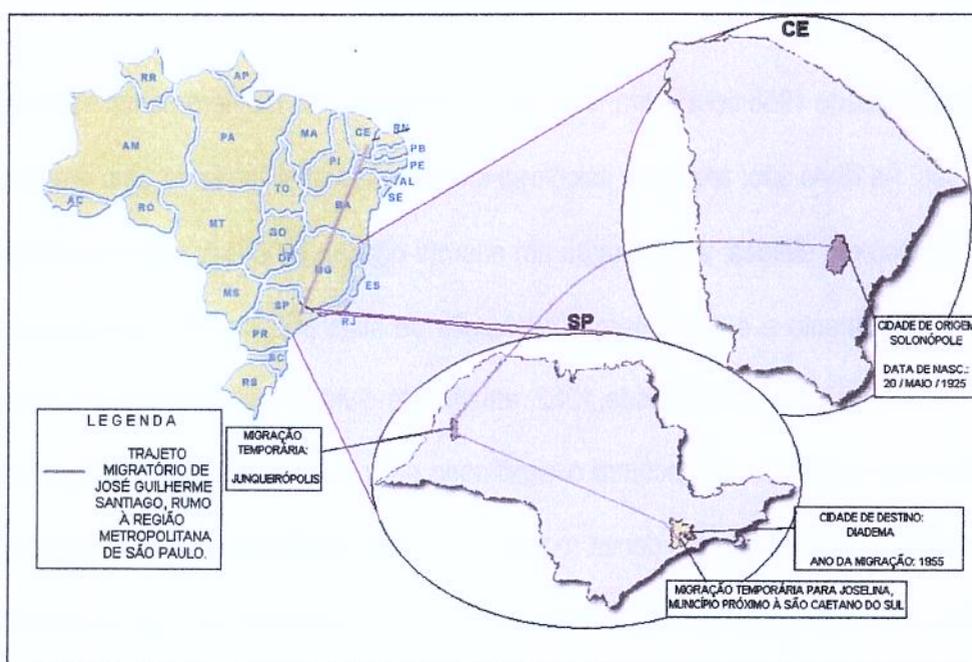


Figura 10: Imagem representando o mapa do Brasil, com zoom em dois estados: Ceará (CE) e São Paulo (SP) [Fonte: Ige-Cidades]

O senhor José é brasileiro, nascido na cidade de Solonópole, estado do Ceará, em 20 de maio de 1925, tendo 81 anos quando da realização da entrevista, gravadas em 2006, nas dependências da Associação dos Metalúrgicos Aposentados (AMA) em São Bernardo do Campo-SP. Em meio às lembranças esparsas sobre os avós, o entrevistado lembra o que se dizia no seio da família sobre suas origens: suas avós, materna e paterna, eram irmãs, filhas de um espanhol que apadrinhou uma menina indígena, a qual teria dado a luz às essas duas mulheres. José Santiago conheceu apenas seu avô paterno, um homem negro chamado José Filipe de Melo.

Os pais do entrevistado eram proprietários de algumas terras, onde criavam gado, de forma que na localidade onde viviam, ele e seus cinco irmãos (dois homens e três mulheres) eram considerados ricos. Em janeiro de 1950, José casou-se com Roselha Maria dos Santos em Solonópole, ainda que sem o consentimento do pai. Homem rígido, ex-sargento do exército, prometera nunca mais falar com o filho caso desobedecesse a sua ordem. No entanto, aos seus 25

anos consumou-se a sua união. O casal permaneceu na região por mais um ano. Decepcionado com a distância afetiva do pai, José decidiu migrar com sua esposa, por volta de 1952, para tentar a vida no estado de São Paulo, onde tiveram três filhos. Partiram rumo ao interior paulista, para trabalhar nas fazendas da cidade de Junqueirópolis, lugar para onde um grupo de conhecidos se dirigia.

Permaneceu nessa região, trabalhando nas colheitas de café e de algodão até 1955, quando resolveu migrar novamente para empregar-se nas indústrias da capital paulista, já que estava insatisfeito com a vida naquela região: “(...) *trabalhava muito e não ganhava quase nada, ganhava muito pouco*”. Chegando em São Paulo, parou em Joselina, perto de São Caetano, onde teve sua segunda filha. Moravam de aluguel até que conseguiu usar sua parte da herança da família, do Ceará, para construir sua casa própria em São Paulo, na qual ficou por onze anos.

Em 1955, ingressou nas indústrias “*Matarazzo*”. Trabalhando ali durante onze anos, adquiriu um problema pulmonar em função da intoxicação química sofrida nessa indústria. Nessa primeira ocupação trabalhava na linha, nas prensas de papel e papelão. Depois foi empregado na Goodyear e, mais tarde, na estamperia da “*Mercedes-Benz*”. Aposentou-se depois de doze anos e meio nessa última empresa. Quando ingressou na Mercedes mudou com toda a família para Diadema, local onde continua residindo com sua esposa. Até o momento em que foi realizada a entrevista, o senhor José Santiago fazia parte da gestão de presidentes e secretários da Associação dos Metalúrgicos Aposentados (AMA) ocupando-se da atividade de recepcionista da Associação.

A renda conseguida com a lavoura era insuficiente para suprir as necessidades da família numerosa, forçando o pai de Adicel a vender tudo o que tinham e mudar-se com toda a família para São Bernardo do Campo, em 1957. Inicialmente, sustentavam-se com alguns trabalhos feitos na rua pelo pai, como pipoqueiro e, em 1958, o mesmo ingressou como metalúrgico da “Volkswagen”.

Adicel chegou à cidade ainda menino. Vendia frutas e especiarias na rua para garantir algum dinheiro. Em dezembro de 1958, o depoente empregou-se numa fábrica de espelho ao longo de quase dois anos. Em outubro de 1960, Adicel ingressou no Senai interno da Volkswagen, para aprender a profissão de ferramenteiro. No segundo ano nessa escola, que ficava nas dependências da Volkswagen de São Bernardo do Campo, o jovem operário fez estágio no processo de produção da fábrica, adquirindo conhecimento prático sobre diferentes setores da produção.

O ex-operário aprendeu essa profissão e diz ter encontrado satisfação nos poros do trabalho metalúrgico. Dentro da indústria sempre trabalhou num setor privilegiado em relação à linha de montagem, a “ferramentaria”. Durante este período, a vantagem se assentava, para Adicel, no tempo e no espaço de trabalho junto às bancadas. Atualmente, casado com uma mulher nascida no estado do Rio de Janeiro, divide com um de seus filhos as tarefas do pequeno comércio de doces.

### 13- Jayme Bento (entrevistado)

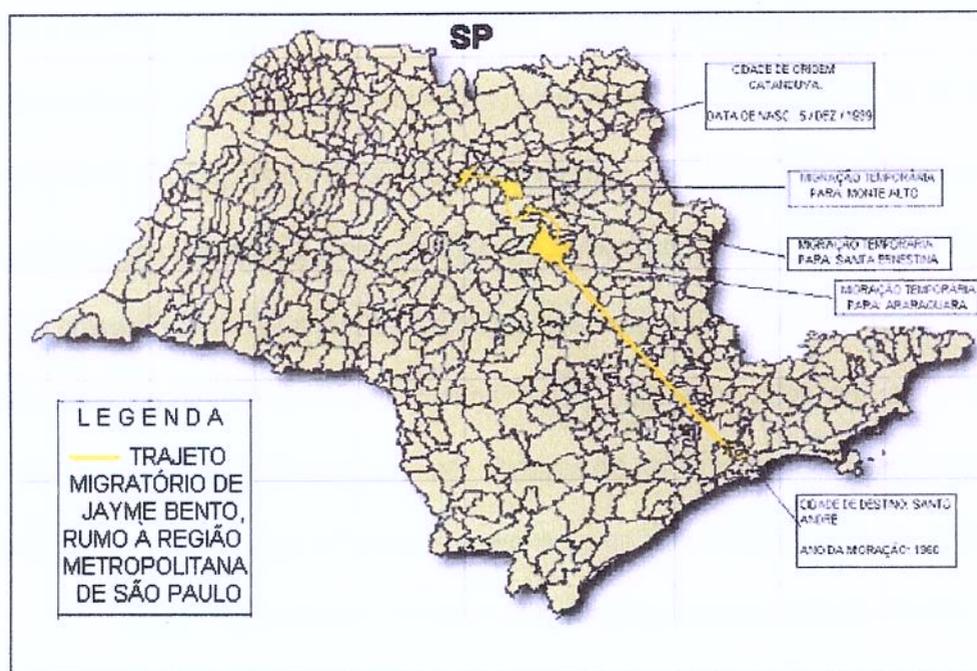


Figura 12: Imagem representando o mapa do Estado de São Paulo [Fonte: Ibge-Cidade]

O senhor Jayme é brasileiro, nascido na cidade de Catanduva, interior do estado de São Paulo, em 5 de dezembro de 1939, tendo completado 66 anos às vésperas da realização dessa entrevista, em 2005, na cidade de Santo André, local de residência do mesmo. Seu avô materno era suíço, e o paterno era português. Ambos tiveram quatro filhos com as respectivas esposas. Segundo o entrevistado: “(...) *as minhas duas avós são aquelas caboclonas morenas do interior de São Paulo*”.

Conforme conta a história narrada no seio da família paterna, seu bisavô era proprietário de algumas terras: “(...) *eles tinham uns fazendões (...)*”. Conforme a sucessão familiar foi se dando, as terras foram sendo repartidas para os descendentes, restando apenas dois alqueires, hoje sob posse de um primo que mora em Aparecida de Monte Alto.

Quando jovem, seu pai trabalhava como “*retireiro*” (vaqueiro) nas fazendas da região de Catanduva, depois Monte Alto e Santa Ernestina. Jayme e seus cinco irmãos trabalhavam também

no cultivo de várias plantações. Mais adiante, seu pai e o seu tio arrumaram emprego no Horto Florestal, migrando novamente com as respectivas famílias para a região de Araraquara. Os irmãos inauguram a trilha que levaria alguns membros da família à vida na cidade industrial.

Em 1960, solteiro e aos 20 anos de idade, o entrevistado partiu rumo à cidade de Santo André, empregando-se inicialmente na Ródia Química, quando cursou desenho mecânico com o objetivo de ingressar no ramo metalúrgico automotivo. Tendo como trunfo nas mãos esses conhecimentos técnicos adquiridos numa breve formação, o entrevistado justificou sua alta rotatividade na carteira de trabalho, em função da busca de um salário mais elevado, oferecido no parque industrial do ABC paulista. Sua passagem pela indústria automobilística, como operário de chão de fábrica, começou na *“Willys Overland do Brasil”*, depois *“Vemag”*, *“Volkswagen”*, *“Motores Ferke”*, *“Scania”* e *“Mercedez Bens”*, aposentando-se em 1992 nessa última empresa.

Jayme Bento é casado com Maria Isaíde e reivindicam o título de primeiros moradores do Jardim Ana Maria. A esposa é migrante pernambucana, filha do homem que teria desbravado as matas dessa região de Santo André para a construção das primeiras casas. Pais de sete filhos lamentam o esvaziamento da casa, devido ao casamento de alguns deles e a ausência de emprego para os demais, que tem levado alguns a emigrar para a Europa. Jorge e Helena fizeram faculdade. Cléber teve de interromper o curso devido a demissão no emprego. Cláudia, Ricardo, Sheila e Odilon têm formação técnica. Duas filhas já partiram para Londres para trabalharem em restaurantes e, o caçula, se prepara para fazer o mesmo trajeto migratório.

Assim, morando em casa própria e agregando à aposentadoria a renda da esposa, vendedora de cosméticos e roupas há muitos anos, o senhor Jayme e Maria Isaíde, ainda dizem ter condições de ajudar financeiramente quatro dos seus sete filhos, os quais vivem as incertezas da classe trabalhadora no mundo contemporâneo.

#### 14- José Brás Sobrinho (entrevistado)

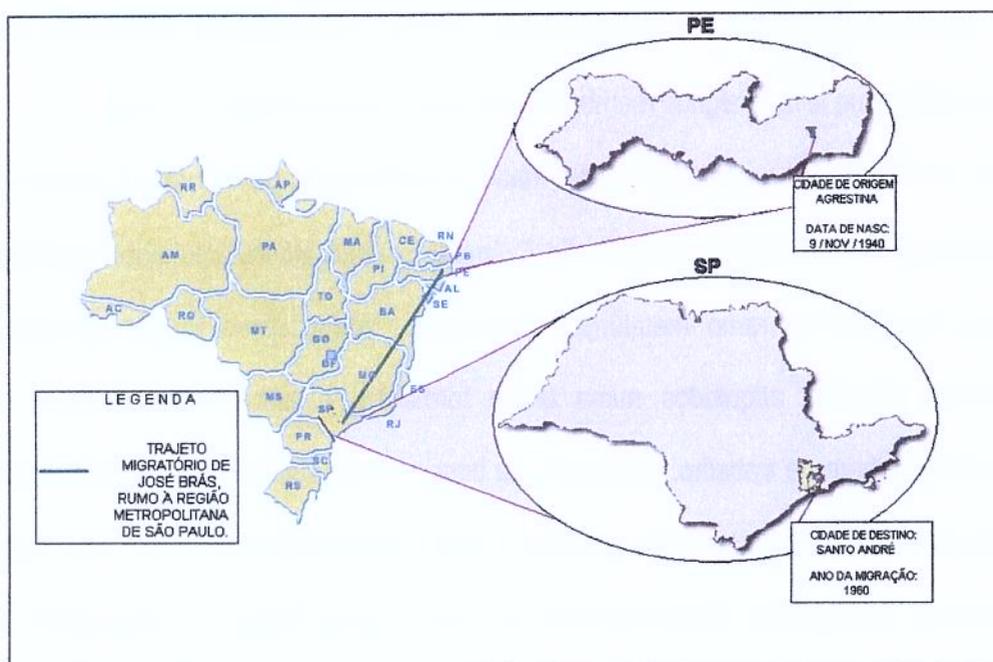


Figura 13: Imagem representando o mapa do Brasil, com zoom em dois estados: Pernambuco (PE) e São Paulo (SP)  
[Fonte: Ibge-Cidades]

O senhor José é brasileiro, nascido na cidade de Agrestina, na região do agreste do estado de Pernambuco, em 9 de novembro de 1940, tendo 66 anos em 2006, ano em que essa entrevista foi gravada. A entrevista foi gravada nas dependências da Secretaria da Justiça de São Paulo, no Parque do Colégio, por ocasião da reunião dos ex-presos políticos que acontece semanalmente naquele local.

A descendência paterna é incerta, mas algumas evidências o fazem desconfiar da presença de um imigrante espanhol na composição genealógica. Por sua vez, pelo lado da mãe, José garante a ascendência indígena. Conforme conta a história narrada no seio da família paterna, seu pai era nordestino da região do sertão, migrando para o agreste, local onde fincaria raízes e garantiria a sobrevivência da família a partir da agricultura em terra própria. Em Agrestina, a família larga se desenvolveu. Seus pais tiveram onze filhos, seis homens e cinco mulheres. Apesar de serem

proprietários das terras que cultivavam, as secas que atingiam essa região do Pernambuco, tornavam a vida difícil e a sobrevivência incerta.

Assim, em 1960, solteiro aos 20 anos de idade, José migrou de ônibus, sozinho para São Paulo. Depois de 13 dias de viagem, desembarcou na estação e hospedou-se na casa de um tio, que já havia migrado anteriormente. Seu primeiro emprego na terra nova foi na “Swift”, em um matadouro de porco, experiência que em pouco tempo mostrou-se insuportável: *“E, aí eu ia almoçar na casa de meu tio, e meus primos eram pequeninhos, e quando eles me viam eles saíam correndo, [por causa do] mau cheiro de porco, era horrível! Não tinha sabão que tirava, então eu fiquei dois meses lá, não gostei também e aí trabalhei seis dias numa metalúrgica, na Laminação Nacional de Metais”*.

Nessa metalúrgica, a condição de trabalho era extremamente perigosa, acidentando-se logo nos primeiros dias nesta ocupação. Então, “[em] cinco de dezembro de sessenta” José empregou-se nas *“Máquinas Ipiratininga, que era metalúrgica aqui em São Paulo, aí eu fiquei quatro anos trabalhando aqui nessa metalúrgica, (...) na estamperia, estampava peças para a Volkswagen, para a Scania, para a GM, a Sinca”*. Em 1964, José foi convidado por Frei Chico, irmão do Lula, para integrar os quadros das lideranças sindicais do ABC paulista: *“A minha militância começou mesmo em sessenta e quatro, quando eu fui convidado pelo Frei Chico, que era irmão do Lula, (...) a gente começou a conversar, e (...) no dia 2 de setembro de 64, começou a minha militância mesmo pela Volkswagen, minha entrada foi dia 2 setembro de 64. Em 1968, participei do primeiro encontro, congresso dos metalúrgicos, isso aí no ABC. E, praticamente foi aí que a gente começou o trabalho e a perseguição era muito violenta”*.

Assim, depois que foi mandado embora da Volkswagen, a sua atuação na resistência sindical dos operários dificultou o seu ingresso em outras metalúrgicas do ABC. Passou um ano e meio desempregado e percebeu que naqueles arredores já estava *“queimado”*. Procurando emprego

na cidade de São Paulo, rapidamente viu-se com três ofertas de trabalho. Ingressou numa fábrica de brinquedos, a “Troll”, e depois de sentir-se novamente com o emprego garantido, foi, pouco a pouco, retornando à militância. Segundo se recorda, um momento foi decisivo para seu retorno ao sindicato, agora de São Paulo: *“foi quando, nas nossas assembléias, ele [o Lula] falava: “cada um aqui tem que ser o Lula!”. Aí eu via a necessidade de vir para a luta, também participar porque senão não tinha mudança”*. Assim, assumiu a diretoria do sindicato em 1985 e permaneceu até 1992. Em São Paulo, José casou-se e teve três filhos. Hoje continua engajado nas lutas da classe trabalhadora.

## **I.2. A história oral e a memória nos caminhos da pesquisa.**

Com o propósito de compreender as experiências acima narradas, buscou-se apreender algumas práticas de resistências cotidianas, criadas por ex-metalúrgicos na procura por alternativas ao estranhamento decorrente do trabalho. Como lampejos de liberdade contra esta condição – vivenciada por esses sujeitos ao longo da construção de um projeto de Brasil moderno – através dessas práticas de recusa foi possível constatar traços de rebeldia, presentes na tradição e no trabalho humano, os quais foram os ingredientes da resistência desses trabalhadores da roça e do aço, no amálgama do rural e do urbano. Deste modo, vale discorrer alguns comentários de natureza metodológica acerca das técnicas empregadas nesta pesquisa, bem como uma breve etnografia sobre a experiência de campo.

O processo de reconstrução da história através da memória de alguns narradores, parte do princípio de que não há uma única concepção da história vivenciada, nem tão pouco um conhecimento aprisionado ao passado. Segundo, Weil (1996): *“Seria vão voltar as costas ao passado para só pensar no futuro”*, pois não há futuro sem passado: *“É uma ilusão perigosa acreditar que haja aí uma possibilidade”* (1996: 418).

Para Benjamin, a memória é a mais épica de todas as faculdades. Pela memória é possível a apropriação da reminiscência de um passado: *“A reminiscência funda a cadeia da tradição, que transmite os acontecimentos de geração em geração”* (Löwy, 2005: 211). Na memória vive um passado, como nos gestos mais cotidianos de caminhar e comer. Na memória, os lugares vividos são como presenças de ausências. Os lugares são lembranças fragmentárias, tempos empilhados que podem se desdobrar, mas que estão ali à espera da montagem de um quebra-cabeça.

Para Ecléa Bosi, uma lembrança é um diamante bruto que precisa ser lapidado pelo espírito. As experiências, hábitos, afetos, convenções vão ser a matéria da memória, sem as quais recordar as lembranças seria uma repetição do estado antigo, e não uma reparição. Segundo Bosi (1994),

esse trabalho é motivado pelo desejo de explicação que *“atua sobre o presente e o passado, integrando suas experiências nos esquemas pelos quais as pessoas norteiam sua vida. O empenho do indivíduo em dar sentido à sua biografia penetra as lembranças com um ‘desejo de explicação’”* (1994: 419).

Portanto, reconstruir um passado através dos retalhos de memória dos sujeitos dessa história não significa, portanto, conhecê-lo na sua veridicção. Para Benjamin (1994c): *“Cabe ao materialismo histórico fixar uma imagem do passado, como ela se apresenta (...) ao sujeito histórico, sem que ele tenha consciência disso”* (1994c: 224). Então, o significado de um estudo, que reivindica o materialismo histórico, voltando-se ao passado através de um mergulho nas águas turvas do progresso, deve ser o de *“(...) arrancar a tradição ao conformismo, que quer apoderar-se dela”* em cada época (1994c: 224).

Segundo Vilanova (2003), através da memória sentimos a continuidade da própria existência e a consciência da profundidade temporal. Inventamos, desse modo, nosso passado graças às luzes distintas que emanam do presente. A autora se remete a situação desagregadora da memória, do passado e da própria existência, vivida pelos sobreviventes dos campos de concentração nazistas, cuja engenharia soube elevar ao extremo o mecanismo de destruição do passado e do futuro, dificultando o sentimento de confiança necessário à manutenção da integridade física e psíquica dos sujeitos. Esse suporte do passado atua através da cultura e da história: *“A cultura ou a história funcionam como a caverna que oferece proteção e satisfaz a necessidade de confiança e, essa é uma tarefa imprescindível do historiador”* (Vilanova, 2003: 28). Essa confiança é fruto da integridade da memória.

Após longo trajeto mnemônico sobre suas origens, Philadelpho declara a satisfação presente na busca dessa integridade, segundo ele é *“gostoso falar sobre essas coisas”*.<sup>19</sup> O depoente continua sua narrativa contando um episódio de sua vida em que retorna à cidade de origem, mostrando que a memória, a re-captura de um passado perdido, é também resistência, no contexto de extinção dos narradores no mundo moderno:

Eu fiz um retorno na minha cidade há uns dois anos atrás, e numa mesa reunimos os filhos mais antigos da cidade. (...) E fui conversando, mas [as pessoas estavam muito] fechadas. Então, (...) comecei a fazer provocação: “Eu fiquei tantos anos fora daqui, voltei depois de quarenta anos, eu lembro de tudo isso aqui, vocês não sabem, vocês que moram aqui?!” (sr. Philadelpho, 2006).

Assim, segundo o mesmo, depois dele relatar aos conterrâneos de Sales de Oliveira, as suas lembranças sobre pessoas da cidade que fazem parte dos suportes materiais de sua memória, todos os outros moradores presentes iniciaram também suas rememorações. Nas palavras do entrevistado:

Eu citava tudo isso.... Dali a pouco, quebrou aquela inibição, não deu para fazer mais reunião nenhuma! [risos] [Porque] todo mundo falava ao mesmo tempo! Desencadeou uma reação, [desde que] eu comecei a contar fatos da minha [vida de] quando eu era criança! (...) (sr. Philadelpho, 2006).

Deste modo, tecendo as lembranças, os acontecimentos são re-temporalizados e re-significados, possibilitando uma reconstrução válida tanto para a ciência histórica e sociológica, quanto para as estruturas internas dos sujeitos históricos. A partir dos retalhos de memória fornecidos por uma amostra qualitativa de informantes, buscou-se alinhar a memória coletiva à história social, já que na narrativa de apenas uma pessoa encontramos muitas vozes, as quais comunicam as concepções de mundo de seu grupo, bem como aquelas tomadas de empréstimo ou impostas no seio das relações de dominação.

A pesquisa de campo realizada forneceu o alicerce empírico deste estudo, na medida em que permitiu observar a experiência dos entrevistados, tanto como reprodução dos valores da

---

<sup>19</sup> (sr. Philadelpho Brás, 2006).

“sociedade majoritária”, quanto como valores, ativos, pertencentes a uma “memória coletiva subterrânea”. Tomando de empréstimo a reflexão feita por Pollak (1989/n3) acerca das memórias subterrâneas que podem emergir nas ocasiões criadas pela aplicação da história oral, é possível afirmar que logo a após a primeira entrevista, realizada na residência de Orlando, na zona leste de São Paulo, o “*inconfessável*” apareceu, inaugurando a adequação dos temas abordados nos roteiros. Tal depoente, depois de terminada a gravação, convidou-me para tomar um café na cozinha. Em cima da pia havia um tripé de aço, sob o qual Orlando apoiava o coador de pano de todo dia. Espontaneamente, o mesmo voltou a atenção para tal objeto e disse tê-lo produzido na fábrica, buscando imitar a “mariquinha” de madeira que seu pai usava na roça. Mostrou também uma concha de feijão, e perseguiu, sem intenção, um diálogo revelador.

Esse momento foi de grande importância para os rumos da pesquisa, porque revelou presente na vida cotidiana, indícios significativos da “*reminiscência*” de um passado rural, recriado no contexto urbano. Então, à rebeldia muda das coisas, as lembranças se uniram recriando a experiência desse tempo perdido. Ao apresentar estes objetos, produzidos na clandestinidade da fábrica, Orlando deu a chave da pesquisa: a resistência pelo trabalho e não pela recusa do mesmo. Uma prática social recorrente na experiência operária e que ainda não havia sido discutida pela literatura consultada.

“Biscate” foi um termo – provavelmente carregado de conotação pejorativa – empregado pelos agentes da sociedade do controle e da propriedade privada, re-capturado pelos operários ao longo da pesquisa de campo, para designar esses objetos forjados na fábrica, mas não para a fábrica. Objetos que não são mercadorias, pois não foram produzidos visando a realização do seu valor-de-troca. São, sobretudo, formas preliminares de liberdade e de emprego da criatividade, na produção de valor-de-uso no trabalho manual, conforme será abordado no Capítulo III.

Alguns trabalhadores reiteraram sem constrangimento tal prática e outros evitaram ou se negaram a falar sobre isso. Quando já estava realizando a nona entrevista gravada, o motivo de tal silenciamento deu seus primeiros sinais. Os objetos produzidos enquanto “biscates”, representavam para a empresa, bem como para uma ala do movimento operário sindical, “roubo”. Assim, a impaciência de um dos entrevistados, com a insistência acerca deste ponto do questionário, forneceu pistas sobre os motivos daqueles que silenciaram, ou que negaram ter empreendido tal prática ao longo de sua trajetória na fábrica.

Segundo Maria Isaura Pereira de Queiroz, em *“Relatos Oraís: do indizível ao dizível”*, apenas depois dos anos 40 os pesquisadores perceberam que os valores, as emoções, tudo aquilo que, pela metodologia estatística de amostragem, “*poluía*” os fatos, permaneciam escondidos nos próprios dados estatísticos, já que até na finalidade da pesquisa já estava impresso as próprias percepções do pesquisador. Diante dessa confiança na neutralidade da técnica estatística de amostragem, a história oral<sup>20</sup> – reunindo, dentre outras técnicas: história de vida, depoimento oral, relato oral e entrevista – ficou em eclipse durante muito tempo: *“Aos olhos dos cientistas sociais, as histórias de vida e, de modo geral todo relato oral, se apresentava ‘cheios de subjetividade’”* (Queiroz, 1988: 32).

Sob a ótica dessa metodologia estritamente quantitativa no interior das ciências humanas, a escolha dos depoentes entrevistados, deveria realizar-se mediante uma amostragem numericamente determinada, já que apenas a quantidade de informantes poderia garantir, que as informações coletadas, tivessem validade enquanto fenômeno social. Entretanto, Queiroz (1988) afirma que: *“O indivíduo é também um fenômeno social. Aspectos importantes de sua sociedade e*

---

<sup>20</sup> “(...) história oral (com minúsculas) definida por Maria Isaura como: ‘termo que recobre uma quantidade de relatos a respeito de fatos não registrados por outro tipo de documentação, ou cuja documentação se quer completar. Colhida por meio de entrevistas de variadas formas, ela registra a experiência de um só indivíduo ou de diversos indivíduos de uma mesma coletividade’” (Kosminsky, 1999: 83).

do seu grupo, comportamentos e técnicas, valores e ideologias podem ser apanhados através de sua história” (1988: 28). Deste modo, a partir das lembranças individuais de um entrevistado, uma rede social de coerção e recusa se trançaram à narrativa privada do indivíduo, dando a uma determinada prática, os contornos de um fenômeno social.

Assim, a história oral, narrada pelos personagens apresentados, reescreveu os fatos e vivências, acumuladas ao longo de uma vida, com uma temporalidade cruzada e subjetivada por sua experiência e, portanto, diferente daquele tempo narrativo linear encontrado nos registros da “história oficial”. Nesta, contada a partir da biografia dos grandes nomes, privilegia-se o tempo linear identificado com aquele dos bancos de investimento, dos lucros, tempo homogêneo que transmite, em linguagem matemática, as inúmeras variedades de ansiedades e de fortunas. Esse tempo é, segundo Walter Benjamin, o tempo da teoria do progresso, contra o qual se opõe o tempo da memória, o tempo da “*rememoração orgânica*”, que não é homogêneo, mas que tem plenos e vazios (Löwy, 2005: 131). Então, procuraremos mostrar que essa narrativa histórica oral não serve apenas de simples repositório dos dados ausentes na história oficial; trata-se de uma outra história.

Sidney Mintz (1984), em “*Encontrando Taso, me descobrindo*”,<sup>21</sup> desenvolve uma análise, a partir de uma experiência de pesquisa com o entrevistado Taso, da mesma natureza da que Daniel James (2004) faz com a história de vida de uma mulher chamada Maria,<sup>22</sup> desenvolvendo a idéia de que as narrativas revelam uma outra história, e não apenas resquícios estáticos do passado. Esses dois estudos mencionados problematizam a utilização do relato oral simplesmente como fonte de conhecimento empírico, alertando para o problema da atribuição de um papel passivo ao depoente.

Para James (2004), os relatos de vida da classe trabalhadora são narrados sob tensão e ambigüidade, nas fronteiras; carregados de contradição. O depoente, instigado a relembrar, está

---

<sup>21</sup> Mintz (1984).

<sup>22</sup> James (2004).

narrando até mesmo em respostas às perguntas mais “*factuais*” ou “*informativas*”. Ou seja, está contando uma história sobre sua vida, reconstruindo seu passado de uma maneira seletiva, que tanto o legitima para o pesquisador, quanto dota sua existência de sentido para ele mesmo.

As primeiras vias de encontro com os depoentes apresentados neste estudo foi, inicialmente, o acervo de história oral do Museu da Pessoa, instituição que já havia realizado, em 1996, um conjunto de entrevistas para a confecção do livro “*Memórias do Trabalho*”, as quais também foram incorporadas às análises. Entretanto, em virtude da intenção de buscar uma releitura da experiência e da resistência dos operários, pelas lentes do cotidiano politizado, da migração e da dialética no trabalho humano, as entrevistas já editadas por outras instituições, cuja preocupação centrava-se na luta sindical, forneceram elementos incipientes para essa análise tentada.

A partir deste ponto de partida, foi possível o contato com quatro depoentes: Orlando Aleixo Dias, Jayme Bento, Philadelpho Brás e José Duda Costa. A primeira entrevista foi gravada com o senhor Orlando, a partir da qual foi refeito o roteiro, sendo necessário também um retorno posterior à sua casa, para gravar detalhes importantes de sua experiência que não haviam sido registrados, bem como fazer fotos de seus objetos. Com Jayme Bento, a entrevista também foi gravada em sua residência.

Com os outros dois depoentes, o encontro ocorreu fora desse ambiente familiar e a dinâmica foi conjunta, de forma que as lembranças de um, ativavam as recordações e opiniões do outro. A gravação foi feita no Museu de Santo André, local onde funcionou o primeiro colégio para crianças da cidade, no qual os entrevistados estudaram. Deste modo, a despeito da impossibilidade de apreensão do universo privado cotidiano, a realização desta entrevista dentro de um espaço, que simbolicamente guarda vestígios de suas vivências, foi um importante detonador da memória.

O segundo ponto de partida, da rede de contatos construída, foi a Associação dos Metalúrgicos Aposentados de São Bernardo do Campo (SP), resultando em duas visitas à

associação, que foi apresentada pelo presidente da mesma, levando a mais duas entrevistas concedidas, separadamente, por José Fernandez e José Guilherme Santiago.

Depois, foram entrevistados outros três depoentes escolhidos a partir da própria rede familiar e pessoal na qual estou inserida: Luís Walter de Abreu, Miguel Digmanesi e Adicel Pinto. Com os dois primeiros as entrevistas foram gravadas em suas próprias casas, permitindo observações mais profundas sobre a vida cotidiana desses ex-operários e o uso, feito pelos mesmos, do espaço, da técnica e da memória. Com Adicel, a entrevista foi gravada em seu comércio de doces, onde foi possível entender as especificidades de cada atividade dentro da fábrica.

Por fim, na reunião do Fórum dos Ex-Presos Políticos, que acontece semanalmente dentro do prédio da Secretaria da Justiça, no Pátio do Colégio, centro velho de São Paulo, estabeleceu-se o contato com os últimos três narradores dessa história: Antônio Flores, José Brás e João Chile. Com os dois primeiros, as entrevistas foram gravadas nas próprias dependências da Secretaria da Justiça, cada qual em um período do dia. Alguns dias depois, foi possível gravar o depoimento do senhor João em sua casa. Nesse encontro, pudemos caminhar juntos pelas vizinhanças do bairro, o que revelou o re-enraizamento construído por João, ao longo de todos os anos de residência na mesma casa, e por meio do trabalho social feito com a comunidade de Cangaíba. Tal re-enraizamento foi expresso tanto pelo reconhecimento e carinho dos moradores, quanto pela familiaridade com o espaço, demonstrando seu vínculo profundo com o bairro e as pessoas que ali vivem.

Benjamim (1994a), ao discutir os efeitos do fenômeno da modernidade sobre a extinção da figura do narrador, aponta para alguns desafios colocados a essa pesquisa. Em seu texto *“Experiência e pobreza”*, escrito em 1933, afirmou que *“as ações da experiência estão em baixa”* (1994a: 114). Uma nova forma de miséria surgiu com o desenvolvimento da técnica. Essa pobreza

da experiência não é mais privada, mas de toda a humanidade. O empobrecimento da experiência referida pelo autor como um evento do mundo moderno, se estabelece com a extinção dos narradores e da comunidade de ouvintes, tendo se desenvolvido, concomitantemente, com toda uma evolução secular das forças produtivas.

A experiência que passa de pessoa a pessoa é a fonte a que recorreram todos os narradores. O narrador retira da experiência o que ele conta: sua própria experiência ou a relatada pelos outros. E incorpora às coisas narradas, a experiência dos seus ouvintes, mas esse processo de assimilação se dá nas camadas profundas e exige um estado de distensão que se tornou cada vez mais raro. Segundo esse autor, contar histórias sempre foi a arte de contá-las de novo, e ela se perde na medida em as histórias não são mais transmitidas. Entretanto, neste cenário da vida moderna, desaparece também o dom de ouvir, desaparece a comunidade dos ouvintes.

Compreender e buscar superar essa condição no contexto do desaparecimento dos narradores e ouvintes, na sociedade acelerada pelo progresso, talvez tenha sido o maior desafio enfrentado durante a consecução dessa pesquisa. A urgência dos prazos impostos para a execução dos estudos e a ansiedade inerente à experiência do cotidiano na vida moderna se colocou como empecilhos à figuração do bom ouvinte, levando a diálogos obstruídos e interrupções indesejadas, ao longo das gravações utilizadas neste estudo. Ou seja, foi desafiador, para alguns depoentes e para o entrevistador, superar, de um lado, a timidez e a atrofia do hábito de narrar sua história de vida e, de outro lado, a dificuldade para ouvir desprendida do próprio eu, já que, segundo Benjamin (1994b), quanto mais o ouvinte se esquece de si mesmo, mais profundamente se grava nele o que é ouvido. Quando o ritmo do trabalho se apodera dele, ele escuta as histórias adquirindo espontaneamente o dom de narrá-las: *“Assim se teceu a rede em que está guardado o dom narrativo. E assim, essa rede se desfaz hoje por todos os lados, depois de ter sido tecida, há milênios, em torno das mais antigas formas de trabalho manual”* (1994b: 205).

A arte narrativa, em todo o seu alcance histórico, só pode ser compreendida se levamos em conta a penetração de dois personagens: o mestre sedentário e os aprendizes migrantes que trabalhavam juntos na mesma oficina. Para Benjamin (1994b):

Se os camponeses e marujos foram os primeiros mestres na arte de narrar, foram os artífices que a aperfeiçoaram. No sistema corporativo associava-se o saber das terras distantes, trazidos (...) pelos migrantes, com o saber do passado, recolhido pelo trabalhador sedentário (1994b: 199).

Nesse sentido, essa reflexão feita por Walter Benjamin, auxilia na compreensão do motivo que levou um dos entrevistados a transferir-se, no meio da entrevista que estava sendo gravada na mesa de sua copa, à oficina no porão da casa. A facilidade com que o senhor Luís narra sua história misturada a uma aula prática de tornearia, diz respeito a essa natureza histórica da narrativa elucidada por Walter Benjamin, visceralmente ligada à transmissão através do trabalho manual em oficinas. Ademais, hoje aquele ambiente representa não só um local de trabalho e meio de sobrevivência relativamente autônoma, mas, sobretudo, contém a intimidade de um *“lugar de memória”*, conforme discutiremos no último capítulo dessa dissertação. A alma, o olho e a mão estão assim inscritos no mesmo campo. Interagindo, eles definem uma prática. Pois a narração não é de modo algum o produto exclusivo da voz: *“Na verdadeira narração, a mão intervém decisivamente, com seus gestos, aprendidos na experiência do trabalho, que sustentam de cem maneiras o fluxo do que é dito”* (Benjamin, 1994b: 221).

Por fim, é válido mencionar o modo como foi vivenciada a relação entrevistadora – entrevistados. Com todas as pessoas encontradas, o primeiro contato foi feito por telefone e apenas um deles recusou-se a contribuir com a pesquisa. As ruas das cidades causavam o desconforto de um espaço nada familiar. Entretanto, chegando nas casas o acolhimento dos moradores permitia um desacelerar do tempo da cidade. Fixadas nestes lugares já há muitos anos estas pessoas tornaram-se, de acordo com Bosi (1994), suportes materiais da memória. Deste modo, o método qualitativo da

história oral, possibilitou proceder a um recuo histórico no tempo. As análises das memórias dos sujeitos reais permitiram uma outra compreensão do passado.

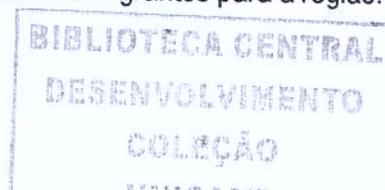
### **1.3. A trajetória migratória dos depoentes no tempo, no espaço e no imaginário**

Considerando os deslocamentos migratórios que exerceram influência sobre o processo de formação desta classe operária, este estudo propôs uma reconstrução das experiências e das resistências operárias. A partir das trajetórias narradas pelos sujeitos outrora apresentados, foi necessário organizar esse fenômeno migratório, no tempo e no espaço, constatando-se um agrupamento possível dos episódios individuais analisados, por meio de duas correntes migratórias, como será mostrado mais adiante por meio de dois mapas.

Traçando o cruzamento dessas trajetórias dispersas no espaço em dois períodos distintos, a Figura 14 (mapa A), mostra o êxodo rural que ocorreu na década de 1940, representado neste estudo por quatro depoentes, e a Figura 15 (mapa B), ilustra a corrente migratória que ocorreu ao longo da década de 1950, representado por sete entrevistados. Esses cruzamentos permitem perceber, numa pequena escala, a formação de um grupo que pôde reunir-se em torno da classe trabalhadora, num contexto de hegemonia do progresso.

Entre fins do século XIX e a primeira metade do século XX, segundo Ianni (1992), o centro do cenário brasileiro deslocou-se do nordeste, simbolicamente representado pela cidade do Recife, para o centro-sul, simbolicamente expresso pela cidade de São Paulo. Durante a realização do trabalho de campo esse deslocamento também apareceu vivo nos fragmentos de memória de José Duda Costa, pernambucano que chegou em Santo André em 1948, quando já havia conhecido uma grande cidade, na sua passagem por Recife.

Ao longo deste período circunscrito por Ianni (1992), a formação da grande área metropolitana de São Paulo esteve influenciada por duas ondas distintas de migrantes para a região:



uma corrente migratória constituída por trabalhadores urbanos, sobretudo de procedência estrangeira, e outra composta, principalmente, por trabalhadores vindos de regiões rurais circunscritas ao território nacional (cf. Martins, 2004). A história de vida de Miguel, único depoente desta pesquisa de nacionalidade estrangeira, ilustra a experiência de trabalho e vida de migrantes urbanos; todos os demais metalúrgicos apresentados acima, ilustram a migração nacional rural.

Segundo Martins (2004):

Foi no século XX que se começou a falar em migrantes nacionais. (...) É basicamente com a imigração estrangeira para a Província, depois Estado, que se começa a apontar, também, os migrantes internos. (...) [Assim, a] categoria "migrante nacional" é, sem dúvida, derivada da categoria "imigrante estrangeiro" (2004: 155-9).

O entrevistado Philadelpho Brás, filho de baiano migrado para as fazendas do interior paulista, recorda-se que antes de seu pai partir com toda a família para a cidade de Santo André, em 1939, convivia com "os *imigrantes* [que chegavam] em Santos [e] (...) eram distribuídos para [todo o] interior, e muitos deles(...), é lógico, [já] tinham experiência fabril. Então eles iam para o interior e davam um jeito de voltar [para as cidades da região metropolitana de São Paulo]" (sr. Philadelpho, 2006). A saga migratória vivida pelo pai deste depoente ilustra a travessia de muitos migrantes que chegavam no interior de São Paulo muitas vezes "a pé ou em lombo de animal". Entretanto, Martins (2004) aponta para a dificuldade em se obter registros oficiais sobre a mobilidade desse tipo de trabalhador rural dentro do território nacional. Essa documentação rala é atribuída ao desamparo institucional sofrido pelo migrante nacional rural, diferente do que ocorria com o imigrante italiano, por exemplo:

O imigrante italiano, se foi monitorado no país em nome do controle político do fluxo migratório, o que já produziu uma boa documentação a seu respeito, foi também monitorado, por razões opostas, por funcionários diplomáticos, jornalistas e escritores que sobre ele escreveram com relativa abundância (Martins, 2004: 161).

Mesmo neste cenário em que os dados quantitativos oficiais sobre a migração não dão conta de captar sua proporção, Ribeiro (1995) aponta que as dimensões do êxodo rural no Brasil são espantosas:

A população urbana salta de 12,8 milhões, em 1940, para 80,5 milhões, em 1980(...). A população rural perde substância porque passa, no mesmo período, de 28,3 milhões para 38,6 e é, agora, 35,8 milhões. Conforme se vê, vivemos um dos mais violentos êxodos rurais, tanto mais grave porque nenhuma cidade brasileira estava em condições de receber esse contingente espantoso de população (Ribeiro, 1995: 198).

Grande parte das análises sobre a migração dos trabalhadores rurais, para São Paulo e outras cidades industriais do Sudeste brasileiro, enfatizaram as motivações econômicas desse processo – dentre elas, miséria no campo, concentração fundiária, as periódicas secas – como fatores que se impoiam como última saída do trabalhador rural; mas, problemas no interior do universo familiar, como mostra as biografias de José Duda Costa e José Santiago, também foram fatores determinantes para migrar.

A análise da história de vida de José Duda Costa, natural de Garanhuns (PE), também permite desfazer o dualismo que esteve presente nas análises do desenvolvimento. Para estas, São Paulo era o espelho do futuro de um nordeste arcaico e atrasado, entretanto, o relato abaixo mostra que antes do processo de modernização chegar a São Paulo, Recife já era uma referência de urbanização.

Seu relato revela, sobretudo, uma história de sedução e frustração com a realidade encontrada, no momento da chegada em São Paulo, mostrando a dinâmica simbólica da experiência migratória. Em virtude da passagem de José por Recife e de seu encantamento com tal cidade, o imaginário construído a respeito de Santo André, cujas notícias contavam “*das fábricas que faziam panos, faziam isso e aquilo*”, era muito mais grandioso do que a realidade lhe apresentava:

(...) quando [eu] vim para cá com treze anos (...), Santo André já era famosa porque em Santo André fabricava-[se] de tudo. [Mas] quando eu cheguei

aqui [em Santo André] (...) eu não via nada. (...) Aqui não tinha prefeitura, por exemplo, e lá em Garanhuns tinha. Tem até hoje lá um prédio muito bonito, eu tenho fotografia e tudo, com a prefeitura, com relógio lá em cima, aquelas coisas. [Quando cheguei aqui, não vi] nada disso, quer dizer, para mim foi um retrocesso (...) Foi o contrário, [porque] eu pensava que eu [ia ver] coisas do outro mundo [como] eu vi em Recife (...) Em Recife (...) eu cheguei de trem [e vi] aqueles luminosos de neon! O que [eu] me lembro até hoje também, o que me gravou, [foi] um cavalinho de neon, [com] muitos luminosos... (sr. José D. C., 2006).

Não há dúvidas sobre a importância do quadro sócio-econômico como pano de fundo do processo migratório e do desenvolvimento capitalista brasileiro. Entretanto, a supervalorização dos fatores econômicos acaba por perder de vista o papel dos próprios migrantes, enquanto agentes do seu movimento e sujeitos ativos na construção da história. Por meio de estratégias diversas e sob condições historicamente determinadas, eles participaram ativamente da moldagem do processo migratório (cf. Fontes, 2004).

As tentativas que partem de diversas disciplinas das ciências sociais em dar um escopo teórico e conceitual para a temática das migrações, têm reduzido os migrantes e as migrações a categorias analíticas, entretanto, para Silva (2005) trata-se de uma categoria histórica permeada por um conjunto de situações concretas e particulares que definem tal movimento. Assim, como é possível constatar pelas histórias de vida analisadas, *“os fatores econômicos não são os únicos a serem considerados na análise da migração e dos migrantes”* (Silva, 2005: 54). Os que migram, segundo a autora, estão cindidos dos que ficam na terra de origem pelo espaço, mas unidos por um único tempo: *“Torna-se necessário compreender tais relações como contraditórias, em que conflitos, perdas, separações, mortes associam-se aos reencontros, às voltas, às reconstruções culturais, etc.”* (Silva, 2005: 54) Neste sentido, trata-se de compreender as migrações como um processo social e os migrantes como agentes desse processo.

A migração, para cada um dos depoentes entrevistados, foi um acontecimento que atingiu os que partiram e os que ficaram. Para a história de travessia do cearense José Santiago as

explicações econômicas não dão conta do ocorrido, haja visto que fora em função de sua divergência com o pai, que definitivamente decidira migrar para São Paulo, pois este não aceitava seu casamento. José afirma, entretanto, que a idéia de mudar-se para São Paulo, não fora uma decorrência de seu desentendimento com o pai. Ir para São Paulo era desejo antigo. A vontade era reforçada periodicamente pelas visitas de conhecidos que voltavam para rever as famílias. Nas palavras de Santiago:

É porque os outros elogiavam muito São Paulo, que aqui as pessoas viviam bem. [Mas] ainda não [sabia das indústrias], tanto que nós viemos de lá e passamos por dentro de São Paulo direto para o interior. Ninguém nem ligou para cá. Agora aqueles que [viviam] no interior é que [falavam] desse negócio da indústria e tudo (sr. José S., 2006).

Analisando as histórias de vida apresentadas é possível afirmar que, para grande parte das famílias, o movimento migratório não era uma novidade. Do total dos quatorze operários deste estudo, cinco deles fizeram um trajeto entrecortado por outras tentativas de enraizamento em outros lugares. O processo migratório vivido por esses cinco homens não se inicia com a vinda para a região metropolitana de São Paulo, embora tal experiência guarde suas particularidades. A chegada ao local de destino foi o coroamento de um processo de desvinculação em relação a uma localidade de origem. Migrar para o interior de São Paulo, vindo de outros estados, ou estacionar em algum ponto ao longo do caminho, foi estratégia que muitos usaram no trânsito do lugar de procedência, ao lugar definitivo de destino. Segundo Fontes (2004), no caso do migrante nordestino:

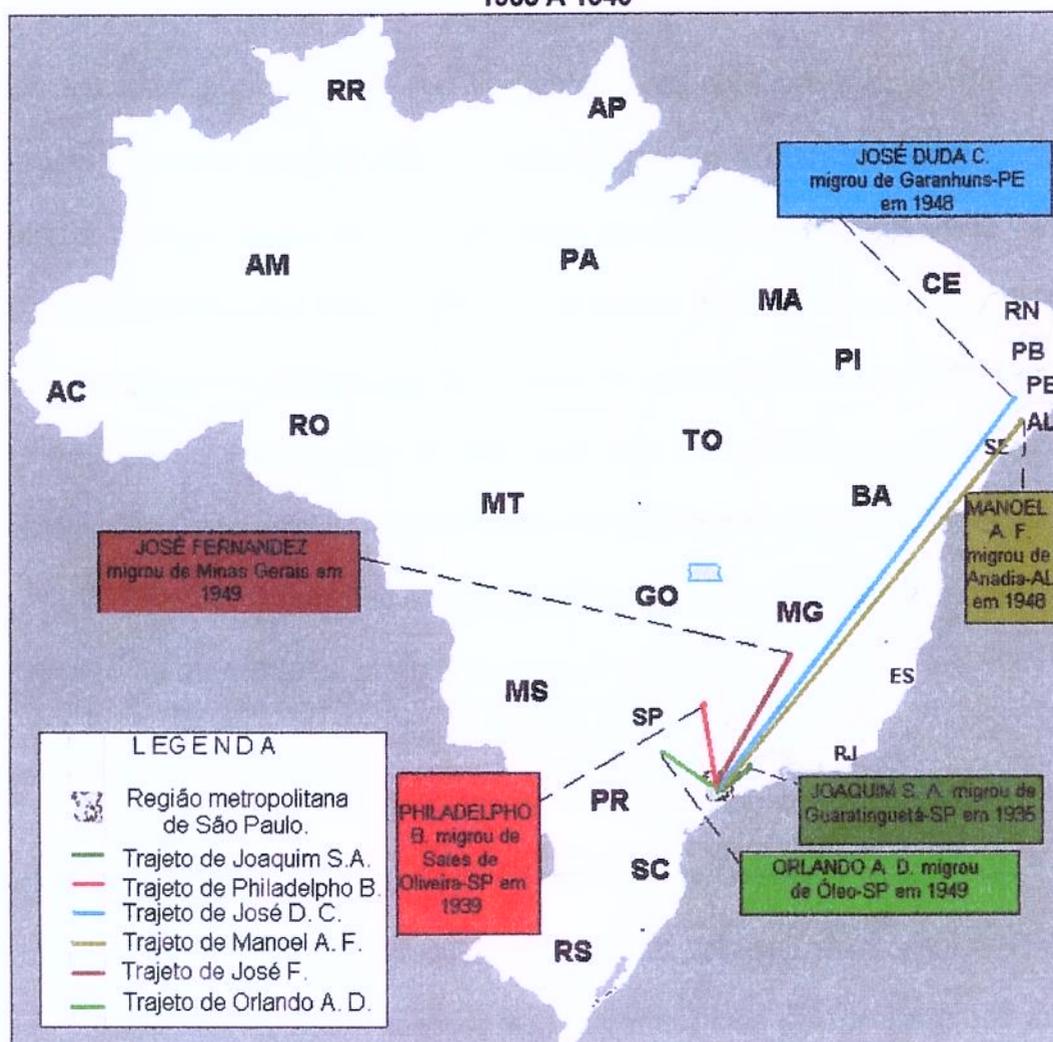
Migrações sazonais do sertão e do agreste para o corte de cana-de-açúcar na zona da mata eram constatadas desde antes dos anos 1930. Transferências temporárias ou definitivas do campo para pequenas e médias cidades (...) faziam parte das estratégias de obtenção de recursos de milhares de famílias nordestinas (Fontes, 2004: 373-4).

Assim, como podemos visualizar nos dois mapas a seguir, antes de São Paulo, Jayme Bento passou por Santa Ernestina, Santiago passou por Junqueirópolis, e, assim como todos os demais, buscavam um lugar para fixar raízes. Com base nos relatos dos entrevistados, as histórias

re-vividas através da memória em três tempos – o tempo da roça, o tempo da fábrica e o tempo presente – foi possível perceber a influência da mobilidade social decorrente do desenvolvimento do processo histórico, sobre a formação da classe.

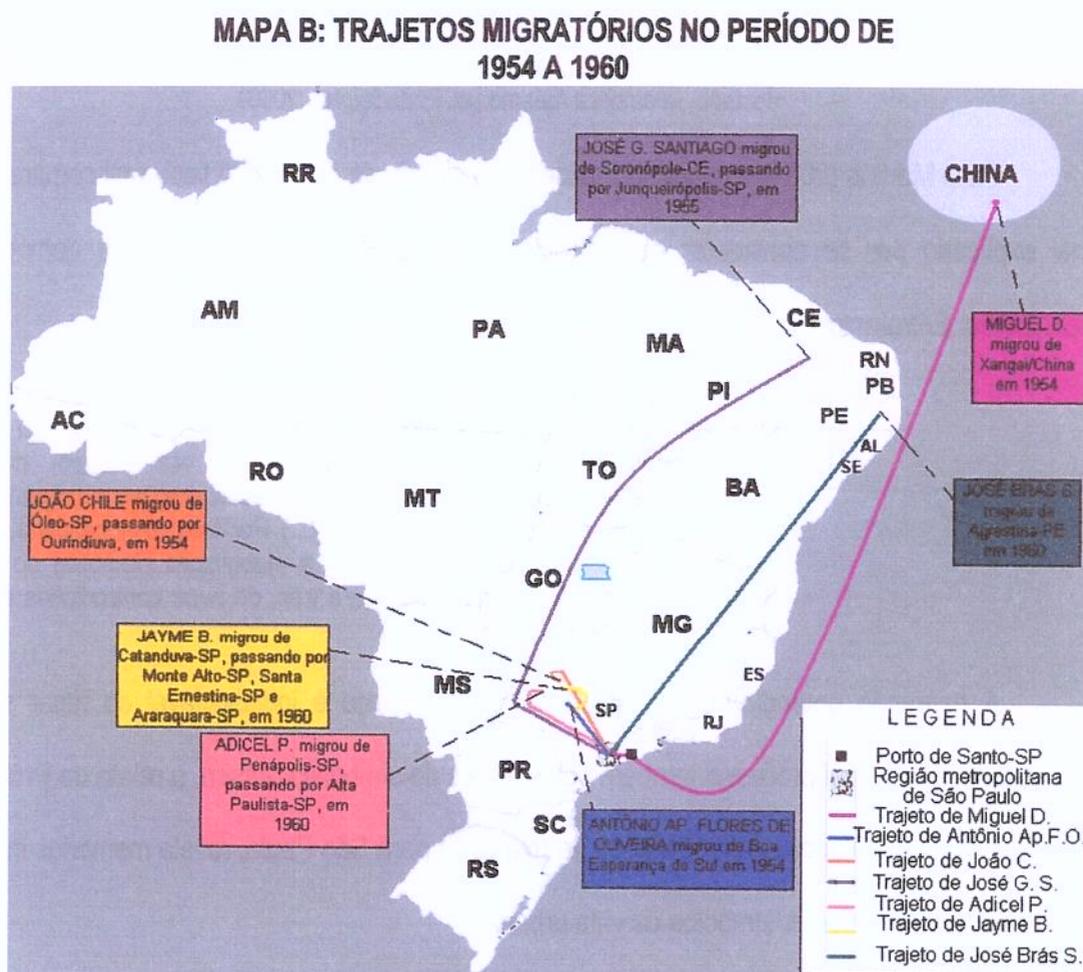
A migração aconteceu no tempo e no espaço, contribuindo para a formação da classe operária no Brasil, enquanto fenômeno histórico que unifica uma série de acontecimentos aparentemente desconexos (cf. Thompson, 1987). Assim, o mapa A marca o cruzamento de seis trajetórias, de sujeitos que migraram para as cidades de São Paulo e ABC paulista no período que vai de 1935 a 1949, na gênese de um projeto nacional de desenvolvimento industrial.

**MAPA A: TRAJETOS MIGRATÓRIOS NO PERÍODO DE  
1935 A 1949**



**Figura 14:** Imagem representando o percurso migratório de seis ex-metalúrgicos, rumo à região metropolitana de São Paulo, no Brasil de 1935 a 1949.

Por sua vez, o segundo mapa marca a trajetória cruzada de mais oito depoentes, os quais chegaram nas cidades da região metropolitana de São Paulo ao longo do período estudado, de 1954 a 1964.



**Figura 15:** Imagem representando o percurso migratório de seis ex-metalúrgicos rumo à região metropolitana de São Paulo, no Brasil de 1935 a 1949.

A partir de 1950, o plano de modernização da economia nacional repercutiu também sobre a agricultura. A modernização da agricultura significou a consolidação da expansão capitalista, levando à concentração acelerada da terra e da renda (cf. Silva, 2004). Tal processo encontrou-se vivo nas lembranças dos operários entrevistados, como no caso de Philadelpho que, até hoje, indigna-se ao dizer que passava fome trabalhando e vivendo em um latifúndio:

Bom, o motivo da migração para todo mundo foi em consequência da vida sacrificada no campo. (...) Mesmo aqueles que vinham apenas a passeio nas grandes cidades (...) chegavam falando maravilhas, faziam as rodinhas em torno deles para ouvir as novas. (...) São Paulo se falava muito do prédio Martinelli. Prédio Martinelli que foi construído em 1933, o primeiro arranha céu (...) E eles (...) punham na cabeça dos outros a vontade de vir para cá. Agora, os que eram assim, temerosos, indecisos, esses ficavam na deles e não saíam de lá. Agora o meu pai..., meu pai (...) veio da Bahia até o estado de São Paulo (...), com treze, quatorze anos. Então, [acredito que] esse mesmo espírito é que tenha [o levado a vir para cá] (...) Ele já tinha feito uma viagem exploratória para São Paulo. (...) Um dia deu um estalo nele, vendeu uns trens, trem de cozinha, trem de casa, botou um pouco de cereais nuns sacos(...) e ele já tinha tomado a decisão, ia embora mesmo (sr. Philadelpho, 2006).

Para Martins (2004) o migrante brasileiro na cidade de São Paulo ficou mal compreendido e mal explicado por se considerar as migrações, acima de tudo, um fenômeno demográfico e econômico. Entretanto:

(...) Ao migrar mudavam as referências sociais do migrante. Mesmo que ele insistisse em apegar-se ao modo de viver e de pensar que deixou para trás, estaria anomicamente preso ao que já não era e nem podia ser. Independentemente de suas intenções e de suas aspirações, o migrante era um criador ativo de novas relações sociais. (...) Por isso, é necessário, também, percorrer o imaginário dessa migração, a elaboração simbólica do lugar de destino, da transição, do que ficou para trás, de suas contradições e tensões (Martins, 2004: 200).

A migração entendida como uma prática de espaço é indissociável do lugar sonhado, portanto cabe olhar tal processo também pelas lentes do simbólico. Assim, o relato de Philadelpho, quando questionado sobre as motivações da migração para São Paulo, revela memórias infantis de encantamento com alguns símbolos da vida urbana:

(...) passava um trem de manhã, outro trem de noite. De noite vinha para São Paulo. Então (...) para gente que estava com uns treze anos (...), ver aquelas Marias-Fumaças cheias de metais brilhantes, aquele condutor, o chefe da máquina fardados que pareciam um general, era um encanto para alma da gente. Aquele vagão, restaurante que só dava fazendeiro, gente rica. Claro que a gente era pobre, estava lá na gaiola. Viajar de trem, embora a Mogiana não era a melhor (...), aquilo foi a maior aventura de criança para mim (...). E (...) você chegar numa Estação da Luz na época, 1939, já ver luminosos: "puxa vida, propaganda luminosa!". [O que] eu vi e me encantou foi uma propaganda animada do whisky Johnny Walker, era um cara de cartola, americano, e [se] movimentava [risos]. E depois a cidade, carros para lá e para cá... (...) (sr. Philadelpho, 2006).

O sofrimento associado à ruptura das raízes e as dificuldades de ressocialização, são compensadas, nesse sentido, pela representação da cidade *“como o lugar de acolhimento dos que vem de longe, como lugar nostálgico da esperança – a esperança paga com as rupturas em relação ao que ficou na distância”* (Martins, 2004: 206). O primeiro impacto com as luzes da cidade confirmavam o imaginário construído a respeito do local de destino. As lembranças da Estação da Luz constituíram-se marcos da memória coletiva tanto para Philadelpho como para outros migrantes entrevistados.

A vinda do interior de São Paulo para a capital e para as cidades do ABC *“naquele tempo era de trem Maria Fumaça”*. Chegando na estação, parentes e amigos eram os mediadores espaciais constitutivos das redes sociais, pessoas capazes de se moverem entre as escalas espaciais, viabilizando a chegada no local de destino desde o início, trazendo histórias sobre a cidade, sua grandiosidade, a abundância de trabalho, as opções de lazer, todos estes elementos simbólicos que, nas representações dos migrantes, exerciam grande poder de sedução.

Philadelpho, antes mesmo de migrar com sua família para Santo André, já havia construído um imaginário a respeito do mundo moderno da cidade grande, para a qual a viagem de trem lhe transportaria. O ex-operário, narrando o episódio de sua migração, recordou-se da primeira vez em que viu uma maçã, vendida como iguaria da cidade, no carro restaurante da locomotiva que embarcou em 1939:

(...) A gente ficava lá no vagão de segunda classe olhando os garçons vendendo coisas; maçãs, fruta que a gente não conhecia, e lembro-me uma vez que meu avô materno viajou de trem para visitar a família em Sales de Oliveira e comprou uma maçã no carro do restaurante, levou para casa e dividiu para cinco crianças. A novidade era a fruta. Acho que a gente nem gostaria de comer a maçã. Era mais curiosidade de conhecê-la (...) (sr. Philadelpho, 2000).

A viagem de trem expressava simbolicamente a experiência da vida moderna. O trem corta o espaço; a vidraça permite ver e os trilhos atravessar. O vagão alia o sonho à técnica e mergulha o

viajante na melancolia de ver aquilo de que está separado. A máquina parada parece monumental, um ídolo mudo (cf. Certeau, 1994). Nos relatos colhidos nessa pesquisa, a viagem de trem surgiu sobre um duplo significado, ao mesmo tempo em que representava ruptura e privação, o trem foi o primeiro objeto de sedução ao jovem migrante.

O processo migratório para a construção desse projeto de nação moderna acabou compondo um novo e multifacetado mosaico étnico/regional. Hoje, alguns moradores de São Paulo e ABC, rememoram esse tempo da chegada. Conforme Orlando:

[Quando] cheguei na estação, o marido da minha tia estava me esperando. Fiquei na casa dele durante [uns] três meses. [A casa] era apertada, a salinha pequena e [eu] ainda [ficava no] porão! [Então] falei: "não dá para ficar aqui não!" (...) Depois de um tempo nós reunimos quatro colegas, alugamos um apartamentozinho na avenida Tiradentes mesmo. Morava em quatro num quarto, gozado que era quatro, cada um de um Estado, parecia brincadeira! Pernambucano, paraibano, cearense e paulista, que era eu (sr. Orlando, 2005).<sup>23</sup>

Nesse contexto, a migração inaugurou na vida desses sujeitos uma nova fase, um salto rumo à possibilidade de melhores perspectivas. No caso destes migrantes rurais entrevistados é possível observar um olhar nostálgico a respeito da vida infantil no meio rural. Entretanto, os depoentes afirmam que a *"vida na roça não era fácil"*, especialmente para aqueles que já viviam a condição de classe trabalhadora no local de origem, mas segundo um deles:

A saudade aparece apenas na lembrança. Lembro-me da casa de pau-a-pique com uma frondosa amoreira na frente. Seu fruto era doce como mel. Vejo papagaios e periquitos comendo aqueles frutos. Lembro-me também do trilho que me levava para a casa quando eu ia ao matadouro buscar miúdos de boi e de uma colônia de imigrantes italianos. (...) A cidade atrai. Ela é como a lâmpada para a mariposa. Atrai e também mata (sr. Philadelpho, 2000).

A trajetória migratória do trabalhador que chega em São Paulo para compor o mundo urbano-industrial foi alvo de várias manipulações, especialmente da imprensa oficial, através do

---

<sup>23</sup> A narrativa feita pelo senhor Orlando, acerca de seu baú de fotos, permitiu visualizar esse mosaico cultural que se compôs a partir da interferência ativa dos migrantes no processo de ressocialização na terra de destino, realizado sob condições estruturais determinadas pela divisão social de classes e pela urbanização e industrialização das grandes capitais do país (vide anexo 2).

mecanismo de transformar a história do migrante rural a forma elementar, o protótipo do projeto nacional-desenvolvimentista. Foi construída uma retórica ideológica, que buscou transferir a experiência do grupo migrante para a nação. Assim, nessa perspectiva, o Brasil estaria sendo construído por esses homens valentes que se arriscam na cidade estimulados pelo desejo de progresso.<sup>24</sup>

Entretanto, a despeito dessa ideologia do progresso, cujas teorias evolucionistas, entendiam a migração interna para as cidades como uma transição de formas arcaicas e tradicionais, para um mundo essencialmente moderno, Martins (2004) afirma que: *“A suposição de que migrar do campo para a cidade é também transitar do tradicional para o moderno precisa ser relativizada e examinada criticamente à luz de uma leitura mais nuançada e qualitativa das informações disponíveis”* (2004: 173).

Para Martins (2004) esse trânsito existe, mas demarcado pelas tendências conservadoras de uma sociabilidade que não só preserva, mas também revitaliza formas tradicionais de sociabilidade familiar e vicinal. Essa tendência refletiu-se claramente na fragmentação do processo migratório da família, cada membro migrando por sua vez, numa demorada recomposição da família no lugar de destino, conforme é possível perceber pelo relato de José Brás acerca da trajetória de seu grupo:

[Os demais] ficaram, depois vieram, veio dois irmãos, duas irmãs, depois veio uma terceira irmã. Lá em casa é onze, onze irmãos. Sels homens e cinco mulheres. [Primeiro] só veio eu, depois de uns quatro anos veio um irmão, depois de uns nove anos, é que veio mais. Aqui em São Paulo hoje tem dois homens e quatro mulheres e o resto ficou lá. Porque meu pai tinha um sítio lá (...) e eu tenho um tio que ficou no sítio, ele toca esse sítio lá até hoje. Nós [tínhamos] uma terra, meu pai já tinha uma terra, (...) [mas] a vida lá era difícil, porque quando tem a seca é muito difícil (sr. José B. S., 2006).

---

<sup>24</sup> *“A campanha do desenvolvimento do Brasil não se deixará de realizar por falta de elemento humano do trabalho. Sois uma legião heroicamente resistente à vida mais dura, mais disposta à conquista de nossa prosperidade, que será também a vossa prosperidade. Contando com o vosso apoio, faremos deste país alguma coisa de poderoso, de forte, de saudável.(...)”* (Discurso do presidente JK).

Dessa forma, os relatos apresentados pelos sujeitos entrevistados neste estudo expressam tanto os ganhos, materiais e subjetivos conseguidos com a migração, quanto as perdas, em boa medida anteriormente previstas. Assim, uma certa imagem da migração, vista como um movimento desordenado, *“irracional”*, feito às pressas, não correspondeu à experiência da maior parte dos migrantes entrevistados. *“Correspondências, fotos e cartões-postais tinham papel importante para o fornecimento de dados e criação de um ‘imaginário cultural do local de destino’”* (Fontes, 2004: 372-3). Afinal, Orlando afirma que não veio *“(...) para cá, para trabalhar de bobeira. (...) [veio] para aprender, para ganhar mais”*. Segundo o mesmo *“(...) já estava tudo programado!”* (sr. Orlando, 2005).

#### **1.4. A descoberta da problemática da pesquisa: cotidiano e experiência.**

A partir das experiências reconstruídas por meio dos fragmentos de memórias dos personagens sociais entrevistados, foi possível estabelecer um diálogo entre duas histórias: a oficial e a oral, conforme está proposto no capítulo que se segue. Entretanto, no interior dessas duas histórias, não há uma versão fechada, já que a cada novo momento histórico, as luzes do presente interferem no olhar sobre o passado. Assim, com base numa revisão bibliográfica dos estudos sobre este operariado, foi possível constatar a necessidade de recontar, novamente, a história da *“elite operária”* durante o período de modernização desenvolvimentista no Brasil, agora a partir das lembranças de um pequeno grupo de operários.

Caberá a esta pesquisa a reconstrução da experiência de homens-migrantes-metalúrgicos acerca de suas práticas sociais de recusa a um trabalho que mortifica seu corpo e seu espírito. Ou seja, interessa a compreensão da forma como esses sujeitos elaboraram não só a incorporação, mas, sobretudo, a reação aos valores dominantes no processo de exploração da força de trabalho, no contexto de modernização dos anos de 1954 a 1964.

As resistências que se operaram na vida cotidiana dos metalúrgicos entrevistados, no contexto do nacional-desenvolvimentismo, sofreram influência de uma cultura recriada na fronteira do rural e do urbano e de lampejos de um trabalho voltado à realização do valor-de-uso, cujos produtos tornaram-se objetos biográficos da memória. Em comparação aos inúmeros estudos sobre o sindicalismo da década de 1950 e 1960, as resistências que se deram através do trabalho e da memória, foram ainda pouco analisadas nos estudos sobre a experiência e a resistência operária deste período. Entretanto, o estudo do sindicalismo deve ser um capítulo de uma história mais ampla, já que segundo Paoli (1987), *“as formas de resistência operária não se fazem nos sindicatos, mas se aprendem na própria fábrica”* (1987: 56).

José Sérgio Leite Lopes, na introdução ao livro *“Cultura & Identidade Operária. Aspectos da cultura da classe trabalhadora”*, menciona que a corrente de historiadores sociais preocupados com as mentalidades coletivas da classe trabalhadora procurou nas obras de E. Hobsbawm, E. P. Thompson e dos estudos antropológicos de comunidade, *“uma problemática não exclusivamente voltada para os aspectos políticos, ou para as condições materiais de vida dessa classe”*, mas voltada, sobretudo, para as *“práticas cotidianas, as suas tradições, (...), a internalização subjetiva de suas condições materiais de existência”* (Lopes, 1987: 14). Desta forma, ao longo do trabalho de campo deste estudo procurou-se olhar o objeto da pesquisa a partir das lentes do simbólico, da experiência e do cotidiano, buscando influenciar-se por essa bibliografia mencionada por Lopes (1987).

Não são poucos os trabalhos acadêmicos a respeito da história da classe trabalhadora no período nacional-desenvolvimentista, bem como do movimento operário que atuou antes da ditadura militar. No entanto, é necessário fazer um balanço crítico destes estudos, cujo objetivo central tem sido explicar os motivos que teriam levado a classe operária a mostrar-se pouco eficaz na definição de perspectivas autônomas em sua luta contra a classe dominante.



Segundo Ferreira (2001), desde 1945 um conjunto de estudos passaram a explicar o apoio dos trabalhadores ao governo trabalhista, devido à demagogia, à manipulação e à repressão por parte do poder público. Por essa via de análise, pairou sobre a teoria um processo de “vitimização” da classe trabalhadora, a qual teria sido passivamente ludibriada pelos governos classificados como “populistas”. Assim, foi ignorada a relação de reciprocidade, a reprodução e a resistência, inerente aos embates entre as classes antagônicas.

Conforme avalia Silva (1999), o golpe de 1964 exerceu extraordinário impacto nos estudos acadêmicos sobre o movimento operário brasileiro. Para o mesmo autor, a história da classe operária da Primeira República foi o contraponto ideal para as teorias que privilegiavam a classe como um sujeito autônomo, fazendo com que o outro lado da história da Primeira República, o período de 1930 a 1964, permanecesse como um longo interregno de estratégias clientelistas de cooptação de classe e ligações anti-democráticas entre lideranças sindicais e bases operárias. Deste modo, a história da classe permanecia consagrada pelas categorias: populismo, controle e cooptação.

Depois da ditadura, a pergunta que incomodava a intelectualidade era: “Porque os trabalhadores não saíram em defesa de um governo trabalhista?”. As respostas se encontram em livros, como o de Leôncio Martins Rodrigues, *“Conflito industrial e sindicalismo no Brasil”* (1966), que reforçavam o ceticismo quanto à capacidade de ação do operariado e a esteriotipação do trabalhador de origem rural como alguém dócil e interesseiro (cf. Negro, 2004).

Como mostra um estudo realizado por Fontes (2003) acerca da migração nordestina para a São Paulo industrial, o preconceito sofrido pelo migrante de origem rural, sobretudo o nordestino, foi reforçado pelas explicações sociológicas equivocadas a respeito da apatia dessa parcela dos trabalhadores brasileiros. Estabeleceu-se um dualismo entre o moderno e as formas tradicionais de conduta. Muito embora esses estudos, marcados por essa dicotomia, tenham contribuído para a

compreensão do impacto dessas migrações sobre a classe operária brasileira, ainda assim foram insuficientes nas conclusões que estiveram marcadas pela ideologia do moderno e pela exaltação do operário urbano industrial, o qual, de um lado era visto como “*gente sem preguiça*” e, por outro lado, supostamente tendia à rebeldia social e à consciência de classe. Adicel, um entrevistado da pesquisa, afirma a preponderância do migrante nacional na indústria brasileira da década de 50 e 60. Segundo o mesmo se recorda:

Na produção tinha bastante [nordestino], tinha muito mesmo. Olha, eu digo para você que era quase a grande maioria, já tinha bastante na minha época. (...) Naquela época, a ferramentaria (...) era mais espanhol e italiano, brasileiro era muito pouco. Então, a gente foi chegando na ferramentaria, depois que foi se desenvolvendo (sr. Adicel, 2006).

José Brás, outro entrevistado, também confirma, a partir de sua experiência, a preponderância do migrante nordestino no ramo metalúrgico:

Nessas duas empresas [Laminação Nacional de Metais e Máquinas (piratininga)], tinha muito, acho que 90% era tudo brasileiro e nordestino, porque o serviço era muito corrido, paulista tinha muito, muito pouco; não agüentavam o serviço porque era um serviço muito corrido. Tinha um espanhol que trabalhava comigo que era ajustador, que eu conhecia mesmo de espanhol era só ele. A maioria, a maioria era nordestino, de São Paulo era muito pouco. Inclusive na Volkswagen também, a maioria era nordestino, senão era do Norte, era do interior de São Paulo, do Paraná; da capital mesmo, era mais serviço de escritório, paulistano e estrangeiro era mais na área de recursos humanos, na área de escritório, sessão mais qualificada (sr. José B. S., 2006).

Na revoada migratória que chega no sudeste pela “*idéia de Brasil Moderno*”, os trabalhadores rurais, tanto os que vinham do nordeste, quanto os mineiros e paulistas, deparavam-se com o olhar depreciativo de alguns daqueles imigrantes estrangeiros que, além de já estarem estabelecidos na terra nova, eram identificados como detentores da ética do trabalho. Mas, segundo Martins (2004), migrar internamente dependeu fortemente de uma disposição para a ressocialização.

Frente a essa diversidade cultural, os migrantes rurais, pautados pela experiência de “*trabalho duro*”, construíam um discurso valorativo a respeito de seu empenho e de sua capacidade inventiva. Nas entrevistas, “*contam-se histórias em que suas mãos dão “jeitos” e criam “macetes”*”

(Negro, 2005: 2). A invenção presente na experiência operária, e facilitada pelo novo amálgama de culturas, tradições e valores, decorrentes do processo de formação da classe na década de 1950 e 1960, atuou como um ingrediente da resistência operária.

Deste modo, uma recente historiografia tem mostrado que é um equívoco a associação entre origem rural e apatia, a qual culpabiliza os trabalhadores pelas dificuldades de relacionamento entre as bases e os sindicatos. Nas entrevistas, tal como aparece nos relatos anteriormente analisados, o preconceito étnico/regional apresenta-se ainda vivo na memória dos operários. Os trabalhadores vindos das zonas rurais, especialmente das regiões Norte e Nordeste do país, percebem nas suas experiências na lida rural, a virtude que os fizeram suportar o trabalho duro das linhas de produção, bem como a vida em bairros, cujas estruturas ainda encontravam-se precárias, nos primeiros anos de vida em São Paulo.

O ex-metalúrgico alagoano, Manoel Araújo Filho, relata a forma como o preconceito racial contra o nordestino se expressou na sua experiência de vida, afirmando que o *“nortista quando chega em São Paulo ganha nova naturalidade”*. Segundo Manoel:

Veja o meu caso, sou alagoano, mas logo que cheguei ganhei o apelido de Manezinho baiano e, depois de cinquenta anos de Santo André, continuo sendo conhecido como Manezinho baiano. E mesmo na fábrica, entre os colegas a gente percebe que esta denominação preconceituosa se torna mais evidente quando se trata de generalizar o nortista. Nos demais casos a gente via que o nascido em Santa Catarina era chamado de catarinense, o do Rio Grande do Sul de gaúcho, aquele que nasceu em Minas Gerais de mineiro, e aquele que vinha da região norte e nordeste, este era baiano ou cabeça chata (sr. Manoel, 2000).

Assim, Negro (2005) afirma que da parte dos descendentes de imigrantes os estranhamentos eram marcados pelo orgulho étnico e pelo conhecimento de um ofício:

A partir de cima – ou mesmo por quem estava ao lado – os migrantes foram vistos como ‘atrasados’. A depreciação do linguajar, o desfavorecimento institucional e o preconceito contra suas práticas curativas e religiosidade (taxadas de credices) os acantonava sob o rótulo de ‘bairanos’. Pertencer a tal grupo podia ser um qualificativo degradante. Mas baiano não era, na verdade,

apenas o natural da Bahia. Era o subalterno, várias vezes não-branco (...) (Negro, 2005: 01).

A partir dos anos 1980 com o período de redemocratização no Brasil, abriu-se o espaço de um novo repensar sobre a história da classe trabalhadora e do movimento operário. Por influência de autores como A. Gramsci e E. P. Thompson, uma nova geração de estudos surgiu refutando as visões estruturalistas, que entendiam hegemonia enquanto submissão. Entretanto, grande parte dessas discussões estiveram voltadas para a análise do movimento operário, dando visibilidade, sobretudo, para a resistência política e sindical dos trabalhadores urbanos. Dejours (2000), também aponta para o fato de que em grande parte dos estudos que refletiram sobre a dinâmica do trabalho no capitalismo, e sobre os trabalhadores, referiram-se ao sofrimento psíquico apenas marginalmente:

no decorrer de um romance ou de um relato (...) as preocupações relativas à saúde mental, ao sofrimento psíquico no trabalho, ao medo da alienação, à crise do sentido do trabalho não só deixaram de ser analisadas e compreendidas, como também foram frequentemente rejeitadas e desqualificadas. [E nos] anos 70, as (...) organizações sindicais (...) [e] esquerdistas recusaram-se a levar em consideração as questões relativas à subjetividade no trabalho (Dejours, 2000: 38).

Entretanto, essa negativa em se debruçar sobre essas questões, não esteve acompanhada pela mesma negativa por parte do sistema industrial de gestão do trabalho, em todo o mundo. Segundo Dejours (2000), sobretudo nos anos 70 do século XX: "(...) o movimento esquerdista não (...) deu (...) atenção ao sofrimento no trabalho (...)" (2000: 38). Subjetividade, sofrimento subjetivo e patologia mental suscitavam reprovação pública. Tidas como anti-materialistas, tais preocupações com a saúde mental tolheriam a "mobilização coletiva e a consciência de classe", favorecendo um "egocentrismo pequeno-burguês". Mas, "onde os sindicatos não queriam se aventurar, patrões (...) formulavam novas concepções e introduziam novos métodos concernentes à subjetividade e ao sentido do trabalho (...)" (Dejours, 2000: 39).

Assim, com a invenção do fordismo trazido principalmente pelas empresas multinacionais, instaladas no Brasil durante o período estudado, foi acrescentado, ao processo de acumulação do capital propriamente dito, o processo de acumulação de conhecimentos acerca das dinâmicas das relações intersubjetivas no trabalho. Essas experiências *“ensinavam que todos os elementos envolvidos no processo produtivo também poderiam e deveriam ser analisados, esquadrihados e aperfeiçoados, de acordo com os conhecimentos científicos e as necessidades técnicas da produção mecanizada”* (Miceli, 1984: 25). Portanto, Miceli (1984) reforça a idéia desenvolvida acima, com base em Dejours (2000), na medida em que afirma a importância atribuída aos fatores de ordem psicológica na planificação científica do trabalho.<sup>25</sup>

Deste modo, ficaram eclipsadas durante muito tempo, as pequenas recusas cotidianas dos trabalhadores a um processo de opressão e degradação institucionalizadas e muito mais amplas do que as reivindicações sindicais de cunho trabalhista e salarial. Conforme estará desenvolvido ao longo do Capítulo III, o estudo de Lefebvre (1991) sobre o cotidiano no mundo moderno e de Dejours (2000), sobre a subjetividade no trabalho humano, autorizam a análise desenvolvida pelo caminho escolhido. No caso da metodologia e objetivo proposto neste estudo, o cotidiano deixa de ser visto somente como o lugar da efemeridade, da repetição e do insignificante, para ser entendido como o momento em que, reprodução e resistência, aos valores dominantes da ideologia nacional-desenvolvimentista e do mundo moderno, se efetivam através de práticas sociais de recusas aos valores associados ao contratualismo da vida urbana-moderna e ao estranhamento no trabalho, que resultam no empobrecimento da experiência.

---

<sup>25</sup> No Brasil, em 1959, o Fórum “Roberto Simonsen” promoveu um ciclo de conferências sobre os problemas psicológicos da industrialização a partir de um convênio com a Sociedade de Psicologia de São Paulo. Na apresentação da publicação em que resulta tal evento, Antônio Devisate declarou: *“Tal promoção teve em mira oferecer aos homens de empresa de São Paulo e seus auxiliares mais imediatos uma análise em profundidade dos elementos que possam compor um clima de harmonia entre dirigentes e executores de nossa produção”* (1959: 09).

Segundo Benjamin (1994c), um certo tipo de marxismo que concebendo as necessidades humanas, associadas à cultura, a identidade, à liberdade, e ao enraizamento como necessidades de segunda ordem, como *“coisas refinadas”* e *“espirituais”*, simplificou o conteúdo da luta de classe. Simone Weil, por sua vez, destacou as *“necessidades da alma”* implicadas na luta dos trabalhadores. Assim, afirmou que *“Todo o mundo tem consciência de que há crueldades que atingem a vida do homem sem atingir seu corpo. São as que privam o homem de um certo alimento necessário à vida da alma”* (Weil, 2001: 11).

Antunes (1999) refletindo sobre os sentidos do trabalho, demolidos pela ordem do capital, afirma que *“uma vida cheia de sentido encontra na esfera do trabalho seu primeiro momento de realização”*, mas que não se resume exclusivamente ao trabalho: *“Na busca de uma vida cheia de sentido, a arte, a poesia, a pintura, a literatura, a música, o momento de criação, o tempo de liberdade, têm um significado muito especial”* (Antunes, 1999: 143).

Entendendo-se, portanto, o trabalho enquanto elemento central na estruturação do ser social – das identidades, valores e experiências humanas –, buscou-se com esse estudo, mostrar que a luta de classes é palco de disputa não somente por interesses materiais, mas também por valores. Portanto, os ideais de liberdade e arte, mencionados acima por Antunes (1999), também resistem no interior da dinâmica do trabalho, mesmo submerso à condição de estranhamento, mostrando as fissuras na processualidade histórica do sistema de dominação capitalista, que, sob o contexto fordista/taylorista, buscou submeter os indivíduos da classe trabalhadora a um trabalho que *“não desenvolve nenhuma energia física e espiritual livre, mas mortifica sua physis e arruína seu espírito”* (Marx, 2004: 82).

A despeito dessa determinação estrutural, o trabalho de campo desta pesquisa, realizado junto a alguns metalúrgicos, mostrou que a experiência dos sujeitos é processada, através da cultura no plano do cotidiano, e subjetivada no plano da resistência de ao menos três diferentes formas

discutidas no Capítulo III: os “biscates”, as produções literárias e a oficina doméstica. Nas narrativas dos metalúrgicos entrevistados, os detalhes, os silêncios e as emoções não se submeteram aos elementos mais materiais daquelas experiências. Ou seja, segundo a terceira e quarta tese, em “Sobre o conceito de História” de Benjamin (1994c), na luta dos sujeitos contra a opressão (por exemplo, a de classe), os aspectos considerados “coisas espirituais” ou “refinadas”, que viriam a ser necessidades de segunda ordem, devem ser compreendidas, libertas da hierarquia encampada pelo materialismo histórico com o qual dialoga o autor.

Ou seja, os alimentos da alma (cf. Weil, 2001): o ideal da liberdade, da arte e da justiça, presentes na luta empreendida pelos sujeitos dessa história – pelo enraizamento em um dado espaço, pelo prazer, no e pelo trabalho, e pela autonomia sobre o tempo – não são menos importantes do que os alimentos do corpo. Assim, a toda ciência histórica crítica, cabe a tarefa do cronista, o qual narra os acontecimentos sem distinguir entre os grandes e os pequenos, pois estes levam *“em conta a verdade de que nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história”* (Benjamin, 1994a: 223). Para Paoli (1987):

Quando a sociologia redescobre e recupera a noção de *sentido*, quando a ciência política se encanta com a noção de *hegemonia*, quando as ciências sociais incorporam a idéia de “discurso” que disciplinam a singularidade, quando, enfim, se reconhece que os sujeitos históricos têm emoções, experiências, tradições e valores próprios (...), há uma redescoberta da cultura como central no entendimento da dominação – algo que não se esgotou na ideologia, ou nas lógicas e necessidades da produção e do poder, embora as suponham (1987: 57-8).

Henri Lefebvre, no estudo, *“A Vida cotidiana no mundo moderno”*, desenvolve uma análise histórica sobre dois fenômenos correlatos: cotidiano e modernidade. São as *“duas faces do espírito do tempo... Ao cotidiano, conjunto do insignificante (...), responde e corresponde o moderno, conjunto dos signos pelos quais essa sociedade se significa, se justifica, e que faz parte da sua ideologia”* (1991: 30). O cotidiano para Lefebvre (1991) é a totalidade, é aquilo que não tem data, é o

humilde e é o sólido, aquilo que vai por si mesmo, cujas partes e fragmentos se encadeiam num emprego do tempo. Cotidiano é o que se une à modernidade, ao signo do novo e da novidade; moderno é o brilho que traz o paradoxo marcado pela tecnicidade e pelo mundano, é o aparentemente audacioso e efêmero. Segundo Martins (2000), essa sociedade moderna vive a profunda angústia da morte inevitável e da consciência da finitude em face ao imaginário de um progresso infinito e interminável. A partir de agora o tempo tornou-se moeda: ninguém passa o tempo, e sim o gasta.

Walter Benjamin (1994c), dialogando com os historicistas, refletindo sob o contexto histórico do fascismo, ensaia nas teses de *"Sobre o conceito de História"* um outro conceito de história, mediante o qual sejam desnudadas as ameaças que o progresso técnico e econômico, promovido pelo contínuo processo de modernização capitalista, faz pesar sobre a humanidade: a transformação dos seres humanos em máquinas de trabalho, a degradação do trabalho a uma simples técnica, a submissão desesperadora das pessoas ao mecanismo social.

Para Walter Benjamin a idéia de progresso, no interior da corrente social-democrata, está circunscrita ao progresso da humanidade em si, como um processo essencialmente automático e sem limites. Por trás dessa concepção está pressuposto o fato desse progresso se operar *"no interior de um tempo vazio e homogêneo"* (1994a: 229), o que permite a expectativa de uma trajetória que avança numa via de mão única. Neste sentido, W. Benjamin alerta para a necessidade de que a história seja vasculhada *"a contrapelo"*. Segundo esse autor, partindo do princípio filosófico de que não há luta pelo futuro sem memória do passado, *"escovar a história a contrapelo"* significa a recusa em se juntar ao cortejo triunfal dos vencedores e possibilita um salto para fora da marcha do progresso. A concepção da história de Benjamin utiliza a nostalgia do passado como método revolucionário de crítica do presente. (cf. Löwy, 2005).

Thompson (1981), criticando o estruturalismo althusseriano, propõe, frente a diversidade de mediações possíveis de se estabelecer entre os sujeitos e as estruturas sociais objetivas, a inclusão de um termo ausente no sistema conceptual anterior: a “*experiência*”. Naquele sistema, a determinação e a autonomia aparecem como as duas pontas de uma mesma cadeia. Enquanto que para Marx, segundo Thompson, determinação e autonomia são as duas formas de dizer a mesma coisa. Assim, através dessa outra concepção proposta por Thompson, não se compreende a realidade histórico-social como um encadeamento mecanicista, mas como um processo histórico aberto. Deste modo, tomando de empréstimo essas reflexões de W. Benjamin e E. P. Thompson apresentadas, é possível afirmar que mesmo no campo do marxismo houve uma infiltração do vocabulário do “*progresso econômico e técnico*”.

Para Thompson (1981) a experiência é um termo médio que dá cor à cultura, aos valores e ao pensamento e, é por meio da experiência, que o modo de produção exerce uma pressão determinante sobre outras atividades:

Os homens e mulheres também retomam como sujeitos, dentro desse termo – não como sujeitos autônomos, ‘individuos livres’, mas como pessoas que experimentam situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida ‘tratam’ essa experiência em sua consciência e sua cultura (...) das mais complexas maneiras (...) e em seguida agem, por sua vez, sobre sua situação determinada (Thompson, 1981: 182).

Assim, a experiência se coloca, portanto, como o mediador entre as determinações estruturais, de fundo econômico, que se impõem sobre a história dos sujeitos. Os fatores macro-estruturais determinam as condições objetivas sobre as quais os sujeitos atuam, mas não inviabilizam as possibilidades de interferência desses agentes históricos, na medida em que as particularidades culturais e sociais de cada grupo resignificam a estrutura. A partir dos relatos dos

entrevistados observou-se uma reinvenção do “*sentido do trabalho*”<sup>26</sup> nas fronteiras do rural e do urbano, do tradicional e do moderno, ainda que a condição social de tais sujeitos estivesse determinada por um sistema de estranhamento presente em todo o mundo do trabalho.

Observando, no interior das teorias do desenvolvimento, a influência de um pensamento estruturalista conectado a concepção de progresso criticada por Walter Benjamin, faz-se necessário a crítica a uma determinada elaboração teórica da ideologia nacional desenvolvimentista, gestada sob influência estruturalista, conforme discutido na Introdução. A ideologia nacional-desenvolvimentista afirmada no governo Juscelino Kubitschek, disputa o status de uma ideologia em geral, de um conjunto de representações e valores que atendiam a um desejo nacional, desconectando-se, deste modo, do contexto da luta de classe.

Segundo Toledo (1997), para “*discutir o tema das ideologias na sociedade de classes (...), o conceito de relações de classes deve-se consistir na referência obrigatória quando se pensa o nível da superestrutura político-ideológica. (...)*” (1997: 29). Entretanto, segundo o autor, outra perspectiva teórica está em voga atualmente dentro das ciências sociais: “*Nesse sentido, os primeiros trabalhos de Althusser acerca das relações entre ciência e ideologia se constituem no exemplo mais significativo das dificuldades acima indicadas*” (1997: 29).

Contudo, embora tal posição teórica possa ser defendida – já que conforme Marx na Ideologia Alemã, na sociedade de classes, a ideologia hegemônica é a ideologia da classe dominante – Toledo (1997) diz não ser através do socorro da ciência, ou de qualquer instituição externa aos sujeitos explorados, que o “*espontaneísmo*” da prática política da classe operária sofreria uma transformação qualitativa, libertando-se do sistema de representações das classes dominantes. Enquanto que para Althusser, segundo Toledo (1997), a ciência se transforma num instrumento “*natural*” aliado às classes dominadas – eximindo a ciência do terreno da luta de classes

---

<sup>26</sup> Antunes (1999).

– esse autor diz ser necessário um esforço maior em investigar a *“possibilidade da organização política autônoma das classes subalternas se constituir no lugar e no instrumento adequado para a efetivação daquela tarefa de transformação – atribuída, na perspectiva acima, à ciência”* (1997: 31).

Assim, é necessário enfrentar, nesse estudo, a questão do Partido ou da organização política tendo em mente essa discussão. O trabalho de campo desta pesquisa permitiu afirmar que a organização política sindical exerceu, no período aqui investigado, ao mesmo tempo um suporte e uma pressão cotidiana sobre os trabalhadores no sentido de dirigir suas expressões de resistência. Nesse movimento, as pequenas *“recusas”*,<sup>27</sup> tais como os biscates, que tocavam questões profundas da condição do trabalhador no sistema do capital – aquelas que se referem (mesmo que inconscientemente) as características ontológicas do trabalho humano – eram vigiadas por quase todas as peças deste tabuleiro social, pelo Estado, pela indústria e por algumas entidades sindicais.

A ideologia nacional-desenvolvimentista, ao espelhar a superação do subdesenvolvimento nos países de capitalismo consolidado, simpática à técnica, ao capital e ao modo de vida dessas nações vista como soberanas e democráticas, o fez defendendo não só os interesses econômicos das classes dominantes, especialmente aqueles da burguesia industrial, mas também seus valores. Nas palavras de Thompson (1981): *“(...)toda contradição é um conflito de valor, tanto quanto um conflito de interesse; (...) em cada ‘necessidade’ há um afeto, ou ‘vontade’, (...) toda luta de classe é ao mesmo tempo uma luta acerca de valores (...)”* (1981: 190). Portanto, esse autor, prossequindo sua crítica à análise estruturalista, alerta para a reificação do processo social, que enquanto tratado como coisa, perde de vista o processo de incorporação de ideologias e valores, a que os sujeitos históricos estão submetidos, pois a ideologia dominante não é apenas um valor ou prática isolada à classe dominante.

---

<sup>27</sup> Esse termo foi usado por Amnérís Maroni em seu estudo sobre o operariado do final da década de 1960 e de 1970.

Assim, embora Lefebvre (1991) alerte para a representação frequentemente negativa atribuída ao cotidiano, tendendo a ser representado como algo cada vez mais desinteressante e reprodutivo, a *"história de um dia engloba a do mundo e a da sociedade"* (Lefebvre, 1991: 8). Para esse autor é preciso que se vá além de Hegel, buscando a unidade entre a razão e a realidade social, não *"aceitando mais a separação do filosófico e do não-filosófico, do superior e do inferior, do espiritual e do material, do teórico e do prático, do 'cultivado' e do inculto"*, procurando uma transformação não apenas do Estado e da produção econômica, mas também do próprio cotidiano (1991: 22).

Como mostrou a observação participante, realizada a partir do contato com os entrevistados, é no cotidiano que a vida se manifesta. Em sua trivialidade, o cotidiano se compõe de repetições: *"gestos no trabalho, movimentos mecânicos (...), horas, dias, semanas, meses, anos"* (Lefebvre, 1991: 24). No entanto, no cotidiano também há drama, porque as pessoas nascem, vivem e morrem. É no cotidiano que se tem prazer, ou se sofre. Aqui e agora. Portanto, o caminho demográfico do estudo do cotidiano, sob a ótica deste autor, dá conta apenas do caráter numérico do cotidiano, mas deve ser apenas um capítulo de uma ciência mais ampla.

Entendendo o trabalho como uma atividade central na sociabilidade humana é possível perguntar em que acarreta a redução do *"trabalho a uma simples técnica"* dentro do modo de produção capitalista? Tais reflexões se farão presentes no último capítulo do texto, procurando mostrar que a despeito do processo de transformação da força de trabalho em mercadoria e, da redução do trabalho a meio para satisfazer carências externas ao trabalhador, há sempre a busca de um trabalho que realize as necessidades humanas, objetivas e subjetivas. Portanto, esse estudo partiu da memória e do cotidiano para compreender a experiência e a resistência operária. Pelo fenômeno da memória captamos a complexa relação entre a reprodução e a resistência, sobre os

valores dominantes da sociedade em processo de modernização, e sobre a dinâmica do trabalho humano transformado em mercadoria.

Através das práticas sociais de resistência operária na esfera da vida cotidiana no mundo moderno, foi possível encontrar um cotidiano politizado. Politizado no sentido de que encerra práticas de resistência à efemeridade da vida cotidiana e contra a castração das potencialidades do trabalho humano na sociedade de consumo. A história narrada pelos ex-metalúrgicos sobre as pequenas “recusas” abrange práticas de resistências, empreendidas ao longo do final da década de 1950, e meados de 1960, desde a prática dos biscates, prosseguindo até os dias de hoje através das produções literárias e das oficinas domésticas. Por fim, as experiências particulares de cada um desses operários entrevistados, devem ser analisadas buscando transitar entre as particularidades das histórias de vida e a totalidade daquela sociedade urbano-industrial, a partir da construção do diálogo entre a história do Brasil Moderno e as memórias operárias, já que para Nora (1993), memória e história estão longe de serem sinônimos.

## II

**A HISTÓRIA DO BRASIL MODERNO E ALGUMAS MEMÓRIAS OPERÁRIAS (1954 a 1964)****II. 1. Sindicatos, Partidos e outras redes sociais na experiência operária do pós-guerra.**

Segundo Nora (1993), as memórias são a história vivida; e a história, *“uma representação do passado”* (1993: 09). Partindo das memórias dos trabalhadores entrevistados, iniciou-se um processo de reconstrução da história *“a contrapelo”*, como propõe Walter Benjamin, por meio da qual a pesquisa de campo trouxe fragmentos de uma narrativa histórica oral, simultaneamente lacunar e total. Por meio da tecelagem desses fragmentos, buscou-se reconstruir a experiência do homem-migrante-metalúrgico nas cidades de São Paulo e do ABC paulista.

A história do Brasil Moderno aqui reconstruída, no diálogo entre história e memória, parte da crise marcada pelo suicídio de Getúlio Vargas até um outro momento de crise, marcado pelo Golpe Militar de 1964. Entretanto, para construir o nexos dessa tecelagem, se fez necessário recorrer também ao contexto do Estado Novo, já que as memórias dos trabalhadores entrevistados, demonstraram ser inviável uma separação rígida entre o Vargas que se afastou, provisoriamente, do cenário nacional da década de 1940, e o presidente Getúlio Vargas que se suicidou em 1954. Assim, a reflexão feita por Antunes (1982) permite uma breve digressão à década de 1930, acerca da forma do Estado brasileiro nesse período. Para esse autor:

Ao contrário da explicação privilegiadora do “atraso” da classe operária, dada a sua “origem rural”, ao “alto grau de mobilidade social”, a sua “fraqueza e passividade”, creio que o verdadeiro entendimento da atuação da classe operária no imediato pós-30 está diretamente ligado também à nova forma adquirida pelo Estado varguista (1982: 72).

A forma particular do Estado que se conformou a partir da Revolução de 1930 foi a conciliadora, *“quando os interesses agrários, expressando o velho, mesclaram-se com os interesses urbanos e industriais emergentes, num rearranjo do bloco de poder onde nenhuma fração dominante na fase anterior foi absolutamente excluída”* (Antunes, 1982: 72). Deste modo, essa forma do

Estado, que segundo o autor contém traços de reacionarismo, não tocou na estrutura latifundiária e, ainda permitiu o crescimento da emergente burguesia industrial, excluindo as classes populares de qualquer participação política e social efetiva. O Estado, através da *“política sindical controladora e da legislação trabalhista manipulatória”* (1982: 73), buscou reprimir política e ideologicamente a classe operária.

No Estado varguista a “questão social” ganhou uma dimensão significativa, pois a constituição de um parque industrial e a necessidade de uma acumulação endógena, exigia a regulamentação não apenas do trabalho, mas de todo o mundo do trabalho. Assim, em 1943, mesmo ano em que ocorreu a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o lazer operário também é regulamentado a partir da criação do Serviço de Recreação Operária, o qual tem o propósito de cuidar da educação física e moral dos trabalhadores:

Na opinião da revista Educação Física, “a nova educação física deverá formar um homem típico, que tenha as seguintes características: talhe mais delgado que cheio, gracioso de musculatura, flexível, de olhos claros, ágil, dócil, alegre, viril, sincero, honesto, puro de atos e de pensamentos”<sup>28</sup>

O fragmento acima faz parte de uma reportagem de 1943, intitulada “Lazer de trabalhador é regulamentado” (vide anexo 3), por meio da qual vê-se o crivo étnico/regional que perpassa a condição de classe dos trabalhadores brasileiros de São Paulo, contribuindo para a formação do preconceito racial contra o migrante não-europeu, o qual viria a ser mais tarde, no Governo JK, a mão-de-obra indispensável para dar prosseguimento à acumulação capitalista industrial, forçando a uma reelaboração desse discurso racial durante esses anos,<sup>29</sup> com o objetivo de estimular a migração de trabalhadores rurais para a indústria em crescimento.

---

<sup>28</sup> Fonte: 100 anos de República: um retrato ilustrado da História do Brasil. Editora Nova Cultural (1989).

<sup>29</sup> Mais detalhes sobre a reciclagem do discurso racial contra o migrante nordestino ver Negro (2005) e Fontes (2002).

Assim, em 1951, Getúlio reaparecerá “como um mecenas”,<sup>30</sup> já que a “a consolidação das leis trabalhistas foi passada para o operariado da época, na década de trinta e quarenta, como se fossem dele”. Segundo o ex-metalúrgico Philadelpho:

(...) não [se] olham os mártires do século passado que deram a vida por causa dos direitos do trabalho, [por] melhores condições de vida, [não se olham] as mulheres que foram queimadas dentro de uma tecelagem em Nova York, então, ninguém olha isso aí. Esse foi o período varguista ... (sr. Philadelpho, 2006).

Se a legislação trabalhista pode ser entendida como conquista da classe operária conforme afirma o entrevistado, é inegável que o Estado ao atender suas reivindicações, conseguiu criar as bases sociais tanto para sua própria sustentação na política, quanto para a acumulação industrial centrada na exploração da força de trabalho (cf. Antunes, 1982).

Na maioria dos relatos colhidos na pesquisa, foi possível constatar uma memória idealizada em torno da figura de Getúlio Vargas. Por sua vez, a partir da literatura consultada, pode-se perceber uma deterioração da imagem pública do governo ditatorial de Vargas, especialmente após 1944, quando começava a ecoar a crítica de que se tratava de uma anomalia de conduta do governo brasileiro lutar pela democracia no exterior, enquanto persistia uma ditadura em seu próprio país (cf. Skidmore, 1978). Assim, ao final do Estado Novo, as distintas vozes dissidentes, até então eficientemente censuradas não podiam mais calar.

Em 11 de março de 1945, foi lançado um movimento para indicar, na candidatura para a presidência da república, o Ministro da Guerra, General Dutra. Em abril, Dutra aceita a indicação. A sociedade brasileira, depois de viver “quinze anos num sistema fechado, elege um presidente, Gaspar Dutra, que foi igual ou pior que o outro”.<sup>31</sup> A partir de 7 de maio de 1947, o PCB foi colocado novamente na ilegalidade. Entretanto, segundo Fontes (2002), o contexto que se instaura, ao final

---

<sup>30</sup> (sr. Philadelpho, 2006).

<sup>31</sup> (sr. Philadelpho, 2006).

da Segunda Guerra Mundial, inaugura um período de grande participação política e fortalecimento do Partido Comunista como o partido identificado com as aspirações dos trabalhadores.

Em 1947, a cidade de Santo André elege um prefeito e a maioria da Câmara vindos dos quadros do Partido Comunista. Segundo um entrevistado, a *“mudança industrial com a militância política sindical transformou a cidade em “um caldeirão!”*”<sup>32</sup> As organizações sindicais e as greves, embora legalizadas pelo poder público desde o Estado Novo (1937-45), representavam uma ameaça à ordem do Estado e ao poder das empresas. Assim, a filiação de membros operários ao Partido Comunista e a formação de lideranças já demonstravam uma postura de enfrentamento. Qualquer aproximação com as organizações sindicais, também podiam significar um ato subversivo. Respirava-se a atmosfera da Guerra Fria. As lembranças de um dos trabalhadores entrevistados, ao recordar-se do dia em que se sindicalizou, associando *“sua vida a uma causa e a um sonho (...)”*,<sup>33</sup> fotografa a imagem desse tempo de agitação política:

Eu entrei no (...) Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André no dia 22 de maio de 1945. Se não me engano foi no dia [em] que terminou a Guerra, Segunda Guerra Mundial. Por quê? Por que tinha um burburinho na rua, um movimento tremendo na rua, um movimento político,(...) todo o povo aí porque a guerra acabou, as fábricas dispensaram os empregados. Eu naquele dia me sindicalizei (sr. Philadelpho, 1996).

A intervenção nos sindicatos foi se tornando cada vez mais freqüente tendo sua expressão máxima em 1947, quando Dutra cassa o mandato do prefeito de Santo André e intervém nos sindicatos. Segundo um depoente: *“A importância sócio-política e econômica da cidade, um prefeito, a maioria da Câmara e um sindicato comunista, é dose para leão. Então nem tomou posse vereador*

<sup>32</sup> (sr. Philadelpho, 2006).

<sup>33</sup> *“Foi nesse espaço que o moderno ritual do operariado cresceu para fornecer cor, estrutura emocional e cerimônia. E espaço era grande. Em suas memórias recentes um velho poeta da Alemanha Oriental refletiu como era estranho que, por ter assinado um pedaço de papel pequeno e amassado, apresentado por um jovem trabalhador em uma esquina de rua em 1931 em Berlim, ele ainda se sentisse ligado ao partido a que se filiara quando era colegial. Na verdade, não é nada enigmático. Ao assinar o papel, associou sua vida a uma causa e a um sonho, como as pessoas faziam naqueles dias”* (Hobsbawm, 2000c: 117).

nem prefeito". Com "cavalaria e tropa de choque" ninguém tomou posse. Conforme lembra esse metalúrgico e sindicalista:

Foram anos terríveis de perseguição (...) Eles (...) iam buscar dentro de todas as empresas todas as lideranças do Partido Comunista e trancafiavam por um dia ou dois, porque (...) tinham medo de manifestação de rua (sr. Philadelpho, 1996).

Assim, esse mosaico de culturas regionais e étnicas, trazidas pelas esteiras da migração nacional e estrangeira, foi construído mediante diferentes experiências. Nessa sociedade cindida pelas ideologias da Guerra Fria, qualquer movimento político que pretendesse ir ao encontro dos trabalhadores iria disputar os rumos da formação da classe com diversas outras redes de relações interpessoais (Negro, 2004). O contexto de ingresso no sindicalismo vivido por um dos metalúrgicos, permite perceber essa "disputa" empreendida pelo sindicato para se tornar a instituição apropriada à luta de classe. Conforme lembra Joaquim dos Santos Andrade, em entrevista concedida ao Centro de Memória Sindical em 1991:

(...) quando eu estava na empresa ainda, e eu era presidente de uma comissão de trabalhadores, começaram a me dizer que havia um sindicato e que o sindicato coordenava isso, que o sindicato nos representava. (...) Waldemar (...) era prensista e era um lutador também muito freqüentador deste sindicato, (...) e foram nessas ocasiões, [em companhia deste amigo], [que] começou [a] aparecer nossa luta dentro da empresa [a qual foi] depois custodiada, apoiada pelo próprio sindicato. Foi aí que eu iniciei minha vida sindical propriamente dita. (...) (sr. Joaquim, 1991).

O depoimento cedido por Antônio Flores para essa pesquisa, também revela, depois de instigado a falar sobre o mundo do trabalho que o rodeava no período de 1954 a 1964, que a rede social que se formava a partir da comunidade era um instrumento válido de ação política, ainda que desprivilegiado frente ao sindicalismo:

Olha, eu participava do Partido Comunista! Então o que acontecia? Ou a gente tinha atividade na Juventude, ou você tinha atividade na Sociedade dos Amigos de Bairro, além do Sindicato. A gente levava em consideração que a principal atividade que tinha que se fazer era dentro do Sindicato. Porque a luta sindical, você estava levando ela até o gabinete do Ministro e a luta do bairro, você leva até o gabinete do prefeito! (sr. Antônio Flores, 2006).

Ou seja, no convívio dessas diferentes redes sociais construídas pelos trabalhadores, Negro (2004a) afirma que a intensa mobilização fabril do pós-guerra: *“(...)varreu, com um sopro de renovação, o sindicalismo paulista de ponta a ponta. A intensa associação operária nas fábricas abalou a recém-instalada CLT, os patrões e muitas diretorias sindicais patrocinadas com a invenção do trabalhismo”* (2004a: 33). A CLT abriu um novo campo de ação para a classe trabalhadora. No entanto, os sindicatos eram controlados e reprimidos pelo Governo.<sup>34</sup> Nas palavras de Antunes (1982):

Sendo o proletariado produto também do modo de produção capitalista, sua situação está sujeita às formas de existência de seu produtor, isto é, a inumanidade e a reificação. Porém, a sua situação de existência é, ao mesmo tempo, a constante tentativa de negação desta existência. Em outras palavras, na consciência operária coexistem, de forma conflitante, dois momentos: de um lado, a coisificação ou reificação e, de outro lado, a insatisfação oriunda da sua posição de classe no processo de produção (1982: 20-1).

No pós-1945, a polarização político-ideológica incentivada pela atmosfera da Guerra Fria e pela existência de um “modelo socialista” em andamento na URSS, eletrizava a simpatia dos movimentos sociais pelo PCB. As lideranças desses quadros, expulsos dos sindicatos, concentravam as forças na organização da classe dentro da fábrica e em seus locais de moradia. A partir de 1947, com Dutra, a aliança empresarial-policial apresentaria o desejo de previsão e antecipação das greves e mobilizações, buscando desligar a fábrica da rua, facilitando a neutralização desejada. Nesse contexto, o preço da segurança, do controle e/ou da cooperação forçada entre as classes, foi a espionagem no melhor estilo da Guerra Fria. Segundo (2004a): *“No começo de 1950, temendo manifestações oposicionistas à visita de Dutra a São Paulo, investigadores aprontaram uma lista de líderes de células fabris do ABC (...)”* (2004a: 51).

---

<sup>34</sup> O estudo de Hans Füchtner, “Os sindicatos brasileiros: organização e ação política”, apresenta inúmeros exemplos de repressão e sabotagem de greves, como: greve de 1954 dos condutores de bonde, greve dos motoristas de ônibus, greve dos trabalhadores do porto em 1961.

Parte da esquerda e da direita nacionalista convergia na orientação de que a classe revolucionária seria a própria burguesia nacional, apoiada pelos trabalhadores, em um embate necessário contra o imperialismo e as oligarquias rurais. Para tanto, preservadas as diferenças de objetivos maiores do movimento, tanto o Governo e seus órgãos intelectuais, como uma parte da esquerda, em algum momento alinhou-se na orientação de que a classe trabalhadora “apertasse o cinto” e continuasse a trabalhar sem interrupções ao projeto burguês da sociedade. Entretanto, muitos dirigentes sindicais eram também operários e não foram poucas as vezes em que ignoraram ou deram as costas às orientações de cúpula partidária, para não se verem abandonados pelos trabalhadores ou porque estavam de fato comprometidos com eles (cf. Silva, 1999).

Dado esse contexto de repressão ostensiva do Governo Dutra, Getúlio Vargas volta pelo processo democrático, aos braços do povo. Para Philadelpho, então dirigente no Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, seu retorno à política pela via democrática deveu-se a *“aquele saudosismo, (...) o homem que deu isso, deu aquilo, deu as leis trabalhistas para nós. Leis trabalhistas [que] o patrão não cumpria, e quando você ia fazer uma greve, vinha a policia política te bater, te prender! Então, Getúlio volta pelo processo democrático”* (sr. Philadelpho, 2006).

A história dos anos cinquenta se inicia novamente sob o comando de Getúlio Vargas, eleito por voto popular direto. Em 31 de janeiro de 1951, ensaia-se o primeiro plano para o desenvolvimento industrial. Vargas, mediante um contexto político que lhe exigia delicadas manobras conciliatórias, deveria encontrar uma forma de solucionar os graves problemas da inflação, do desequilíbrio da balança de pagamentos e dos pontos de estrangulamento, para que pudesse avançar rumo à expansão do setor de infra-estrutura e bens de capital. Oliveira (1989) situa o governo que vai de 1950 a 1955 como um momento de acumulação baseado na ampliação do setor de bens de produção e, muito embora esse padrão não tenha efetivamente se concretizado,

ele produziu um excedente que se acumulou e se concentrou nas empresas privadas, garantindo o desenvolvimento do capitalismo no período que sucederia Getúlio Vargas.

A sociedade brasileira em 1951 estava com uma estrutura de classes muito mais delineada do que no Estado Novo (1937-45) e o processo de industrialização, que até aquele momento já havia sido realizado, fortaleceu três classes em especial: os industriais, a classe operária urbana e a classe média. O nível de preços que havia permanecido relativamente estável nos primeiros anos após a guerra, experimentou rápidos aumentos na década de 1950, implicando em taxas de inflação crescentes, chegando a 11,8% em 1955 e 78,4% em 1963.<sup>35</sup> O impulso à industrialização que se operou em Vargas aqueceu tensões sociais que o aproximavam da crise político-econômica que findaria em seu suicídio. Nesse cenário, em 1953, o Brasil assistiu a uma grande greve, conhecida como a Greve dos 300 mil. Para Castro (1980), após os anos de 1950 a 1952 registrarem um número muito pequeno de greves, a paralisação de 1953 marcou o início de um novo fôlego para o movimento operário:

É importante reconhecer as formas de organização que surgem a partir [de então] (...), porque, serão até 1964 as formas que permitirão uma certa mobilização autônoma sem romper, entretanto a subordinação do movimento operário às regras da estrutura sindical oficial. Aparecem, em 1953, as "estruturas paralelas" aos sindicatos oficiais, com grande capacidade de mobilização que, sem pôr em causa o sistema sindical ligado ao Estado, servem para dinamizá-lo (Castro, 1980: 59).

A despeito da eficiente engenharia de gestão de conflitos empregada pela aliança empresarial-policial, por meio do incentivo a um relacionamento negativo da classe trabalhadora com suas diferenças internas (característica apresentada por uma classe urbano-industrial que se formou no amálgama de culturas, e por uma industrialização à marcha forçada), a adesão à greve implicava em uma questão "*moral*" e de "*solidariedade*" com os colegas que arriscavam seus

---

<sup>35</sup> Tabela em anexo ao estudo de Almeida (2006). A fonte referida pelo autor é Baer, 2002: 489.

empregos em prol de reivindicações amplas e gerais. Nas palavras de José Duda Costa: “(...) existia em toda indústria: intrigas, inveja,(...), mas [também] tinha muito coleguismo” (sr. José D. C, 2006).

A presença de um aspecto moral na luta de classes, empreendida também na forma sindical pelos trabalhadores urbanos estudados, pode ser compreendida sob a influência teórica das teses de “Sobre o conceito de História” de Walter Benjamin, especialmente a terceira e quarta tese, por meio da qual o autor afirma que: “Na luta de classes essas coisas espirituais (...) se manifestam nessa luta sob a forma de confiança, de coragem, do humor, da astúcia, da firmeza, e agem de longe, do fundo dos tempos” (1994c: 224). Segundo Negro (2004a):

(...) costurando diferenças, o sentimento de ver-se ligado com colegas que se arriscavam na luta por direitos universais era um dos básicos fatores de coesão. Este sentimento de implicação vinha somar-se à indignação contra a injustiça (2004a: 84).

O episódio de crise política, econômica e social representada pelo suicídio de Vargas, é lembrado por todos os entrevistados desta pesquisa. Assim, quando foi dada na imprensa a morte de Getúlio Vargas, Joaquim S. Andrade “estava exatamente nas imediações (...) da rua do Carmo”. Segundo o mesmo, ao entrar no sindicato dos metalúrgicos de São Paulo por aquelas imediações, o ambiente era de condolência: “eu entrei (...) [e] nós estávamos, (...) condoídos pela morte de Getúlio Vargas, por que o Getúlio Vargas tinha destinado uma parte da sua vida a trabalhadores, (...) tinha dado ao movimento sindical uma participação, entre as quais a própria CLT (...)”. Antônio Flores estava na Praça da Sé quando chegou a notícia de que Getúlio havia se suicidado. Segundo Flores, ele saiu correndo junto a “aquele povão todo”:

(...) descemos a Rangel Pestana e fomos parar na [fábrica] Goodyear que estava trabalhando, mas eram milhares de pessoas! E lá na Goodyear eu fui preso, fui preso porque eu peguei uma bandeira americana e [ateei] fogo! E aí eles me levaram e me trouxeram para o Juizado de Menores (sr. Antônio Flores, 2006).

Na memória operária, Getúlio Vargas se imortalizou a partir de dois marcos que se misturam nas lembranças dos sujeitos dessa história: a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), ocorrida na sua fase ditatorial, e o suicídio de Vargas em 1954, ao final de seu período democrático. Ou seja, a periodicidade histórica, que separa os dois momentos de sua passagem pela presidência da república, é subvertida nesse discurso mnemônico, sendo impossível, segundo Janotti (1998), separar o imaginário sobre a personalidade de Vargas, do contexto conjuntural. Nas lembranças do senhor Orlando fica a imagem de um homem que trabalhou pelo povo:

Lembro, lembro da política, tudo. Getúlio foi o que se matou. E foi eleito [pela] segunda vez e depois se matou. Para mim é [um] bom governo, aquele sempre trabalhou para o lado das lei trabalhistas. Tudo que nós temos hoje foi Getúlio que fez, que antes de Getúlio, você estava trabalhando, o patrão mandava embora na hora, não te indenizava, às vezes nem pagava o [que] você tinha direito. (...) Mandava e não pagava nada(...) [silêncio] (sr. Orlando, 2005).

Janotti (1998) menciona que não é raro que até hoje muitas campanhas eleitorais recorram à figura de Vargas para pleitear a simpatia popular, pois, foi no seio da antiga classe trabalhadora, que se solidificou sua imagem de demiurgo das conquistas sociais. Antônio Flores se recorda também do tempo em que ingressou na fábrica e logo se deparou com a enorme simpatia dos trabalhadores por Getúlio. Segundo o mesmo *“Você chegava [em] muitas fábricas, [e] nas bancadas, ou numa máquina que trabalhava um cidadão, você [via] (...) uma foto do Getúlio [colada]”*.<sup>36</sup> Para outro depoente, Getúlio Vargas era o “pai dos pobres” e a “mãe dos ricos”:

Então, o Getúlio criou muita coisa interessante, muita coisa boa que não existia na época, (...) ele registrou na CLT as leis de constituição dos direitos de trabalho e tal, mas acontece que ele fez essas outras aberrações (...) (sr. José D. C., 2006).

Assim, sua política trabalhista era dúbia; de um lado desmobilizava o movimento operário e, por outro, incentivava reivindicações baseadas nos direitos conquistados pelos trabalhadores na

---

<sup>36</sup> (sr. Antônio Flores, 2006).

Constituição. Portanto, Joaquim afirma que além de condoídos pela morte de Getúlio Vargas, sentiam-se esperançosos. Nas palavras do metalúrgico:

(...) a esperança era que o João Goulart assumisse a presidência da República, e o Jango estava muito mais próximo deste sindicato do que estaria Getúlio Vargas, e acho que foi essa razão que acabou não havendo nenhum protesto mais maciço [naquela ocasião] (sr. Joaquim, 1991).

A aliança empresarial-policial erodiu o crescimento do Partido Comunista no imediato pós-guerra. Antônio Flores relembra o tempo em que o Partido Comunista representava a classe trabalhadora, relacionando esse contexto com a situação que se estabeleceu especialmente após o governo Dutra, quando, apenas através do PTB, seus representantes conseguiam inserção na política do Estado:

(...) o Partido Comunista, ele era bem enraizado dentro das fábricas, tinha seus militantes, entende, enfrentavam, ajudavam. E o PTB, que era da época do Getúlio, ele também ajudou muito. [A proximidade entre o Partido Comunista e os petebistas se dava] pela causa trabalhista, [porque] (...) o Partido Comunista era ilegal, para você eleger alguém, você se elegia via PTB. Esse era o trânsito, entende? Nós tivemos alguns deputados, alguns senadores, mas tudo via PTB (sr. Antônio Flores, 2006).

Assim, o Partido Comunista, que quase sempre vivera na ilegalidade, depois dos acontecimentos de 1954, tinha a *“esperança de vir para o campo legal e disputar eleições”*.<sup>37</sup> Deste modo, Philadelpho relembra que existia uma promessa de inserção legal do Partido Comunista na política, na ocasião do suicídio de Vargas, já que o vice-presidente de JK era um petebista:

Os comunistas que insistiram para colocá-lo [referindo-se a João Goulart], porque ele facilitava os comunistas chegar perto do governo (...) então, os comunistas apoiaram as eleições, não o governo. E foi aí que se apoiou o Juscelino. Com toda aquelas características da personalidade, sorrindo! Tocando violão... (sr. Philadelpho, 2006).

Assim, no mesmo ano de 1954, ocorreu o IV Congresso do PCB, inaugurando uma nova fase de atuação da “esquerda”, quando as críticas severas deferidas contra o governo Vargas são substituídas pelo alinhamento com o nacionalismo dos getulistas:

---

<sup>37</sup> (sr. Philadelpho Brás, 2006).

O IV Congresso, realizado em novembro do mesmo ano é num certo sentido uma fase que acompanha o período de transição que também se verifica a nível internacional com o arrefecimento da "guerra fria" marcado pelo fim da guerra da Coreia, a morte de Stalin e a estabilização das economias europeias (...) (Castro, 1980, p. 63).

Portanto, nessa fase da história do desenvolvimento nacional, narrada pelos depoentes deste estudo, imaginava-se possível um governo de transição que sustentasse uma coalizão entre "(...) a classe operária, os camponeses, os intelectuais, a pequena burguesia e a burguesia nacional".<sup>38</sup> Assim, marcado por essas intenções, inicia-se o governo que prometeu cinquenta anos de desenvolvimento em cinco anos de mandato.

## II. 2. A gestão de uma sociedade de consumo no governo Kubitschek.

Segundo Benevides (1979), o governo que se iniciaria seria marcado pela relação entre desenvolvimento econômico e estabilidade política. A aparência de estabilidade:

(...) era dada pelo desenvolvimento continuado, pelo otimismo generalizado com o Programa de Metas e a euforia de Brasília e, principalmente, pela manutenção do regime democrático, incluindo participação política, eleições livres, liberdade de imprensa, anistia aos rebeldes militares, liberdade de reunião e associação, direito de greve etc. No entanto, logo após, a instabilidade profunda desencadeada pela renúncia de Jânio Quadros e as tensões no Governo Goulart quase levam o país à guerra civil (Benevides, 1979: 47).

Entretanto, a afirmação acima não deve permitir que se perca de vista os subterrâneos desse 'mundo livre', alhures desenhado para o governo JK. É necessário redesenhá-lo a luz da resistência cotidiana dos trabalhadores do ramo industrial "líder",<sup>39</sup> os metalúrgicos do ABC ligados à produção da mercadoria-símbolo dessa época, o automóvel. Trata-se então de integrar a contradição de classe e a étnica/regional à compreensão desse período, no contexto de consolidação da "idéia de Brasil Moderno",<sup>40</sup> que marcaram o processo de formação da classe

<sup>38</sup> In: Problemas nº 64, p. 33 e 34 Apud Castro, 1980: 63.

<sup>39</sup> (sr. Joaquim de Santos Andrade, 1991).

<sup>40</sup> Ianni (1992).

trabalhadora urbana no Brasil. Um *"Brasil Moderno"* que, nas palavras de Ianni (1992) esbarrou *"(...) em pesadas heranças de escravismo, autoritarismo, coronelismo, clientelismo"* (1992: 33).

Com o suicídio de Vargas fica ultimada a etapa da industrialização por substituição de importações. O nível de avanço do capitalismo no Brasil assinala a abertura de uma nova etapa (cf. Skidmore, 1978). Após 1954, assume a presidência Café Filho, herdando uma delicada situação financeira de colapso dos preços do café. Eugênio Gudin, Ministro da Fazenda por um ano após a morte de Vargas, pleiteava a execução de um plano antiinflacionário que dependia claramente da atitude do governo dos Estados Unidos perante a América Latina e do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Gudin, então Ministro da Fazenda, conseguiu US\$ 80 milhões em créditos novos com o Fundo Monetário Internacional e US\$ 200 milhões com os bancos privados norte-americanos, para pagar em 5 anos, sob a garantia dos US\$ 300 milhões em reservas de ouro do Brasil (cf. Pinho, 1990). No entanto, essas medidas eram apenas para o Governo ganhar tempo enquanto arquitetava políticas de longo prazo, dentre elas, a Instrução 113 da SUMOC.

Essa Instrução, datada de 1955, regulamentava que a Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (CACEX), ficava autorizada a emitir licenças de importação sem cobertura cambial, para equipamentos industriais classificados em categorias de importância. Nesse sentido, a Instrução 113 dava um passo à frente na liberalização econômica iniciada no período anterior, já que a partir da mesma, ficava eliminada a avaliação dos "conselhos" no processo burocrático. Marini (2000), destaca a entrada maciça de capitais estrangeiros após essa medida, cerca de US\$ 2.300 milhões entre 1955-61, mostrando a ampla liberdade financeira que seria dada aos capitais estrangeiros, ingressos no território nacional a partir de então.

Inicia-se uma nova campanha política para a escolha do presidente que sucederia Café Filho, o qual havia sido empossado sucessoriamente. Especulava-se a possibilidade que Juscelino

Kubitschek teria de unir os dois elementos de sua aliança: as bases rurais do PSD e o PTB nas cidades. Em 3 de outubro de 1956, o eleitorado compareceu às urnas e elegeu Kubitschek, com João Goulart na vice-presidência.

Kubitschek ao iniciar seu mandato prometeu cinquenta anos de progresso em cinco anos de governo. Seu plano de governo, o Plano de Metas (PM), sustentava-se em três pilares: capital estrangeiro, capital privado nacional e o Estado. Seus objetivos se concentravam principalmente em: energia, transporte, alimentação, educação, indústria de base e consumo duráveis, dependendo primordialmente, desde sua formulação, do capital e da técnica estrangeira (cf. Ianni, 1971). Assim, pretendia-se, com esse tripé – capitais privados, nacionais e estrangeiros, e o Estado – uma parceria para promover o desenvolvimento. O Estado no Governo JK teria a função de promover os mecanismos jurídicos e institucionais que possibilitassem, primordialmente, a participação maciça dos capitais estrangeiros nas metas de desenvolvimento. Sob o governo JK, imaginava-se que se desencadearia uma Revolução Industrial no Brasil similar àquela que ocorreu originalmente em outros países:

Num mundo em que nem Dutra nem Getúlio conseguiam qualquer investimento, JK, abandonando a política de capitalismo de Estado, atrai numerosas empresas para implantar subsidiárias no Brasil, no campo da indústria automobilística, naval, química, mecânica, etc. Para tanto, concedeu toda a sorte de subsídios, tais como terrenos, isenção de impostos, empréstimos e avais a empréstimos estrangeiros (Ribeiro, 1995: 202).

De 1956 a 1961, a produção industrial cresceu 80%, o que propiciou um crescimento econômico médio de mais de 7% a.a. (cf. Skidmore, 1978). As indústrias do aço, mecânica, elétrica e equipamentos de transportes foram os empreendimentos industriais que mais cresceram nesses anos. Ao final do período já existiam instaladas no país cerca de 11 indústrias do automóvel: Ford, General Motors, International Harvester, Mercedes-Benz, Scania-Vabis, Simca, Vernag, Volkswagen,

Willlys-Overland, dentre outras. Em 28 de setembro de 1956 a fábrica de caminhões da Mercedes-Benz inaugurou sua unidade em São Bernardo do Campo e JK discursou em tom vitorioso:

O dia de hoje é um grande dia para a industrialização do Brasil. Estamos entrando resolutamente na indústria automobilística. Candidato à presidência da República, entre as metas que propus serem alcançadas durante a minha administração figura a fabricação, até 1960, de cinquenta mil caminhões e outros veículos. Hoje ninguém duvida de que o nosso mercado interno é suficientemente amplo para comportar uma indústria automobilística própria, capaz de substituir as vultosas importações indispensáveis ao atendimento das necessidades mínimas do país.<sup>41</sup>

Desde o final da primeira guerra mundial deu-se o início da implantação dessa indústria em território nacional. Entretanto, especialmente no período que antecedeu o governo JK, a influência de um modo de vida europeu avançou no Brasil mais do que a instalação física das fábricas, ocorrendo um grande desvio de divisas através da importação dos veículos, pois apenas o setor de autopeças já havia se desenvolvido. A indústria automobilística seria o carro-chefe da empreitada pelo progresso. As automotrizes jogavam nas ruas das cidades o *“agente do progresso, da ação civilizadora e da unidade nacional”*. Deste modo, este estudo buscou entender a implantação da indústria do automóvel no seu duplo aspecto, objetivo e simbólico, na medida em que se tratava de uma mercadoria que prometia o moderno.

Devido a grande importação de automóveis que precedeu a instalação das montadoras no Brasil, atingindo cerca de 15% do total da pauta, o balanço de pagamentos manifestou sinais de esgotamento na década de 50. Assim, trazer para dentro do país as montadoras seria um mecanismo de nacionalização dos carros. Além do mais, a vinda das montadoras atendia aos interesses das próprias corporações norte-americanas e européias, em seus planos de transnacionalização no pós-1945. O Brasil, por sua vez, se mostrava um território ideal a esta expansão, e não apenas pelo potencial mercado consumidor, mas também porque a indústria

---

<sup>41</sup> Mensagem do presidente JK em São Bernardo do Campo, por ocasião da inauguração da Fábrica de Caminhões Mercedes-Benz em 1956. Para ler o discurso na íntegra ver livro de Discursos: Juscelino Kubitschek de Oliveira, Rio de Janeiro, 1958.

automotiva, especialmente a cadeia montadora, constituía um dos principais setores de alavancagem do chamado “processo de integração setorial da indústria”, como um todo ativando diversos outros ramos industriais (siderurgia, metalurgia, química, petroquímica, elétrica, eletrônica, tecidos, borracha, vidros, plásticos).

Esses receptores de investimentos, créditos e outros incentivos teriam metas de crescimento e produtividade a cumprir e, seriam essas metas, os patamares emblemáticos da modernidade. A indústria passou a simbolizar, concreta e abstratamente, os ideários do progresso, ordem e soberania. Antônio Flores, quando questionado sobre a existência de um apoio ao governo JK, por parte do operariado, permitiu perceber o peso da promessa de “pleno emprego”, sob a conquista da simpatia popular a este presidente:

Olha, tinha [apoio] (...) porque com a construção de Brasília houve um desenvolvimento do país, o país cresceu. Se houve desenvolvimento de um país e o país cresceu, houve emprego! Então você tinha muito emprego. E você era mais respeitado, porque como não tinha mão-de-obra sobrando, aí o empresário também te tratava um pouco melhor, entende? E, uma coisa que foi muito bom para nós aqui, foi que na medida em que começou [a] vir o capital estrangeiro, vieram as multinacionais. E [com] as multinacionais, elas chegavam aqui e se instalavam e você tinha todo equipamento de segurança, você tinha alimentação. Eles trouxeram isso junto. Aí (...) muitas indústrias nacionais, elas começaram a incorporar isso, que nem era o caso da Villares, da Metaleve, da Arno, da Lorenzetti (sr. Antônio Flores, 2006).

Atraindo empreendimentos industriais, com plantas de produção fordista, o Plano de Metas promoveu a abertura de um grande número de postos de trabalho nas cidades. O ABC paulista viria a ser o reduto do personagem principal dessa história, o lavrador-sertanejo-migrante-operário (cf. Negro, 2004). Os entrevistados deste estudo relembram com nostalgia *“aquelas placas de vagas para todo tipo de emprego”*.<sup>42</sup> Segundo um metalúrgico da zona Leste de São Paulo: *“Em São Paulo estava industrializando (...) [e] precisava de [muita] gente. Você saía do emprego agora, daqui a*

---

<sup>42</sup> (sr. José Duda Costa, 2006).

*duas horas você estava empregado, não [tinha] esse negócio de ficar desempregado não!”* (sr. Orlando, 2005).

Assim, sustentando um imaginário de pleno emprego continuado, o governo e a imprensa oficial definiam uma relação simbólica de poder, inculcando gratidão aos operários, os quais deviam sentir-se em débito com a linha de montagem (cf. Negro, 2004). Frases como as de Luiz e João afirmando as boas intenções de JK e, sua gratidão por ele ter trazido as indústrias para São Paulo, ao invés de tê-las levado a Minas, expressam a eficiência desse poder simbólico fundado no sentimento de dívida. Assim, segundo Marx (2004), tornou-se *“uma sorte para [o trabalhador] conseguir chegar ao homem que se interesse por ele”* (2004: 24).

Entretanto, essa fórmula de desenvolvimento manifestou sinais de esgotamento econômico e social, quando a inflação, meio de confisco e transferência de renda, alcançou sua fase ascendente. Em 1955, o meio circulante alcançava pouco menos de 70 milhões de cruzeiros; ao final de 1960, chegou a 200 milhões de cruzeiros, ou seja, quase triplicou (cf. Sodré, 1975). Em 1957, Juscelino se depara com uma grande greve em São Paulo que reuniu cerca de 400 mil manifestantes. Ocorrida entre 15 e 25 de outubro deste ano, a Greve dos 400 mil foi um dos mais importantes movimentos paredistas da história do Brasil, culminando no processo de reaparecimento da greve no pós-guerra e de sua massificação, conseguida com a Greve dos 300 mil, em abril de 1953 (cf. Negro, 2004). José Duda Costa relembra esse episódio:

(...) teve uma greve em 57(...) que paralisou o ABC. Nessa greve eu me envolvi (...) E, nessa greve nós fomos parar [outras fábricas], eu sai (...) na hora do almoço da Internacional [Harvester], nós saímos todo mundo(...) [e] dali, nós íamos para o sindicato. [Como] eu sabia escrever, eu já tinha feito um curso de caligrafia, escrevia uma letra muito bem feita de forma, (...) eu e um amigo fizemos umas placas, para agitar! Ai fomos parar a General Eletrics, depois a Fichet, depois fomos parar a Cofap, em cima dum caminhão, quer dizer, eu me envolvi com aquele negócio! (...) Depois voltamos para a fábrica [e] aí caíram matando, porque junto [conosco] tinha um rapaz que dedou a gente (sr. José D. C., 2006).

Diante desse quadro de crise econômica e instabilidade social, o governo lança a primeira parte de um Plano de Estabilização Monetária (PEM) elaborado pelo Ministro da Fazenda, Lucas Lopes, e pelo diretor do BNDE, Roberto Campos. Contando com medidas restritivas de créditos, esse plano expôs uma séria contradição. Como manter, ao mesmo tempo, o alto nível de investimento prometido ao início do mandato e a estabilidade de preços?

Os patrocinadores internacionais do desenvolvimento brasileiro, dentre eles o FMI, exigiam austera política de crédito, enquanto que os empresários e proprietários rurais brasileiros se desagradavam com o plano de estabilização, pois temiam a estagnação econômica. Já o empresariado industrial, liderado pela indústria automobilística, parecia gozar de alguns privilégios. Tal grupo prestigiou publicamente o presidente, oferecendo a este, a “Medalha do Mérito Industrial”, como mostra a matéria jornalística no anexo 4.

A crise financeira estabelecida levou o governo a proceder a uma série de operações financeiras no exterior, as quais foram a passos largos aprofundando as relações de dependência da nação brasileira. Entretanto, os financiamentos e empréstimos adquiridos em 1958 não foram suficientes nem mesmo para remediar a saúde financeira. As sucessivas injeções de papel-moeda agravavam a inflação, elevando o custo de vida em 40% no ano de 1959. Ademais, a inserção subordinada na divisão internacional do trabalho sob JK, levou ao aprofundamento das desigualdades regionais, setoriais e sociais. Em 1961, 48,5% das “empresas bilionárias” existentes no país e, 52,7% dos “grupos multimilionários” eram controlados por capitais estrangeiros (cf. Ianni, 1971).

Ou seja, ao mesmo tempo em que a economia brasileira deparava-se com suas maiores taxas de crescimento, a riqueza em ascensão ampliara as desigualdades sociais até o ponto em que a contradição essencial do capitalismo, capital/trabalho, lucro/salário, expõe o caráter desse pacto social negociado. Deflagrou-se a crise social, política e econômica – desempregos em massa,

miséria, inflação, arrocho salarial e explosão do movimento social rural e urbano. Através do trabalho de entrevista desenvolvido junto aos depoentes dessa pesquisa, nesse terreno de conflitos emergiram memórias sobre a máquina repressiva montada entre Estado, empresa e polícia. Esses fragmentos de memória questionam a versão oficial da história sobre o governo JK. Um dos entrevistados fez uma avaliação retrospectiva da sua percepção sobre a história nacional, desde os anos JK:

(...)Eu conheci o Juscelino pessoalmente e houve realmente uma abertura [política], porque é uma outra personalidade, tem assim um perfil mais humanista(...). O Juscelino, embora fosse um governo pró-burguês, para a burguesia, ele tinha esse perfil, era um cara sorridente, alegre, mas o governo dele não era para nós. Nós operários, tudo o que nós quisemos tinha que batalhar, fazer greve, apanhar da polícia, ir para a cadeia. Porque a máquina repressiva, ela é montada por quem tem dinheiro. O governo (...) é governo de um sistema, e no sistema quem manda é o dinheiro. Houve abertura política? Houve. (...) Mas ninguém fala que na posse de Brasília ele meteu a mão no dinheiro dos trabalhadores (...) Então, ele era um cara afável, [mas] os 'cinquenta anos em cinco' (...) [trouxe] um custo para o país, que até hoje se paga. Vai pagar muito tempo! Houve desenvolvimento, trouxe a indústria automobilística (...) e estão aí as conseqüências (sr. Philadelpho, 2006).

O imaginário sobre JK, revelado por meio da reconstrução das memórias de alguns trabalhadores, surgiu vinculado a dois marcos principais, insistentemente mencionados nos relatos colhidos nessa pesquisa: a chegada da indústria automobilística e a construção de Brasília:

Então, o JK para o Brasil, aquele ali foi um dos melhores presidentes que o Brasil teve. Para desenvolver o Brasil, foi um dos melhores. Daí foi aonde que veio todas aquelas firmas de carro... Porque a primeira firma de carro que veio para o Brasil foi a Ford. A Ford no Ipiranga, depois, com aquelas ações do Juscelino [vieram várias outras](...) Então, o Brasil, na época do Juscelino, deu um arranque, foi uma revolução nas indústrias e na instalação de Brasília (sr. Jayme, 2005).

Ademais, o acesso ao consumo de certos bens, associados à vida moderna, marcou a experiência de vida de muitos trabalhadores. Os relatos colhidos junto aos entrevistados, deste modo, permitiram estabelecer um sentido para um conjunto de reportagens coletadas na pesquisa piloto, feita na ocasião de construção do projeto desta investigação histórico-sociológica. Conforme

pode ser observado na seleção de imagens contidas no anexo 5, ao longo do período histórico de 1950 a 1964, uma pauta comum das matérias vinculadas nos meios de comunicação de massa foi a popularização da televisão e dos automóveis montados no Brasil. Nesse contexto, o automóvel emergiu como “agentes do progresso, da ação civilizadora e da unidade nacional”.<sup>43</sup> As empresas seguiam a máxima fordista fazendo do próprio trabalhador um consumidor das mercadorias que produzia. Conforme Thompson (1998) à medida que a Revolução Industrial avança, avançam também os incentivos salariais e as campanhas de expansão do consumo, enquanto recompensas palpáveis pelo consumo produtivo do tempo.

Na Willys Overland do Brasil essa relação ficava bastante evidente na prática da empresa colocar à venda, para os próprios funcionários, automóveis a preços diferenciados do valor de mercado. José Fernandez, mineiro migrado para São Bernardo do Campo – que alguns anos depois viria a se destacar por sua atuação no Sindicato dos Metalúrgicos daquela cidade – relembra:

A firma anunciava: ‘Esse ano tem trezentos jipes que serão colocados à disposição dos trabalhadores. Quem quiser entra na fila!’ Era vendido, mas era vendido com outro preço. Um jipe, por exemplo, que tinha seis meses de uso, eles achavam que não dava mais para vender como zero, porque não dava mesmo, então, eles vendiam para o funcionário. Então você ia lá, [se] inscrevia na firma e entrava (sr. José Fernandez, 2006).

Na avaliação de outro entrevistado, a bandeira da industrialização em nome do progresso só pôde resultar, no longo prazo, em uma sociedade de sucatas. Ele se pergunta: “Onde é que vamos por tanta sucata?!”. Esse projeto de modernização gesta em seu ventre uma “sociedade (...) voltada para as coisas materiais, [uma sociedade] consumista”.<sup>44</sup>

(...) Então, automóveis todo mundo fabrica, no mundo inteiro fabrica, eu quero ver o que vai fazer, vai comer automóvel? (...) O período juscelinista foi um período assim de alegria, uma espécie de governo romântico, agora, ninguém levou vantagem nisso (...). Montou indústria automobilística, monta

<sup>43</sup> Nas palavras de J. Kubitschek., em mensagem feita em São Bernardo do Campo por ocasião da inauguração da Fábrica de Motores da Willys Overland do Brasil. Ver livro de Discurso, Juscelino Kubitschek, Rio de Janeiro, 1959.

<sup>44</sup> (sr. Philadelpho Brás, 2006).

isso, monta aquilo, o consumismo trabalhando adoidado aí na cabeça das pessoas.(...) Então, isso mexeu com todo mundo! (...) (sr. Philadelpho, 2006).

Conforme avalia Lefebvre (1991), a depreciação dos objetos e das modas se acelera com o processo cumulativo e, o desgaste moral ganha do desgaste material. O relato de Philadelpho se soma à crítica ao mundo moderno, feita por Lefebvre (1991), e permite a afirmação de que desde que o espetáculo do mundo tornou-se o espetáculo do consumo, a experiência está perdendo seu conteúdo, sua substância cultural e espiritual (cf. Benjamin, 1994a). István Mészáros, no prefácio de 2004 à obra *"A teoria da alienação em Marx"*, sintetiza a sua análise a respeito do metabolismo social do capital. Segundo Mészáros (2006):

Na fase ascensional do desenvolvimento do sistema, o controle do metabolismo social pelo capital resultou num antes inimaginável aumento das forças de produção. Mas o outro lado de todo esse aumento das forças de produção é a perigosa multiplicação das forças de destruição (2006: 14).

Para Mészáros, a partir da destrutividade sofrida pela humanidade depois das duas guerras mundiais, a ascendência histórica do sistema começou a declinar por toda parte. Deste modo, a imposição do projeto fetichista de sociedade, fundada na produção de mercadorias, encontra no Brasil da década de 50 um terreno fértil para sua ampliação. Entretanto, esse autor alerta para a ameaça de destruição da humanidade neste mundo dominado pelo estranhamento, em todas as suas formas e expressões.

Segundo a experiência de vida de Philadelpho, a substituição do transporte ferroviário pelo transporte rodoviário fora um marco na história da construção de um Brasil Moderno. Esse projeto de nação é interpretado pelo mesmo, como sendo o embrião de uma sociedade de consumo, que sobrepôs todas as necessidades do coletivo pelas do indivíduo burguês, outrora descrito por W. Benjamin. Nas palavras do sujeito dessa história:

[As empresa vieram] para [São Paulo] fabricar o automóvel e acabaram com a ferrovia, [que] não transporta mais passageiro. [As pessoas] hoje falam: "Esse é o meu automóvel", conforto gostoso, né?! Mas veja o custo de tudo isso (...) Porque embora [a ferrovia] era uma multinacional, (...) eu sinto saudade

daquele trem de madeira, com poltronas de encosto, com fronha no banco (...) Hoje não, hoje tem os ônibus luxuosíssimos, [com] ar condicionado, televisão e tudo mais. (...) Modernizam, mas veja o custo disso tudo (...) Eu acho que no futuro (...) haverá um choque muito grande, viu! Primeiro eu falo, puxa, onde é que vamos por tanta sucata?! Hoje você passa por aí e o cara está derrubando uma casa antiga para fazer estacionamento (...) Você tem o seu automóvel, ele tem, outros [também] tem, eu não tenho, então é um ícone nos países subdesenvolvidos. (...) Então é uma sociedade que está voltada para as coisas materiais, consumistas, e o fator humano está desaparecendo dia-a-dia. Então, os que tem emprego, compra. Os que não tem, pega, mata e toma (sr. Philadelpho, 2006).

Conforme afirma Karl Marx na *"Introdução à crítica da economia política"*, a produção não determina apenas o objeto produzido, mas o modo de seu consumo, e também o seu consumidor. Portanto, a produção para não durar (ou seja, a tendência de declínio do tempo de vida útil das mercadorias) e o consumo voraz desses produtos, se relacionam como meios necessários para a produção e reprodução da sociedade capitalista (cf. Abreu, 2004).

Assim, a reação dos sujeitos, que tomam a sociedade moderna como o ponto de partida da história da civilização, reproduzem aquilo que a ideologia dominante da década de 1950 e 1960 se empenhou em incutir, como mostra outro episódio vivido por Philadelpho. Segundo este entrevistado: “[quando] se discute esse tema [com a juventude]”, rapidamente ouve-se a acusação defensiva: “o senhor é quadrado, seu tempo passou, o que o senhor está fazendo aqui?”. No entanto, o mesmo esclarece: “[A luta não é para] voltar, mas para conservar certos valores”.

### II. 3. Do consenso negociado à dominação brutalizada da ditadura militar.

O pós-1964 apresentou a tutela militar com uma característica nova em relação aos momentos anteriores. A intervenção militar se expressou não apenas em termos de manutenção da “ordem” interna, mas como direção do desenvolvimento econômico. Segundo Benevides (1979):

Essa participação dos militares nos postos chaves (...) através do mecanismo da cooptação, (...) se expressa na nomeação de oficiais que ocupam cargos eletivos (...) encarnando [não apenas] um tipo de poder moderador (...), mas com participação constante na vida política brasileira (...) (1979: 184-5).

Findado o mandato de Juscelino Kubitschek, o PSD e o PTB decidiram prolongar a aliança eleitoral de 1955. Na carência de um candidato civil para dar prosseguimento ao estilo Kubitschek, essa aliança voltou-se para o Marechal Lott. Segundo Skidmore (1978): *“Lott exercia uma atração à priori sobre os nacionalistas de esquerda (...) Sua ‘legalidade’ representava uma poderosa arma contra a direita”* (1978: 234). Entretanto:

Após Juscelino Kubitschek o próprio conceito de legalidade muda – mudam a conjuntura mundial e do hemisfério com os rumos da Revolução Cubana, por exemplo – e a antiga legalidade não podia mais “passar por cima” das questões de segurança contra a “subversão” (Benevides, 1979, p. 192).

Por outro lado, o candidato da oposição, encabeçada pela UDN, na figura de Carlos Lacerda, era Jânio Quadros. Embora Quadros não fosse um aliado leal da UDN, ele significava a única esperança desse partido reverter seu incontável número de derrotas em eleições presidenciais. Assim, mediante as opções que se apresentavam, o metalúrgico e líder sindical de São Bernardo do Campo, justifica seu apoio ao candidato militar:

E por quê nós viemos a apoiar o Lott? (...) Era contraditório?! [Certamente, tanto que] todo mundo comentava. Mas aí precisa ver, por exemplo, a nuance de política, por quê? Porque do outro lado do Lott, era muito pior do que o Juscelino, o Juscelino apoiava o Lott, [e do] outro lado estava a direita extrema, comandada por Carlos Lacerda e outra cambada aí (sr. Philadelpho, 2006).

Nos seis primeiros meses, Quadros endossou um programa anti-inflacionário ortodoxo e inflexível, transitando depois para uma estratégia mais desenvolvimentista. Na política externa, ele

ensaiava uma política independente na medida em que imaginava ser possível, ainda que no contexto febril da Guerra Fria, diminuir os males financeiros do Brasil, através de negociações simultâneas entre as três grandes potências mundiais: Estados Unidos, Europa Ocidental e Bloco Soviético. Essa política externa criou uma dissensão interna (cf. Skidmore, 1978). Em 25 de agosto de 1961, Quadros submeteu sua renúncia ao Congresso que, prontamente, a aceitou. Conforme relembra Philadelpho, o clima que se instaurou após sua renúncia já anunciava os anos terríveis de perseguição que se sucederiam com o golpe militar:

Então, [um trabalhista], certamente agente da CIA, [provocou]: 'Óh, mas o senhor é um homem de esquerda, apóia general?'. Eu falei 'É melhor apoiar general que apoiar um louco!'. Não deu outra, Jânio com seis meses de governo renunciou, seis, sete meses. Foi quando eu inaugurei a primeira cadeia política (sr. Philadelpho, 2006).

Nessa altura, diversos grupos da sociedade brasileira tinham interesse na saída de Jânio do governo: políticos tradicionais envolvidos com corrupção, industriais e comerciantes descontentes com o programa de estabilização, líderes trabalhistas e de esquerda, que se descontentavam com o desigual sacrifício social que este programa pedia. Para Skidmore (1978): *"Pode ser, ainda, que Quadros tenha superestimado outro fator: a presença de João Goulart como Vice-Presidente. Muitos dos militares (...) veriam, sem dúvida, com receio, a possibilidade de Goulart vir a ocupar a presidência"* (1978: 250). Mas eles não titubearam em aceitar sua renúncia; tão logo a ratificaram, prontos a enfrentar o problema da sucessão como um caso a parte.

Como João Goulart, nesse ínterim, estava numa missão econômica especial na China Comunista, o presidente da Câmara do Deputados, Ranieri Mazzili, assumiu a presidência provisória. Entretanto o poder efetivo ficou nas mãos dos três ministros militares: o Ministro da Guerra (General Odílio Denys), o Ministro da Aeronáutica (Brigadeiro Moss) e o Ministro da Marinha (Almirante Sílvio Heck), os quais declararam imediatamente estado de sítio, reprimindo qualquer tipo de manifestação pública.

Uma disputa interna entre os militares, aqueles que se opunham à posse de Jango e os legalistas, precedeu o retorno de João de Goulart ao Brasil e ao poder presidencial. Em 28 de agosto de 1961, Mazilli encaminhou ao Congresso uma mensagem dos ministros militares informando que estes não recomendavam a volta de Jango, “*por motivos de segurança nacional*”. Em manifesto mais longo, os militares afirmavam que Jango poderia favorecer a subversão das forças armadas, transformando-as em “*simples milícias comunistas*”. Marechal Lott, já então apenas um general reformado, lançou também um manifesto insistindo para que Jango tomasse a presidência. Lott imediatamente foi preso por ordem do Ministro da Guerra. Apenas depois da declaração do General Machado Lopes, comandante do Terceiro Exército no Rio Grande do Sul, apoiando a frente legalista, ficou garantida a posse de Jango, ainda que em sistema parlamentarista. Jango chega a Brasília e em 7 de setembro de 1961, presta juramento como Presidente da República. Segundo Skidmore (1978):

Nos primeiros seis meses de sua Presidência Parlamentar, Jango labutou para consolidar sua posição política. Acentuou seus princípios anticomunistas e sua devoção ao processo democrático. Em virtude da contínua crise financeira, que Jânio apenas começara a combater, Jango sabia que teria que convencer os Estados Unidos e as autoridades do Fundo Monetário Internacional da seriedade de suas intenções (1978: 265).

Entretanto, findado o crescimento econômico alimentado pela demanda reprimida que sustentou o milagre dos “cinquenta anos em cinco”, somado a restrição creditícia à indústria, ao recrudescimento inflacionário e a instabilidade política agravada pela renúncia de Jânio, uma onda de agitação social tomou conta do cenário de otimismo desenhado nos anos JK. Greve geral paralisando o transporte nas grandes cidades, saques ao depósito de alimento na cidade de Caxias – RJ, e uma onda de pequenas greves internas marcam as lembranças dos trabalhadores desse período. José recorda-se que:

Em fins de 62 pra 63 houve [uma paralisação] na Willys, na área da montagem. Num belo dia o pessoal sentou para o almoço, foi para o almoço, e

quando voltou do almoço não levantou para o trabalho, ficaram sentados dentro da firma. Aí chefe corre para lá, chefe corre para outro lado, vai daqui, vai dali. Mas não conseguia saber quem era o [líder da paralisação] (...) Daí [me] escolheram (...), [eu e] mais dois, [para representar os trabalhadores nas negociações]. (...) Aí na reunião eles colocaram uma série de obstáculos e os dois outros rapazes não agiram. Aí eu peguei e disse para eles, olha: 'o negócio é o seguinte, não [sou] eu quem [vai] levantar aquele pessoal para trabalhar. Aquele pessoal está sentado porque existe uma reivindicação, eles querem isso, isso, isso, ...'. Eu tive a coragem de mostrar o papel [porque] aqueles peões [havia] dito] o seguinte(...): 'a gente quer tudo assinado e colocado no papel até as cinco horas, para a gente ir embora sabendo que fomos atendidos. Mas, se amanhã ou depois mandarem nosso líder embora, a gente vai parar não só aqui, mas a firma inteira' (...) (sr. José Fernandez, 2006).

Como mostra o relato, os meses que precederam o golpe militar de 1964, fora palco de intensa vida política em várias partes do país. A narrativa acima permite perceber que o espaço fabril também estava ambientado por essa efervescência política. Fontes (2002), com base em sua pesquisa sobre a comunidade operária do bairro de São Miguel Paulista, na São Paulo da década de 1950, menciona que:

(...) muitos moradores se entusiasmaram com as perspectivas de reformas abertas no governo de João Goulart. As mobilizações dos trabalhadores do campo no período e as esperanças de uma reforma agrária, que trouxesse desenvolvimento para o país, em particular para o Nordeste, encontravam eco entre muitos migrantes de origem rural que residiam na região (Fontes, 2002: 363).

A primeira metade da década de 60 esteve também marcada por uma acentuada crise econômica. A diminuição dos benefícios sociais das empresas, agravados pela perseguição aos grevistas envolvidos na grande paralisação de 1957, mobilizou trabalhadores por todo o Brasil. Uma das principais reivindicações eram em relação à insalubridade da fábrica. A força desse tema como fator de mobilização dos trabalhadores também está presente no relato de José Fernandez, quando da descrição dos motivos que levou aqueles operários willianos à greve, que o projetou no cenário da luta sindical:

E (...), todo mundo ganhava bem, mas tinha uma série de irregularidades, por exemplo, você não tinha um minuto de tempo para tomar um lanche, tomar um café, você tinha que fazer aqui com o motor rodando, você tinha que se virar. O operário quando ia ao banheiro, tinha sempre um olheiro, um dedo duro, um fiscal,

sempre fiscalizando. Então, o trabalho era intenso, era muito forte (sr. José Fernandez, 2006).

Então, mediante essas condições de trabalho e o cenário social favorável a sublevação popular, os trabalhadores da Willlys organizaram a referida paralisação e obtiveram êxito nos resultados das negociações:

No mesmo dia, na volta para a mesa (...), foi assinado tudo, toda a firma ia desfrutar desses benefícios. Eu voltei para dentro da firma, colocaram uns tambores (...) e fizeram uns palanques, e eu sentei lá para anunciar; eu não tinha nenhuma experiência de lutas, de atividade sindical, mas eu fiz aquilo que apareceu na minha cabeça (sr. José Fernandez, 2006).

O contentamento expresso no relato pela conquista obtida com a greve realizada na Willlys, entretanto, durou pouco. O golpe militar amplamente apoiado pelos empresários brasileiros teria como um de seus principais alvos, o movimento sindical e a organização dos trabalhadores (cf. Fontes, 2002). Fontes (2002) lembra que não eram apenas as lideranças os atingidos pelo golpe. As empresas aproveitavam para demitir operários em massa. Rodrigues (1966) testemunha que a ameaçadora iminência dos cortes era o *“tema de todas as conversas”* no chão da fábrica e que num único dia foram demitidos 500 horistas. O medo se propagava de forma tão eficiente que a taxa de acidentes aumentaram nesse período, em função do empenho sobre-humano dos trabalhadores em *“dar mais produção”*, para não sentir, segundo Negro (2004b: 414), o *“frio fio do facão”*. José Duda Costa relembra, com tristeza, tal episódio em sua vida:

(...) entre a GE. e a Volkswagen eu fiquei sete meses desempregado, aí (...) eu ia em tudo quanto era porta de fábrica, naquele tempo era um período que nem está hoje, 2006, um desemprego total. Naquele tempo tinha tido o Golpe Militar, foi quando eu fiquei desempregado, [porque] fecharam o setor que eu trabalhava [e] mandaram todo mundo embora. Aí, eu fui vender livro, de porta em porta. Você imagina, todo mundo desempregado, ia comprar um livro?(...) Mas, mesmo assim, até que eu [me] sai mais ou menos (...) [risos] Aí, foi muito triste! Mas depois, eu fui na Volkswagen fazer uma ficha (...) Eu sei que eu fiz a ficha assim numa terça e na sexta-feira vieram me buscar para trabalhar!(...) Aí comecei a trabalhar na segunda feira, e fiz uma espécie [de] juramento, uma espécie de um propósito, eu falei: ‘essa vai ser a última indústria que vou trabalhar na minha vida até aposentar, *nem que eu saia daqui sem os braços,*

mas não vou bater em porta de fábrica nunca mais na minha vida'. Porque era muito humilhante! (sr. José D. C., 2006).<sup>45</sup>

Assim, ao experimentarem percursos de uma relativa mobilidade social, os trabalhadores se depararam com a hierarquia a que estavam submetidos, expondo a divisão entre esforço intelectual e trabalho braçal, entre propriedade privada e força de trabalho. “*Dar mais produção*”, nesse contexto, podia significar seu derradeiro fim, pois a solução não era acelerar o trabalho, mas, ao contrário, o problema era a superprodução (cf. Negro, 2004). Entretanto, o argumento do “*bom operário*”, alicerçado num poder simbólico masculino de apelo à virilidade, orientava os trabalhadores para essa direção, a do empenho individual.

Segundo as conclusões apresentadas por Negro (2004a), a indústria automobilística, após o anúncio de controle dos preços da Superintendência Nacional de Abastecimento (Sunab), empreendeu medidas de cortes de pessoal:

Os bilhões mudaram para prognóstico de férias coletivas e demissões devido às vendas em “depressão”. (...) Os anúncios de férias vieram. Willys e VW folgaram. E a GM, pior, demitiu. O efeito colateral, é óbvio, era aguardado. Debilitada a fé no consumo interno, os empresários passaram a pressionar o governo em favor de incentivos para a exportação. A demanda reprimida, que se esgotou em 1962, não foi seguida de crescimento “natural” (Negro, 2004a: 233).

Ao mesmo tempo em que muitos metalúrgicos eram demitidos, por ocasião da crise nacional instalada com o golpe militar, Philadelpho volta à fábrica depois de oito anos de atividade política sindical e, por isso é castigado pela empresa, a qual o deliberava para os “*piores serviços*”. Segundo este depoente:

Quando eu voltei para a fábrica em 1964, o chefe dizia que ia me recuperar, como se eu fosse um marginal. Era doloroso ter que ouvir isso calado. Então eles aproveitaram para me [perseguir], me davam os piores serviços até que um dia eu propus um acordo. Não agüentava mais e pensei antes que eu passe a mão num pedaço de ferro e faça o diabo, eu fiz um acordo para receber em dezessete vezes os meus direitos, com tanto que por esses meses eu permanecesse vinculado a empresa para completar o tempo de serviço (sr. Philadelpho, 2000).

---

<sup>45</sup> grifo meu

Deste modo, diante da intolerância e inflexibilidade das fábricas e do governo militar que se instalava, para os trabalhadores: “(...) *umentar os salários era o mínimo. Para o governo, salários era política econômica, ou doutrina de segurança nacional*” (Negro, 2004: 259). Valdomiro Raimundo dos Santos, em depoimento concedido a Paulo Fontes, se recorda que naquele ano de 1964, estava recém contratado pela Metalúrgica Cosmopoliti e lembra que um funcionário do Departamento Pessoal da empresa lhe recomendou, a tempo, que haviam levantado sua ficha e, que o DOPS estava atrás dele. No caso de João Chile, narrador dessa história, essa sorte não jogou a seu favor. Contando o episódio em que foi preso pela polícia, ainda com o “*macacão molhadinho de suor*” do trabalho, o entrevistado reviveu seu drama:

(...) quando veio a ditadura feia mesmo (...), eles me chamaram na Bardela pela portaria dos fundos. [Disseram]: ‘João estão te chamando na portaria dos fundos...’. Quando falaram isso, eu já me toquei. [Eram] dez horas da noite. Eu cheguei [lá fora e vi que] era o Fleury, a fera de São Paulo, o delegado Fleury, o criminoso de São Paulo. Então, já falou comigo que era para eu ir ao DOPS prestar depoimento, já mandou um tira entrar comigo na fábrica para me trocar, (...) [o policial] não tirava a mão do meu ombro, aí veio o Felício, mestre da obra, mestre da Bardela, ele pôs a mão no outro ombro e falou: ‘João, vai tranqüilo, daqui só vão levar boas notícias de você’. Sabe, aquele apoio maravilhoso! Dai, eu guardei as ferramentas, (...), e quando eu entrei no vestiário, tinha três tiras, tudo com metralhadora na mão (...). No primeiro dia, me bateram muito, me derrubaram no chão, me chutaram (...) Aí no segundo dia me levaram para o pau-de-arara, me fizeram tirar a roupa (...) e muito choque !! Fiquei pendurado [durante] umas três horas e meia (...) Quando eu cheguei na cela eu me emocionei, por ter segurado a barra, e não entregar as pessoas que eles queriam que eu entregasse (sr. João, 2006).

O desfecho do relato acima permite perceber a força do que Hobsbawm chamou de “o primeiro mandamento”<sup>46</sup> do código do protesto operário; suportar as piores situações em nome do código ético com os demais companheiros. “Fura-greve”, “pelego” ou “delator” são adjetivos atribuídos àqueles que não partilham deste código. Para João Chile o cumprimento da não delação,

---

<sup>46</sup> “A greve, escreve Hobsbawm, “é uma consequência tão espontânea e lógica da existência da classe trabalhadora que a maioria das línguas européias possui palavras nativas bastante independentes” entre si para designá-la. Em consequência, não ser “furdor de greve” – “ou palavras de efeito semelhante” (a exemplo do *caranguejo* ou *crumiro*) -, tem sido o “primeiro mandamento” do código do protesto operário” (Negro, 2004: 85)

o emociona ainda hoje, quando relembra esse episódio vivido. O cumprimento desse código do protesto operário permitiu, mediante as agressões físicas e psíquicas sofridas nos onze meses de prisão nos porões do DOPS, uma re-estruturação interna a partir da atribuição de um sentido ao seu drama. João Chile, quando retorna à cela, é recebido por seus companheiros que ficaram contando os minutos pelo relógio da Estação da Luz, à sua espera. Flores, outro entrevistado, também se refere a solidariedade dos outros trabalhadores quando foi preso pela ditadura:

Solidariedade entre os trabalhadores era muito grande! (...) Ah, para você ter uma idéia, quando eu fui preso, só da fábrica que eu trabalhava foram presos mais 18 pessoas, e essas 18 pessoas, eles foram presos porque quando eu entrei no bar para tomar o meu aperitivo, eles chegaram para me prender, e aí os trabalhadores reagiram me defendendo. E aí, além de me prender, prenderam mais 18. Desses 18, tinham dois que tinham participação política, o resto não tinha nada. Para você ter uma idéia, eles prenderam um companheiro, o Moacir, ele era crente, ele me esperava todo o dia de manhã para nós tomarmos café e depois entrar na fábrica! Ele foi preso porque achavam que ele tinha participação política e não tinha nada, nada, nada...! Esse rapaz foi preso, foi torturado! Foi pendurado num pau-de-arara! (sr. Antônio Flores, 2006).

Por fim, foi possível observar que a adesão social realizada por meios ideológicos, a um determinado projeto de Brasil, constituiu a função propriamente hegemônica, e se deu, ao longo dos anos JK, sobretudo pela persuasão de uma direção intelectual e moral, embora o uso da coerção física tenha sido também um recurso de manutenção da ordem nesse governo. Entretanto, esse consenso negociado em JK viu-se findado a partir do momento em que o domínio pressupôs o acesso ao poder e o uso da força (Cardoso, 1978: 72-3). A ditadura promoveu tanto uma aceleração na transformação das forças produtivas, logrando crescimento econômico, quanto a produção de um domínio brutalizado.

Realizado esse “vão” histórico acerca do desenvolvimento, político, social e econômico da “idéia de Brasil Moderno”,<sup>47</sup> durante a segunda metade do século XX até o golpe militar, cabe prosseguir com a análise mediante um mergulho na experiência dos ex-operários entrevistados.

---

<sup>47</sup> Ianni (1992).

Deste modo, serão apresentadas as evidências acerca da interferência desses sujeitos históricos sobre a construção da modernidade brasileira, bem como demonstrar as resistências dos mesmos frente a condição de estranhamento no mundo do trabalho, através de práticas desenvolvidas desde o contexto fordista/taylorista até os dias de hoje, num permanente processo de constituição de suas subjetividades.

### III

#### DAS ESTRUTURAS ÀS EXPERIÊNCIAS: A REPRODUÇÃO E A RESISTÊNCIA AO ESTRANHAMENTO NO MUNDO DO TRABALHO

##### III.1. O re-enraizamento e as pequenas recusas dos migrantes à modernidade brasileira.

O diálogo estabelecido entre a versão oficial da história e as memórias dos ex-operários entrevistados, acerca do período de 1954 a 1964, mostrou que os esforços políticos estavam voltados para a construção de um Brasil urbano-industrial moderno, ou melhor, com relações sociais capitalistas desenvolvidas. Entretanto, a compreensão do caráter da modernidade brasileira, a partir dos fragmentos das memórias desses operários, adquire sentido a partir do reconhecimento de sua anomalia, já que segundo Martins (2000), a modernidade no Brasil anuncia o possível embora não o realize. Ela é uma espécie de mistificação desmistificadora das imensas possibilidades de transformação humana e social que o capitalismo foi capaz de criar, mas não é capaz de realizar.

Segundo esse autor, a modernidade brasileira se instaura quando o conflito se torna cotidiano e se dissemina, sobretudo sob a forma de conflito cultural, de disputa entre valores sociais, de permanente oposição entre o novo e o fugaz, de um lado, e o costumeiro e tradicional, de outro. Trata-se de uma modernidade constituída por temporalidades que não são as suas: *“A diversidade dos tempos históricos que se combinam nessa modernidade difícil, (...), incorpora a cultura popular que pouco ou nada tem de moderno”* (Martins, 2000: 22). Por isso, Martins (2000) afirma que: *“Nossa autenticidade está no inautêntico”* (2000: 35). As hesitações do moderno são uma busca pela autenticidade, que aparece nas relações sociais e nos “objetos modernos” (de consumo) como uma colagem desencaixada. Ela está na acumulação de objetos descartados dos ricos, no empréstimo de palavras em inglês mal assentadas na linguagem cotidiana:

Por toda a parte, na zona rural ou na periferia pobre das grandes cidades, é possível ver frases e palavras em inglês que aí chegam com a globalização como signos da modernidade: chega a palavra, mas não chega a língua nem chega o significado (Martins, 2000: 40).

O trabalho de campo desta pesquisa, investigando a experiência cotidiana dos ex-metalúrgicos entrevistados, deparou-se com os dois fenômenos que são, segundo Lefebvre (1991) as duas faces do espírito do tempo: a modernidade e a cotidianidade; dois conjuntos de fatos ligados e correlatos. Conforme mostrou o depoimento dos entrevistados, a modernidade prometida pela ideologia nacional-desenvolvimentista não se estendeu para os bairros ocupados, inicialmente, por esses migrantes-operários. Seus locais de moradia apresentavam uma outra face da modernidade prometida. E novamente as luzes da cidade, que dirigira as recordações sobre o tempo de chegada nos locais de destino, agora dirigem as lembranças sobre o tempo de re-enraizamento nos bairros, através de sua ausência nessa nova realidade. Nas palavras de Orlando:

Quando eu mudei para cá,(...) era uma casa longe da outra (...); tinha a casa da Ana Rosa ali, o Deucrécio aqui e era assim uma longe da outra. Não tinha energia, só uma luz emprestada; eu nem peguei porque a luz era muito fraca, aí eu usava o lampião a querosene! Depois (...) houve uma campanha para puxar luz. Aí puxou a luz e eu peguei a luz (...) Então eu vi crescer o bairro. Eu conhecia todo mundo aqui em Ermelino [Matarazzo] (...) (sr. Orlando, 2005).

Em São Paulo, a ferrovia puxava a expansão da cafeicultura, e na capital via-se surgir a cada dia uma novidade diferente: a eletricidade substituía o lampião a gás; chegavam os primeiros carros, cresciam as linhas de bondes elétricos e construíam-se grandes obras urbanas (vide anexo 6). Segundo Martins (2004):

(...) O bonde junta o que na sociedade tradicional não se juntava: o homem e a mulher desconhecidos, o padre e o protestante antagônicos. As pessoas se tocam, se encostam, empurradas no movimento incontrolável da máquina, da coisa, que simboliza o que a Cidade é. Ela tem força própria, dita o lugar das pessoas, quebra as regras, tumultua, confunde (2004: 203).

Chegando nas cidades das chaminés, passou-se a conviver com o apito das fábricas e com uma nova classe operária. As greves tornaram-se assunto cotidiano dos boletins policiais, ao mesmo tempo em que começava a saltar aos olhos a precariedade da infra-estrutura urbana, exigida pela industrialização. Como foi possível observar a partir da pesquisa, um dos graves problemas passou a ser a geração de energia. Também em Santo André, Jayme deparou-se, no bairro Jardim Ana

Maria, com a mesma situação narrada acima sobre Ermelino Matarazzo e, recriou a sobrevivência na cidade, a partir da sua experiência adquirida por meio da vida rural:

Então, quando eu vim do interior (...) o Jardim Ana Maria [n]aqueles tempos, não tinha nem água encanada e nem luz elétrica. Ainda lembro que [naquele] tempo a comunicação da gente era [por] correspondências, cartas. Ai, eu escrevi uma carta para o meu pai e para a minha mãe; eu ainda lembro que [escrevi]: 'Mãe, não joga a lamparina fora não, traz na mudança que aqui não tem força.' Depois ai, minha mãe trouxe a lamparina. (...) Aqui no Jardim Ana Maria nós já temos aqui uns 43 anos mais ou menos que nós moramos aqui. Fomos fundadores (sr. Jayme, 2005).

A cidade de Santo André, por sua vez, nasceu no século XIX, com a passagem da Estrada de Ferro São Paulo Railway, a SPR ou "*Inglesa*", que começou a ser construída em 1860. No ano seguinte, começou a ser formado o primeiro povoado do atual território de Santo André, denominado Alto da Serra ou Vila de Paranapiacaba. Tal Vila é até hoje lembrada pelos sujeitos dessa história, estando presente na crônica escrita pelo ex-operário e poeta José Duda Costa, a qual será trabalhada nas análises feitas neste último capítulo.

O atual centro histórico de Santo André nasceu em 1867, a partir de um povoado formado muito lentamente ao redor da estação férrea São Bernardo. Durante seis anos, todo o ABC se chamou Santo André. Em 1944, o então Distrito de São Bernardo (incluindo Diadema) obteve a emancipação político-administrativa, separando-se do Município de Santo André e sendo instalado, em 1 de janeiro de 1945, com o nome de São Bernardo do Campo. Em 1948 foi a vez de São Caetano, que emancipou-se incluindo o "C", no ABC paulista (Médici, s/d).<sup>48</sup>

Conforme relembra um morador do bairro chamado Ruge Ramos em São Bernardo do Campo, o espaço designado para a ocupação desse grande contingente de migrantes era muito menos "moderno" do que se poderia imaginar ao desembarcar na Estação da Luz. Entretanto, as memórias do mineiro José Fernandez coincidem com a afirmação de Martins (2004), de que as

---

<sup>48</sup> Ademir Médici é jornalista e membro do Grupo Independente de Pesquisadores da Memória do Grande ABC (GIPEM).

precariedades do mundo urbano, suportadas nos primeiros anos em São Paulo, foram “calculadas” com objetivo de viabilizar a re-agregação familiar no lugar de destino. O relato abaixo permite perceber essa estratégia do migrante rural na cidade:

Chegando em São Paulo o meu primeiro serviço foi abrir valeta em rua, (...) essas valetas grandes para colocar os tubos de encanamento. [Ali] eu trabalhei mais ou menos um ano. E durante esse um ano todo o dinheirinho que eu ganhava eu guardava, guardava e, no fim de um ano, eu consegui um dinheiro, aluguei um barraco, barraco de tábuas, e arrumei um emprego para o meu pai numa construção, servente de pedreiro, e fui em Minas buscar eles (sr. José Fernandez, 2006).

Assim, as narrativas dos sujeitos dessa história mostram que o migrante interno tinha clara consciência da necessidade de um saber prévio e instrumental para a adaptação no lugar de destino. *“Não há, portanto, apenas privações nesse processo. Há privações planejadas e toleradas, como a de morar mal na cidade, para economizar e enviar dinheiro à família ou para investir no lugar de origem ou para ter a casa própria em São Paulo”* (Martins, 2004: 173).

Como mostra também o estudo de Bosi (1999), o migrante vai mergulhar na situação nova da indústria, onde o desenraizamento é agudo. O migrante perde a paisagem natal, a roça, a casa, os vizinhos. Suas múltiplas raízes se partem: *“Da noite para o dia ele se torna um complemento da máquina, uma coisa que deve obedecer ao ritmo da produção. As pessoas desconhecem (...) essa vertigem que o aprendiz experimenta de não mais existir”*. (Bosi, 1999: 21). A sirene apitou; é o fim da jornada, a vida começou.

As migrações obrigaram uma sofrida adaptação ao tempo da produção industrial, no qual todo o sistema nervoso é violentado para seguir os vetores desse tempo sem margens. O operário mergulha na vertigem do tempo vazio em que sua vida se decompõe para que o objeto da indústria se integre e se componha. Conforme avalia Philadelpho referindo-se ao pai:

[Era] um cidadão, [para quem] eu acredito que foi um grande martírio [trabalhar na indústria]. (...) O cara [estava] acostumado a trabalhar (...), [mesmo que] com a vida sacrificada, debaixo de sol, de chuva, ganhando pouco,

correndo riscos, mas (...) tinha liberdade, tinha contato com a natureza. [Agora,] trabalhar de noite, trabalhar de três turnos, não! Por isso deve ter sido terrível para ele(...) (sr. Philadelpho, 2006).

A população rural tem, seu trabalho e mentalidade, profundamente marcada por uma relação direta com a terra, enquanto que o homem urbano relaciona-se com uma “segunda natureza”. No exercício de refazer, por meio da memória, o trajeto da migração, retornando no tempo, Flores associa a experiência de vida marcada pela proximidade com a terra, com o intenso desejo de voltar para a roça, apenas após vinte dias em São Paulo:

Ah, eu acho que era o problema da liberdade. [Antes] você [se] sentia totalmente à vontade, você morava numa fazenda, (...) que você tinha frutas, que você tinha verduras, que você tinha tomate, que você tinha espaço para correr, né! Puxa! você imagina você almoçar sem comer o arroz e o feijão, a verdura e a carne de porco. [Porco] e carne de frango não faltavam [na roça]. E aqui faltava! [Mesmo] com o meu pai trabalhando, meus irmãos trabalhando, mas do ponto de vista da alimentação, lá ainda era melhor do que aqui [na cidade de São Paulo]. [A diferença] era a proximidade com a terra, entende? (sr. Antônio Flores, 2006).

Entretanto, isso não significa uma visão dicotômica nem tão pouco se compartilha de uma perspectiva de “contínuo”, através da qual a vida rural é vista como um estágio intermediário entre a civilização rural e a civilização urbana, entendendo o processo nos termos de uma evolução social. Mas existia naquela sociedade nacional, do ponto de vista estrutural, uma divisão entre dois ambientes culturais distintos, fundados em relações sociais e de trabalho diferentes (cf. Almeida, 1981).

O movimento de rompimento dos laços com a terra de origem não é linear e estático, ou seja, é passível de ser revertido no sentido de uma recriação do enraizamento, tal como os trabalhadores entrevistados, os quais migraram permanentemente para São Paulo, buscaram realizar por meio de diversas estratégias de ressocialização a serem ilustradas adiante. A história oral permitiu, deste modo, reconstruir todo esse amplo processo de adaptação, provocado pela

migração e desenraizamento, com a presença ativa desses sujeitos, explicitando práticas importantes empregadas por esses migrantes internos.

Examinando a variedade de táticas que os trabalhadores escolhem para cuidar de seus problemas, toda sorte de rede comunitária surgiu, nos relatos desta pesquisa, como uma ferramenta decisiva para lidar com a incerteza inerente à sua condição de vida. Philadelpho teceu comentários de profunda gratidão à tia que o recebeu inicialmente em São Paulo, demonstrando laços fortes com a comunidade e a família: *“Então essa foi uma heroína, viu, a minha tia, eu reverencio a memória dela”*.<sup>49</sup>

Quem migrava tinha uma dívida moral com quem acolhia. Mas, ao mesmo tempo, era devedor de crédito semelhante a quem viria depois. Essas formas de solidariedade grupal no processo migratório, no acolhimento e abrigo na chegada e na adaptação à cidade, foram, segundo Martins (2004), marca geral da situação de migrantes, empregando-se quase como uma recomendação:

Afirmar o pertencimento, curiosamente, negava o individualismo da sociedade do contrato, pressuposta na própria expansão e modernização da Cidade de São Paulo. (...) A Cidade mobilizava, assim, (...) a cultura tradicional, familista e patriarcal. A sociedade protegia-se contra os efeitos políticos da contratualidade, do comportamento independente, da afirmação de direitos (Martins, 2004: 175).

Essas redes de referência erguiam uma barreira de proteção contra as dificuldades de ajustamento às manifestações mais perversas do caráter contratual das relações sociais, que se disseminavam naquele contexto, tanto nas relações de trabalho quanto em outros âmbitos das relações sociais nas cidades (cf. Martins, 2004). Os que não haviam tido a oportunidade de construir tais redes de ressocialização e proteção antecipadamente, ao ficarem inteiramente à mercê da própria competência para sobreviver, enfrentavam, não raro, uma solidão melancólica e sofrida,

---

<sup>49</sup> (sr. Philadelpho Brás, 2006).

como mostra o relato de Miguel, expressando o medo que ele e sua família sentiam nos primeiros anos em São Paulo:

Olha, na verdade, eu não tive uma infância feliz. Não tive uma adolescência melhor. Adulto também foi bem tarde. Porque a gente tinha medo de chegar aqui [em nossa casa em Diadema, porque era] tudo mato. Então a gente não podia sair, não podia passear, não podia fazer nada. Era vida de praticamente enclausurado em casa. Eu comecei sair quando tinha 26, 27 anos. (...) Porque a gente tinha medo! (sr. Miguel, 2006).

Fora da fábrica os operários buscavam criar relações sociais que lhes davam suporte emocional, e por vezes até material, como mostra Fontes (2004):

Na vizinhança e vilas, pensões e ruas, os trabalhadores de São Miguel conservavam suas relações familiares e de amizade trazidas do Nordeste, criavam novas relações e aprofundavam contatos, muitas vezes iniciado na fábrica. O bairro era, assim, o lugar decisivo para a ressocialização do migrante na cidade e um espaço de trocas de experiências e 'produção de cultura' (2004: 383).

A compra da casa também tinha um valor cultural muito importante para o migrante que buscava fixar-se, além de representar uma grande economia para a família: *"A configuração do espaço e a segurança familiar eram valores diretamente associados à aquisição da moradia pelos trabalhadores"* (Fontes, 2004: 385).

Atividades de lazer também eram importantes para a manutenção e ampliação das redes sociais entre os trabalhadores. Times de futebol, clubes dançantes, grupos teatrais e musicais, entre outros, eram formados a partir de laços informais na comunidade e na fábrica. Quanto à importância do futebol como uma atividade ritual do operariado, Hobsbawm (2000b), no texto *"O fazer-se da classe operária"*, mostra como a secularização da prática do futebol, tanto como a atividade esportiva do mesmo, esteve ligada ao nascimento de um novo tipo de classe trabalhadora na Grã-Bretanha, diversa daquela do século XIX. Essa classe operária moderna compartilha o sentimento de pertencimento a uma causa nacional.

A integração nacional e de seus setores e a concentração cada vez maior da economia nacional, transformaram as condições do conflito industrial. Hobsbawm (2000b) descreve diversas transformações panorâmicas do cenário social, econômico e cultural na Grã-Bretanha do final do século XIX e início do século XX, sem as quais *“é difícil entender como aquele agregado de microcosmos que formava o mundo do trabalho britânico, aquela coleção de pequenos mundos, com freqüência estritamente autônomos, pôde se transformar num fenômeno nacional”* (Hobsbawm, 2000b: 284-5).

Assim, sem ignorar todas as particularidades históricas da classe trabalhadora brasileira, que Fontes (2004) e outros autores observam, o padrão de socialização interna do operariado não está muito distante daquele descrito na Grã-Bretanha de Hobsbawm, do início do século XX. Ou seja, o universo masculino operário encontra no futebol e, na música popular, uma forma de autoafirmação de seu espaço, de socialização, lazer e pertencimento nacional.

A foto abaixo, do acervo pessoal de um entrevistado, permite perceber que ao mesmo tempo em que havia as condições objetivas do fetiche da mercadoria, as relações sociais estabelecidas entre o operariado no Brasil, da segunda metade do século XX, aconteciam no seio de uma sociedade marcada pela solidariedade familiar e comunitária:

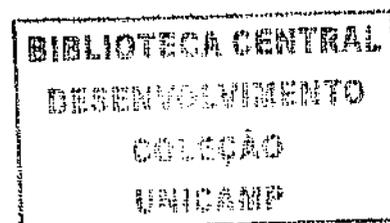




Figura 16: Foto do acervo pessoal de Jayme Bento o registra com seu amigo em seu primeiro fusca.

Com os entrevistados da indústria automobilística do final da década de 1950, também a “pelada” no final de semana e os bailes, muitas vezes no próprio espaço doméstico, eram uma forma importante de vinculação da classe, que, no entanto, se davam nas rodas sociais comunitárias e hoje ocupam os espaços sociais da memória coletiva, conforme relembra o entrevistado: *“a gente fazia (...) bailinhos. Todo sábado tinha um bailinho por aí. Então, às vezes arrastavam os baldes lá, fechavam lá e ‘vamos fazer um bailinho hoje!’”* (sr. Jayme, 2005).

Meio e mensagem do Brasil, a canção popular soletra em seu próprio corpo as linhas da cultura, numa rede complexa que envolve a tradição rural e a vanguarda, o erudito e o popular, o nacional e o estrangeiro, o artesanal e a indústria. Assim, a música é um atrativo que se presta a variadas utilizações e manipulações (cf. Wisnik, 1999). Deste modo, há também uma questão política por trás das músicas. Martins (2000), se referindo à sociabilidade do homem simples, discorre sobre a sobreposição de gêneros musicais. Por exemplo, a música sertaneja, um gênero musical aparentemente de origem rural, mas de fato urbana, inspirada nas tradições musicais

caipiras, que surgiu em São Paulo no final dos anos 20, foi desde o início uma crítica dos elementos mais expressivos da modernidade na cidade e, ao mesmo tempo, um meio de compreendê-la:

Um gênero de música que combinava as possibilidades discrepantes do antigo circo itinerante e as novas possibilidades modernas do disco e do rádio. Portanto, um gênero que emerge, (...), no contraste com o mundo rural e tradicional que estava ruindo (Martins, 2000: 31-2).

No relato de um dos entrevistados, a música sertaneja no contexto de visibilidade pública através da Rádio, aparece como um dos motivos que o levava a migrar para a cidade de São Paulo.

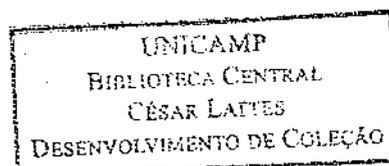
Nas suas palavras:

Vim para ficar [aqui em São Paulo], estava doido para conhecer São Paulo. Ouvia falar de São Paulo (...) e, outra coisa, eu era apaixonado pelo rádio, tinha vontade de cantar no rádio. E, logo que eu cheguei aqui, não sei como eu consegui arrumar um companheiro e formamos uma [dupla] sertaneja. Em 1954, fiz um teste na Rádio Nacional, hoje é Rádio Globo, e passamos no teste e cantei quatro anos no Rádio. Cantava música sertaneja, e eu tenho um documento que é um orgulho para nós, a carteirinha de artista, que a Rádio Nacional tirava. E 1959 eu perdi meu companheiro e eu nunca mais quis saber disso, gostava muito dele, era um belo companheiro! (sr. João, 2006).

A música sertaneja praticamente nasceu na cidade de São Paulo, desruralizou-se aqui para fazer da cidade tema e moda. A música sertaneja é em grande parte a criação cultural do desenraizado, do migrante:

[A música sertaneja] proclama e lamenta a sociedade dividida, os sentimentos próprios do familismo da sociedade tradicional e caipira triturados, desprezados, ignorados, desvalorizados na transição, no partir, no deixar para trás pessoas e cenários. (...) Não é a sociedade nova, de destino, que organiza o canto sertanejo. É a sociedade que fora um dia a sociedade da certeza, da ordem, dos valores firmes, das lealdades. (...) A música sertaneja (...) representa a reinvenção da tradição, não mais no confinamento da casa-grande, mas na amplidão dos espaços públicos (Martins, 2004: 206).

Conforme declara Jayme, operário da Volkswagen e de outras fábricas modernas do automóvel: *"Eu tenho o disco do Nelson Gonçalves, mas o que eu prefiro mesmo é música caipira, as modas de viola, Tião Carreiro, Zezé de Camargo, Daniel, Leonardo, isso aí não falta não... Fui criado na fazenda!"* (sr. Jayme, 2005).



Podemos observar que o relato do entrevistado é uma narrativa de fronteira, onde não há uma separação rígida entre a música caipira e a sertaneja, dado que ele se refere à sua preferência pela moda caipira, mas, no entanto, cita como exemplo, os grandes ícones da música nacional sertaneja. Os relatos de vida da classe trabalhadora são narrados sob tensão e ambigüidade, carregados de contradição e, talvez, por causa disso, mais fiel à complexidade das vidas da classe trabalhadora e da memória desta (cf. James, 2004). Isso expressa, por sua vez, que a fronteira entre o rural e o urbano, o tradicional e o moderno, é bastante fluída, o que reitera a autenticidade dessa cultura operária, de acordo com Martins (2000).

Para Martins (2004), a alma caipira está presente na história e no imaginário sobre São Paulo. A imagem do caipira é marcada pela recriação de uma linguagem musical, cujo enredo *“fala de um espaço que se tornou liminar, limite, perigoso como tudo que é liminar na cultura caipira: porteiras, encruzilhadas, caminhos, taperas, árvores demarcatórias”* (Martins, 2004: 203).

Deste modo, a tarefa de modernização da nação, encarando sua condição histórica subdesenvolvida, como etapa a ser superada pelo desejo coletivo de um rápido desenvolvimento, sugere aos sujeitos entrevistados o mesmo trato com seu passado, legitimando a imposição de um modo de vida e o descarte de tudo aquilo que simbolize o tradicional. A manchete de jornal de 1959: *“Brasília nasce e cresce com a força de seus candangos”* (vide anexo 7) não pode passar despercebida como uma forma exemplar de sugerir que o trabalhador e a nação se engrandecem mutuamente através do desenvolvimento. Entretanto, a adesão ao projeto de desenvolvimento e ao descarte do passado não foi total, na medida em que não sucumbiu a resistência dessa parcela da classe operária, forjada no amálgama da roça e do aço.

Assim, é possível afirmar que praticamente todas as classes operárias denominadas nacionais consistem em um quebra-cabeça de grupos heterogêneos. Por um lado, o desenvolvimento histórico tendeu a uni-los em blocos mais ou menos nacionais, mas, por outro lado,

a mobilidade e o deslocamento das pessoas na sociedade contemporânea, que pode ser essencialmente descrita como um mundo em movimento, criam novos laços e novos atritos. Segundo Hobsbawm (2000a), nem a industrialização capitalista nem a socialista são concebíveis sem migração.

As estratégias de re-enraizamento apresentadas pelos migrantes entrevistados se operaram no universo da cotidianidade, o qual, segundo Lefebvre (1991), é o fio condutor necessário para se conhecer a *"sociedade, situando o cotidiano no global: o Estado, a técnica e a tecnicidade, a cultura"* (1991: 35). Portanto, tendo como propósito o estudo da experiência desses operários ressocializados nas cidades das chaminés, a pesquisa analisou os *"redutos"* de resistências cotidianas desses migrantes *"contra o vazio eterno que é o posto de trabalho"* no chão-de-fábrica, fazendo com que *"haja ainda acontecimentos, embora minúsculos, que haja ainda um tempo, mesmo se monstruosamente prolongado"*. Segundo Linhart (1986), *"é a vida que se aferra (...), [que] grita silenciosamente: 'Eu não sou máquina!'"* (1986: 15).

### **III.2. As engrenagens da fábrica: o tempo rarefeito e o medo na experiência operária.**

Mergulhados por muitos anos na cadência de um trabalho rítmado pela máquina, pelo cheiro e pelo barulho, os operários vivenciaram uma sensação a qual Linhart (1986) descreveu como anestésica, onde o tempo pára, se esvazia. Buscou-se compreender, e dar visibilidade, a resistência desses homens-migrantes-metalúrgicos ao condicionamento total do corpo e da mente, necessário para tornar suportável o trabalho decorrente da venda de sua força de trabalho. Assim, a pesquisa de campo trouxe evidências quanto a existência de algumas *"recusas"* práticas empregadas pelos trabalhadores, frente a essa vertigem do tempo vazio.

Com base nos relatos colhidos nesta pesquisa é possível relacionar os processos sociais concretos com as características estruturais do trabalho abstrato na ordem do capital, em contexto

de modernização influenciada pelo fordismo. Deste modo, foi possível perceber desde a articulação do tempo e do medo, como elementos fundamentais para a manutenção da submissão operária ao sistema de dominação e exploração fabril, até a recriação dessas condições objetivas e subjetivas de dominação.

As análises das evidências empíricas apresentadas compreendem o trabalho não só como uma atividade que resulta no dispêndio de força física e mental, mas como atividade que envolve significações e representações presentes em todas as esferas da vida (cf. Silva, 1981). Através do trabalho, os indivíduos transformam tanto a natureza externa quanto sua própria natureza: *“(...) num processo de transformação recíproca que converte o trabalho social num elemento central do desenvolvimento da sociabilidade humana”* (cf. Antunes, 2004). Entretanto, no modo de produção capitalista o trabalho deve ser unilateral, maquinal (cf. Mészáros, 2006). Ou seja:

O que era uma finalidade central do ser social converte-se em meio de subsistência. A “força-de-trabalho” (...) torna-se uma mercadoria (...) cuja finalidade é criar novas mercadorias e valorizar o capital. Converte-se em meio e não primeira necessidade de realização humana (Antunes, 2004: 8-9).

No relato de um dos entrevistados, a relação estabelecida com o trabalho surgiu mediada pelo valor de troca, pelo cálculo monetário. Ou seja, sugerindo a um depoente que relatasse as qualidades do trabalho executado nos anos da fábrica, no embalo de suas auto-afirmações a respeito de sua destreza, tal operário expôs esses adjetivos de forma que tivesse um significado dentro da sociedade atual. Assim, Orlando afirmou:

Eu era o operário padrão, ganhava mais. Porque (...), por exemplo, [eu] ganhava o melhor salário da praça, [como] ajustador mecânico especializado na Baldone [e], porque eu ganhava o melhor salário lá na Baldone, eles puseram na minha carteira: ajustador mecânico especializado, e de primeira categoria ainda puseram. [Assim], com o tempo, se alguém quiser reclamar, e [quisesse] ganhar igual eu, teria que ser a mesma coisa que eu. E não podiam reclamar na justiça (sr. Orlando, 2006).

No relato de outro depoente, o reconhecimento assenta-se novamente sobre o salário, como fonte de satisfação:

Eu posso dizer para você que eu não tenho do que reclamar, não. Porque eu sempre tive o melhor salário em todas as firmas que eu trabalhei, todas as firmas, modéstia à parte! Em todas as firmas que eu trabalhei sempre fui o melhor salário daqueles do setor (sr. Adicel, 2006).

Entretanto, o fato do reconhecimento do trabalho estar assentado no valor de troca, tal como se estabelece na relação com mercadorias de toda sorte de espécie, interfere sobre a relação que os homens estabelecem entre si. Nas palavras de Marx: *“Na relação do trabalho estranhado cada homem considera, portanto, o outro segundo o critério e a relação na qual ele mesmo se encontra como trabalhador”* (2004: 86).

Um episódio da vida de Jayme, operário aposentado, que foi reconstruído por ele quando instigado a relembrar das jornadas de trabalho no chão-de-fábrica, mostra suas memórias sobre um cotidiano pressionado pela produção. O relato permite perceber uma das características do estranhamento descrito por Marx (2004), e reforçado por Mészáros (2006). Nas palavras do entrevistado:

A gente era tão ignorante, que a gente achava até bonito ver aquela linha correndo, e a gente rindo daqueles coitados que não tinham aquela habilidade. Então, a gente até achava engraçado. A gente era tão ignorante que achava engraçado ver aqueles caras sofrendo. E tinha que ter competência, se não desse produção, não ficava, na linha de montagem tem que molhar a camisa! Era tudo mesmo na produção, tinha que tirar produção! Saindo a produção, estava ótimo [para a firma]! E eu cansei de ver os colegas na linha de montagem chorando porque eles estavam construindo, eles tinham o filho na escola, eles tinham os compromissos deles e aquela linha de montagem correndo. As linhas de montagem são assim, uma esteira [que] não pára, ali não pára mesmo, não pode parar! Se é para sair 300 motores, tem que sair 300 motores! Eu cansei de ver gente chorando (sr. Jayme, 2005).

Nesse contexto de opressão criava-se, como estratégia para o sofrimento experimentado pelos trabalhadores, especialmente em tarefas de alta periculosidade, um clima de informalidade nas relações de trabalho, brincadeiras e até provocações ofensivas, de apelo à virilidade, como recursos para suportar. Segundo Fontes (2004): *“Apesar de sinalizar um ambiente de informalidade e descontração entre os trabalhadores no duro cotidiano da empresa, tais brincadeiras, como era de*

*esperar, nem sempre eram bem recebidas por todos*" (2004: 81). A declaração de Jayme mostra que o estranhamento se expressa na relação em que o homem está diante de um outro, tratando-o segundo os mesmos valores a que está submetido.

O relato deste entrevistado, bem como da maioria dos operários ouvidos, a respeito do ritmo de trabalho imposto na linha de montagem, se contrasta com o depoimento de um outro trabalhador, o qual por sua vez não viveu a tirania da linha, apenas assistiu seu funcionamento de fora. Segundo este, o ritmo não era puxado: *"Em 57, quando cheguei na fábrica, trabalhava, mas trabalhava normal. Eu via a linha de montagem. Era linha de montagem normal e acabou"*.

O conceito de normalidade sofrante desenvolvido por Dejours (2000) lança luzes para a motivação que está por trás da condição subjetiva construída por esse ex-metalúrgico em relação ao trabalho. Para esse autor a normalidade deve ser interpretada como o resultado de uma composição entre o sofrimento e a luta contra o sofrimento no trabalho: *"Portanto, a normalidade não implica ausência de sofrimento, muito pelo contrário"* (2000: 36). Assim, o fato de alguns operários terem descrito, no momento das entrevistas, suas atividades e de seus pares no chão-de-fábrica metalúrgico como "normais", mostra a necessidade de se criar uma proteção à saúde mental contra os efeitos deletérios do trabalho imposto na ordem do capital, através de uma armadura que tenha a propriedade de insensibilizar contra aquilo que faz sofrer.

Linhart (1986) relata, em "Greve na fábrica", sua experiência como operário na indústria de carros da Citroen, na França da década de 60. Sua primeira impressão a respeito do ritmo da linha era, do mesmo modo como aquela afirmada pelo entrevistado acima, a de *"um movimento contínuo, que parece lento: à primeira vista, a linha da quase uma ilusão de imobilidade"* (1986: 13). Entretanto, Linhart muda de opinião, tão logo assume suas atividades na produção: *"o lento deslizar dos carros, que me parecia tão próximo da imobilidade, toma um aspecto tão implacável quanto a impetuosidade de uma torrente que não se consegue conter(...)"* (1986: 14).

O que de início lhe parecia uma mecânica humana homogênea se revela, com o passar do tempo, através da observação participante junto aos operários migrantes da Citroen, uma mecânica humana repleta de diversidades. Diversidade bifronte, ou seja, um grupo operário de constituição racial, social e regional heterogênea e, por outro lado, distribuídos verticalmente nos degraus da hierarquia da gestão da produção. Jayme, que foi operário da linha de montagem na década de 60 no Brasil, descreve sua experiência nesse sistema:

Então, a hierarquia era mais ou menos assim, aqueles funcionários que se destacavam mais, (...) [dominando a produção de] um posto, dois, três, quatro, cinco, então, em pouco tempo ele passava a líder, e de líder ele passava para feitor. O líder era bem dizer um tampa buraco. Os funcionários que saíam para a enfermaria, ele ficava no lugar daquele funcionário, o outro precisava ir no banco, qualquer coisa que ele precisar sair do posto de trabalho dele, então, tinha a base de uns dois, três deles, que faziam o trabalho no lugar, depois disso passava a feitor (sr. Jayme, 2005).

Esses operários líderes, embora passem a ocupar uma posição de mando e privilégio frente aos demais, eram justamente aqueles, cujos corpos e mentes já haviam sido condicionados aos desgastes promovidos por cada uma das aparentemente banais, atividades que compõem a linha de montagem. Segundo Linhart (1986): *“O verdadeiro perigo começa quando se suporta o choque inicial. Entorpecimento. Esquecer até mesmo a razão da própria presença na fábrica. Satisfazer-se com o milagre de sobreviver”* (1986: 42-3).

Nesse sentido, o último episódio do livro deste autor, facilita o entendimento da segregação da classe operária, promovida por essa hierarquia, acima de tudo simbólica. Encerrada a temporada de trabalho na Citroen, Linhart e todos os outros operários dispersaram-se. Entretanto, chegando na lanchonete que fora seu ponto de encontro ao longo daqueles meses de trabalho, deparou-se com Kamel, o operário líder, aquele descrito pelo autor como *“o bajulador, que passava o tempo (...)a bancar o chefe, a forçar a cadência”* (1986: 147). Continuando a caminhar desgostoso em sua direção, Linhart percebeu que Kamel estava a sua espera, para revelar-lhe que havia recusado a

proposta da fábrica para que arrumasse uma briga com ele, em troca de dinheiro, pois segundo Kamel: *“queriam te botar para fora desse jeito”*. Assim, depois desse curto diálogo, cada qual seguiu seu rumo e o autor do livro encerrou o seu relato com a seguinte frase: *“Digo a mim mesmo: Kamel também é a classe operária”* (1986: 147).

Assim, a experiência de Linhart na fábrica, lança o entendimento de que mesmo um intelectual prevenido contra as artimanhas da gestão científica do trabalho, que fomenta a competição e o ódio entre trabalhadores, também acabou incorporando essa relação ao longo de sua vivência naquele *“tempo infernal”*. Sobretudo, esse desfecho corrobora a relevância desta pesquisa sobre a experiência de trabalhadores, rotulados como a *“elite operária”* do Brasil. Pois, muito embora eles tenham esse status frente às outras categorias de trabalhadores, talvez ainda mais espoliadas, constituem parte integrante da classe operária. O relato abaixo, de um dos entrevistados, permite perceber essa dinâmica de fragmentação da classe operária, através das hierarquias estabelecidas entre os cargos que se distinguem, sobretudo, por pequenos poderes:

Eu estava na chamada média chefia. Ficava como mediador entre os operários menos instruídos e os de nível mais elevado. Era meio desconfortante porque uns achavam que eu era amigo do patrão. Por outro lado, outros achavam que o que eu queria era informar melhor os operários. Mas meu objetivo era conscientizar todos que independente de ser peão ou gerente, éramos todos empregados e devíamos ficar todos do mesmo lado por que ninguém era patrão (sr. José D. C., 2000).

A entrevista concedida por Adicel permite perceber que o processo de trabalho também equaciona essa hierarquia interna à categoria metalúrgica. O relato abaixo possibilita um mergulho nas reflexões sobre o tempo e o ritmo de trabalho. O depoente afirmou ser o tempo e as condições do espaço, a grande vantagem dos operários empregados na *“ferramentaria”* em relação aos trabalhadores da linha, os quais, ao invés da bancada, tinham apenas um conjunto de ferramentas à mão, frente ao implacável deslizar de carcaças:

Aquela *mesmice* é ruim, *mesmice* é terrível. E lá [na ferramentaria] não, a gente pegava coisa diferente, cada dia um desenho diferente, é um projeto que a gente tem que executar, um projeto novo. A vantagem da ferramentaria era isso, é a grande diferença da ferramentaria em relação a produção de montagem é a *mesmice*, que na produção existe e na ferramentaria não. *Mesmice* é terrível para qualquer funcionário, para qualquer pessoa que trabalha, a *mesmice* é terrível (sr. Adicel, 2006).

Assim, a “*mesmice*” referida pelo entrevistado, como o aspecto mais nefasto da experiência do trabalhador que enfrenta a jornada diária na linha de produção das mercadorias, trata-se da redução do trabalho a uma simples técnica, trata-se da vivência de um tempo vazio, que busca imitar a uniformidade do tempo do relógio num simulacro de gestos mecanicamente repetidos, expropriando do trabalhador, o gozo de apreciar o produto de seu trabalho. Segundo Weil (1996) o sistema de Ford e Taylor produziu a monotonia do trabalho:

Dubreilh e Ford dizem que o trabalho monótono não é penoso para a classe operária. É verdade que Ford diz até que ele não poderia passar um dia inteiro num único trabalho da fábrica, mas que é preciso acreditar que seus operários são diferentes dele (...). Se realmente acontece que com esse sistema a monotonia seja suportável para os operários, é talvez o pior que se possa dizer de um tal sistema. [Mas] felizmente não alcançaram nunca um êxito total, porque nunca a racionalização é perfeita (...). Restam meios de tirar o corpo fora, mesmo para um operário não qualificado. Mas se o sistema fosse estritamente aplicado, seria exatamente isso (1996: 151-2).

Naquela nascente indústria fordista brasileira, enquanto sistema de produção via exploração da força de trabalho, imperou a homogeneidade da máquina sobre as vidas. Depois de deslizar no universo cinzento da linha, no final do processo, é preciso que a mercadoria brilhe, seja perfeita, pois segundo Linhart (1986):

Não é um carro que se vende mas um sonho(...) As carroçarias, os pára-lamas, as portas, as capotas, são lisas, brilhantes, multicores. Nós, os operários, somos cinzentos, sujos, esfarrapados. O objeto sugou a cor, não ficou nada para nós. (...) Todas as atenção são para ele. Zomba de nós. Para ele, só para ele, as luzes da linha de montagem. Nós, os trabalhadores, estamos envolvidos numa noite invisível (1986: 48-9).

A grandiosidade das máquinas, e o fetiche da mercadoria imperam sobre os homens e desafiam a fragilidade de seus corpos. As ameaças vêm de todas as direções no interior deste

mundo do trabalho. As ferramentas ameaçam à mínima falta de atenção. O desemprego e o exército industrial de reserva, bem como a vigilância velada pelos próprios operários, escolhidos enquanto delatores, compõem a atmosfera de medo, engrenagem vital da fábrica. Deste modo, a sociabilidade operária narrada pelos entrevistados, não se fez apenas de solidariedade, mas também de desconfiança e isolamento.

No cruzamento de duas redes de contatos estabelecidas por meio da pesquisa de campo, a história de vida de dois sujeitos se re-encontram no tempo da memória. No tempo da fábrica, dois “Josés” trabalharam juntos, mas em cargos verticalmente distintos, em relação de mando. O medo obstruía a relação, e José relembra vivamente o silenciamento do outro José, descrevendo-o misterioso e oblíquo, de tal maneira incompatível com a imagem que o mesmo havia deixado, no momento de gravação do depoimento.

O medo, segundo Linhart (1986), está intimamente ligado ao próprio trabalho na fábrica. O medo supura a fábrica porque ela, ao nível mais elementar, ameaça permanentemente os homens que ela utiliza. Estes, por sua vez, o enfrentam de diversas maneiras. No caso de João, o recurso foi a negação, como é possível observar a partir deste trecho da entrevista:

Quando entrei na Tecnomonte eu entrei lá devendo até os cabelos da cabeça. E, então eu me oferecia para fazer virada, eu entrava as seis da manhã e saí as seis da manhã do outro dia, e nessa virada, (...) estava combinado de eu ficar como soldador de plantão (...) Eram muitas horas... (sr. João, 2006).

Interrogado sobre o perigo de trabalhar nessa jornada estendida, o entrevistado reagiu defensivamente, num processo de negação do perigo, descrito por Dejours (2000) como uma ideologia defensiva. Assim, João respondeu imediatamente: *“Não, por quê? Não tinha perigo nenhum!”*<sup>50</sup>

---

<sup>50</sup> (sr. João Chile, 2006).

Outros trabalhadores tomaram a iniciativa de encontrar ferramentas, estratégias ergonômicas no trabalho e táticas coletivas de revezamento clandestino, conforme também mostrou a experiência de Linhart. No caso do ex-metalúrgico Joaquim, o esforço de elaborar uma ferramenta que tornasse menos perigoso o trabalho nas prensas foi em vão:

Por exemplo, havia prensistas que trabalhavam com todas as mãos segurando flandris para que a ferramenta descesse aqui no meio de dois dedos (...) Até eu me dei o trabalho de, [em] determinada ocasião, desenhar um rolo, que aplicado, trazia o flandris no lugar da mão, então as mãos não ficavam em baixo da ferramenta, mas este rolo atrasava por volta de quinze por cento talvez a produtividade, então era mais fácil deixar a ferramenta cortar o dedo ou os dedos de alguém, do que retardar a produção em dez por cento. Eu, muitas vezes fazia a revisão das ferramentas de corte e repuxo e recebia ferramentas [que] precisavam, com [a ajuda de] querosene, tirar os pedaços de ossos que tinham dentro da ferramenta (...) (sr. Joaquim, 1991).

Assim, a vivência de um tempo, *“que tornou-se produto raro”* (Linhart, 1986: 54) e a existência de um *“medo vasto”, “difícil de definir”,* penetra a experiência dos operários entrevistados, conforme é possível extrair do relato abaixo, quando José se referia à sua experiência na Laminação Nacional de Metais, na Máquinas Ipiratininga e na Volkswagen:

Em todas as empresas tinha um esquema que, você entrava dentro da empresa, você não tinha espaço de conversar (...) Era muito corrido, muito acidente, morte inclusive. Morreu no meu setor de estamperia, foram dois acidentes. Um que trabalhou comigo na Ipiratininga, entrou lá na colocação e foi morto. Sua aposentadoria ia sair no outro mês e foi prensado, numa base de mais de cinquenta toneladas. Também é negligência de chefia, porque na troca de ferramenta, (...) nossa senhora! Aquilo era [terrível], eram dois chefes, cada um queria fazer em menos tempo aquela troca. Então, tinham dois cabos de aço, um de 50 toneladas e outro de 30. Para não perder tempo (...) jogaram naquele cabo fino e na hora que foi jogar a base, o cabo arrebentou e caiu encima dele. O outro também, (...) estava fazendo a porta de [uma] Brasília e ele falou: “Está faltando pressão!”, tinha que dar mais pressão até a peça chegar no lugar, ficar certinho. Aí, parou a máquina e [ele] colocou a cabeça debaixo da ferramenta e o cara baixou o negócio bem na cabeça dele. O maquisnista ficou ..., deu problema psicológico, não retornou mais para a empresa, saiu correndo de lá e não voltou mais (...) (sr. José B. S., 2006).

Portanto, tempo e espaço passam a serem vistos como algo mais do que um pano de fundo da análise histórica, mas, fundamentalmente, como parte intrínseca do próprio processo de mudança histórica: *“... parafraseando Walter Benjamin – o tempo não é apenas um ‘espaço*

*homogêneo vazio' no qual as coisas acontecem. Antes, é fundamental para o entendimento do processo social" (Savage, 2004: 44).*

### **III.3. A invenção da resistência no tempo da fábrica: os “sentidos do trabalho” e os biscates.**

Com base nos relatos colhidos junto aos trabalhadores entrevistados, é possível relacionar os processos sociais concretos a características “estruturais”, como as analisadas anteriormente. Mas é preciso que se transite da estrutura para a experiência. Ou seja, é necessário que se parta da noção de sujeito “associada à possibilidade de autonomia”, pela “dimensão do imaginário como capacidade de dar-se algo além daquilo que está dado” (Sader, 1988: 56). Assim, buscou-se, nas análises empreendidas neste estudo, evitar derivar as características políticas do cotidiano operário, exclusivamente dos fatores econômicos – como associar os “biscates” a motivações de ordem material –, já que há uma gama de respostas possíveis diante de uma mesma solicitação estrutural dada.

A compreensão da estrutura de dominação vivenciada pelos trabalhadores entrevistados foi, sobretudo, um meio de ir ao encontro das experiências e, portanto, também da resistência desses sujeitos no contexto histórico de meados do século XX no Brasil. A resistência se apresentou como mecanismo, do corpo, da mente e do espírito, de recusa a sua transformação em máquinas de trabalho e a desumanização no trabalho. Uma negação ao ritmo forçado de produção, através de práticas que re-significam a experiência de dominação no trabalho, inventando formas de reação.

Foi possível constatar que as práticas de resistência dos homens-migrantes-metalúrgicos eram transmitidas a partir do contato entre o “aprendiz migrante” e o “mestre sedentário”, permitindo que os operários re-aglutinassem suas experiências distintas e transmitissem suas formas de recusar, no cotidiano, à dominação da disciplina industrial. Assim, segundo Fontes (2002): “[a] região metropolitana de São Paulo (como principal receptora) e o Nordeste (como região de origem de

*grande parte dos migrantes) tiveram papel importante”* no processo de construção da experiência e transmissão das recusas (2002: 49).

Então, parece pertinente compreender o processo de transmissão das experiências. Benjamin (1994b) permite perceber o migrante como um personagem indispensável para a formação do discurso narrativo, e de sua transmissão através do trabalho em oficinas. Embora esse autor atente para o declínio da experiência e da narrativa como decorrência do desenvolvimento das forças produtivas da sociedade, durante a realização do trabalho de campo foi possível constatar a sobrevivência da transmissão da experiência, com uma forma de resistência entre estes trabalhadores do chão-de-fábrica.

Assim, mesmo no contexto de exploração da força de trabalho no interior do padrão de produção fordista, a transmissão através da narrativa foi recriada no universo fabril no encontro desses dois personagens, o “aprendiz-migrante” e o “mestre-sedentário” (cf. Benjamin, 1994b). O “mestre-sedentário” e o migrante-operário estiveram representados, na primeira fase do período estudado, respectivamente pelos migrantes, já estabelecidos na indústria desde a década de 30, e pelos migrantes rurais que chegaram em São Paulo e ABC para se empregarem na indústria a partir dos anos 50. Entretanto, os sujeitos que representam tais personagens não são os mesmos ao longo do tempo. Essa figuração se renova na história de vida dos entrevistados, dia-a-dia no chão-de-fábrica, quando um novo operário entra em cena, recebido por aqueles que já dominavam o espaço e o tempo da fábrica.

Por meio do processo de aprendizado no interior das oficinas, os mais experientes no chão-de-fábrica, ao “passarem o serviço” para o novato também transmitiam os traquejos, burlas e pequenas recusas elaboradas e aprimoradas no processo de trabalho. José, um dos sujeitos dessa história, declara durante a entrevista, que nunca sonegou “*informação para ninguém, gostava*

*sempre de passar aquilo que eu sabia para os outros (...), [porque] tinha muito coleguismo [entre os operários]*” (sr. José D. C., 2006).

Por outro lado, outros relatos mostram as fissuras nessa solidariedade, as quais eram desagregações previstas e fomentadas pela gestão científica do trabalho. Um outro entrevistado, ao contar uma história sobre uma prática coletiva do chão-de-fábrica na Volkswagen da década de 1960, permitiu observar os preconceitos étnico-raciais criados contra o migrante rural nordestino. Segundo esse depoente, era muito comum entre os operários, *“especialmente aqueles do norte”*, sussurrou aos pés da narrativa, a prática de fazer *“corpo mole”* na linha para descansar na enfermaria da fábrica. No mesmo sentido, um encarregado de produção entrevistado por Fontes (2004), relata que ele observava que depois que os peões aprendiam o serviço: *“a peãozada ficava manhosa (...), enrolava, ia bater papo, enganava o serviço(...) fazia corpo mole”*(apud Fontes, 2004: 377). Nesse sentido, Eder Sader afirma que:

Adentrar o espaço da fábrica era ingressar num lugar de ordem e disciplina definidos “de cima”, por autoridades desconhecidas, mas cujos olhos e braços se faziam sempre presentes. Aquele que conseguisse usufruir das vantagens prometidas por uma carreira profissional na indústria deveria se submeter às suas regras (1988: 75).

A experiência do trabalho foi, assim, a experiência de rígidas disciplinas e de orientações despóticas, controles contra os quais os trabalhadores se moveram. Nessas *“fábricas modernas (...), apesar de todos os sistemas de controle, a difusão de processos de resistência informal a partir de inevitáveis contatos pessoais, troca de informações, solidificações de confianças coletivas”* (Sader, 1988: 75), foram ingredientes da resistência cotidiana dos operários.

Thompson, em *“Costumes em Comum”*, referindo-se a prática de ofício, em decadência devido à chegada da grande indústria, diz que a transmissão inter-geracional que se dava no aprendizado de um ofício acontece, também, no campo da transmissão das experiências sociais ou da sabedoria comum da coletividade. Assim, mesmo no ambiente da fábrica fordista, onde o

domínio sobre o trabalho, diferente do ofício, é parcelizado, suprimido e desarticulado, no momento do “apadrinhamento” do operário novato, na transmissão de técnicas de produção, transmite-se também experiências sociais que tanto reproduzem a dominação, quanto resistem a ela. Na troca de experiências com o companheiro de trabalho, aprendia-se não apenas o serviço, mas também a buscar prazer e sentido no trabalho, bem como um melhor controle das condições de produção. No caso dos entrevistados deste estudo, uma das estratégias que mais se destacou no tocante ao controle do ritmo de trabalho, foi o recurso à enfermaria, como podemos ver no relato abaixo:

Ah, isso acontecia demais... Às vezes estava indisposto mesmo, ou era principalmente na segunda ou sexta (risos)... Acontecia demais, na ferramentaria acontecia demais. Tinha a enfermaria lá com médico. Então era muito normal a pessoa dar um jeitinho de ir lá para ver se arrumava uma febrinha, porque se tivesse com febre, [ou] eles mandavam para casa, [ou] pelo menos ficava uma hora ou duas deitado na maca (sr. Adicel, 2006).

Segundo o relato de outro operário, lembrando a intolerância do tempo na fábrica, havia a percepção de que os direitos adquiridos pelos trabalhadores não interferiam na tirania do chão-de-fábrica. Segundo ele: “*não tinha dor de barriga, não.(...) Tinha a CLT, ela ajudou muito, mas nessas firmas de montagem, a CLT acho que era só pelos direitos, porque para produção, tinha que dar produção mesmo, tinha que trabalhar mesmo*” (sr. Jayme, 2005). Assim, mediante essa percepção, os trabalhadores brasileiros também faziam uso de uma outra estratégia, mencionada nas entrevistas e elucidada por Thompson (1998) a respeito do operariado inglês. A partir da legalização dos limites de exploração aceitos pela Justiça do Trabalho, os trabalhadores mostraram que haviam aprendido muito bem a lição: “*tempo é dinheiro*”. Segundo Thompson (1998), no contexto de surgimento do trabalhador industrial na Inglaterra, essa apropriação da linguagem despótica da fábrica, que coage a todos pelo “*uso-econômico-do-tempo*”, aparece nas exigências de uma remuneração superior para as horas de trabalho extra:

A primeira geração de trabalhadores nas fábricas aprendeu com seus mestres a importância do tempo; a segunda geração formou os seus comitês em

prol de menos tempo de trabalho no movimento pela jornada de dez horas; a terceira geração fez greves pelas horas extras ou pelo pagamento de um percentual adicional (1,5%) pelas horas trabalhadas fora do expediente. Eles tinham aceito as categorias de seus empregadores e aprendido a revidar os golpes dentro desses preceitos (1998: 294).

Ou seja, inicialmente, as exigências eram por poupar-lhes algumas horas de trabalho imposto, até que depois, passaram a mostra que haviam aprendido a extrair vantagens dentro dessa relação. Então, as práticas reivindicativas destinavam-se a acontecer no interior dos preceitos dos próprios empregadores, mostrando que há uma apropriação da linguagem do uso-econômico-do-tempo, na busca de reverter a situação de exploração a seu favor. Por sua vez, os trabalhadores no Brasil, com o passar do tempo, também aprenderam a lutar com essas armas. Ou seja, compreendida a super-exploração que ocorria através do incentivo ao cumprimento de horas-extras, os operários começaram a exigir cada vez remunerações mais altas para essa modalidade de trabalho. Segundo o senhor Flores:

Quando eu comecei, a jornada já era oito horas. O que [se] fazia era muita hora-extra, você era obrigado a fazer hora-extra. Depois nós começamos brigando, e brigando fomos aumentando o preço da hora-extra, porque quanto mais a firma tinha que tirar dinheiro para pagar, menos eles queriam, entende? E aí nós começamos a exigir [que, para] fazer hora-extra, tem que ter lanche, [enfim], criamos várias dificuldades, aí eles começaram a fazer turnos. Aí entrava uma turma às seis, outra às duas, outra às dez... (sr. Flores, 2006).

A sociedade que está nascendo imbricada ao racionalismo, à disciplina, à linguagem do direito e do contrato, encontra resistência a racionalização total pretendida por essa gestão do trabalho. Segundo Weil (1996), a racionalização surge como um aperfeiçoamento da produção. Mas, considerada a racionalização só do ponto de vista da produção, ela se coloca entre as sucessivas inovações que fazem o progresso industrial; enquanto que do ponto de vista operário, o estudo da racionalização faz parte de um enorme problema. Weil (1996) aponta para a natureza dessa sociedade industrial, onde reina “a *monomania da contabilidade*”. Para a autora:

Todos nós sofremos um pouco do contágio dessa idéia fixa, deixamo-nos igualmente hipnotizar por números. Por isso, nas censuras que fazem ao

regime econômico, a idéia de exploração, do dinheiro extorquido para engrossar lucros, é quase que a única que exprimimos com clareza. (...) É mais fácil reclamar do número marcado numa folha de pagamento do que analisar os sofrimentos suportados no decorrer de uma jornada de trabalho (1996: 137).

Entretanto, parece haver, no comportamento de alguns depoentes, um código ético tradicional, como o valor da palavra e do nome, substituídos, nas grandes cidades, pelo contrato e o código jurídico. Parece ser esse fundamento herdado o que explica episódios como o narrado por Orlando, que mesmo sob a ameaça de ser demitido, não cedeu à chantagem da fábrica para que testemunhasse contra um colega de trabalho:

Porque eu fui testemunha de um colega, e eu trouxe um atestado do Juiz, [dizendo] que eu fui testemunha (...) E, [nesse caso], a firma tem que pagar o dia. E a firma disse que não pagaria o dia. [Disseram que] se eu fosse testemunha dela, me pagavam o dia. Mas como eu fui procurar [a] lei, no outro dia eu estava na rua (risos). Eles me mandaram embora! (sr. Orlando, 1996).

O relato do senhor Orlando, a respeito de sua experiência na fábrica, também fornece subsídio para compreender a resistência cotidiana operária a partir da experiência. O próprio termo “experiência” desenvolvido por Thompson, permite enxergar as condições estruturais sendo tratadas pela cultura, ampliando a análise para além das motivações econômicas e materiais das práticas de resistência empreendidas pelos sujeitos.

Sob uma justificativa que extrapolava o próprio conceito de justiça demarcado pelo Estado e pelas cúpulas sindicais, os trabalhadores entrevistados revelaram suas razões simbólicas para aderir a uma greve ou para testemunhar a favor de colega. Orlando, no transcorrer da sua narrativa sobre este episódio, relaciona sua identidade “caipira” com tomada de decisão de sair em defesa de seu colega. Ou seja, a origem rural, outrora acusada como a fonte da passividade da classe operária brasileira, se conformou, nesse caso, como um ingrediente cultural empregado na resistência de classe:

(...) eu fui testemunha e ele ganhou a causa. Eu provei que era conversa fiada dos caras da direção da firma! (...) Eu era um cara invocado pra caramba! (...) Eu sou caipira, gosto de trabalhar, não tenho preguiça, mas não

gosto de embrulhado também não. O cara direito não gosta de safadeza. Trabalha com seriedade, mas quer seriedade também! [longo silêncio] Até lembro de um [dia em que] ele me trouxe um presente, uma camisa. [Mas] eu falei: "eu fui testemunha de você pela amizade, não precisa dar nada não". [Ele respondeu]: "mas eu quis comprar!". Me deu uma camisa branca de colarinho e tudo (sr. Orlando, 2005).

Nesse sentido, o recurso ao código jurídico de defesa do trabalhador é um instrumento de negociação de classe, a partir do qual o trabalhador recria a resistência à exploração do capital, intensificada com a ideologia desenvolvimentista que legitima a corrida pelo aumento de produtividade, em nome da modernidade. No entanto, essa resistência nem sempre se coloca de forma consciente, muitas vezes resiste silenciosamente, na invisibilidade cotidiana, agregando linguagens e resignificando-as.

Segundo Weil (1996): *"A grandeza do homem é criar sempre a vida. (...) Forjar o que ele sofre"* (1996: 461). Para essa autora é necessário considerar, no estudo da resistência operária, que o operário não sofre somente da insuficiência do pagamento:

Ele sofre porque na atual sociedade está relegado a um nível inferior, porque está reduzido a uma espécie de servidão. A insuficiência dos salários é apenas uma consequência dessa inferioridade e dessa servidão. A classe operária sofre por estar sujeita à vontade arbitrária dos quadros dirigentes da sociedade, que lhe impõem, fora da fábrica, seu padrão de existência e, dentro da fábrica, suas condições de trabalho (1996: 137-8).

No entanto, segundo Dejours (2000), as organizações sociais e os movimentos de esquerda e sindicais por vezes negligenciaram as relações entre subjetividade e trabalho, preocupando-se, sobretudo, com o sofrimento físico. Mas, por parte dos empregadores, a negligência não ocorreu. No Brasil da década de 1950 e 1960, os industriais se viram assessorados por psicólogos e pesquisas realizadas junto aos trabalhadores, as quais buscavam fornecer à gestão "científica" do trabalho, o conhecimento a respeito das motivações subjetivas que levavam seus funcionários à insatisfação e sublevação.

Oswaldo de Barros Santos, psicólogo que palestrou aos industriais em São Paulo em 1959, em um encontro promovido pelo Fórum Roberto Simonsen, cita um inquérito feito sobre o quê mais importava aos empregados e empregadores com respeito a sete questões. Nessa pesquisa chegaram ao seguinte resultado: para os trabalhadores, o reconhecimento do seu trabalho era considerado o mais importante elemento de satisfação. Na seqüência, por ordem crescente de importância, os empregados elencaram: trabalho interessante, justo salário, compreensão por parte da empresa de suas dificuldades, promoção por mérito, boas condições de trabalho e segurança no emprego. Por sua vez, por parte dos empregadores o resultado foi invertido, ou seja, o reconhecimento que era entendido pelos trabalhadores como primeira prioridade, para seus patrões era, na mesma escala, o menos importante. Em primeiro lugar apareceu o salário, pois achavam que este devia ser o problema principal para os trabalhadores.

Esse inquérito revelou aos industriais que os trabalhadores suportam, até mesmo, salários mais baixos, desde que se sintam reconhecidos pelo seu trabalho. Entretanto, não se trata, simplesmente, de uma preferência particular dos empregados de uma empresa, mas sim de uma necessidade que faz parte da natureza do trabalho humano, o qual, dentro do moinho de exploração do capital, é constantemente aviltado. Dejours (2000), estudando a psicopatologia do trabalho, afirma que o trabalho se insere no plano da realização do ego e que do reconhecimento depende o sentido do sofrimento.

Portanto, o trabalho não é um mero acessório decisório, mas um processo. Está inserido em uma cadeia temporo-espacial e busca sempre alternativas para satisfação das necessidades consideradas mais importantes. Assim, nas entrevistas, contam-se histórias em que suas mãos dão "jeitos" e criam "macetes", inventando formas de agir e produzir. A invenção presente na experiência operária, e facilitada pelo novo amálgama de culturas, tradições e valores, decorrentes do processo de formação da classe na década de 1950 e 1960, atuou como um ingrediente da resistência

operária. José narra, ao longo da entrevista, uma das suas ações inventivas dentro da fábrica, mostrando a necessidade do trabalhador, de que a habilidade individual, intervenha no seu trabalho:

Então, por exemplo, quando eu comecei [a] trabalhar, eu trabalhava na internacional, eu tinha feito um curso de caligrafia, (...) e eu tinha uma facilidade muito grande de escrever (...). E lá, o chefe era muito rigoroso. Tinha um rapaz que fazia [o seguinte], ele punha as peças dentro das caixas e nas caixas ia um número. Então ele tinha que pôr os números bem visíveis, muito bem feito, para armazenar as caixas. E eu entrei e não sabia que só tinham [apenas] duas pessoas que faziam esse serviço (...). E eu vi aquele monte de caixa no chão e agachei lá para fazer. Olhei assim, passei a mão, sem ninguém falar nada, eu não estava ocupado no momento, aí peguei, olhei para aquele modelo e fiz igualzinho. (...) Alguém passou [e falou]: "você está maluco!?". Eu falei "o que foi?". [A pessoa disse]: "não pode!". Eu falei: "bom, ninguém falou nada". [E] eu continuei. Aí eu descobri que eu tinha facilidade de fazer certas coisas (sr. José D. C., 2006).

O relato acima mostra uma tentativa de intervir no processo produtivo, a partir das características qualitativas do trabalho humano, as quais, entretanto, não fazem sentido no interior dessa relação social de produção, na qual espera-se retirar do trabalhador sua força de trabalho. Segundo as reflexões de Abreu (2004): *"A atividade cotidiana do operário não especializado na máquina se torna marcada por uma sucessão de gestos na qual cada um deles se esgota em si mesmo, não tendo nenhuma relação com o anterior e o posterior"* (2004: 54). Mas, mesmo no interior deste processo de racionalização e primado crescente da técnica, é possível observar, a partir das histórias narradas pelos entrevistados deste estudo, que a experiência ainda pôde acontecer nos poros da dominação, evidenciando a resistência dos trabalhadores a sua redução a apêndices da máquina. No relato abaixo, José fala sobre a prática adquirida ao longo dos anos, de tal modo que o simples tato de suas mãos já lhe permitia uma intervenção naquele mundo que lhe era estranho (cf. Marx, 2004):

Já tinha adquirido uma prática muito grande, por exemplo, quando eu queria fabricar uma peça, bastava passar a mão eu já sabia se tinha defeito ou não. Ou então (...) pegava o material laminado, [para] ver se tinha impureza, bastava eu ver quando repuxava a peça, saber se tinha condição ou não, reprovava mesmo antes de começar a utilizar o material. Já tinha toda essa prática, e isso eu adquiri na prática, isso não está escrito (...) [É na prática que]

você descobre que não é só aquilo, que tem algo mais para completar o raciocínio, o sistema, o trabalho (sr. José D. C., 2006).

Orlando também fala do aprimoramento conquistado ao longo de anos de trabalho:

Uma vez eu montei uma máquina, (...) uma manilhadeira. (...) Ali ficou parada um bom tempo; depois, o engenheiro que me chamou para trabalhar [pediu para que consertasse a máquina]. Eu precisei desmontar a máquina quase inteira; mais de duas mil peças. Fui desmontando e pondo tudo nas caixas. A turma olhava para mim [e falava] assim: "Como é que você vai montar tudo isso aí?". Eu falava: "Pô, eu não sou mecânico?"; "se eu estou desmontando é porque eu vou saber onde eu vou pôr essas peças!" (sr. Orlando, 2006).

No entanto, a pesquisa de campo, bem como o relato de Linhart (1986), alertam para uma diferenciação entre dois tipos de ocupações no chão-de-fábrica, indispensável para o entendimento, mais preciso, dessa experiência operária: o trabalhador das bancadas e o operário da linha de montagem. Sobretudo os relatos de dois entrevistados, promovem um mergulho no cotidiano vivido neste primeiro posto de trabalho. Conforme se recorda Philadelpho: *"Na empresa que eu trabalhava, a gente trabalhava com a planta, com o desenho (...). Esse é o pavilhão, essa é a estrutura, isso é o que vai ser feito, então você tinha que aprender a ler. Interpretar o desenho"*. Adicel também completa essa descrição, a partir de sua experiência na Volkswagen:

[A gente] executava o que o projetista tinha feito. Que normalmente, os projetos naquela época vinham da Alemanha, inclusive a maior parte dos desenhos era escrito em alemão. Alguma coisa só era em português... Quando era em português, geralmente era porque tinha sido refeito, (...) mas a maior parte vinha da matriz e, então, a gente executava o projeto deles, entende?! (sr. Adicel, 2006).

Assim, o trabalhador das bancadas, ao mesmo tempo em que também sofria do estranhamento nas relações de trabalho, expresso, por exemplo, pela separação entre concepção e execução, ainda usufruíam um tempo e espaço diferente daquele vivido pelos operários da linha de montagem. Quanto aos trabalhadores da linha, a descrição de sua atividade aparece nos relatos, sobretudo marcado pelo tempo e espaço de trabalho rarefeitos. Nas palavras de um ferramenteiro, é possível ver essa distinção: *"[Os operários da montagem] não tinham nem muito tempo, nem um*

*lugar disponível que desse para trabalhar. Porque ali, o quê que eles tinham? Chegavam as peças, já vai montando e pronto” (sr. Adicel, 2006).*

A vivência do *“tempo inabitável e irrespirável”* da fábrica aparece aos operários da linha, de forma ainda mais *“implacável”* (cf. Linhart, 1986). Então, tendo havido um primeiro dimensionamento dessa heterogeneidade da condição operária, parece pertinente avançar a compreensão da experiência e da resistência dos trabalhadores entrevistados, para o terreno da subjetividade, através da criação e da busca de outro sentido ao trabalho. Para Philadelpho, o prazer do trabalho metalúrgico está em:

(...) manipular o aço (...) Você está exercitando a sua capacidade de criação (...) [Para mim] é como você pintar uma tela! Amanhã, a tela se imortalizou! Perenizou teu nome, entendeu? Por quê? Porque você fez com prazer! Então, por exemplo(...), veja o Banco do Estado de São Paulo, eu trabalhei numa estrutura de aço para colocar aquilo lá em cima, naquele último andar! (...). Eu adaptei, eu botei a mão num produto que está lá. Eu botei muitos produtos no Brasil em aço, que eu pus a minha mão. Então é isso que te dá satisfação (...) Então é essa a satisfação que o trabalhador tem! Porque embora vive num sistema opressivo, ganhando mal e tudo, mas ele está fazendo aquilo e quer que amanhã falem [de seu trabalho]. Meu nome não está lá, só o da firma, mas conscientemente, o ego está satisfeito porque fui eu que fiz! (sr. Philadelpho, 2006).

Os depoimentos dos metalúrgicos das bancadas fornecem à pesquisa possíveis respostas criadas por tais indivíduos contra a miséria do trabalho na ordem do capital, a qual *“obriga a fazer esforço”* apenas para *“existir”* (cf. Weil, 1996). Assim, é necessário um outro olhar sobre essa categoria de operários. Nesse sentido, José de Souza Martins, no artigo *“Do paraíso Volks” ao trabalho no limiar do inferno*, publicado no Jornal Folha de São Paulo em 2006, se refere ao ferramenteiro da indústria automobilística instalada no Brasil, no contexto aqui estudado, como sendo um grupo privilegiado, sobretudo política e economicamente, já que é possível constatar uma ascensão social na trajetória dessa elite operária.

Por outro lado, aprofundando o entendimento da obra de Linhart (1986) é possível perceber o privilégio desses trabalhadores, não a partir da dimensão econômica, mas subjetiva do trabalho. O

título do livro de Linhart (1986), traduzido como *"Greve na fábrica"*, leva o leitor a desviar-se da mais provável intenção remissiva do título original, *"L'Etabli"*, que em francês significa "A bancada". Parece haver, portanto, um bom motivo para o autor intitular o relato sobre sua experiência na fábrica, de tal forma que apenas ao final da leitura é possível entendê-lo, chegando na última parte do livro, intitulada igualmente como *"A bancada"*.

Ou seja, Linhart inicia o relato penetrando o leitor no universo infernal da fábrica, descrevendo sua rotação por diversas atividades na linha de montagem, cada vez mais degradantes em função de seu envolvimento com uma greve, a qual foi privilegiada como o centro da narrativa na tradução de Miguel Arraes. Assim, a racionalização da produção na fábrica é descrita por Linhart como o movimento de uma grande onda, cuja tendência de expansão não pode ser contida. Então, a narrativa do sofrimento gerado pelo processo de racionalização da produção na fábrica, alcança seu ápice quando os trabalhadores conseguem se reunir em torno de uma classe, difusa e heterogênea, que impõe uma freada a esse movimento de opressão e exploração, que buscava o controle de cada minuto daquela força de trabalho empregada.

No entanto, a greve não é de forma alguma o desfecho do fragmento dessa história da classe operária na França, relatada por tal autor. Depois desse breve recuo da fábrica, conseguido com a greve dos trabalhadores, uma nova onda de violência, promovida pela racionalização do processo de trabalho no chão-de-fábrica, se ergueu contra os trabalhadores das bancadas. Até aquele momento, eles usufruíam uma posição contraditória: o isolamento do posto de trabalho, e, por outro lado, uma relativa autonomia sobre o espaço e o tempo de produção. O desfecho do relato de Linhart, na realidade, se apresenta com a chegada das novas bancadas de trabalho que a fábrica modelou, a partir do escritório do engenheiro, para substituir o *"engenho indefinível"* que era a mesa de trabalho daqueles operários.

A descrição de Linhart (1986) sobre esse trabalhador das bancadas é a de um sujeito, cuja condição física e psíquica estava mais íntegra, em comparação à condição dos outros trabalhadores com os quais o autor conviveu. Assim, em suas palavras: *"Parece um pequeno artesão, quase fora de lugar, esquecido como um vestígio de uma outra época no encadeamento repetido dos movimentos da oficina"* (1986: 130). Portanto, Linhart atenta o leitor, para o fato de que toda riqueza contida na experiência de trabalho na fábrica é soterrada pela racionalização descrita por Weil (1996), impondo a todos os trabalhadores uma relação social estranhada/alienada, desarticulando as estruturas internas dos sujeitos que viveram, no cotidiano, tal processo.

Deste modo, retornando a atenção para a experiência dos operários entrevistados neste estudo, o processo de elitização apontado por Martins (2006), guarda uma contraditória positividade. O sistema de exploração do trabalho na fábrica promove esse processo de elitização de um grupo de metalúrgicos, através do estímulo a qualificação, extraindo vantagens monetárias sobre essa especialização. Entretanto, o domínio relativo sobre o espaço e o tempo de produção nos postos de trabalho das bancadas, permite um raio de escape maior dentro do qual os trabalhadores se moveram, encontrando sentido e prazer no trabalho, ainda que sob condições historicamente determinadas.

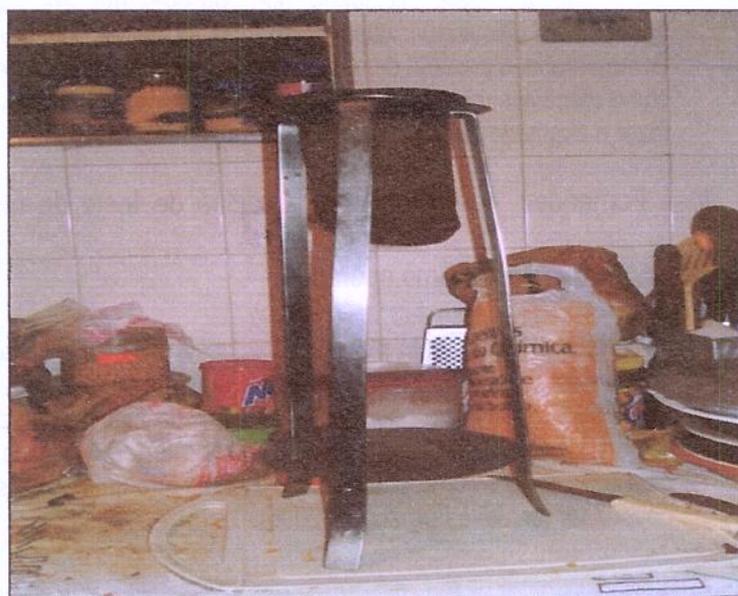
Deste modo, do ponto de vista da representação subjetiva do trabalho, emerge uma outra dimensão que é prazerosa. Oxigenam suas existências pela resignificação do processo de trabalho com o aço, forjando novos símbolos materiais e imateriais que sintetizam o amálgama cultural do rural e do urbano. Assim, o processo de efetivação do homem no produto de seu trabalho, enquanto objetivação, acontece em sua positividade na prática dos biscates, no interior da experiência de vida dos sujeitos marcados pela migração e, pela criação de um novo mundo urbano.

Na visita à casa de um entrevistado, foi possível perceber o orgulho que ele sentia por ter forjado seu próprio suporte de coador de café. O coador de pano, por ele associado como um hábito

da vida na roça, estava apoiado no suporte de aço, produzido no tempo da fábrica, mas não para a fábrica. São a roça e o aço efetivamente apropriados. Então, o aprendizado técnico-racional da atividade metalúrgica, que no ambiente da fábrica representa sofrimento, ganha outro significado quando denota utilidade e arte. Deste modo, no fragmento abaixo, Orlando descreve os dois objetos produzidos no tempo da fábrica e que ocupam, hoje, o *status* de objetos biográficos:

Eu trabalhava numa firma (...) para tampa de material de aço inoxidável, [então] aproveitei e fiz [uma concha e uma mariquinha] (...). Eu fiz esse de três pernas, mas [tinha] algumas pessoas que faziam com disco embaixo, com pino (...) torneado (...). Era um troço bacana pra caramba! Quem trabalhava na oficina mecânica, a maior parte fazia daquele tipo. Eu, como não trabalhava na mecânica, não vou estar pedindo [para] os outros [ficarem] torneando [para mim], [então] falei: "Eu vou fazer um de três pernas", que eu já conhecia da roça. Lá meu pai fazia de madeira. (...) Esse de três pés é *mariquinha*, esse é o nome que dão na minha cidade (...). E a concha, ela tinha uma prensinha manual hidráulica. Você faz um "estampinho", (...) corta o disquinho no tamanho e fura a estampa. Aí a gente prensa(...) até chegar no côncavo; ela fica com a beirada toda onduladazinha (sr. Orlando, 2006).

As fotos abaixo mostram seus dois artefatos de aço, produzidos não enquanto mercadorias, mas visando a realização do seu valor-de-uso, não existindo neles um valor-de-troca, já que segundo outro entrevistado: *"não se fazia para ganhar dinheiro, é mais por prazer, para presentear algum amigo..."* (sr. Adicel, 2006).



**Figura 17:** Tripé de aço para coador de café produzido pelo entrevistado Orlando Aleixo Dias. [foto: Stela Cristina de Godoi, 2006].



**Figura 18:** Utensílio de cozinha produzido pelo entrevistado Orlando Aleixo Dias. [foto: Stela Cristina de Godoi, 2006].

Adicel também corrobora, na entrevista, essa prática dos biscates na sua experiência de vida: *“eu não fazia mariquinha, mas eu fazia cinzeiro de alumínio (...) [que] eu dava para os amigos, irmãos; o meu cunhado mesmo ganhou muitos. Eu tenho [também] umas garrafinhas que eu fiz, [aço] inoxidável! (...)”*. O depoente faz uma ressalva para o fato de que essa prática era, sobretudo recorrente, na *“ferramentaria”* da indústria automobilística. Os trabalhadores da linha de montagem, segundo ele:

tinham mais dificuldade, não vou dizer que era impossível, mas eles tinham mais dificuldade; quem tinha mais facilidade com isso era o pessoal da ferramentaria, o pessoal da manutenção, o pessoal da manutenção tanto elétrica como mecânica, hidráulica também, esse pessoal que tinha mais facilidade para fazer o chamado biscate (sr. Adicel, 2006).

Por sua vez, José Fernandez, que trabalhou na oficina de teste de motores da Willys, relembra esse episódio em sua experiência como operário:

Isso aí eu também fazia, eu cheguei a fazer aviãozinho, com os retalhos do material da própria aviação. Aqui na Indústria Geral de Parafusos, eu fiz uma quantidade enorme de pequenos trabalhos, da indústria para casa. Em Santos tem vários apartamentos de amigos meus que tem vitrozinho que eu construí, dentro da firma e como encarregado a gente tem umas certas regalias, que não deveria ter (sr. José Fernandez, 2006).

Portanto, a despeito do silenciamento de outros trabalhadores sobre essa vivência na fábrica, a experiência de grande parte dos ex-operários entrevistados, forneceu subsídio empírico para a análise deste estudo. Episódios como os narrados acima eram rotulados por diversos sujeitos, como roubo. Por esse motivo, Orlando afirma que *“não gostava muito disso, porque às vezes o chefe pega no pé da gente. Mas quando é coisinha assim, um ou outro, a gente se vira, né!”* (sr. Orlando, 2006). Para José Fernandez: *“essas coisas, esses biscates, isso existe, quase que é o natural. Se pegar na portaria dá problema, só que às vezes o guarda que está na portaria é teu amigo (risos)”*.

Os novos mecanismos de controle da produção implementados, desde então, ao longo de sucessivas reestruturações produtivas, mostraram que a prática de produção desse tipo de objeto, no próprio estabelecimento fabril, tinha maior importância e recorrência do que os próprios praticantes pareciam ter consciência. Por fim, é possível afirmar que a resistência do operariado estudado se forjou na fábrica, em um cotidiano que resistiu a anulação de sua potencialidade criadora, que o quis reduzir à monotonia da contabilidade e da repetição. Assim, do ponto de vista dialético, o mesmo trabalho que aprisiona, guarda em si os elementos para a sua superação (cf. Marx, 2004).

#### **III.4. A re-invenção operária depois da fábrica: as poesias e as oficinas domésticas como “lugares de memória”**

Como mostrou o desenvolvimento das idéias até o momento, este estudo buscou analisar a experiência de ex-operários, que trabalharam em diferentes indústrias ligadas à cadeia automobilística, localizadas na cidade de São Paulo e ABC, ao longo de 1954 a 1964. Deste modo, o objetivo da pesquisa foi compreender as formas de resistência cotidianas construídas pelos trabalhadores, contra o estranhamento nas relações sociais no período de modernização, de

meados do século XX no Brasil. Portanto, a preocupação central da pesquisa não se resumiu a experiência que se encerrou no cotidiano da fábrica dos operários entrevistados, mas buscou-se apreender o mundo do trabalho, no contexto do nacional-desenvolvimentismo. Sobretudo, as análises deste estudo tiveram a intenção de atender às duas dimensões do trabalho, suas realidades objetivas no interior da estrutura capitalista e a sua repercussão no tempo subjetivo, ou seja, na fusão do trabalho com a *“própria substância da vida”*, através das produções literárias e da construção de *“lugares de memória”*.

Conforme foi possível observar a partir da pesquisa de campo e bibliográfica, a resignificação da atividade de trabalho, buscando arte e utilidade, operou na subjetividade desses trabalhadores como uma luta contra o estranhamento no trabalho. Portanto, neste estudo, tomou-se de empréstimo o questionamento de Linhart (1986): *“Qual o espírito, qual o corpo que pode aceitar sem um movimento de revolta”* a sua condição de exploração nos subterrâneos da modernidade brasileira? Entretanto, além da resistência encontrada na dinâmica do próprio trabalho industrial, na prática dos biscates bem como das greves, e pequenos manejos sobre o tempo de produção, o espaço privado dos sujeitos entrevistados também foi palco da re-invenção da condição operária, a partir da criação de *“lugares de memória”* que congregam seu passado e seu presente. Assim, as produções literárias e as oficinas domésticas são evidências da pesquisa que demonstram pequenas recusas à ruptura com o passado, exigida pela modernidade, mas que, contudo, não apresentam uma possibilidade de generalização conclusiva a todo o grupo operário.

Embora o objetivo desse estudo tenha sido compreender a experiência e a resistência dos sujeitos entrevistados no tempo da fábrica, os fragmentos de memória, que decorreram da aplicação da história oral sobre um grupo de metalúrgicos aposentados, mostraram uma complexa interação entre o trabalho e a vida. Assim, foi possível observar que depois do tempo da fábrica, há uma continuidade dos traços de resistência, através de práticas sociais que visam encontrar um sentido

não apenas para o trabalho, como foi mostrado ao longo deste capítulo, mas um sentido para a própria biografia. A partir das histórias de vida de alguns dos ex-operários entrevistados, foi possível perceber que a experiência de trabalho na fábrica penetrou a trajetória do indivíduo, estruturando as condições objetivas e subjetivas de seu passado, presente e futuro. Segundo José: *“todas essas coisas que a gente aprende na indústria a gente carrega a vida inteira”*:

Por exemplo, na minha casa lá no sítio, todas as ferramentas são afiadas, são preparadas baseadas no conhecimento que eu tive, que eu trouxe da aviação para indústria de automóvel... Porque minha vida foi engraçada, eu saí da Força Aérea como mecânico de motor de avião, passei para a Willys como testador de motor de carro, motor de automóvel, depois quando voltei da anistia e fui para a Ingepal, eu fui dirigir trinta e cinco tornos. Aí, não tinha mais nada a ver com automóvel, a não ser o motor do torno. (...) [Assim,] quando eu cheguei na indústria, não era automóvel, mas os conhecimentos de lá, eu coloquei, [eu] passei para outra e foi as mil maravilhas do jeito que eu te contei, foi desse jeito que a coisa aconteceu (sr. José Fernandez, 2006).

Assim, se mostrou pertinente abordar o objeto da pesquisa, a experiência e resistência desses operários, a partir de suas dimensões subjetivas, pois segundo Weil (2001), os homens não sofrem apenas pelos seus corpos atingidos, mas também pela privação de alimentos *“necessários à vida da alma”* (2001: 11). O enraizamento é, nessa perspectiva, a necessidade mais importante e mais desconhecida da alma humana. Deste modo, foi possível apresentar, por meio deste estudo, a luta dos homens entrevistados para recriar o enraizamento, dado o desejo desses migrantes, pela ressocialização no local de destino. Entretanto, foi possível também observar que não foi apenas a migração que lhes impôs a ruptura com um mundo que lhes era familiar. A condição de estranhamento lhes obrigou a conviver com um mundo criado por eles, mas cujas formas lhes eram estranhas.

Há, pois, segundo Weil (2001), uma condição social inteira suspensa ao dinheiro, sobretudo, desde que o salário obriga cada operário a manter a atenção sempre fixa no cálculo do dinheiro. Mas, a investigação acerca da vida cotidiana dos ex-operários entrevistados, mostrou que *“Os trabalhadores precisam (...) que sua[s] vida[s] seja[m] uma poesia”* (Weil, 1996: 462-3). Então, no

caso dessa pesquisa feita junto às quatorze histórias de vida, o cotidiano, como lugar de conflito entre o racional e o irracional, apresentou algumas evidências empíricas quanto a continuidade, no tempo e no espaço, das práticas de resistência à racionalização da vida e ao estranhamento na suas relações com o mundo objetivo.

O “amor pelo passado”, expresso por vários dos entrevistados, não tem nada a ver com uma “orientação política reacionária”. Segundo Weil, como todas as atividades humanas, a “revolução extrai toda a seiva de uma tradição” (2001: 418). Mas, o amor pelo passado no “contexto de aceleração do tempo” constitui-se como uma “percepção global de qualquer coisa desaparecida” (Nora, 1993). Segundo Nora (1993), a sociedade moderna está distante de uma “memória verdadeira, social, intocada”, vive-se, ao contrário, um momento em que o sentimento de continuidade se esfacela, tornando-se residual aos locais. Os deslocamentos constantes, a que obriga a vida moderna e, especialmente na condição de classe trabalhadora, dificultou o enraizamento num dado espaço. Portanto, mediante as necessidades imateriais da vida, é necessário, segundo Weil (1996), perceber nas reivindicações operárias de caráter material, apenas “o sinal de seus sofrimentos”:

Ora, as reivindicações exprimem todas ou quase, o sofrimento pelo desenraizamento. Se querem o controle da contratação e a nacionalização, é porque estão obcecados pelo medo do desenraizamento total, do desemprego. Se querem abolir a propriedade privada, é porque estão fartos de ser admitidos no lugar de trabalho como imigrantes que se deixa entrar de favor (1996: 52).

O desenraizamento é também a ignorância do trabalhador em relação aos produtos do seu trabalho, deste modo, é uma situação-limite do dominado na estrutura capitalista, é efeito do estranhamento. O desenraizamento é uma condição desagregadora da memória, pois a mobilidade extrema impede a sedimentação do passado, levando, em muitos casos, a perda da crônica da família e do indivíduo em seu percurso errante. Para Bosi (1994): “Eis um dos mais cruéis exercícios da opressão econômica sobre o sujeito: a espoliação das lembranças” (1994: 443). Assim, a

necessidade de assegurar uma memória constitui-se uma luta pelo “*deciframento do que somos à luz do que não somos mais*” (Nora, 1993: 20).

Por meio deste trabalho de pesquisa, os entrevistados lembraram as experiências vividas, através das recordações sobre pessoas, objetos, paisagens, barulhos e odores. A vida do grupo se mostrou ligada, deste modo, à morfologia das cidades. Esse relacionamento sinestésico da memória com seus contextos cria vínculos que as mudanças abalam, mas que persistem em nós como uma carência: “*À resistência muda das coisas, à teimosia das pedras, une-se a rebeldia da memória que as repõe em seu lugar antigo*” (Bosi, 1994: 451-2). Deste modo, a curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza e se refugia está ligada ao contexto de desenraizamento da sociedade moderna.

Lefebvre (1991) afirma, a partir de sua preocupação com o cotidiano, que o capitalismo faz uso desse espaço para organizar e direcionar o consumo das pessoas na sociedade contemporânea. A existência, no interior da vida cotidiana, de objetos do passado sobrepondo-se à objetos de consumo tende, segundo esse autor, a ser eliminada. Entretanto, observando as casas dos entrevistados, foi possível perceber ainda essa superposição. Na residência de um dos depoentes, no mesmo espaço se misturavam objetos biográficos – como o coador de café de pano, o piano, o álbum de fotos recobertos pela pátina do tempo,<sup>51</sup> a cadeira de balanço com manta xadrez – com objetos de consumo, tais como um “moderno” aparelho de som com controle remoto, o qual ocupa um lugar de destaque na copa da casa.

---

<sup>51</sup> Termo usado por Lígia Fagundes Telles (1980), no romance “Verão no Aquário”: “*Na última tentativa, feita por minha mãe, para que a cortina fosse lavada ou substituída, tia Graciana resistira com certa energia: ‘Quanto menos a gente mexe, mais elas duram, você sabe como são essas coisas.’ A voz de minha mãe era branda. Mas gélida. ‘Tudo isso está-se despencando sob o peso do pó, Graciana. Não sei mesmo como você ainda consegue respirar aqui dentro.’ Tia Graciana então choramingou, desconsolada: ‘É a patina do tempo, meu bem. Não se esqueça de que antigamente as coisas duravam toda a vida...’*” (1980: 22).



Figura 19: foto do piano do senhor Orlando Aleixo Dias

[foto: Stela Cristina de Godoi, 2006]

Assim, nesse mesmo espaço, diferentes tempos se cruzam, parecendo não haver “(...) um único ponto em que seu habitante não tivesse deixado seus vestígios” (Benjamin, 1994b: 117). Um outro entrevistado, ao rememorar a infância, permitiu perceber que as lembranças estão fortemente vinculadas a objetos de família, os quais, enquanto “lugares de memória” são elos com o passado, mas que são vividos, segundo Nora (1993), “no eterno presente” da memória. Desse modo, Orlando relembra do relógio de parede do avô:

Eu morava no sítio e de vez em quando eu ia pousar na casa dos avós. E eu lembro que tinha aqueles relógios de parede, tinha acho que dois, meu avô gostava dessas coisas. Chegava de madrugada era ‘dom, dom’... Eu lembro até hoje, a gente não esquece não (sr. Orlando, 2005).

Para Bosi (1994), a ordem de um espaço povoado de lembranças é o que nos une e nos separa da sociedade: é um elo familiar com sociedades do passado. O conjunto de objetos que rodeia cada indivíduo, família ou grupo, lhes proporciona um sentimento de assentimento no mundo. Segundo a autora: “Quanto mais voltados ao uso cotidiano, mais expressivos são os objetos (...) São objetos biográficos, pois envelhecem com seu possuidor e se incorporam à sua vida (...) Cada um

dos objetos representa uma experiência vivida” (1994: 441). Deste modo, através da pesquisa de campo, a observação de fragmentos da vida cotidiana privada de alguns entrevistados permitiu compreender esse vínculo, o qual se estabeleceu, por exemplo, por Luiz e Philadelpho com suas oficinas domésticas:

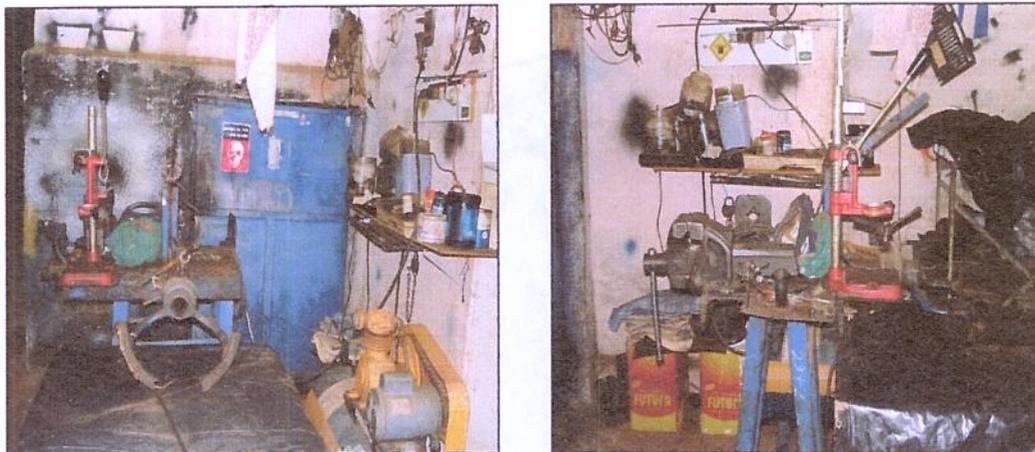


Figura 20: Essas fotos mostram uma parte da oficina de Luiz Walter de Abreu, em duas perspectivas diferentes [foto: Stela Cristina de Godoi, 2006].

As fotos da **Figura 20** mostram uma parte da oficina doméstica do entrevistado, a qual fica nos fundos de sua casa. Essas fotos retratam espaços ocupados, vividos por décadas, dia-a-dia. Philadelpho também descreveu, no momento da entrevista, sua oficina como um espaço no qual se “*encontra de tudo*”, espaço o qual, segundo o depoente, os filhos recorrem “*quando precisam do primeiro parafuso*” em suas casas. A descrição das bancada usadas pelos operários da fábrica de automóveis francesa, narrada por Linhart (1986), é compatível com a imagem acima apresentada. Nas palavras do autor:

O surpreendente é sua banca. Um engenho indefinível, feito de pedaços de ferragens e de hastes, de suportes diversos, (...) Observando-o trabalhar durante algum tempo, compreende-se que todas as aparentes imperfeições da banca têm sua utilidade: por esta fenda, ele pode enfiar um instrumento para escovar uma parte escondida; por este buraco, passará a haste de uma soldagem difícil (...) Essa banca inventada, foi ele mesmo quem fez, modificou, transformou, completou. Agora ela faz parte dele, ele sabe de cor suas possibilidades (Linhart, 1986: 130-1).

A imagem representada na primeira foto mostra uma porta azul, a qual dá acesso ao pequeno porão da casa, onde se encontra uma infinidade de sucatas e ferramentas, dentre elas um torno de uma tonelada, que a foto abaixo retrata:



**Figura 21:** Foto do torno mecânico de Luiz Walter de Abreu, remontado no porão de casa, nunca mais saiu do mesmo lugar, de forma que a oficina cresceu ao seu redor [foto: Stela Cristina de Godoi, 2006].

O entrevistado, após conduzir a entrevista para dentro do espaço de sua oficina, descreveu detalhadamente tal máquina, mostrando que o mesmo torno e a mesma técnica de trabalho, que no ambiente da fábrica oprime o trabalhador e representa uma entidade estranha a ele, que ameaça sua integridade física, no espaço privado é um *“lugar de memória”*:

Ele é montado em dupla correia, aqui é uma borracha, uma correia de borracha (...) Esse [torno] era de uma fábrica de calçado de São Paulo “Urban Herrero e Filler”, esse torno, a marca é Herrero, Herrero em castelhano é ferreiro, mas era uma viúva que tinha o sobrenome Herrero, em São Paulo (...) Então, esse [aqui, hoje é] considerando primitivo. [Mas] esse aqui, já era o tal naquela época, em 54 [quando] foi comprado, prestou inestimados serviços, mas não parava essa máquina!, trabalhou bastante mesmo! (...) Esse torno pesa uma tonelada, mil quilos! (sr. Luiz, 2006).

O relato mostra que o torno foi adquirido a mais de cinqüenta anos por Luiz, integrando-se a sua biografia, de tal forma que se desfazer dele seria abandonar um suporte material de sua

memória. Ou seja, o traço de estranhamento contido no interior do trabalho fabril, não existe em função das características materiais das máquinas, mas da relação social que se estabelece com esses objetos. Portanto, a oficina de trabalho deste consertador constitui-se em um espaço que se presta a diferentes apropriações, diferente do que foi possível observar nas descrições feitas sobre o ambiente das oficinas localizadas dentro das indústrias, nas quais os “biscates” afrontavam a propriedade privada.

Essa oficina, construída junto à casa, e ao redor deste torno, constitui um “*lugar de memória*”, nos três sentidos descritos por Nora: “*material, simbólico e funcional*” (1993: 22). Do ponto de vista do entrevistado, esse espaço possui um valor material e funcional, na medida em que permitiu, ao longo desses anos de uso, a obtenção de recursos monetários para a manutenção da vida da família. A oficina é materialmente um “*lugar de memória*”, por seu “*conteúdo demográfico*” [e] *funcional, por hipótese, pois garante, ao mesmo tempo, a cristalização da lembrança e sua transmissão*” (Nora, 1993: 22). A oficina doméstica observada no trabalho empírico, constitui-se “*lugar de memória*” também por sua representação simbólica, na medida em que tem a propriedade de caracterizar a experiência de um grupo, a partir de acontecimentos vividos por um número pequeno de pessoas. Essas três características coexistem de tal forma na composição da representação dessa oficina para o seu proprietário, que lhe parece “impossível” aceitar a proposta de se mudar da casa em que vive há mais de meio século, conforme tem sugerido o seu vizinho – proprietário da fábrica de barbantes.

Através da análise das histórias de vida dos trabalhadores ouvidos na pesquisa, foi possível perceber os sujeitos interferindo ativamente na criação de “*lugares de memória*”, enquanto espaços de resistência contra a “*desefetivação*” da vida fora do trabalho (cf. Antunes, 1999). Assim, a prática literária, desenvolvida por dois entrevistados deste estudo, mostra uma busca por encontrar um outro sentido para a vida fora do trabalho estranhado. As histórias reproduzidas no papel por esses

sujeitos tornam-se, simbolicamente, “lugares de memória” na medida em que seu significado mais relevante não se encontra no estilo literário, ou na perícia com as palavras, mas na capacidade de congregiar experiências vividas no mundo objetivo e subjetivo. Um desses poetas/operários declarou que muitas vezes escreve poesias que não mostra para ninguém, pois apenas interessam a ele.

Portanto, a despeito do movimento descrito por Lefebvre (1991) de transformação da “poesia do mundo em prosa”, da racionalização do trabalho e da tecnicidade do mundo moderno, não conseguiram “expulsar”, para tão longe, a “poesia da vida”. Nas duas poesias que serão analisadas abaixo, é possível perceber que ambos os textos constituem “lugares de memória”, na medida em que os enredos escolhidos pelos autores, expressam, de acordo com o estudo de Nora (1993), “lugares mistos, híbridos e mutantes, intimamente enlaçados de vida e de morte, de tempo e de eternidade; numa espiral do coletivo e do individual, do prosaico e do sagrado, do imóvel e do móvel” (1993: 22).

Deste modo, se a razão de ser de um “lugar de memória” é, segundo Nora, “parar o tempo, bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas, materializar o imaterial” (1993: 22), assim, esses poetas/operários recriam o passado à luz do presente. O passado ao qual estes operários/poetas recorrem em seus versos remetem às lembranças de infância, tratam-se de recordações de um mundo rural, idealizado em decorrência da ruptura migratória. José nasceu em Garanhuns e viu seu mundo crescer a partir da casa de sua mãe e de seu pai, a qual teve de ser abandonada após a morte materna, que veio a tornar a sua condição de vida em Pernambuco inabitável. José relembra com nostalgia essa fase da vida:

(...) de uma certa forma, você ser criado na natureza é a maior glória, criado junto à natureza, apesar dos sacrifícios enormes. Você conhecia tudo, você via pássaro, água, tudo. (...) Nunca matei um passarinho, eu [os] via, achava bonito e preservava. [Eu gostava de ver] o desenvolvimento, achava bonito desenvolver, nascer o passarinho e [ver crescer]. Pegava fruta [no pé] lá nesse sítio que a gente tinha (...). E vim para uma cidade, foi um impacto no teu modo de vida. Impacto psicológico (sr. José D. C., 2006).

O relato acima se refere às lembranças deste migrante sobre a casa materna, onde viveu sua infância. O sentimento de abandono sofrido pelo falecimento de sua mãe, associado ao desenraizamento gerado pela migração para São Paulo, tornou a casa materna um importante marco de sua memória. Acerca destas lembranças, o estudo de Bosi (1994), permite perceber a importância da casa materna para a construção da relação dos sujeitos com o mundo ao seu redor:

A casa materna é uma presença constante nas autobiografias. Nem sempre é a primeira casa que se conheceu, mas é aquela em que vivemos os momentos mais importantes da infância (...) A criança muito pequena pode ignorar que seu lar pertence a um mundo mais vasto. O espaço que ela vivencia [é] habitado por influências mágicas. Tudo é tão penetrado de afetos (...) [de tal forma] que mudar é perder uma parte de si mesmo; é deixar para trás lembranças que precisam desse ambiente para reviver. A mudança pode ter um caráter de ruptura e abandono” (1994: 436).

Assim, é possível perceber o caráter simbólico da crônica escrita por José, por meio da qual ele cria um outro espaço para habitar as suas lembranças, já que o espaço e o tempo no qual suas vivências aconteceram foram deixadas definitivamente para trás, na ocasião da migração. A crônica intitulada “*Auto-retrato*” (vide anexo 8) permite, deste modo, observar os elementos simbólicos envolvidos na experiência migratória e no re-enraizamento. Essa tecelagem de palavras representa um “*lugar de memória*” criado por esse sujeito, sob condições determinadas.

A crônica descreve um episódio, supostamente vivido pelo narrador, num “*passeio matinal na vila de Paranapiacaba, em Santo André*”. Nesta ocasião o narrador da crônica diz ter observado a formação de um retrato nos contornos da densa neblina, a qual, segundo José, é realmente uma característica daquele local. O narrador afirma que a figura que se formava naquelas nuvens tinha “*uma nitidez indescritível*”, lhe despertando o desejo de registrá-la em uma “*tela física, mas acabou ficando registrado unicamente na metafísica*”. Buscando desenhar esse retrato no plano simbólico, o narrador afirma fazer uso de “*toda a escala cromática conhecida. A suavidade das cores com o*

*acompanhamento musical dos pássaros na floresta ficou registrada como um belíssimo grito de liberdade”.*

Na ocasião da entrevista com José, momento no qual a pesquisa tomou conhecimento sobre sua história de vida e suas poesias, esse migrante-operário-poeta afirmou que muitas pessoas, que lêem a crônica *“Auto-retrato”*, lhe perguntam se de fato aconteceu esse episódio mágico que o narrador da crônica descreve. José responde que se trata de uma *“criação de sua cabeça”*. Contudo, olhando a migração pelas lentes do simbólico, bem como observando a dimensão subjetiva da condição operária, o retrato *“metafísico”* construído pelo narrador do episódio ocorrido na vila de Paranapiacaba, agrega experiências vividas no presente, com suas lembranças do passado rural, abandonado depois da migração para Santo André. Assim, ao mesmo tempo em que o episódio é fictício, os elementos objetivos e subjetivos que o compõem são reais.

A construção de imagens feita por José neste texto une, à sua experiência de vida na Vila ferroviária de Paranapiacaba, imagens adornadas com cores e sons de pássaros, as quais representam uma imagem idealizada de seu local de origem. Assim, da mesma forma como Martins (2004) afirmou, que na música sertaneja, a sociedade de origem é que organiza o canto do homem caipira, também é possível observar a mesma tendência no caso das produções literárias dos entrevistados. Segundo Lefebvre (1991), a imagem, a imaginação e o imaginário parecem mergulhar no fluxo temporal e prolongá-lo; a essência do imaginário situa-se, para esse autor, na evocação, na ressurreição do passado.

Outro texto, agora escrito por João, permite perceber a mesma influência observada acima, ou seja, a sociedade de origem norteando o exercício literário desse migrante-operário. No texto intitulado *“Saudação à primavera”* (vide anexo 9), o autor se propõe a homenagear essa estação. Retirando um trecho desta crônica, é possível observar que o texto descreve a temporalidade

cíclica da natureza: “O valor da flor não é somente a sua beleza visual. Fruto nenhum pode nascer antes da flor. A flor é o primeiro sinal de que vai nascer um fruto”.

A análise da história de vida desse entrevistado permite observar que o enredo privilegiado, mostra a importância das experiências ocorridas na infância vivida na zona rural, para a construção da integridade entre o passado e o presente vividos. Essa crônica, como um “*lugar de memória*”, permite observar o esforço empreendido por esse operário no sentido de satisfazer uma necessidade que, como resposta ao estranhamento, se enquadra dentro daquilo que foi definido por Weil como “*necessidade da alma*”.

Resistindo à racionalização promovida pela modernização, essa tecelagem de palavras e experiências satisfaz a necessidade de que ainda haja poesia na condição de vida de um ex-operário. O relato de João mostrou que suas lembranças infantis estão marcadas pela breve vivência junto a seu amigo Rogato, um antigo morador da localidade na qual João vivera a magia da experiência, relembra atualmente com nostalgia. O “*memorável Rogato*”, se ontem fora um narrador naquela pequena comunidade, hoje, tornou-se o suporte material da memória coletiva constitutiva deste sujeito:

Então, nós morávamos num lugar que tinha aproximadamente cinco casas. Nessas cinco casas tinha cinco crianças, quatro meninos e uma menina. E, nós não tínhamos escola, então nós fabricávamos nossos próprios brinquedos. Fazíamos carro de boi, caminhãozinho... E, tinha um negro, já bem ancião, que nos apreciava. Um dia ele se ofereceu para contar histórias... Então ele organizou a gente para brincar o dia inteiro, no fim da tarde tomar banho e, depois do banho, ouvir as histórias dele. (...) Eu não sou religioso, mas eu chego a pensar que a alma do Rogato me inspirou muito. [Eu convivi com ele, apenas] um ano, mas [me] marcou muito, e como marcou! Ele não era contador de história só para a infância não. À noite, quase toda noite, ficava [cheio] de adultos rodeando ele (sr. João, 2006).

Segundo Benjamin (1997d), a criança acorda de seus sonhos no “*reino das imagens incolores*”. Tão logo João, bem como todos os demais depoentes, chegam no universo “*cinzento da fábrica*”, descrito por Linhart (1986), a sensação narrada é a de um sentimento de ruptura. Depois de

viverem o rito de passagem para a vida adulta, marcado pela migração e pelo ingresso no mundo do trabalho urbano-industrial, as crianças desta história tornaram-se homens. Hoje, através de suas criações, “*no reino das imagens coloridas*”, esses homens criam registros mnemônicos – simbólicos e materiais – acerca das lembranças sobre uma sociedade que fora um dia a sociedade da certeza, da ordem, dos valores firmes, das lealdades (cf. Martins, 2004).

Essas criações literárias são a materialização de uma experiência que se tornou imaterial, que se tornou lembrança, uma “*memória vivida no eterno presente*”. Assim, tal como a música sertaneja, essas criações são “*lugares de memória*”, híbridos, que representam uma resistência ao estranhamento (cf. Nora, 1993). O processo de criação desses “*lugares de memória*” apresentados pela pesquisa empírica se expressa como resistência ao estranhamento no mundo urbano-industrial, pois as oficinas e as produções literárias são espaços voltados para o desenvolvimento de um trabalho baseado na produção de valores-de-uso, e não mais para a produção de mercadorias. Foi possível trazer à luz do conhecimento uma necessidade de transpor a condição de estranhamento durante e após o tempo da fábrica.

As narrativas analisadas, bem como a vivência dos espaços domésticos junto aos ex-operários entrevistados, possibilitaram atentar para a existência das práticas de resistência que transcendem a esfera de militância política, produzida por meio dos sindicatos e partidos. A abordagem sugerida nesse estudo buscou conduzir, por um lado, a uma outra reflexão sobre o trabalho, para além de sua dimensão exclusivamente objetiva, e, por outro lado, para uma outra dimensão da resistência cotidiana, para além de sua dimensão demográfica e apolítica. Assim, ao mesmo tempo em que foi possível observar padrões reprodutivos da ordem dominante, nas experiências vividas por esses sujeitos, observou-se também que os biscates, as oficinas domésticas e as produções literárias revelam a dimensão conflitiva da hegemonia nacional-desenvolvimentista do período de 1954 a 1964.

## ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Marx (2000), refletindo sobre a sociedade capitalista, o estranhamento se caracteriza pela apropriação dos objetos produzidos pelo trabalho humano, se caracteriza pelo trabalho representar a esses homens uma atividade alheia, imposta, que não lhe fornece satisfação em si mesma. Os homens se reconhecem através dos produtos de seu trabalho. A condição de espécie humana é garantida pela possibilidade dos homens se duplicarem através da objetivação. Deste modo, os objetos do trabalho são a objetivação da vida da espécie humana e, a apropriação dos produtos do trabalho coletivo da classe trabalhadora, pelos capitalistas, abala a percepção dos homens como sujeitos da mesma espécie. Ademais, o estranhamento abala também a relação dos homens com sua própria condição humana, na medida em que a vantagem conseguida em relação aos outros animais, de estar “independente” de seu “*corpo inorgânico*”, torna-se, nesse sistema de exploração da força de trabalho, em desvantagem. Os homens não se reconhecem nos outros homens a não ser enquanto mercadorias, enquanto máquinas de trabalho (cf. Marx, 2000).

Há uma penetração da condição de estranhamento na vida social de todos os sujeitos históricos, que vivem o modo de produção capitalista, contudo faz parte da ontologia<sup>52</sup> do ser social recriar a vida através das possibilidades abertas pelo trabalho humano. Por meio do processo de trabalho, os sujeitos previamente arquitetam meio de satisfazer as necessidades humanas, inaugurando dialeticamente uma nova condição social que, por sua vez, impele a invenção de novos

---

<sup>52</sup> Esse termo foi tomado de empréstimo de Lukács (1978), o qual buscou “*iluminar o edifício conceptual de uma nova ontologia*” (1978: 1), a ontologia histórico-materialista presente na obra de Karl Marx como “*elemento filosoficamente resolutivo*” em relação ao “*idealismo lógico-ontológico de Hegel*”. Para essa ontologia materialista o ser em seu conjunto é visto como um processo histórico e as categorias de análises são “*formas de existir, determinações de existência*” do ser social. Assim, o trabalho estranhado/alienado constitui-se como uma determinação de existência que incide, neste momento histórico, sobre todas as relações sociais criadas por meio do trabalho humano. Entretanto, o processo de desenvolvimento da humanidade, ainda que sob condições objetivas dadas, está aberto, na medida em que o “*aperfeiçoamento do trabalho é uma de suas características ontológicas*”. Segundo Lukács: “*(...) o homem é um ser que dá respostas. Expressa-se aqui a unidade – contida de modo contraditoriamente indissolúvel no ser social – entre liberdade e necessidade (...) Uma unidade que se reproduz continuamente sob formas sempre novas, cada vez mais complexas e mediatizadas, em todos os níveis sócio-pessoais da atividade humana*” (1978: 14).

meios. Assim, mediante as condições objetivas determinadas pelo estranhamento, os homens interferem nos rumos da história da humanidade, através da experiência, que permite um tratamento cultural e subjetivo para a realidade objetiva apresentada.

Portanto, este estudo buscou compreender, a partir da reconstrução da memória coletiva, as experiências e as resistências de ex-operários, que migraram das zonas rurais do Brasil para venderem sua força de trabalho no parque produtivo paulista, no ramo metalúrgico de meados do século XX. O período que vai de 1954 a 1964, representou para a história do desenvolvimento nacional no Brasil, um momento de otimismo, fundado na suposta possibilidade histórica de superação da condição de subdesenvolvimento. Nesse contexto, as forças de Estado implementaram um caminho de modernização econômica e social que se constituiu em rápida industrialização e urbanização do Sudeste brasileiro e, no abandono da iniciativa pública nas outras regiões do país, já que essas deveriam abastecer o “centro” da modernização, com a força de trabalho e a demanda necessária para a “queima de etapas da indústria”.

Ao longo da exposição dessa pesquisa, buscou-se apresentar algumas evidências sobre as práticas sociais que contêm traços de resistência ao estranhamento, do referido grupo de ex-metalúrgicos. Na ocasião da formulação do projeto desta pesquisa, a investigação prévia de algumas fontes primárias – dentre elas os discursos presidenciais e algumas reportagens vinculadas pela imprensa oficial do período –, permitiu a construção da hipótese de que, ainda que mergulhados no processo de produção da mercadoria símbolo da modernidade brasileira – o automóvel –, os trabalhadores de chão-de-fábrica de diversas empresas multinacionais recorreram a formas de resistir à submissão total, frente ao padrão de produção fordista/taylorista, cujo engenho é movido pelo trabalho estranhado/alienado e pela produção de “apetites imaginários”.

Nesse tempo de modernização, o desenvolvimento nacional deveria ser racionalmente concebido. Assim, a ideologia do desenvolvimento embora não tenha sido uma exclusividade deste

período histórico, nesse contexto, a teorização sobre o desenvolvimento alcançou sua plena vigência sob os auspícios do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros). Assim, a ideologia que ali se forjava, pretendia construir uma justificativa para que as diferentes classes sociais aceitassem seu papel no processo de desenvolvimento urbano-industrial, selando um pacto social, pela unidade dos valores e interesses materiais. Contudo, esse consenso não foi aceito passivamente pela classe trabalhadora, mas negociado, ao menos até a instalação da ditadura militar em 1964. Partindo da hipótese de que a hegemonia compreende também resistência, buscou-se compreender a elaboração de diferentes recusas cotidianas criadas pelos migrantes rurais entrevistados, para resistirem à condição de “máquinas” de trabalho, imposta pelo sistema de produção fordista/taylorista e pela modernização de meados do século XX.

Reconstruindo a história através de fragmentos de memória, foi possível perceber que a experiência de trabalho na produção industrial de mercadorias esteve marcada pela relação conflituosa entre: as práticas sociais reprodutivas e as recusas cotidianas às ideologias associadas à modernidade e ao estranhamento. As memórias sobre o tempo de trabalho, estiveram permeadas por representações negativas do trabalho (sofrimento, anulação e medo), contudo essa condição social frente ao trabalho estranhado, permitiu a emergência de formas de resistência. Portanto, as narrativas coletadas registraram testemunhos da exploração de classe e da segregação étnica/regional do coletivo operário, bem como da tentativa dos trabalhadores de re-significarem suas relações com o trabalho metalúrgico, sobretudo entre os “operários das bancadas”.

Portanto, este estudo buscou mostrar que a reprodução dos valores dominantes – proclamados pela bandeira nacional-desenvolvimentista: da ordem, progresso e soberania – ocorreu, sobretudo, no plano retórico. Conforme desnudou a observação participante da pesquisa, nos espaços privados da vida cotidiana dos entrevistados, pequenas práticas revelaram a rebeldia

presente na tradição, popular rural no caso dos sujeitos dessa história, construindo uma modernidade autêntica, tal qual mencionada pelo estudo de Martins (2000).

Essa autenticidade se expressou no aproveitamento das sucatas, dejetos do consumismo voraz, ou seja, nos vasos de latões espalhados pelos cantos da casa do senhor Orlando; no sincretismo musical que, incorporando a música erudita não renunciou à moda de viola, saudosamente apreciadas pelo senhor Jayme. Também as amizades de José Fernandez, que “*nasciam através de pescaria*”, bem como, o valor atribuído pelo senhor Luiz a uma comida simples,<sup>53</sup> expressaram a autenticidade de uma modernidade inacabada, a partir da interferência ativa desses sujeitos históricos.

A sociabilidade que se dá através das associações de bairro, como no caso do senhor João Chile (vide anexo 10), das igrejas e vizinhanças, mostra uma resistência à imposição de padrões culturais dominantes (cf. Ayala & Ayala, 2003). A modernidade se apresenta, assim, como a máscara para ser vista. No entanto, segundo Martins (2000), essa forma de dissimulação indicou que a sociedade brasileira não inviabilizou completamente os valores tradicionais e discrepantes. Apenas indicou que o cenário principal da visibilidade social deve ser ocupado pela teatralização do moderno, do racional, mas, sobretudo do dominante. Nesse sentido, a pesquisa se defrontou com um cotidiano politizado. A análise da experiência de vida de um restrito grupo de entrevistados, permitiu a reconstrução de três práticas sociais de resistência, presentes nesse coletivo de ex-metalúrgicos: os biscates, as oficinas domésticas e as produções literárias. Em meio a um contexto de modernização das relações sociais, essas práticas constituíram-se enquanto formas de resistir ao estranhamento presente nesta condição social subordinada.

---

<sup>53</sup> Segundo esse entrevistado: “*quem não gosta de uma loucura de arroz e feijão e uma abobrinha, meu Deus do Céu, é um banquete o que nós temos*” (sr. Luís W. Abreu, 2006).

O estudo de Dejours (2000), sobre a psicodinâmica do trabalho, mostrou que a forma de atuação combativa apontada pelo sindicalismo, não deu conta de expressar todas as necessidades dos trabalhadores sob aquelas condições. Conforme apontou a discussão presente nos estudos de Simone Weil, apresentados neste trabalho de pesquisa, as reivindicações operárias presentes na luta sindical devem ser apenas um “*signal de seu sofrimento*”. Deste modo, a análise das pequenas recusas e enfrentamentos cotidianos narrados por alguns operários ao longo deste estudo, buscou atentar para a existência de uma outra dimensão do trabalho, levando-se em consideração a perspectiva subjetiva, simbólica e ontológica dessa atividade.

Assim, buscando a produção de um conhecimento que contribua para a superação desse modelo histórico de produção e reprodução da vida humana, a constatação de fissuras na hegemonia da racionalização e do estranhamento no mundo do trabalho nacional-desenvolvimentista, apontados pela reconstrução das memórias dos entrevistados, permitem a afirmação de que é necessário vislumbrar uma sociedade em que trabalho e vida não sejam matérias excludentes, uma sociedade em que trabalho não seja sinônimo de servidão e anulação.<sup>54</sup>

---

<sup>54</sup> Segundo Antunes (1999), a luta deve progredir a um novo patamar. No sistema global do capital, a vida fora do trabalho se reproduz “*desefetivada*” porque se realiza na esfera do consumo, sendo imprescindível que para a “*desfetichização*” da sociedade do consumo, se “*desfetichize*” o modo de produção das coisas.

**BIBLIOGRAFIA**

- ABREU, Eide S. A. (2004). O reparo de objetos no tempo do descartável: resistência e preservação. Maringá: Eduem.
- ALMEIDA, Ana M. Chiarotti de (1981). Participação social dos operários de origem rural em área urbana. Londrina: Pr. Curitiba, GRAFIPAR.
- ALMEIDA, Lúcio Flávio de (2006). Uma ilusão de desenvolvimento. Nacionalismo e dominação burguesa nos anos JK. Florianópolis: Ed. Da UFSC.
- ANTUNES, Ricardo (1982). Classe operária, sindicatos e partidos no Brasil: um estudo sobre a consciência de classe, da Revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora. São Paulo: Cortez & Ensaio.
- ANTUNES, Ricardo (1999). Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo.
- ANTUNES, Ricardo (org) (2004). A Dialética do trabalho. São Paulo: Expressão Popular.
- AYALA, Marcos & AYALA, Maria I. N. (2003). Cultura popular no Brasil: Perspectiva de análise. São Paulo: Abril.
- BENJAMIN, Walter (1994a). "Experiência e pobreza". In: Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense (Obras escolhidas, v. 1), p. 114-119.
- BENJAMIN, Walter (1994b). "O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov" . In: Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense (Obras escolhidas, v. 1), p.197-221.
- BENJAMIN, Walter (1994c). "Sobre o conceito de História". In: Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense (Obras escolhidas, v. 1), p. 222-234.

- BENJAMIN, Walter (1994d). "Livros infantis antigos e esquecidos". In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense (Obras escolhidas, v. 1), p. 235-243.
- BENEVIDES, Maria V. M. (1979). *O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- BOSI, Ecléa (1999). *Cultura e desenraizamento*. In: *Cultura brasileira: Temas e situações*. BOSI, Alfredo. (org.) Ática: São Paulo, p.16-41.
- BOSI, Ecléa (1994). *Memória e sociedade; lembranças de velhos*, 3ª edição, SP: Companhia das Letras.
- CARDOSO, Miriam Limoeiro (1978). *Ideologia do desenvolvimento. Brasil: JK a JQ*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- CASTRO, Sandra (1980). "Apogeu e crise do populismo – (1945-1964)". In: Löwy, Michael (et al.). *Introdução a uma história do Movimento Operário Brasileiro no Século XX*. Belo Horizonte: Vega.
- CERTEAU, Michel (1994). *A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- CHAUÍ, Marilena (1994b). *O que é ideologia*. São Paulo: Brasiliense.
- DEJOURS, Christophe (2000). *A banalização da injustiça social*. Rio de Janeiro: Ed. FGV.
- DEVISATE, Antônio (org.) (1959). *Problemas Psicológicos da industrialização*. São Paulo: Coleção "Fórum Roberto Simonsen", vol. XII.
- FERREIRA, Jorge (2001). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- FORTES, Alexandre (org.) (2004). *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas/SP: Editora da Unicamp.

- FONTES, Paulo R. R. (2002). *Comunidade Operária, migração nordestina e lutas sociais: São Miguel Paulista (1945-1966)*. Tese de doutorado. Departamento de História do IFCH-Unicamp.
- FONTES, Paulo R. R. (2004). "Migração Nordestina e experiências operárias: São Miguel Paulista nos anos 1950". In: BATALHA, Cláudio M. et al (orgs). *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Ed. Unicamp.
- FONTES, Paulo R. R. (2003). *Trabalhadores da Nitro Química: a fábrica e as lutas operárias nos anos 50*. Dissertação de mestrado. Departamento de História do IFCH-Unicamp.
- FÜCHTNER, Hans. (1980) *Os sindicatos brasileiros: organização e função política*. Rio de Janeiro: Graal.
- IANNI, Octávio (1971). *Estado e planejamento econômico no Brasil: 1930-70*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira (Retratos do Brasil, 83).
- IANNI, Octávio (1992). *A idéia de Brasil Moderno*. São Paulo: Brasiliense.
- HOBBSAWM, Eric J. (2000a). "Qual é o país dos trabalhadores?", p. 79-97. In: *Mundos do trabalho. Novos estudos sobre História Operária*. São Paulo: Paz e Terra.
- HOBBSAWM, Eric J. (2000b). "O fazer-se da classe operária, 1870-1914", p. 279-304. In: *Mundos do trabalho. Novos estudos sobre História Operária*. São Paulo: Paz e Terra.
- HOBBSAWM, Eric J. (2000c). "A transformação dos rituais do operariado", p. 99-122. In: *Mundos do trabalho. Novos estudos sobre História Operária*. São Paulo: Paz e Terra.
- JAMES, Daniel (2004). "Contos narrados nas fronteiras. A história de Doña Maria, história oral e questões de gênero" In: BATALHA, Cláudio M. (et al) (orgs). *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Ed. Unicamp.
- JANOTTI, Maria de L. M. (1998) *O imaginário sobre Getúlio Vargas*. *Revista de História Oral*. São Paulo: N.1, p.91-119.

- KOSMINSKY, Ethel Volfzon (org) (1999). *Agruras e prazeres de uma pesquisadora: ensaios sobre a sociologia de Maria Isaura Pereira de Queiroz*. Marília: Unesp-Marília-Publicações; São Paulo: Fapesp.
- LEFEBVRE, Henri (1991). *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática.
- LINHART, Robert (1986). *Greve na fábrica (L' Établi)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- LOPES, José Sérgio Leite (coord.) (1987). *Cultura & Identidade Operária. Aspectos da cultura da classe trabalhadora*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, Marco Zero e PROED.
- LÖWY, Michael (2005). *Walter Benjamin: Aviso de incêndio: uma leitura das teses "Sobre o conceito de história"*. São Paulo: Boitempo, 160p.
- LUKÁCS, Georg (1978). "As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem". São Paulo: Coleção Temas de Ciências Humanas, vol. 4, p. 1-18.
- MARINI, Rui M. (2000). "A dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil". In: MARINI, Rui M. *Dialética da dependência*. Petrópolis: Vozes.
- MARTINS, José de Souza (2000). *A sociabilidade do homem simples*. São Paulo: Hucitec.
- MARTINS, José de Souza (2004). *O migrante brasileiro na São Paulo estrangeira*. In: PORTA, Paula (org.). *História da cidade de São Paulo, v. 3: a cidade na primeira metade do século XX*. São Paulo: Paz e Terra.
- MARTINS, José de Souza (2006). "Do 'paraíso Volks' ao trabalho no limiar do inferno". São Paulo: *Jornal: O Estado de São Paulo*, 27 de agosto de 2006, p. J5.
- MARX, Karl (1985). "Para a Crítica da Economia Política". In: *Manuscritos Econômicos e Filosóficos e outros textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural.
- MARX, Karl (2004). *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo.
- MÉSZÁROS, István (2006). *A teoria da alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo.

- MICELI, Paulo Celso (1984). *Era uma vez Sertãozinho... Certas histórias de uma história que é do trabalho: pessoas, fatos e feitos*. São Paulo: Nobel.
- MINTZ, Sidney W. (1984). *Encontrando Taso, me descobrindo*. Rio de Janeiro: Revista Dados, Vol.27, nº1, p. 45-58.
- NEGRO, Antônio. L. (2004a). *Linhas de Montagem: o industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores, 1945/1978*. São Paulo: Boitempo.
- NEGRO, Antônio. L. (2004b). "Zé Brasil foi ser peão. Sobre a dignidade do trabalhador não qualificado na fábrica automobilística". In: BATALHA, Cláudio M. et al (orgs). *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Ed. Unicamp.
- NEGRO, Antônio. L. (2005). *Quem agüenta esses baianos? Desfazendo preconceitos sobre a história do Brasil: trabalho, migrações e lutas sindicais*. São Paulo: HISTÓRICA (Revista eletrônica do Estado de São Paulo), nº 5. [<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.Br/matérias/anteriores/edicao05/materia02/>]
- NORA, Pierre (1993). *Entre Memória e História: A problemática dos lugares*. Projeto História, São Paulo. nº10, p.7-28.
- OLIVEIRA, Francisco (1989). *A economia da dependência imperfeita*. 5ed. Rio de Janeiro: Graal.
- PACHECO, Jayme L. (2005). *Elos refeitos. Aposentados contam e refazem suas trajetórias de vida*. Campinas-SP: CMU/Ed.Setembro.
- PAOLI, Maria Célia (1987). "Os trabalhadores urbanos na fala dos outros. Tempo, espaço e classe na história operária brasileira". In: LOPES, José Sérgio Leite (coord.) (1987). *Cultura & Identidade Operária. Aspectos da cultura da classe trabalhadora*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, Marco Zero e PROED.
- POLLAK, Michel (1989n/3). *Memória, Esquecimento e silêncio*. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, no 3, vol.2.

- POLLAK, Michel (1989). *Memória e identidade social*. (conferência transcrita).
- QUEIROZ, Maria I. P. (1988). "Relatos Oraís: do 'indizível' ao 'dizível'". In: SIMSON, O. M. Von. *Experimentos com histórias de vida*. (Italo-Brasil). São Paulo: Vértice.
- RANIERI, Jesus (2004). "Apresentação" In: MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo.
- RIBEIRO, Darcy (1995). *O povo brasileiro: evolução e sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- RODRIGUES, Leôncio M. (1966). *Conflito industrial e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Difusão européia do livro, *Corpo e Alma do Brasil*.
- SADER, Eder (1988). *Quando novos personagens entram em cena: experiência, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-80)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- SAVAGE, Mike (2004). "Classe e história do trabalho" In: BATALHA, Cláudio M. (et al). *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Ed. Unicamp.
- SILVA, Fernando Teixeira da e COSTA, Hélio (2001). "Trabalhadores urbanos e populismo: um balanço dos estudos recentes". In: FERREIRA, Jorge. *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- SILVA, Fernando Teixeira (1999). "Direitos, Política e Trabalho no Porto de Santos" In: FORTES, Alexandre (et al). *Na luta por direitos. Estudos recentes em História Social do Trabalho*. Campinas/SP: Editora da Unicamp.
- SILVA, Maria Ap. de Moraes (1981). "Fiandeiras, Tecelãs, Oleiras... Redesenhando as grotas e veredas" In: *Cultura e trabalho. Projeto História. Revista do Programa de Estudos em História e do departamento de história da PUC SP*, no 16.
- SILVA, Maria Ap. de Moraes (2004). *A luta pela terra: experiência e memória*. São Paulo: Unesp, (Coleção Paradidático).

- Silva, Maria Ap. de Moraes (2005). "Contribuições metodológica para a análise das migrações" In: Demartini, Zeila de B. F. (org). Estudos migratórios: perspectivas metodológicas. São Carlos: EdUFSCar, 221 p.
- SKIDMORE, Thomas (1978). Brasil: de Getúlio à Castelo. 4ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p.110-230.
- SODRÉ, Nelson W. (1975). Brasil: radiografia de um modelo. Rio de Janeiro: Vozes.
- TELLES, Lígya Fagundes (1980). Verão no Aquário. Rio de Janeiro: José Olympio.
- THOMPSON, Edward P. (1987). "Prefácio. Agosto de 1963" In: A formação da classe operária inglesa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, vol.1.
- THOMPSON, Edward P. (1981). A miséria da teoria: um planetário de erros. Rio de Janeiro: Zahar editores.
- THOMPSON, Edward P. (1998). Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras.
- TOLEDO, Caio Navarro de. (1997). ISEB: fábrica de ideologias. Campinas: Edunicamp.
- VILANOVA, Mercedes (2003). "Rememoración em la historia." In: Historia, Antropologia y Fuentes Orales. No especial memória rerum. Barcelona, no 30, pág. 23 a 40.
- WEIL, Simone (1996). A classe operária e outros estudos sobre a opressão. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- WEIL, Simone (2001). O Enraizamento. Bauru: EDUSC.
- WISNIK, José Leite (1999). "Algumas questões de música e política no Brasil. In: BOSI, Alfredo (org.). Cultura brasileira: Temas e situações. Ática: São Paulo, p.16-41.

#### **OUTRAS FONTES:**

- 100 Anos de República: um retrato ilustrado da história do Brasil. São Paulo: Nova Cultural, 1989, v. VI.

- Indústria Automobilística brasileira: sua contribuição para o desenvolvimento nacional. São Paulo: Sindicato da indústria de tratores, caminhões, automóveis e veículos similares no Estado de São Paulo, (s/d).
- Anuário Estatístico do Brasil. IBGE – Conselho Nacional de Estatística: 1961.
- Site do IBGE-Cidades.
- Discursos – 1956. Juscelino Kubitschek de Oliveira. Rio de Janeiro: 1958
- Discursos – 1958. Juscelino Kubitschek de Oliveira. Rio de Janeiro: 1959
- Entrevistas na íntegra do Museu da Pessoa e Museu de Santo André, em 1996 e 2000, respectivamente.
- Entrevistas gravadas em 2005 e 2006
- Entrevista de Joaquim dos Santos Andrade colhida pelo Centro de Memória Sindical, de 1991
- Entrevista de Manoel Araújo Filho colhida pelo Museu de Santo André e publicada no livro “De todos os Lugares, Histórias de Migrantes”, em 2000.

## ÍNDICE DE FIGURAS

<b>Tabela 1</b>	—————	p. 22
<b>Figura 1</b>	—————	p. 25
<b>Figura 2</b>	—————	p. 27
<b>Figura 3</b>	—————	p. 30
<b>Figura 4</b>	—————	p. 33
<b>Figura 5</b>	—————	p. 35
<b>Figura 6</b>	—————	p. 38
<b>Figura 7</b>	—————	p. 41
<b>Figura 8</b>	—————	p. 43
<b>Figura 9</b>	—————	p. 45
<b>Figura 10</b>	—————	p. 48
<b>Figura 11</b>	—————	p. 50
<b>Figura 12</b>	—————	p. 52
<b>Figura 13</b>	—————	p. 54
<b>Figura 14</b>	—————	p. 72
<b>Figura 15</b>	—————	p. 73
<b>Figura 16</b>	—————	p. 132
<b>Figura 17</b>	—————	p. 157
<b>Figura 18</b>	—————	p. 158
<b>Figura 19</b>	—————	p. 164
<b>Figura 20</b>	—————	p. 165
<b>Figura 21</b>	—————	p. 166
<b>Figura 22</b>	—————	p. 189
<b>Figura 23</b>	—————	p. 189
<b>Figura 24</b>	—————	p. 189
<b>Figura 25</b>	—————	p. 190
<b>Figura 26</b>	—————	p. 191
<b>Figura 27</b>	—————	p. 192
<b>Figura 28</b>	—————	p. 193
<b>Figura 29</b>	—————	p. 193
<b>Figura 30</b>	—————	p. 194
<b>Figura 31</b>	—————	p. 194
<b>Figura 32</b>	—————	p. 195
<b>Figura 33</b>	—————	p. 196
<b>Figura 34</b>	—————	p. 197

**CADERNO DE ANEXOS**

## ANEXO 1

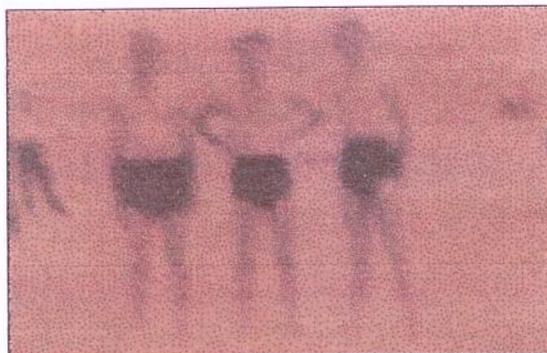
### Roteiro de Entrevista

- 1- Podemos começar com seu nome completo, data e local de nascimento.
- 2- Qual o nome de seus pais? Onde nasceram?
- 3- Então, qual a origem de sua família materna e paterna?
- 4- Qual o nome de seus avós. Onde nasceram? Fale um pouco do que se lembrar a respeito deles.
- 5- Quais são suas lembranças sobre o momento de criação de você e seus irmãos?  
Dificuldades, apreendizados...
- 6- Qual lição de vida carrega com você desse período?
- 7- Quando migrou para São Paulo? O que motivou a vinda?
- 8- Como foi a vinda para São Paulo? Conte sobre o trajeto, as dificuldades dos momentos iniciais, com quem veio?
- 9- Quais as diferenças sentidas com a mudança? Especialmente aquelas referentes ao tempo e o espaço.
- 10- Havia projeto de retorno para a terra natal?
- 11- Lembra-se da situação política, econômica e social de quando chegou?
- 12- Como foi a transição do Governo GV para JK?
- 13- Fale um pouco sobre suas recordações a respeito da instalação das indústrias em Sp e Abc.
- 14- Qual sua opinião a respeito de JK. O que ele fez de bom e de ruim?
- 15- Como se inseriu no ramo metalúrgico e/ou automotivo?
- 16- Resuma as principais empresas pelas quais passou?
- 17- Descreva um pouco o ambiente da fábrica. Havia presença de muitas pessoas migradas de outras regiões do país?
- 18- Como era o relacionamento com os colegas e a chefia? Os regulamentos internos.
- 19- Recorda-se de algum problema que teve com a empresa? Como as leis trabalhistas e o sindicato atuavam em defesa do trabalhador? Em que situações ela era efetiva?
- 20- Presenciou alguma greve no período da década de 50 e 60.
- 21- O que devia ser avaliado para aderir a uma greve ou não?
- 22- Além de trabalhar na fábrica quais as suas outras atividades fora da fábrica? Fazia algo para distrair a cabeça?
- 23- Aprecia alguma forma de arte, música, trabalhos manuais?
- 24- Tem algo que o senhor fez com a técnica de trabalho que apreendeu e que não tenha ficado para a fábrica? Poderia mostrar?
- 25- Como foi para o senhor se aposentar, recorde um pouco desse momento.
- 26- Recordar do trabalho que você realizou durante sua vida ativa te desperta que sentimento?  
Fale um pouco, então, de seu trabalho.
- 27- Avalia estar tendo uma boa velhice?
- 28- Gostaria de falar algo mais que não conversamos?
- 29- Teria alguém para indicar?
- 30- Gostaria que eu omitisse seu nome ou algum dado no resultado da pesquisa que estou realizando?

## ANEXO 2



**Figura 22:** Foto do acervo pessoal de Orlando registra um de seus locais de moradia em São Paulo, vivenciado junto a três outros migrantes com os quais conviveu.



**Figura 23:** Foto do acervo pessoal de Orlando no litoral paulista registra uma forma de lazer do migrante-operário no mundo de trabalho de São Paulo da segunda metade do século XX.



**Figura 24:** Foto do acervo pessoal de Orlando com um amigo pernambucano, muito estimado, com o qual dividira moradia na capital paulista.

## ANEXO 3

## Lazer de trabalhador é regulamentado

Agora o lazer operário está regulamentado: foi criado o Serviço de Recreação Operária, que tem a seu cargo a tarefa de cuidar da educação física e moral dos trabalhadores. Na opinião da revista *Educação Física*, “a nova educação física deverá formar um homem típico, que tenha as seguintes características: talhe mais delgado que cheio, gracioso de musculatura, flexível, de olhos claros, ágil, dócil, alegre, viril, sincero, honesto, puro de atos e de pensamentos”.

Figura 25: Reportagem de 1943 tratando da criação do Serviço de Recreação Operária pelo governo Vargas [Fonte: Revista 100 anos de república, 1989].

## ANEXO 4

### Novo titular da Fazenda expõe seu plano ao Congresso

Em outubro, o ministro Lucas Lopes expôs ao Congresso seu Plano de Estabilização Monetária (PEM), elaborado em parceria com Roberto Campos, diretor do BNDE. Apesar de reafirmar os princípios básicos do Programa de Metas, o PEM não está sensibilizando a maioria parlamentar, nem mesmo os "municípios" da UDN. As propostas de limitação ao crédito e controle operacional sobre os bancos particulares, de eliminação de subsídios cambiais e aumento nos impostos de renda e consumo desagradam muito aos empresários e proprietários rurais. Por outro lado, a revisão do salário mínimo e a restrição aos aumentos foram duramente atacadas pelos bancadas do PTB e do PSB.

Apesar de tudo, o Banco Mundial liberou ainda em outubro o empréstimo para as obras da hidrelétrica de Furnas. É uma manifestação de protesto dos cafeicultores de São Paulo, Paraná e Minas Gerais (com o discreto apoio do governador paulista Diniz Quadros) foi impedida pela pronta ação do Exército, solicitada pelo próprio Lucas Lopes. Já o empresariado industrial, liderado pela incipiente indústria automobilística, prestigia publicamente o presidente: em setembro último recebeu a "Medalha do Mérito Industrial", e agora em novembro foi convidado para inaugurar as instalações da Ford do Brasil.



*Lucas Lopes  
discursa  
em Ford*

**Figura 26:** Reportagem de 1958 trata do Plano de Estabilização Monetária (PEM) lançado pelo governo JK para conter a crise inflacionária. No conteúdo dessa matéria também é possível observar a premiação feita pela indústria automobilística ao então presidente da república [Fonte: Revista 100 anos de república, 1989].

## ANEXO 5



*Um carro fazer para a família.*



*O Sedan 1200 da Volkswagen, e o Dauphine da Willys*

### Besouro alemão ganha apelido de Volks no Brasil

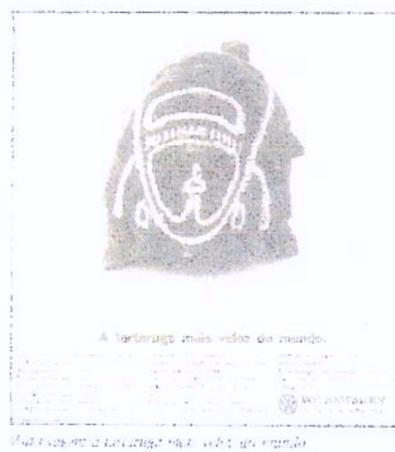
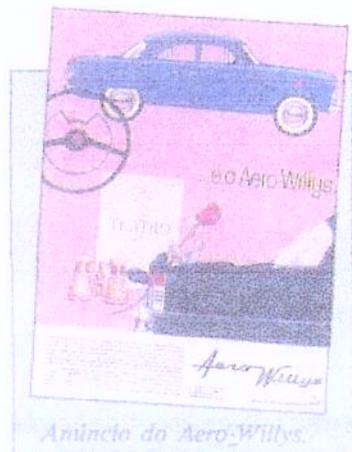
Fizeste a impressão de que realmente tem futuro uma indústria automobilística no Brasil. A fábrica Volkswagen, em São Bernardo do Campo, vem aumentando desde o início do ano os lançamentos de

seu modelo Sedan 1200. É o popular "Besouro", conhecido assim na Alemanha desde seu lançamento, antes da Segunda Guerra Mundial. Por aqui, por enquanto, ele é mais popular sob a forma abreviada, "Volks".

A Willys já iniciou a fabricação do Dauphine, com licença da Renault. A FNAI põe no mercado o luxuoso JK. A Simca fabrica o Chambard. A GM lançou a parva Amozona.

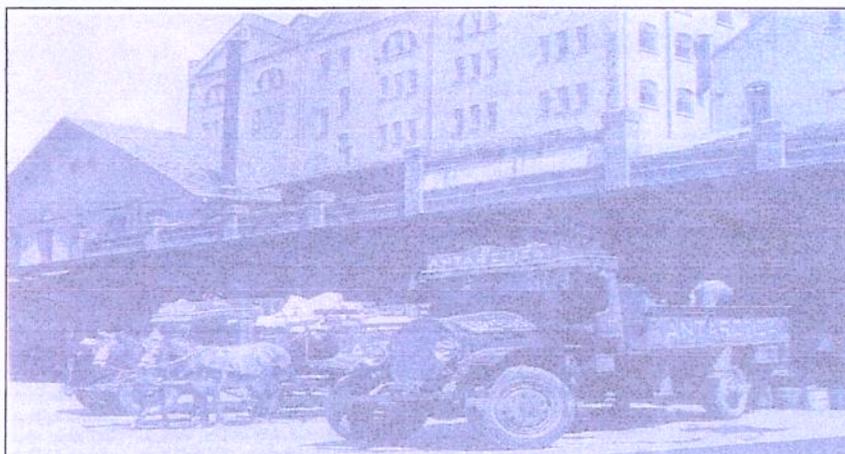


*Chambard, o modelo da Simca para disputar o mercado.*



**Figura 27:** Reportagens e propagandas sobre mercadorias consideradas modernas no contexto de meados do século XX no Brasil, abrangendo o período de 1950 a 1964 [Fonte: Revista 100 anos de república, 1989].

## ANEXO 6



*Uma imagem eloqüente da supremacia crescente do caminhão.*

### Os burros perderam o seu lugar

**N**o início era o burro. O transporte de carga era impensável sem a colaboração desta simpática besta. Agora,

estão às portas da aposentadoria e vão sendo substituídos, cada vez mais, pelos modernos veículos automotores.

**Figura 28:** Reportagem de 1933 tratando da chegada do transporte rodoviário [Fonte: Revista 100 anos de república, 1989].

### Cuidado, o bonde vem vindo! E o ônibus! Também o táxi!

**S**ão Paulo e Rio, nossas principais metrópoles, se transformam. Antes silenciosas e tranqüilas, agora regurgitam de gente e de ruídos. Ora são as buzinas e os ronzos dos automóveis e dos ônibus, ora são os gritos dos camelôs e os apitos dos guardas de trânsito.

O transporte público que, não faz tanto tempo assim, era limitado aos pacatos bondes puxados a burros, passou depois a contar com os bondes elétricos.

Agora, além dos elétricos, já se notam muito mais ônibus movidos a gasolina, meio de locomoção que, em São Paulo, surgiu em 1925, quando a crise de energia elétrica — aquele foi um ano de grande estiagem — manteve os bondes praticamente parados.

Finalmente, para os mais abonados, há os rápidos carros de praça, ou táxis.

Vale a pena todo este progresso barulhento? Voltaremos a ter silêncio e calma?



*O cobrador, recebendo as tarifas.*

**Figura 29:** Reportagem de 1936 tratando da chegada do transporte rodoviário coletivo. [Fonte: Revista 100 anos de república, 1989].

ANEXO 7

### Brasília nasce e cresce com a força dos seus candangos

As obras de nova capital, Brasília, seguem em ritmo acelerado. Graças à técnica das estruturas metálicas, logo depois das fundações e pilares, apastou por inteiro o esqueleto de barras e vigas de aço. Os prédios ficam prontos em velocidade espantosa. Quase que se pode dizer, sem grande exagero, que os edifícios de Brasília ficam prontos de um dia para o outro. O presidente Juscelino Kubitschek está firme em sua decisão de inaugurar a nova capital brasileira em 21 de abril do próximo ano.

Além do acelerado das obras, impressiona na construção de Brasília o empenho dos pedreiros, dos serventes, dos trabalhadores em geral. Eles já são mais de 30 mil (antes de ser fundada, Brasília já é uma das principais cidades brasileiras, com mais de 100 mil habitantes) e criaram para si próprios o pitoresco apelido de "candangos". Segundo consta, a expressão vem de "candanguê", nome dado no interior de Minas Gerais a entadas muito usadas, já bem gastas, e que continuam funcionando. Assim também são os candangos de Brasília: embora rústicos, dão conta do recado de erguer uma capital.

A freme das obras e, na verdade, ajudando a explicar o andamento das obras, está a empresa Novacap, dirigida pelo engenheiro Israel Finheiro, velho amigo do presidente Kubitschek. A Novacap desburocratiza tudo, acelera tudo. Como se fosse uma central de todas as empreiteiras, coordena todo o trabalho.

Na medida em que evoluem os trabalhos, vão tomando forma as construções idealizadas pelo arquiteto Oscar Niemeyer. O Palácio do Planalto, futura sede do governo, está praticamente terminado e impressiona pela suavidade de suas colunas, de um estilo realmente novo, diferente de tudo.



... trabalhando na construção de Brasília.



Prões de obra, os candangos.

Figura 30: Reportagem de 1959, na perspectiva da ideologia nacional-desenvolvimentista, ressalta o empenho dos trabalhadores para construir Brasília e a nação moderna [Fonte: Revista 100 anos de república, 1989].

### Nordestinos migram para o Sul

As migrações em massa de nordestinos para o Sul, sempre em direção aos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, continuam a crescer. Segundo o IBGE, em 1950, mais de 1 milhão de nordestinos migraram para o Sul. Em 1955, esse número chegou a 1,5 milhão. A migração é motivada pela busca de melhores condições de vida e trabalho no Sul, onde há mais oportunidades e salários mais altos. Os migrantes são atraídos principalmente para as áreas metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro, onde encontram empregos em indústrias e serviços. A migração também contribui para o crescimento econômico do Sul e para a integração do território brasileiro.

### Populações do campo procuram a cidade grande

O Censo de 1950 revelou que mais de 2 milhões de habitantes deixaram o campo para ir para as cidades grandes. Isso ocorreu devido à busca por melhores condições de vida e trabalho. As populações do campo são atraídas para as cidades grandes por causa da oferta de empregos, melhores serviços e infraestrutura. A migração também contribui para o crescimento econômico das cidades grandes e para a integração do território brasileiro.

### Suassuna é o melhor autor do ano

O livro "Suassuna é o melhor autor do ano" foi publicado em 1957. O autor, Suassuna, descreve a vida e os costumes do povo brasileiro. O livro é considerado um dos melhores do ano e é muito apreciado pelos leitores. Suassuna é um autor muito conhecido e seu trabalho é muito valorizado.





Figura 31: Reportagem de 1957 tratando da migração interna no Brasil nacional-desenvolvimentista [Fonte: Revista 100 anos de república, 1989].

## ANEXO 8

## Auto-retrato

Aconteceu em um determinado passeio matinal na vila de Paranapiacaba, em Santo André. A vegetação estava praticamente invisível devido à densa neblina que é típica do local. Os primeiros raios do Sol infiltrando-se pelas árvores foram formando uma figura humana semelhante às que observamos nas nuvens, principalmente quando somos crianças e fazemos certas comparações. Porém desta vez foi diferente. A figura que se formava na neblina foi adquirindo uma nitidez indescritível. Parecia estar diante de um espelho de alta definição. Na verdade, eu tinha uma meta, que era registrar tudo numa tela física, mas acabou ficando registrado unicamente na metafísica. E dei até um título para este retrato, que também é simbólico. O título é *Presença do Criador*. Neste raciocínio usei toda a escala cromática conhecida. A suavidade das cores com o acompanhamento musical dos pássaros na floresta ficou registrada como um belíssimo grito de liberdade. Confesso que fiquei tão emocionado com esta fusão de cores e sons musicais oferecidos pela natureza, que resolvi passar para você este retrato, na certeza de que vai pintar outro muito mais bonito usando essa ou aquela técnica que puder desenvolver. O importante é você fazer uso da sua criatividade que, tenho certeza, o quadro será digno da nossa mais sincera apreciação. Com a vantagem de ser um quadro moderno, extremamente portátil, pois não ocupa espaço; pode ser visualizado a qualquer momento e em qualquer lugar. A propósito, já pintou o seu?...

José Duda da Costa (setembro/2004)

Figura 32: Crônica produzida por um dos entrevistados e analisada no transcorrer deste estudo.

**ANEXO 9****Saudação à primavera**

Uma pequena homenagem ao inverno que se vai, e uma saudação carinhosa à primavera que está chegando.

O inverno está se despedindo, levando consigo o seu conteúdo maravilhoso.

O frio e as garoas geladas de que muitos reclamam e outros adoram. Porque o frio proporciona deliciosos aconchegos para os casais que se amam. Em seu lugar vem chegando a primavera, trazendo consigo tudo aquilo que lhe é peculiar.

O colorido das flores que enfeitam os campos, as florestas, os canteiros nos jardins, e por que não? a vida! Proporcionando-nos um visual maravilhoso que serve de colírio para os nossos olhos. Colírio esse que não vem dos laboratórios, mas sim uma dádiva da natureza e presente da primavera.

O valor da flor não é somente a sua beleza visual. Fruto nenhum pode nascer antes da flor. A flor é o primeiro sinal de que vai nascer um fruto. Primeiro nasce um botão que vai crescendo até desabrochar uma flor. Mostrando a sua beleza aos olhos de quem a aprecia. Depois de alguns dias murcha e cai, deixando em seu caule um pequeno fruto que vai crescendo até seu limite normal. Depois amadurece transformando-se em alimento.

Quanto mais flores, mais frutos. Quanto mais frutos mais saúde, vida e alegria para os seres da terra.

Os frutos são filhos das flores, as flores são filhas da primavera, a primavera é filha da natureza, a natureza é a maravilha do mundo. Mas a primavera é a rainha do ano.

Parabéns primavera pelas tuas flores, pelos seus frutos, pelo lindo visual colorido proporcionado aos olhos de quem aprecia o que é belo.

Setembro de 2006

**João Chile**

Figura 33: Texto confeccionado por um dos entrevistados e analisado no transcorrer deste estudo.

## ANEXO 10

pág. 08 - abril de 1998

Folha de Cangaíba  
Luzes para todos

## Saúde SURGIMENTO MÉDICO GRATUITO NA IGREJA DO CANGAIBA E SUA HISTÓRIA.

Um relato da história de quando e como começou o atendimento médico na Igreja Bom Jesus do Cangaíba.

No dia 7 de abril de 1964, através de um golpe militar, foi instalada em nosso País uma das ditaduras mais ferrenhas que já tivemos em nossa história.

No dia 31 de março de 1964, na véspera do golpe, eu João Chile, participei da 1ª reunião contra a ditadura, pois já sabíamos de anteaço, que o golpe iria acontecer. Até então, eu participava apenas das lutas econômicas do sindicato.

A partir dessa data, nós, os revolucionários brasileiros, fazíamos tudo que podíamos para desmontar e derrubar a ditadura.

Era preciso ser duro para enfrentar a falta de liberdade que se instalou em nossa terra. Não sou entrar em debates da nossa luta, mas é preciso citar uns dos melhores acontecimentos no decorrer dessa história.

No dia 28 de novembro de 1971, através de um companheiro detido, em tive o prazer de ser preso pelo DOPS (Departamento de Ordem Política e Social), ficando lá 4 meses. Depois transferiram-me para o presídio Tiradentes, onde eu fiquei por mais 5 meses.

Depois, fui transferido novamente para o DOPS por mais 2 meses.

Lá, fui guardado na cela 6 com mais 7 companheiros (3 dos quais eram estudantes de medicina). Eram eles: Gilberto Natalini, Walter Nascimento e Paulo Horta. Ali, nas masmorras do DOPS, tivemos ideias sobre as nossas lutas, de fábrica e estudantil.

Eles pertenciam à MOLPO (Movimento de Libertação Popular) e eu pertencia à A. P. (Ação Popular). O companheiro sério, sincero, firme-se presente em todos os momentos.

Na troca de experiências das lutas de bairro, eu disse a eles que no bairro do CANGAIBA tínhamos um grande apoio por parte dos padres progressistas da Igreja Bom Jesus do Cangaíba: Padre Cláudio, Padre Rogé e o Padre João Bernard (Franceses).

Durante os 11 meses da minha prisão, o Padre João Bernard e seus dois companheiros, todos os sábados, levavam uma certa quantidade para a minha mulher e meus três filhos, ainda pequenos.

Quando o Gilberto ouviu a minha história, ele acertou muito rápido e disse-me com muita firmeza: João, se não sairnos dessa, daqui um ano nós três nos tornamos em médicos. Se isso acontecer, nos vamos à sua casa e você nos apresentará ao Padre João. Se ele nos der apoio, vamos instalar um consultório gratuito na Igreja do Cangaíba para o povo do seu bairro.

Aquela proposta me emocionou porque, quando o Gilberto acusou de fazer seus dois companheiros,

Walter Nascimento e Paulo Horta manifestaram seu apoio à proposta que acabava de ser feita pelo Gilberto.

No início de novembro de 1972, o DOPS foi nos libertando, um após o outro. E para não "faltar" o que havíamos prometido na cela 6 do DOPS, Gilberto levou o meu endereço, introduzido na barra da calça.

Nós nos despedimos deixando uma proposta marcada para quando eles se formassem.

Em janeiro de 74 (era um dia de sábado, pela manhã, chegaram em minha casa 8 médicos: Gilberto Natalini, Walter Nascimento, Paulo Horta Caldas e outros quatro dos quais não me lembro o nome). Traziam catorze, três frangos assados para almoçarmos juntos e comemorar o nosso encontro.

Mês antes de almoçar, fomos falar com o Padre João, que nos recebeu de braços abertos. Quando apresentei os 8 médicos e contei-lhe sobre a proposta do consultório gratuito em sua paróquia, ele disse sorrindo: Vocês vieram como um queijo ralado em cima de uma travessa de espaguete. Com aquele acolhida do Padre João Bernard, senti que a proposta da cela 6 na certa, iria ser realizada. No sábado seguinte começou o atendimento médico na Igreja Bom Jesus do Cangaíba. E desde en-

to, todos os sábados as pessoas menos favorecidas pela sociedade são atendidas, com amor e carinho, por três médicos de grande responsabilidade: Doutor Gilberto Tanos Natalini, Doutor Henrique Franco e o Doutor Nacime. Esse trabalho perdura até hoje, sendo também uma fundação organizada pelos médicos para atender às necessidades das famílias que ali vivem. Esse trabalho não ficou só no atendimento de consultas. Após algumas meses de atendimento, Doutor Gilberto e seus companheiros promoveram cursos de medicina preventiva ensinando o povo a se defender das doenças que são evitáveis. Esses cursos se estenderam por vários bairros da Zona Leste.

O Padre João Bernard nos cedia o salão paroquial onde, sob a direção dos médicos, realizamos várias assembleias reivindicatórias para o bairro de Cangaíba, uma dessas reivindicatórias; o posto de saúde do Cangaíba que hoje está parcialmente aparelhado para atender às necessidades sanitárias do povo do bairro.

Ao Doutor Gilberto, ao Doutor Henrique Franco e ao Doutor Nascimento, o nosso carinho e apreço por esse trabalho, nada em curso, de solidariedade ao povo do Cangaíba.

No nosso agradecimento e estima ao Padre João Bernard, por ter aberto caminho para que essa história realizasse.

João Chile  
Padre missionário do Cangaíba



Figura 34: A reportagem publicada em 1998 no jornal do bairro paulistano, Cangaíba, foi fornecida pelo depoente deste estudo.